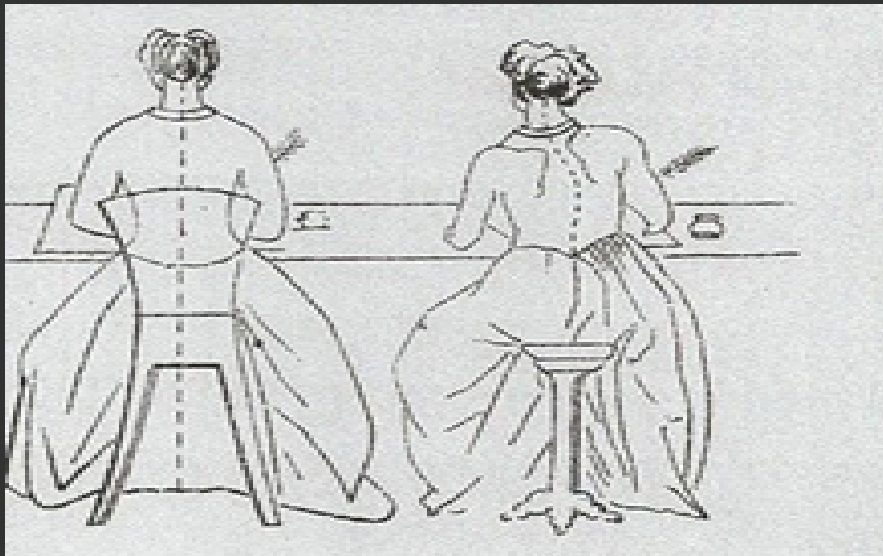


NAYANA RODRIGUES CORDEIRO MARIANO



EDUCAÇÃO PELA HIGIENE

A INVENÇÃO DE UM MODELO HÍGIDO DE
EDUCAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA NA PARAHYBA
DO NORTE (1849-1886)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
REITOR

Valdiney Veloso Gouveia

VICE-REITORA

Liana Filgueira Cavalcante



DIRETOR DO CCTA

Ulisses Carvalho da Silva

VICE-DIRETOR

Fabiana Cardoso Siqueira



CONSELHO EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO

Dr. José David Fernandes

Carlos José Cartaxo

Magno Alexon Bezerra Seabra

José Francisco de Melo Neto

José David Campos Fernandes

Marcílio Fagner Onofre

EDITOR

José Luiz da Silva

SECRETÁRIO DO CONSELHO EDITORIAL

Paulo Vieira

LABORATÓRIO DE JORNALISMO E EDITORAÇÃO

COORDENADOR

Pedro Nunes Filho

Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano

EDUCAÇÃO PELA HIGIENE
A Invenção de um Modelo Hígido de Edu-
cação Escolar Primária na Parahyba do
Norte (1849-1886)

2ª Edição

EDITORA DO CCTA
JOÃO PESSOA
2020

Projeto gráfico e capa: José Luiz da Silva
Bibliotecária responsável: Suziquine Ricardo Silva

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

M333e Mariano, Nayana Rodrigues Cordeiro.
Educação pela higiene: a invenção de modelo hígido de
educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849-1886)
[recurso eletrônico] / Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano.
- 2. ed. - João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

Recurso digital (8,15MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN: 978-65-5621-117-6

1. Educação e saúde - História. 2. Educação primária –
Parahyba do Norte (1849-1886). 3. Educação e Higiene.

UFPB/BS-CCTA

CDU:37:613(091)

Foi feito depósito legal

Todos os textos são de responsabilidades da autora.

Direitos desta edição reservados à: EDITORA DO CCTA/UFPB

Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – Brasil

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Para Joaquim, com amor.

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de minha tese de doutoramento, defendida em fevereiro de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. Nele, mantive a estrutura original da tese, e tentei, na medida do possível, fazer as intervenções solicitadas pelos meus arguidores. As contribuições foram variadas para a realização deste trabalho e aqui quero renovar meus agradecimentos.

Ao professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, que me acompanhou desde o mestrado, pela criteriosa e sábia orientação ao longo desses anos.

Aos professores José Gonçalves Gondra, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, Cláudia Engler Cury, Alarcon Agra do Ó e Ariosvaldo da Silva Diniz, pelas críticas e valiosas contribuições realizadas durante o exame de qualificação e defesa da tese.

Ao Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO- pela inspiração, diálogo e, sobretudo, pela História da Educação.

Ao PPGE, pelo aprendizado.

À Capes, pelo apoio financeiro.

Às instituições pesquisadas, pelos tesouros documentais.

Aos amigos, pela acolhida.

Ao professor João Azevedo Fernandes (em memória),
pela História.

À Terezinha, Paulo, Serioja, Yuri, Giovani, Danuza e
Janina, pelo amor.

A Luciano, pela cumplicidade.

A Joaquim, pela existência.

PREFÁCIO

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro¹

Higienizar a Paraíba do Norte pela educação no século XIX, esse é o tema central deste livro que ora chega às mãos do grande público. Entretanto, outras discussões aparecem secundariamente no sentido de consubstanciar a sua análise. Originou-se da tese de doutoramento, defendida em 2015, na Linha de Pesquisa História da Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba.

Os estudos sobre a influência e o papel que os médicos exerceram na educação brasileira têm sido, nos últimos anos, tema de recorrentes discussões, matizadas por diversas perspectivas tanto do ponto de vista teórico quanto das abordagens discursivas. Abordagens, essas, que vão desde os estudos biográficos, relacionadas com as histórias dos intelectuais, passando pela a história das doenças (físicas e mentais) e suas especificidades no ambiente escolar até as suas influências nas definições de políticas educacionais que não raras vezes desdobram-se em percebê-las nas práticas educativas e quiçá compondo as culturas

¹ Doutor em História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

escolares. Entretanto, as formas discursivas aparecem de forma mais difusa nos estudos sobre as instituições educacionais, especialmente naqueles sobre os grupos escolares. Nesse sentido, este estudo vem se juntar a outros que estão sendo realizados tanto na Paraíba quanto em outras unidades da federação, com temporalidades que variam desde o século XIX até o início da segunda metade do século XX, quando a questão do higienismo e eugenismo deixaram, penso eu, de ser preocupações fundamentais no multifacetado processo de escolarização brasileiro. Em contrapartida, especialmente a partir da década de 1970 essas questões cederam lugar à outra, desta feita mais calcada na perspectiva do sanitarismo. Tal deslocamento das preocupações médicas que atingiram mais uma vez o espaço escolar e educacional no seu sentido mais amplo se deu em virtude da vertiginosa aceleração do crescimento urbano, pontuado, todavia, pela precariedade do processo de urbanização que marcou (e ainda marca!) as cidades brasileiras.

Foi, portanto, naquele primeiro contexto de atuação, ou melhor, do discurso médico higienista que a talentosa pesquisadora Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano teceu suas primeiras questões e problematizações que engenhosamente foram sendo respondidas ao longo do seu estudo, considerando a temporalidade de 1849 a 1886. Delimitou a sua pesquisa considerando a publicação de duas importantes reformas da instrução pública e particular paraibana. A primeira marcou o processo de ordenamento mais geral da instrução na Parahyba do Norte e a segunda foi a que vigorou até o final do período imperial. Tanto

em ambas quanto em praticamente todas as outras reformas que ocorreram no referido intervalo de tempo ofereceram importantes subsídios e indícios para que a professora Nayana tecesse as suas argumentações sobre a temática em foco. Além dessas referências aportou-se em uma relevante documentação que vai desde aquelas mais tradicionais e conhecidas pelos historiadores (leis, decretos, falas, mensagens, relatórios, etc.), até aquelas que foram mais recentemente incorporadas ao repertório de fontes possíveis de serem utilizadas no artesanal e minucioso trabalho que envolve as operações historiográficas, tais como os manuais, os compêndios, os livros de leitura produzidos, ou não, intencionalmente para serem utilizados no cotidiano escolar. O texto também dialoga com a recente produção historiográfica sobre o tema, que lhe serviu para vez por outra tecer algumas comparações, sobretudo com a produzida sobre o Rio de Janeiro que em alguns momentos serviu como espelhamento do que foi realizado na Província da Parahyba do Norte.

A jovem, mas ao mesmo tempo “madura” pesquisadora nos apresenta um texto límpido, bem escrito e bem articulado em todas as suas partes, ou seja, os quatro capítulos que compõem o seu estudo. Perspicaz e arguta ao manipular as fontes, Nayana derruba o “mito” de que na Parahyba do Norte não houve e nada foi feito ou aconteceu em torno das discussões e de possíveis práticas higienistas ocorridas no ambiente educacional e escolar no século XIX, aspecto esse especialmente tratado no último capítulo. Assim, certa historiografia, especialmente utilizando a prática da silencialidade, colocou a Província da Parah-

yba do Norte como que desconectada e alheia ao que ocorria em outras paragens europeias e brasileiras, ou seja, tudo ou quase tudo somente acontecia nas grandes e ricas cidades, como na Corte, Rio de Janeiro, em Recife ou em São Luis do Maranhão. Felizmente, calcada em estudos e pesquisas, como esta realizada pela professora Nayana muitas questões estão sendo desmistificadas, reelaboradas, rediscutidas ou, simplesmente, passaram a ser conhecidas do público leitor e interessado no tema.

Penso, e aí acompanho a análise realizada pela referida pesquisadora, que o projeto higienista ou higienizador sofreu muitas soluções de descontinuidades e foi desigual em muitos territórios, regiões ou localidades, semelhantemente a tantos outros projetos desenvolvidos nas províncias brasileiras no século XIX. Assim, este livro se constitui extremamente relevante, não somente pelo que analisa e discute, mas por abrir ao mesmo tempo novos horizontes sobre o conhecimento histórico-educacional brasileiro, tomando como referência as particularidades sócio-econômicas e culturais de uma Província que de fato começa a ser melhor conhecida no âmbito educacional há pouco mais de duas décadas. Ouso dizer que estudos mais sistematizados passaram a ser desenvolvidos com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba, vinculado ao HISTEDBR e pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista - GHENO e pela Linha de Pesquisa em História da Educação do PPGE/UFPB.

Os sinuosos caminhos percorridos e as teias construídas acerca da história educacional paraibana e neste caso, tomando

como referência o pensamento e as possíveis práticas higienistas foram fundamentais para o processo de desbravamento efetivado pela pesquisadora sobre a temática. É claro que a discussão não se esgota com este estudo, considerando, sobretudo as outras temporalidades que se sucederam a partir de 1886 e que deram novos sentidos ao projeto modernizador, civilizador e regenerador, que tiveram a instrução e a educação como uma de suas maiores âncoras.

O livro encontra-se estruturado em quatro capítulos sendo que no primeiro são apresentados os encaminhamentos e escolhas que procedeu no sentido de viabilizar a realização da pesquisa, destacando-se a apropriação que fez do pensamento de Michel de Foucault no que concerne, especificamente, a categoria biopolítica, discutida pelo referido pensador como um procedimento institucional de administração da coletividade. No segundo capítulo a autora se deteve em apreciar os aspectos relativos à arte de curar no século XIX, chamando a nossa atenção para o papel desempenhado pelas parteiras, barbeiros, benzedeiros e boticários que antecederam e, ao mesmo tempo, acompanharam o processo de institucionalização da medicina no Brasil e na Parahyba do Norte, destacando a influência exercida por João José Innocencio Poggi. No terceiro, a pesquisadora analisou mais detidamente a construção de um modelo hígido de educação escolar na Parahyba do Norte, a partir das prescrições higiênicas do/no espaço escolar, ou seja, nas casas de escola, bem como nos instiga a verificar os princípios de higiene prescritos no Livro do Povo, que também serviu como uma espécie de manual

pedagógico destinado a orientar os professores e as professoras nos ensinamentos relativos a higiene. Quanto ao quarto capítulo, conforme já indiquei acima, a autora trata do gerenciamento da vida pela medicina, tomando como referência o Colégio de Educandos Artífices, criado em 1859, mas que somente passou a funcionar de fato a partir de 1865 fechadas as suas portas em 1874.

Gostaria de finalizar este prefácio destacando o prazer que tive em orientar uma pesquisadora autônoma e muito segura do que desejava discutir na sua tese de doutoramento. Nossos encontros para a discussão desse estudo transformaram-se em conversas e trocas de experiências entre dois pesquisadores.

Assim, convido a todos para a leitura deste excelente trabalho que nos permite uma aproximação com o passado e as perspectivas que se apresentavam à época para transformar a sociedade em culta, civilizada e higienizada pela via da educação. Desafios que ainda temos que enfrentar nos dias de hoje.

João Pessoa, inverno chuvoso de 2015.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO.....	9
Antonio Carlos Ferreira Pinheiro	
CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRIA DE UMA PESQUISA	17
CAPÍTULO 2– SABERES DA MEDICINA - Higienismo e Educação Escolar	80
As Artes de Curar: Parteiras, Barbeiros, Benzedeiros, Boti- cários	80
A Institucionalização da Medicina no Brasil	88
A Ordenação do Espaço Público e Privado na Parahyba do Norte: a regeneração pela medicina	103
Higienismo e Educação Escolar	158
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍ- GIDO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PARAHYBA DO NORTE	183
As Prescrições Higiênicas do/no Espaço Escolar: As “Casas de Escola”	183
A Higiene no Compêndio O Livro do Povo (1865)	232
A Parahyba e a Exposição Internacional de Higiene e Edu- cação em Londres (1884)	243

CAPÍTULO 4 – O Gerenciamento da Vida pela Medicina: O Colégio de Educandos Artífices	269
Pobreza, Trabalho e Ordem	269
“Regenerando” Crianças Desvalidas	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
REFERÊNCIAS	340
ANEXOS	367

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRIA DE UMA PESQUISA

Nós historiadores, ao contrário do que fez crer as dicotomias que atravessam nosso campo de estudo hoje, não escrevemos a História da margem direita ou da margem esquerda do rio, não podemos optar por habitar a margem do objetivismo ou a margem do subjetivismo, a margem da natureza ou a margem da cultura, a margem da realidade ou margem da construção discursiva da História, pois a História em seu acontecer articula e relaciona todos estes aspectos e a narrativa histórica também deve fazê-lo. (Dural Muniz de Albuquerque Júnior, 2007, p. 29)

O PROFESSOR LORDÃO E O CÓLERA NA PARAHYBA DO NORTE: A CONSTRUÇÃO DE UM TEMA

Em 12 de agosto de 1844 nasceu, na cidade da Parahyba¹, Graciliano Fontino Lordão. Aos sete anos de idade foi matriculado na escola particular do Capitão José Pereira Dourado, localizada perto da catedral, na Rua de São Francisco. No ano de 1855 o menino Graciliano, com 11 anos, terminou os seus estudos primários, “havendo perdido o ano de 1856 em virtude da terrível

¹ Utilizo no livro a nomenclatura da época, logo, quando falo da cidade da Parahyba, me refiro a capital, atual João Pessoa, bem como ao enfocar a Província da Parahyba do Norte, me refiro ao atual Estado da Paraíba.

epidemia do cólera, que perturbou o funcionamento regular dos institutos de ensino” (TAVARES, 1907, p. 3). O ano de 1856 ficou marcado na história da então Província da Parahyba do Norte pela epidemia do cólera², que ocasionou um altíssimo índice de mortalidade, quase trinta mil habitantes, em uma população que não totalizava trezentos mil, gerando no imaginário dos contemporâneos, uma possível aproximação com a morte.

O alto índice de mortes foi amplamente divulgado pela imprensa. O jornal *A Época*³, em 08 de março de 1856, relatou que a mortalidade era tamanha, que em Pilar, a população aterrorizada fugiu, deixando cadáveres em decomposição espalhados pelas ruas da vila (*apud* ALMEIDA, 1978). Em Areia, cerca de 3.300 pessoas foram vítimas da epidemia. Já em Campina Grande, o *terrível morbus* vitimou mais de 1.500 pessoas e os números não paravam por aí, em Pedras de Fogo foram registrados 282 casos, Cruz do Espírito Santo com 676, Itabaiana teve 818 e Mulungu contabilizou 898 mortes, só para citar alguns casos (PARAHYBA DO NORTE, Fala, 1856). Os mapas que traziam as informações sobre o número de vítimas precisavam ser atualizados com frequência, já que, dia após dia, a doença deixava um rastro de morte. O cólera era uma doença tão temida que os editais que publicavam notícias sobre o seu alastramento não costumavam mencionar o nome da epidemia, considerada no sé-

2 O cólera-morbo é uma patologia infectocontagiosa, descoberta em 1883 pelo médico alemão Robert Koch, provocada pela bactéria *Vibrio cholerae* quando presente em água ou alimento. No Brasil, a doença apareceu pela primeira vez em 1855, em um navio português que aportou no Pará. (BELTRÃO, 2000)

3 Segundo Bezerra (1985, p. 81), o jornal *A Época* circulou de 1856 a 1862, como periódico noticioso e literário.

culo XIX como “‘a doença’ por excelência, a representação do mal que atacava a vida” (DINIZ, 1997, p. 72). Os sintomas da doença eram de fato assustadores, como relatados pelo jornal *O Acadêmico*⁴ em setembro 1855:

Vômitos, evacuações alvinas, aquosas, esbranquiçadas, semelhantes a água de arroz concentrada, misturada de flocos albuminosos, supressão de urinas, cor arroxeada nos tegumentos, emagrecimento rápido, flacidez particular na pele, que se torna fria, aniquilação do pulso, câimbras dolorosas nos membros, [...] enfraquecimento brusco e rápido, acompanhado de vertigens, zunido e sussurros nos ouvidos, a visão é perturbada, aparecem suores abundantes.

O medo do cólera também era produzido pela aparência dos doentes: olhos fundos, unhas roxas, pele ressecada e em tom azulado, lábios pálidos em um corpo contraído, criando imagens e gerando padrões de julgamento que orientavam as práticas sociais (JOHNSON, 2008). Tais sinais reforçavam as teorias em torno da transmissibilidade e incurabilidade da doença. Logo, as atitudes coletivas diante das ameaças epidêmicas: o medo da morte, a busca da salvação, a necessidade de explicações, o pânico generalizado.

Como visto, em 1856 a epidemia do cólera atacou pela primeira vez a Província da Parahyba do Norte, mas, há anos, as autoridades já eram avisadas dos perigos dessa doença. Em 1848, por exemplo, o então presidente João Antônio de Vasconcellos⁵, registrou

4 O jornal publicado no Rio de Janeiro se intitulava como um “periódico científico e literário, especialmente médico”.

5 Nascido em Valença, no Rio de Janeiro, formado em Direito pela Faculdade

o recebimento da ordem de Vossa Excelência a mim dirigida em data de 22 do corrente, cobrindo a cópia dos Editais publicados no Reino de Portugal, pelo Conselho de Saúde Pública, e transcritos no Diário do Rio de Janeiro, declarando os portos da Europa, e da África, que se acham infeccionados do Cólera Morbos epidêmica, e suspeitos deste mal, para que por esta Repartição sejam aplicadas as medidas sanitárias, segundo o Regulamento nº 268 de 29 de janeiro de 1843, levo ao conhecimento de Vossa Excelência, que fica ordenado ao Guarda Mor desta mesma Repartição, para o fazer aos guardas de tomarem todas as cautelas, em tais casos praticados, no caso de vir a este porto embarcação procedente dos declarados nos referidos Editais, infeccionados do Cólera Morbos epidêmica, fazendo as participações ao Provedor da Saúde de qualquer embarcação chegada no caso relatado. Deus guarde a Vossa Excelência por muitos anos. Alfândega da Parahyba, 24 de novembro de 1848. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor João Antônio de Vasconcellos, Presidente da Província. José Lucas de Sousa Rangel.⁶

Na cidade da Parahyba a situação não era diferente. A epidemia de 1856 desencadeou um clima de insegurança, medo e desordem. O presidente Antonio da Costa Pinto Silva, em sua fala na abertura da Assembleia Legislativa, relatou que o *mal maior visitou* a Província de forma *cruel, devastadora*, e que ninguém estava preparado para receber esse *terrível hóspede* que arrasou famílias, povoações, vilas, ceifando, na capital, 1.518 vidas⁷. Pinto Silva diz que a falta de médicos era grande na Província, mas que

de Olinda em 1832, presidiu a Província da Parahyba do Norte de maio de 1848 a janeiro de 1850.

⁶ Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte – Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc), caixa 025, ano 1848.

⁷ Segundo Vieira (2000) a cidade da Parahyba tinha uma população de aproximadamente 8.000 habitantes em 1856.

não faltou à população sacerdotes, enviados pelos conventos do Carmo e de São Francisco (PARAHYBA DO NORTE, Fala, 1856, p. 21). Castro relata que, “na capital, as igrejas se apinhavam de fies e eram frequentes as procissões de penitência, puxadas por grandes cruces e matracas martelando” (1945, p. 275). Esse mal se alastrava e alimentava o imaginário da população, que envolta por um clima de temor, ameaça e morte, buscava ajuda na religião.

Até a descoberta do agente causador da doença havia uma querela na medicina provocada pelo desconhecimento da etiologia, da transmissão e dos tratamentos adequados, o que gerou uma crise nos seus pressupostos epistemológicos. O médico parahybano Antonio da Cruz Cordeiro, na segunda epidemia do cólera, em 1862, relatou que: “o modo particular por que se desenvolve o cólera, a causa essencial de sua extensão, e suas circunstâncias assaz variadas nos são inteiramente desconhecidas” (CORDEIRO, 1862 apud CASTRO, 1945, p. 49). Isso explica determinados Códigos de Postura indicados pelo poder público em 1862 e publicados pela imprensa parahybana, seguindo recomendações médicas, tais como: a proibição de venda de mangas e qualquer fruta considerada nociva ou a recomendação da pintura interna e externa dos domicílios. O próprio Dr. Cordeiro chamava a atenção para um conjunto de medidas preventivas como: não dormir com as janelas abertas, manter quentes os pés e o ventre, evitar as fadigas excessivas, não abusar do álcool, etc. Os purgantes como óleo de rícino e os tratamentos à base de co-nhaque eram amplamente empregados (CORDEIRO, 1862 apud

CASTRO, 1945), exacerbando a crise fisiológica provocada pela doença.

A rapidez da propagação da doença e sua severidade mudaram os hábitos da população. Os Códigos de Postura da Província revelam as mais variadas regulamentações do uso do espaço público e privado, das práticas sociais locais, baseados nos ensinamentos médicos que deveriam ser aplicados nestes cenários e corpos, já que a doença, em sua forma real e imaginária, tem a disciplina como correlato médico (FOUCAULT, 2011). O saber médico passou a oferecer os elementos discursivos que justificavam as intervenções e que localizavam os supostos perigos.

De acordo com Revel e Peter:

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. (1995, p. 14)

Há, nesse contexto, uma apropriação do tema doença pelas elites políticas⁸, o que evidencia um fenômeno que extrapola o patológico, que ultrapassa a esfera do natural, na medida em

⁸ O conceito de elite política é retirado de Bottomore (1965, p. 15-16): “[...] a elite política, compreendendo os indivíduos que efetivamente exercem o poder político em uma sociedade em qualquer época. A extensão da elite política é, portanto, relativamente fácil de ser determinada: incluirá membros do governo e da alta administração, chefes militares, e, em alguns casos, famílias politicamente influentes de uma aristocracia ou classe real e dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos”.

que é vivenciado, representado e metaforizado por diferentes sujeitos. Dessa forma, entendo a doença não apenas como um fenômeno natural, mas, especialmente, como uma construção sociocultural, uma representação permeada de valores e práticas que revelam, também, uma determinada cultura política. Com a multiplicidade de instituições e práticas políticas, com o olhar cada vez mais voltado para as ideias, tradições e normas, que fazem parte da vida política, surge a noção de cultura política. Segundo Berstein (1998, p.350) ela “não é uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. Assim, a cultura política vem politizar saberes, ações, crenças e práticas que antes eram destituídos dessa conotação. Nesse sentido, as Faculdades de Medicina são mais do que espaços de formação profissional para atuar no combate as enfermidades, são verdadeiros celeiros de criação intelectual de elites políticas.

Na Parahyba do Norte, a epidemia do cólera de 1856, pelo alto índice de mortes, passou a ser o foco das atenções dos poderes públicos e, especialmente a partir desse episódio, diversas medidas começaram a ser discutidas para a melhoria da saúde pública na Província.

Mas, apesar do terrível ano de 1856, o aluno Graciliano Fontino Lordão seguiu seus estudos. Em 1858, matriculou-se no Lyceu Paraibano nas aulas de Latim com o professor Severiano Antonio da Gama e Mello, nas aulas de Francês de Frei Fructuoso da Soledade Sigismundo, seu pai, e de Aritmética com o

professor Manrique Victor de Lima, nessa época, também diretor da Instrução Pública. Em 1860 deu aulas particulares, no ano seguinte fez exames de Inglês e Geografia e, em 1863, objetivou matricular-se em curso superior, não conseguindo levar adiante seus anseios por uma *congestão cerebral* que o fez, por recomendação do Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, mudar sua residência para o interior. (TAVARES, 1907)

No ano de 1864, submeteu-se ao concurso de Latim para o preenchimento da cadeira de Pombal, tendo na Comissão Examinadora os professores: Manrique Victor de Lima, Severiano Antonio da Gama e Mello e João Antonio Marques. Como dois candidatos foram aprovados, Lordão só conseguiu uma nomeação dois anos depois, como professor em Cuité, graças ao então diretor da Instrução Pública, João Leite Ferreira. Posteriormente, ministrou aulas na cidade da Parahyba, substituindo o professor Thelemaco Jurema, perdendo a cadeira em 1868, com o Partido Conservador entrando em cena. Fez também concurso em Cajazeiras, sendo removido para Fagundes e, em seguida, transferido para Campina Grande, onde em 1875 permutou uma vaga de professor com um colega de Pedra Lavrada, depois de tantas andanças, lugar de sua residência. A partir desse momento, se dedicou cada vez mais a política, chefiou o Partido Liberal em Pedra Lavrada e elegeu-se deputado por algumas legislaturas. Segundo Bittencourt (1914, p. 139), “dedicando-se ao magistério, foi um esforçado professor primário durante longos anos, homem de boa estatura, mas de cor, dotado de superior inteligência, [...] era sócio do IHGP”. O professor Lordão faleceu em

1906, aos 62 anos e, para Tavares (1907), ele foi lembrado como um homem das letras, talentoso conhecedor do latim e prestador de relevantes serviços em várias localidades da Província da Parahyba do Norte, por ter se dedicado ao magistério.

Li a história de Graciliano Fontino Lordão inicialmente em 2010, quando participava do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista⁹. A epidemia do cólera me chamou a atenção e fui pesquisar mais sobre o assunto. Entrei no doutorado com o intuito de trabalhar com essa temática e o meu objetivo era compreender como foram construídos, a partir do saber médico, dispositivos disciplinares-pedagógicos utilizados na (re)construção de espaços e costumes na Parahyba do Norte, na segunda metade do século XIX, período em que uma série de epidemias assolou a Província, e entrou em cena um projeto de higienização social que teve na educação um dos seus suportes.

Posteriormente, adentrei no Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista¹⁰ (GHENO) e me apaixonei pelas discussões nele realizadas. O GHENO nasceu em 2004 e conta com a participação de alunos e professores da graduação e pós-graduação em História e em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. A dinâmica do Grupo é importante e auxilia no processo formativo dos seus componentes, uma vez que se realizam ordinariamente leituras e discussões de textos e livros, bem

⁹ O grupo nasceu em 2001 sob a coordenação da professora Dr^a Ariane Norma de M. Sá e era intitulado Paraíba: da descolonização ao Império (1780-1889). Atualmente é coordenado pelas professoras Dr^a Serioja Mariano e Dr^a Solange Rocha.

¹⁰ O grupo tem como coordenadoras as professoras Dr^a Cláudia Engler Cury e Dr^a Mauricéia Ananias.

como o levantamento e catalogação de fontes. Dessa iniciativa, temos como frutos a publicação de livros e de fontes documentais, contribuindo com a preservação e valorização da memória da História da Educação. Foi exatamente graças ao GHENO que comecei a problematizar a história de Graciliano, que em 1856, à época um menino com 12 anos, teve seus estudos interrompidos por um ano devido à epidemia do cólera. Esse é um aspecto importante das doenças epidêmicas, já que elas acometem a coletividade e há a necessidade crescente de políticas públicas para combatê-las. Concordo com Foucault quando ele diz que (2008, p. 26) “a epidemia tem uma espécie de individualidade histórica. [...] fenômeno coletivo, ela exige um olhar múltiplo; processo único, é preciso descrevê-la no que tem de singular, acidental e imprevisto”.

A escola particular do Capitão José Pereira Dourado parou suas atividades e o menino Graciliano, que lá estudava, perdeu o ano letivo por causa do clima de catástrofe impresso pelo cólera. Provavelmente, muitos outros setores paralisaram suas atividades por medo desse mal desconhecido.

Naquele período, a instrução pública primária passava por processo de constituição, e era frequente a procura dos pais, em especial os que tinham posses, por aulas particulares para os seus filhos. Em 26 de fevereiro de 1864, por exemplo, o jornal *O Publicador*¹¹ anunciou:

11 O jornal diário *O Publicador* era de propriedade de José Rodrigues da Costa. Segundo Bezerra (1985, p. 81), o referido jornal circulou regularmente de 1862 a 1886. Souza (2013, p. 93) diz que o periódico era de filiação Liberal.

Alexandrina Eudócia da Costa Ribeiro está autorizada pelo governo da província para ensinar meninas; os pais de família que quiserem confiar suas filhas dirijam-se a rua da Areia nº 86, que promete trabalhar com todo o desvelo e carinho.

Estas aulas particulares antecederam e caminharam paralelamente, seja no momento de construção ou no de afirmação, com a escola pública. A prática educativa realizada no âmbito doméstico, no espaço da casa, era um recurso utilizado para a instrução de crianças e jovens, comumente aceita pela sociedade e praticada no Oitocentos, seja por preceptores, escolas particulares, mestre-escola, tanto para uma formação elementar, em que as crianças aprenderiam a ler, escrever e contar, como para o aprendizado de conhecimentos considerados importantes para a formação de jovens. (VASCONCELOS, 2005)

Nem sempre a prática educativa era realizada na privacidade do lar, o mesmo jornal *O Publicador*, em 23 de março de 1864, anunciou que o professor particular, “João Licínio Velloso, avisa aos pais de seus alunos que mudou a sua aula para um salão do andar térreo do convento do Carmo, onde principiará a funcionar no dia 28 do corrente.” Contudo, a prática educativa no âmbito doméstico era corrente e também foi utilizada pelos governos provinciais nesse processo de escolarização, já que não existiam, inicialmente, prédios próprios para a realização da instrução e o governo fornecia uma ajuda para o aluguel de casas. Assim, as primeiras letras foram ensinadas também no âmbito

doméstico, ao longo do século XIX e início do XX na Parahyba do Norte.

As escolas podem ter seguido o exemplo do professor Dourado e fechado as portas pelo estado em que se encontravam, não só na cidade da Parahyba, mas em toda a Província. O caos tomou conta das ruas e o perigo poderia estar em qualquer lugar. A causa da doença era desconhecida, havia controvérsia sobre as medidas terapêuticas mais apropriadas ao tratamento e, para essa epidemia, as receitas e indicações advindas da medicina não diferenciavam das prescrições dos experientes práticos.¹²

Naquele momento, a doença passou a ser metaforizada e construída pelos discursos da época, e meios para detê-la começaram a ser discutidos, com o intuito de recuperação da ordenação social. Foi nesse cenário que dispositivos político-administrativos, religiosos, científicos, se tornaram mais exacerbados e explícitos.

Respostas sociais foram dadas à doença e alguns questionamentos vieram à tona: diante de uma situação de crise epidêmica, em que a vida da população mudou drasticamente, como estava organizada a instrução de primeiras letras ou instrução primária? Preceitos oriundos da ordem médica adentraram nesse cenário educacional? Qual seria a situação das “casas de escola”? Existiram inspeções médicas naqueles espaços escolares? Que hábitos eram considerados salutares e que condutas eram condenadas? Os cuidados com o corpo, os exercícios físicos, es-

¹² Os práticos desenvolviam as chamadas “artes de curar”, não possuíam diploma em medicina e atuavam como benzedeiros, parteiras, sangradores, barbeiros, etc.

tavam presentes? Os regulamentos e leis traziam uma orientação de cunho médico-higiênico para a organização da instrução primária na Parahyba do Norte? A partir desses questionamentos, meu trabalho voltou-se inteiramente para o mundo instrucional, e me propus a investigar sobre a invenção de um modelo hígido de educação escolar na instrução primária na Parahyba do Norte, entre os anos de 1849 a 1886.

O meu argumento foi construído partindo do pressuposto que, a partir da segunda metade do século XIX, momento de consolidação da nova nação, teve como parte significativa de sua constituição, a organização/normatização escolar. Todavia, tal processo foi marcado pelos preceitos oriundos da ordem médica, especialmente os higiênicos, destinados ao controle do corpo social (sociedade e indivíduo), destacando aqui a esfera educacional/escolar. Fundamento esse argumento no sentido de contribuir com a consolidação interpretativa da história de que foi durante a vigência do regime imperial, pelo menos no âmbito da Província da Parahyba do Norte, que os preceitos higiênicos foram amplamente discutidos por médicos, homens letrados, professores, administradores públicos e prescritos nas regulamentações e normas que foram sendo produzidas ao longo de todo aquele século. Ressalto ainda, que muitos deles chegaram, inclusive, a serem possivelmente exercitados pelos sujeitos educacionais no universo escolar do Colégio de Educandos Artífices. Fortaleço esse argumento procurando dialogar com o que estava sendo produzido na Corte, distanciando-me, todavia, da ideia de simples espelhamento ou reflexo, mesmo que em alguns

momentos ocorressem na Parahyba do Norte a reprodução de princípios e fundamentações explicativas e prescritivas que se encontravam também em curso na capital do Império. Com essa perspectiva, considero que a Parahyba do Norte teve as suas especificidades, manifestas, por exemplo, no Regulamento de 1849, rico em preceitos oriundos da ordem médica. Aquele foi pioneiro nessas normatizações na Província e serviu também de orientação para quase todas as outras legislações instrucionais que foram publicadas no período aqui estudado.

As elites políticas locais atuaram efetivamente nessa modelagem e estratégias de disciplinarização e regulamentação, embebidas de um discurso civilizador¹³, ditaram normas tanto para o espaço urbano quanto para a educação escolar. Foi, portanto, nesse movimento que se processou a invenção de um modelo hígido de educação escolar. Logo, a medicina e a instrução se juntaram e se colocaram como responsáveis pela edificação do Estado nacional, utilizando-se de mecanismos de intervenção individualizante e generalizante, irradiando normatizações que se estenderam, inclusive no interior das diversas esferas socio-culturais que constituíam a sociedade brasileira e parahybana. Nesse sentido, considerando a participação das elites provinciais na edificação do cenário administrativo e político do Estado

13 Para Elias (1993), o termo civilização era usado na França do século XVIII para identificar o comportamento da nobreza e da ascendente burguesia. Além disso, o termo também passou a significar o grau de desenvolvimento científico, econômico, tecnológico da humanidade. Essa discussão também está presente em: Abreu (2002) e Revel (2009).

nacional brasileiro¹⁴, busco compreender as especificidades da Província da Parahyba do Norte sem desconsiderar o contexto mais amplo. Nessa perspectiva, realizei um diálogo com os Regulamentos da Instrução Primária e com o que vinha sendo produzido na Corte, como a Reforma Couto Ferraz, de 1854. Esse procedimento propiciou uma maior problematização do objeto e indica a complexidade das relações entre a Província e a Corte. Isso reforça a importância de tomar a história brasileira a partir de outros contextos explicativos, não ignorando a diversidade existente e não minimizando as discussões de âmbito provincial a uma mera imitação do que vinha sendo produzido na Corte.

Os mais variados preceitos de natureza médica passaram a infundir normas que iam do simples ato de lavar as mãos na escola, até aos cuidados mais modernos no âmbito da ortopedia. Diagnosticaram doenças contagiosas, orientando ao mesmo tempo como deveriam ser construídas as materialidades dos prédios escolares, indicando ainda os cuidados com o corpo e as roupas, prescrevendo a ginástica, divulgando a importância da vacinação e purgando o que era considerado pernicioso, isto é, produzindo saberes e poderes, a ordem médica foi consolidando um modelo hígido para a educação escolar, percurso que foi trilhado de mãos dadas com a elite política local, com o objetivo de instruir, ordenar e civilizar a sociedade brasileira e parahybana.

Nesse processo reformador, começou a ser forjado um modelo de escola moderna, com elementos que edificaram uma estrutura administrativa, com condições para o ingresso no ma-

14 Como defende Dolhnikoff (2005) e Gouvêa (2008).

gistério público, com regras para a matrícula, com a elaboração de uma idade e um tempo escolar, com a indicação de compêndios e métodos de ensino, tudo com o intuito de elaborar a escola “como agência de governo das multidões”. (GONDRA, 2007, p. 160)

Foi, portanto, com essas inquietações que realizei as visitas aos arquivos, voltando o meu olhar para a documentação e a bibliografia que foram indispensáveis para chegar ao recorte temático e temporal. Logo, a escolha da periodização se aportou no primeiro Regulamento Geral da Instrução Primária de 1849 (PINHEIRO; CURY, 2004), que está disposto em duas partes: a primeira, publicada em 15 de janeiro, com 10 artigos e a segunda, que é do dia 20 do mesmo mês, com 65 artigos, contabilizando, portanto, 75 artigos que orientam a organização da Instrução Primária na Província. O regulamento de 20 de janeiro de 1849 aponta normatizações, no tocante: a localização e mobília das aulas, a disciplina, as férias, os castigos e recompensas, os estudos, a leitura, a escrita e a instrução moral e religiosa. A partir de 15 de janeiro daquele ano, o citado regulamento indicava a criação do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, que seria nomeado pelo presidente da Província. Ao ocupante da função competiria a inspeção de todos os estabelecimentos de instrução e a regulamentação do ensino, a partir dos métodos, matérias, tudo registrado e encaminhado ao presidente. O regulamento de 1849 é o primeiro dirigido para a instrução na Província, momento em que o cotidiano instrucional começou a ganhar contornos, a partir de uma legislação que indicou normas para a sua fabricação.

O ano de 1886 é outro marco na História da Educação paraibana e representa o ponto de chegada na periodização, por ser o momento de publicação do último Regulamento Geral da Instrução Primária da Província, o Regulamento nº 36 (PINHEIRO; CURY, 2004), que normatizou em 151 artigos a instrução na Parahyba do Norte. Nele, há indicações sobre a matrícula escolar, as matérias de ensino, o horário das aulas, as penas disciplinares, as condições para o magistério público, a direção e inspeção do ensino, entre outras questões.

Os Regulamentos de 1849 e de 1886 foram, portanto, por mim considerados marcos expressivos para a História da Educação paraibana e justificam o meu recorte temporal. Contudo, os referidos documentos ganharam contornos mais significativos por terem sido elaborados e publicados na segunda metade do século XIX, período que conjumina com a autonomização da ciência médica, em uma época em que várias epidemias grassaram na Província da Parahyba do Norte e no restante da nação. Trabalhar com aquele contexto, isto é, com um período de epidemias, com a manifestação rápida e coletiva das doenças, é fundamental, pois se trata de um período marcado pela desorganização social e necessária e urgente reorganização, uma vez que foram estabelecidas novas formas de poder e o discurso médico começou a ser politizado, revelando ainda parte significativa da cultura política provincial. Consequentemente, uma variedade de construções discursivas entrou em cena com o objetivo de recuperação da harmonia social, em um momento em que a medicina buscava ampliar a sua atuação, antes restrita aos indivíduos

e as famílias, para a normatização de espaços sociais cada vez mais amplos.

No Brasil, o saber e a prática médica começaram a ganhar relevância no contexto do Oitocentos, primeiro porque foi o momento em que surgiram os chamados “médicos profissionais”, formados nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, e segundo pela crescente necessidade de sanear o país tomado por doenças. Cólera, febre amarela, varíola e várias outras epidemias assolaram o Brasil e transformaram o tema da higiene em algo primordial.

Naquele período, o campo profissional da ordem médica estava se estruturando e a figura do médico, formado em faculdade e financiado pela nação, conquistou representatividade. Impulsionada em prol de uma missão higienista, a ciência médica passou a organizar propostas de intervenção e conformação da sociedade.

Anteriormente, no Brasil, a atividade era desenvolvida especialmente pelos chamados práticos, isto é, os que não passavam por uma formação acadêmica. Havia uma diversidade de práticas estruturadas a partir da percepção do curador, de quem buscava a cura, das representações da doença, da vida ou da morte. Eram parteiras, cirurgiões barbeiros, sangradores, raizeiros, curandeiros, boticários, benzedeiros e uma variedade de atividades consideradas manuais ou mecânicas (ALMEIDA, 2010). Nesse processo, compreendo uma cultura educacional¹⁵

¹⁵ Segundo Pinheiro (2009a, p. 109), a cultura educacional é “[...] uma dimensão específica e, ao mesmo tempo, abrangente do intercruzamento de saberes populares e de conhecimentos científicos que tomam como foco

formada a partir da atuação de diferentes sujeitos sociais nas artes e ofícios de cura e, a medicina, buscando legitimação e autonomia, passando a desqualificar o saber tradicional advindo dos cirurgiões barbeiros, dos curandeiros, e outros práticos, bem como ampliando a sua atuação a diferentes estratos do tecido social, segundo muitos médicos, a partir da instrução.¹⁶ O caráter educativo advindo do saber médico pode ser visto nas diferentes instâncias de sua atuação, como na cidade, na escola, nas prisões, cemitérios, prescrevendo normas em nome de uma missão preventiva e salvacionista.

Nesse contexto, os médicos, formados nas referidas faculdades, começaram a reivindicar o monopólio dos saberes sobre a doença e a cura. A articulação entre Estado e medicina proporcionou um maior controle social e esta passou a ampliar a sua atuação, antes privada e individual, para a normatização de espaços sociais cada vez mais alargados. A medicina social, enquanto um dispositivo de poder/saber também *disciplinar* estruturou campanhas políticas de cunho pedagógico e moralizador, saneando espaços públicos e privados, visando a modificação de hábitos. De acordo com Foucault (2008, p. 35) “o século XIX viu nascer dois grandes mitos: o mito de uma profissão médica nacionalizada, [...] e o mito do desaparecimento total da doença em uma sociedade sem distúrbios [...]”.

os aspectos relativos aos processos educacionais, sejam eles intra, extraescolares ou não escolares”.

16 Para Pinheiro (2009a, p. 112) o termo “no Brasil imperial, foi utilizado, pelo menos em três sentidos: a) para designar toda a organização ou estruturação escolar pública ou particular; b) como ato de aprender algo, ou seja, instruir-se; c) como aceção mais ampla semelhante ou sinônima de educação”.

A medicina começou a atuar em diferentes áreas como aquelas relacionadas com a cidade, com a população, a instrução, as crianças, etc. Assim, espaços públicos e privados, bem como diferentes agentes da sociedade, passaram a ser descritos como atrasados, insalubres, doentes, o que demandou uma intervenção médica e, o campo da medicina que se preocupava com as respostas para os problemas sociais, era a Higiene. (GONDRA, 1998)

Com o olhar cada vez mais voltado para os problemas da ordem social, penetrando cada vez mais na sociedade, no meio urbano, dialogando com outros saberes como a estatística, a demografia, o saber e a prática médica não esqueceram da educação escolar. De acordo com Gondra (2004), a Higiene foi o ramo da medicina que mais auxiliou na elaboração de discursos sobre a educação escolar. As teses oriundas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1832, tinham como orientação higienistas franceses e foram elaboradas a partir do diálogo com as condições locais. E, temas como: “a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares, as vestimentas, a alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais deveriam ser cultivados nos colégios”. (GONDRA, 2004, p. 108)

Diante desse contexto, defendo que os preceitos da ordem médica adentraram o universo escolar parahybano no Império e contribuíram com a invenção de um modelo hígido de educação escolar. Uso o termo invenção, não com a ideia de uma narrativa ficcional, mas para designar um contexto de fabricação, de construção de uma concepção de educação escolar,

esta expressão remete a uma temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto a busca de um dado momento de fundação, [...] como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. (ALBUQUERQUE JR, 2007, p. 19)

O uso do termo aponta o meu afastamento a qualquer forma de naturalização do acontecimento histórico, bem como a minha aproximação com uma abordagem perspectivista, em fluxo, aberta, múltipla e intrigante do conhecimento histórico, já que devemos ficar atentos não só a produção do que foi escrito, mas também, ao que foi silenciado. Devemos, assim, questionar a documentação, interrogar as lacunas, os hiatos, os esquecimentos. Ao historiador, cabe a escrita e reescrita da história, já que esse saber é temporal e os vestígios do passado, uma representação da realidade. De acordo com Pesavento (2005, p. 40), “representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência”. Representação essa, que também encobre uma identificação, um ordenamento, uma legitimação ou exclusão. Concordo com Gondra (2007, p. 159. Grifos meus), quando afirma que no Brasil, o século XIX, “constitui-se no século da *invenção da forma escolar moderna*”. Nessa invenção, variados elementos se juntaram para compor a educação escolar, e regulamentações da ordem médica também estiveram presentes na conformação de modelos e práticas escolares.

MEDICINA E EDUCAÇÃO ESCOLAR NA HISTORIOGRAFIA

Partindo de uma história que priorizava os males e suas curas ou o progresso da medicina, a doença era estudada, muitas vezes, apenas como fenômeno natural. A problematização da temática é relativamente recente e tem contribuído com estudos nas mais variadas áreas.

Na década de 1970, fruto das discussões presentes na terceira geração do movimento dos Annales, influenciados especialmente por uma abordagem social da história, temos a contribuição de autores como Jacques Revel e Jean Pierre Peter (1995 [1976]), que problematizam a doença como um elemento de desorganização e reorganização social; Posteriormente, a coletânea organizada por Jacques Le Goff (1997), que foi publicada no Brasil na década de 1980, apresentava a historicidade das doenças atrelada aos acontecimentos da vida, assim, para Le Goff (1997, p. 8), “a doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia, um certo abstrato numa complexa realidade empírica, e porque as doenças são mortais”. Também autores como Philippe Ariès (2003) e Jean Delumeau (1989), que desnaturalizaram a morte, apresentando as mudanças nos rituais que a envolviam, e reelaborando entendimentos sobre o adoecer. Nesse contexto, as enfermidades passaram a ser problematizadas enquanto produtos socioculturais. Com abordagens diferenciadas, os autores acima citados trabalharam o fenômeno patológico como sociocultural, utilizando fontes que extrapolam às puramente de origem médica, tais como os relatos de época,

as crônicas, a literatura, artigos jornalísticos, as iconografias, contribuindo, assim, para compreendermos, por exemplo, as transformações postas por uma epidemia e os sentidos conferidos às doenças.

Atualmente, o campo de pesquisa sobre os saberes e as práticas médicas vem se ampliando graças à multiplicidade de abordagens, fontes e temáticas enriquecidas pelo diálogo entre diversas áreas. Estudos sobre epidemias, representação social das doenças, a morte, sobre higiene e educação, a circulação de saberes, os manuais de medicina, dentre outros, descortinaram implicações políticas, educacionais, religiosas, sociais, culturais, evidenciando a historicidade das enfermidades.

Essa renovação tem em grande parte a contribuição de Michael Foucault (2010) que estudou a constituição da medicina social. Três etapas estão envoltas nesse processo: a *medicina de Estado*, a *medicina urbana* e a *medicina da força de trabalho*. A maior parte do desenvolvimento da medicina social aconteceu no século XVIII, período de desenvolvimento do sistema capitalista.

Para Foucault, no início do século XVIII, na Alemanha, se desenvolveu um “conhecimento que tem por objeto o Estado; não somente os recursos naturais de uma sociedade, nem o estado de sua população, mas também o funcionamento geral do seu aparelho político” (2010, p. 80). Naquele momento, o Estado passou a ser objeto de conhecimento e também lugar de formação de conhecimentos específicos. E assim nasceu a *medicina de Estado*. Enquanto a França fazia levantamentos de nascimento e mortalidade e a Inglaterra preocupava-se com a contabilidade

da população, a Alemanha desenvolvia um saber e uma prática médica centrada na melhoria da saúde da sua população, normalizava o ensino médico, criava uma organização administrativa para fiscalizar o exercício dessa atividade, subordinando a medicina a um poder administrativo central. A *ciência do Estado* encarregou-se da estatização da saúde.

O segundo aspecto no desenvolvimento da medicina social, para Foucault (2010), é originário da França em fins do século XVIII, e está associado ao crescimento das estruturas urbanas. A Paris setecentista é descrita como uma cidade suja, populosa, sem ordenamento, a água não era de boa qualidade, os esgotos inexistentes, não havia controle sobre os cadáveres que eram amontoados nos cemitérios, as ruas estreitas, as casas imundas, o urbano pedia uma solução. Nesse momento,

se colocou o problema da unificação do poder urbano. Sentiu-se necessidade, ao menos nas grandes cidades, de constituir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e bem regulamentado. (FOUCAULT, 2010, p. 86)

Razões de ordem econômica, como o desenvolvimento das relações comerciais, de ordem política, como tensões, revoltas, por exemplo, apontaram a necessidade de um poder político capaz de examinar minuciosamente esta população citadina, originando uma *medicina urbana*. Medidas deveriam ser tomadas e o perigo passou a ser visto nas ruas, na água, no ar, nas decomposições. As quarentenas e os isolamentos começaram a ser pres-

critos. A partir daquele momento, surgiu a noção de salubridade e higiene pública, para Foucault, salubridade

não é a mesma coisa que saúde, e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permite a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social, capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. É correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer, ou ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde, a *higiene pública* [...] é o *controle político-científico desse meio*. (2010, p. 93. Grifos meus)

Consequentemente, um maior espaço de atuação do corpo médico foi conquistado. Lixo acumulado, água parada, ruas estreitas e tortuosas, cemitérios, matadouros, feiras, tudo que pudesse formar ou difundir epidemias deveria ser prevenido e controlado. A medicina urbana no século XVIII tinha o olhar voltado para o ar, a água, por exemplo, e não para o organismo, o corpo, o indivíduo.

Por fim, nesse processo de gestação da medicina social, a *medicina da força de trabalho*, que desenvolveu-se na Inglaterra oitocentista e elegeu a população pobre como objeto da medicalização, “para torná-la mais apta ao trabalho e menos perigosa às classes mais ricas” (FOUCAULT, 2010, p. 97). Foi nesse processo que estruturou-se a associação entre a população pobre e a degenerescência, entre a pobreza e o contágio, a pobreza e o perigo. Os pobres passaram a ser vistos como sujos, doentes, perigosos,

malfeitores em potencial e, os médicos, necessários para localizar os lugares considerados impróprios, para registrar as doenças que acometiam essas pessoas, para controlar a vacinação, o corpo e a saúde dessa população.

Para Vigarello (1988, p. 151), nesse contexto, “a higiene do pobre foi apresentada como garantia de sua moralidade e, por extensão, de uma ordem social”. A população, como entidade quantificada, passou a ser uma preocupação da ordem política na Europa e, diante de uma realidade urbana caótica, diferentes agentes deveriam ser mobilizados, já que, apenas punir não resolveria os problemas citadinos, a aposta foi também nas medidas pedagógicas. Na primeira metade do século XIX, elaborou-se todo um tipo de literatura que passou a prescrever, indicar, sugerir conselhos para a população. O autor aponta para uma palavra que se destacou e ocupou um lugar inédito no século XIX: a higiene. Os manuais que circulavam na época usando em seus títulos palavras como “manutenção” e “conservação” começaram a adotar a terminologia “higiene” e a escola primária passou a representar um importante espaço para a difusão das normas que estavam sendo criadas e destinadas, prioritariamente, para a população pobre. Contudo, segundo Vigarello:

O verbo e a pedagogia não podiam, como é evidente, continuar a ser as únicas respostas às ‘ameaças’ da miséria. A esperada ordem da higiene não podia, por seu lado, continuar a ser simples objeto de encantamento. A partir de meados do século XIX imaginam-se medidas muito concretas para corrigir a sujidade indigente das quais se esperam verdadeiras mudanças ‘regeneradoras’. (1988, p. 155)

Foi nesse processo que ganhou destaque uma série de medidas de normatização que começaram a fazer parte do cotidiano da população das cidades. Regulamentar costumes, práticas, hábitos, usos, atos e posturas, era um caminho para “regenerar” a cidade e a população.

Tendo o desenvolvimento do sistema capitalista como pano de fundo, Foucault (2010) mostrou como a medicina passou a intervir no corpo social, ultrapassando o ambiente privado rumo ao domínio da coletividade. A constituição de uma medicina social, coletiva, urbana, foi importante para o estabelecimento desse saber como científico, especializado, racional.

E, na trajetória de clássicos que ajudam a compor a história da medicina, no Brasil devemos muito a autores como: Lycurgo Santos Filho que em *História geral da medicina brasileira* (1991 [1977]), faz um apanhado, desde a Colônia, acerca da medicina aqui exercida. Francisco Bruno Lobo no livro *O ensino da medicina no Rio de Janeiro* (1969), traz uma compilação de relatórios, memórias, discursos, que conta a história do ensino médico a partir dessa documentação. Em *Gênese e evolução da ciência brasileira* (1976), Nancy Stepan dedica alguns capítulos a história da medicina no Brasil.

Na historiografia paraibana, alguns clássicos que trabalharam o assunto dedicaram um pequeno espaço em suas obras para essa discussão, destes: Horácio de Almeida em *História da Paraíba* (1978 [1966]) enfatiza os males endêmicos que acometeram a então Província; José Américo de Almeida no livro *A Paraíba e seus problemas* (1980 [1923]) discute as enfermidades nos

períodos de seca; Wilson Seixas na obra *Viagem através da província da Paraíba* (1985) apresenta o estado de salubridade pública. Numa perspectiva diferente, Oscar Oliveira Castro, em *Medicina na Paraíba: flagrantas da sua evolução* (1945), aponta questões interessantes sobre a temática ao discutir a relação entre os médicos e a política, as cerimônias fúnebres, os anúncios de jornais, a higiene e as epidemias, transportes e roupas dos médicos, dentre outros assuntos.

É válido ressaltar, que esses autores são importantes para entendermos o período e os temas que abordaram, e, devido as suas contribuições, se tornaram clássicos, referências obrigatórias. Deve-se compreender que as suas produções refletem o pensamento de uma época, carregada de influências culturais, sociais, técnicas, pessoais, institucionais, temporalidade que reflete a construção de uma determinada realidade, em que os autores fizeram suas escolhas, ora silenciando, ora privilegiando determinados aspectos na construção da sua versão de história (REIS, 2002). De acordo com Albuquerque Júnior, compreendo que

o conhecimento histórico é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz. (2007, p. 61)

Os estudos de Foucault, por exemplo, sobre a medicina social começaram a embasar pesquisas no Brasil, a obra *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil* (1978), organizada por Roberto Machado, faz uma reflexão sobre os saberes da medicina como política social. Foi um novo tipo saber que se apresentou no Brasil, a partir do século XIX com a sua institucionalização, que elegeu a cidade como palco da norma, assim, a escola, o cemitério, a prisão, o bordel, entraram no leque da intervenção médica. As teses da Faculdade de medicina do Rio de Janeiro foram trabalhadas no livro e os autores discutem também os cuidados com a criança e a instituição escolar, a partir do controle médico. Assim, identificaram nas teses uma série de orientações consideradas fundamentais para o bom funcionamento dos estabelecimentos de ensino. Inicialmente, a localização desses estabelecimentos foi discutida. O distanciamento do espaço urbano era recomendado em virtude das condições de insalubridade das cidades. De preferência um local ensolarado, arejado, asseado e espaçoso, com dormitórios, cozinhas, enfermarias e latrinas isoladas e com material necessário. As salas de aula deveriam conter bancos, mesas, iluminação, ventilação e condições higiênicas. Professores, funcionários e especialmente os alunos deveriam passar pelo crivo médico. A inspeção física e moral aconteceria no ato da matrícula, a vacinação seria condição indispensável para o ingresso na escola e uma programação orientaria a disciplina a ser seguida, com horários para aulas, refeições, banhos, descanso e ginástica. Os castigos, antes de ordem moral do que física, serviriam para causar cons-

trangimento disciplinador, e gratificações e premiações estimulariam bons comportamentos, tudo para “o controle positivo da vida da criança através de uma instituição para ela voltada, instituição perfeitamente medicalizada” (MACHADO et al., 1978, p. 297). São prescrições baseadas em saberes e práticas médicas que foram se constituindo historicamente associados ao crescimento da própria medicina.

Seguindo a inspiração foucaultiana, Terezinha Madel Luz, no livro *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*, publicado em 1982, trabalha o surgimento e a consolidação de instituições médicas no Brasil, a exemplo da Academia Nacional de Medicina, da Escola Tropicalista Baiana e do Instituto Oswaldo Cruz. Enfatizando a relação entre medicina e Estado, ciência e poder, a autora discute as divergentes propostas de intervenção do meio social estudadas por essas instituições. Jurandir Freire Costa em *Ordem médica e norma familiar* (1983), trabalha com as propostas normalizadoras da ordem médica atuando na privacidade familiar burguesa do século XIX.

Fruto do meio acadêmico, a expansão da temática, na Paraíba, vem com discussões inseridas no contexto de consolidação dos cursos de pós-graduação, assim, temos as contribuições de: Ariosvaldo Diniz (1997) que trabalha em sua tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, com as representações sobre o cólera no imaginário social no Nordeste oitocentista; Lenilde D. Sá (1999) discute em sua tese apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP, o Serviço de Higiene Pública da cidade da

Paraíba entre 1895 a 1919; Risomar S. Viera (2000) em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, trabalha com as condições de saúde na Paraíba imperial; Alarcon Agra do Ó (2005) faz uma discussão sobre os modos de adoecer na Paraíba imperial; Giscar F. Agra (2006) analisa a importância da higiene na construção de Campina Grande, entre 1877 e 1935, no livro *A urbs doente medicada*; Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá (2009), trabalha em sua dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, o movimento higienista e a cidade da Parahyba, nos anos de 1854 a 1912 e Percilia de Fátima Souza (2011) analisa as artes de curar na Paraíba em sua monografia defendida no curso de História da Universidade Federal da Paraíba. São discussões que tem fomentado um espaço de debate e favorecido o campo de pesquisas, ao abordarem as doenças revelando a história.

No âmbito da História da Educação, o diálogo entre educação/instrução e medicina tornou a temática mais rica e fecunda: Vera Regina Beltrão Marques em *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico* (1994), resultado do seu mestrado em Educação, analisa o discurso médico-pedagógico acerca da eugenia na cidade de São Paulo na década de 1920. Em um contexto em que a associação entre educação moral, higiene e hereditariedade estava em voga, em que as discussões giravam em torno da condenação de uma sociedade miscigenada, o controle do espaço urbano e do meio social era indicado. A proposta era homogeneizar a população, era regulamentar a imigração, a

prostituição, o casamento, os costumes, e a escola poderia ser um espaço apropriado para inculcar condutas consideradas corretas, tendo a eugenia como contribuição.

José Gonçalves Gondra na obra *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial* (2004), que é fruto da sua tese de doutorado em Educação, trabalha com as teses defendidas pelos médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, argumentando que no interior da racionalidade médica estruturou-se um modelo de organização escolar. Gondra discute o processo de institucionalização do campo médico, passando pelas condições políticas, econômicas, sociais, educacionais, do Rio de Janeiro, conduzindo o leitor a compreender um conjunto de precariedades, assim “diante dessa urgência, a tarefa de ordenar o espaço, de civilizar os homens e de regenerar a cidade foi reinventada pela medicina” (2004, p. 100). A partir desse contexto, o autor começa a apresentar o modelo higiênico e a forma escolar de educação proposta por médicos da referida Faculdade.

A preocupação inicial no projeto médico-higiênico diz respeito à localização e edificação de prédios escolares, a busca por um ambiente arejado, enxuto, elevado, iluminado, salubre, deveria ser levado em consideração no momento da escolha dos lugares para tal construção; em seguida, o vestuário e a higiene pessoal são temas abordados, os banhos, a higiene bucal, o tipo de roupa e tecido, o uso de cosméticos, eram preocupações presentes. O terceiro item apontado pelo autor está relacionado à alimentação dos alunos, as discussões giravam em torno da

quantidade, qualidade e variedade de alimentos, bem como, de lugares apropriados para o seu preparo; o quarto ponto faz referência à importância dos exercícios para o corpo; posteriormente, o bom funcionamento do organismo é evidenciado, a transpiração, a excreção corporal, por exemplo, são temas tratados; por fim, a educação moral e intelectual é discutida nas teses, com o intuito de “moldar os sentidos”, a partir da educação literária, religiosa e moral. O autor enfatiza que o objetivo maior dos higienistas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era de uma educação integral, isto é, física, intelectual e moral, encaminhada pela Higiene, considerada ciência integral que deveria cuidar da infância e da escola.

Algumas dessas preocupações são observadas no livro *Memórias de um sargento de milícias*, do médico e romancista Manuel Antônio de Almeida, que veio a público, inicialmente aos domingos, entre 1852 e 1853, no jornal *Correio Mercantil*. A obra trata da vida de Leonardo Pataca e seu filho Leonardo, história ambientada no Rio de Janeiro de D. João VI. No desenrolar da trama, o menino Leonardo passou a ser criado pelo padrinho barbeiro, que se preocupava com a instrução do afilhado, e pensou em começar a ensinar-lhe as primeiras letras em casa. Posteriormente, já *lendo soletrando sofrivelmente*, o padrinho decidiu enviar o menino para a escola e foi procurar o professor que

morava em uma casa da Rua da Vala, pequena e escura. Foi o barbeiro recebido na sala, que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho, sujos já pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde

escreviam os discípulos, toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros; nas paredes e no teto havia penduradas uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios, dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades: era a paixão predileta do pedagogo. (ALMEIDA, 1997, p. 46. Grifos meus)

Foi nesse cenário que Almeida retratou uma escola do *tempo do Rei*, ele salientou que o mestre era um dos professores mais *acreditados* na cidade por castigar os alunos com a palmatória. Era sábado, a sala estava cheia de meninos e as suas vozes somando-se ao canto dos pássaros, faziam um barulho enorme. O professor estava pronto para tomar a *tabuada cantada*, mas parou as suas atividades para recebê-los. Escrevendo no Segundo Reinado, o médico e romancista ao narrar o ambiente escolar, nos deixa atentos para algumas questões debatidas no interior da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que criticavam as “casas de escola”, descritas como: um ambiente escuro, sujo, sem ventilação, barulhento e pequeno. É importante destacar que o texto literário não tem como objetivo a busca de uma afirmação, seu compromisso é com um argumento que estruture uma realidade ficcional coerente para o leitor e, tendo em mente essa construção discursiva, “a matéria-prima do texto literário são os signos, e é na fluidez e no deslizamento característicos da produção semiótica que essa escrita se localiza e se locomove” (GOUVÊA, 2007, p. 23). Os signos devem ser lidos com base em uma reflexão antropológica, eles fazem a mediação da nossa relação com o mundo, como uma representação, e embora tenha o real no

qual o autor está inserido como referência, não há uma relação de transparência com ele.

Com um recorte na República e como resultado da sua tese de doutorado em Educação, Heloísa Helena Pimenta Rocha (2003 e 2007) trabalha com a atuação da Inspeção Médica em São Paulo no início do século XX, identificando um conjunto de dispositivos de normalização que, a partir de exames variados, que registrariam e classificariam as crianças, passou a configurar, a dar forma ao aluno, nesse caminho,

a difusão da escola primária em São Paulo, segundo os padrões assumidos pelos grupos escolares, calcados nas mais modernas orientações em relação a arquitetura, mobiliário, material escolar, métodos e procedimentos de ensino, se fez acompanhar da produção de um amplo conjunto de dispositivos, com base nos quais se procurou responder aos objetivos de homogeneização, racionalidade e padronização em que se fundava essa modalidade de escola. (ROCHA, 2007, p. 241)

Os médicos brasileiros, atentos para as discussões sobre higiene escolar presentes nos congressos internacionais de higiene, nos debates ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, começaram a defender a inspeção médica escolar. A organização de uma prática dessa natureza, traria para o país melhorias na saúde física e mental dos educandos, “potencializaria a ação da escola na formação das crianças, prevenindo e corrigindo as deformidades, substituindo os hábitos e as práticas consideradas viciosas, [...] contribuindo na realização do ideal de ‘regeneração da raça’ brasileira”. (ROCHA, 2007, p. 242)

Dessa relação entre medicina e educação/instrução, também temos as contribuições de Marta Maria C. de Carvalho (2003) no texto *Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas*; Maria Stephanou (2009) no trabalho *Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira*, em que a autora analisa os discursos médicos de ordem higiênica e eugênica e a proposta de uma educação sanitária na escola brasileira nas primeiras décadas do século XX.

No âmbito da produção paraibana temos os estudos de Aparecida de Lourdes Paes Barreto (2010) que trabalha com *Higienismo e educação na Paraíba* entre a segunda metade do século XIX e o início do XX; Azemar dos Santos Soares Júnior (2011) que faz uma discussão sobre a higienização dos corpos na Paraíba no início do século XX, abordando a relação entre higiene, corpo e educação física na dissertação intitulada *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Parahyba (1912-1924)* e Iranilson Buriti (2011b) trabalhando com *Leituras do sensível: instrução moral e práticas médico educativas no segundo Império*.¹⁷

Embora com abordagens variadas, todos os autores acima especificados são importantes nesse campo de pesquisa. Nes-

¹⁷ Há alguns pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande, que trabalham com a temática no Grupo de Pesquisas História das Práticas e Discursos Médicos. Na linha de História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, da qual faço parte, encontrei trabalhos que fazem referência as discussões acerca das influências que as normas médicas exercem na educação. Contudo, os identificados não tinham como objetivo geral a temática em questão, ou seja, os focos das discussões são outros. Destes, destaco as dissertações de Máira Lewtchuk Espindola (2012), com o trabalho intitulado *Primeira República, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des) encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*, e a de Rosângela Chrystina Fontes de Lima (2010), com o trabalho *Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideários da modernidade (1916-1935)*.

sa trajetória, a doença deixou de ser apreendida apenas como algo dado, revelando representações diversas envolvidas na sua construção.

De acordo com Cordeiro Júnior (2003, p. 17-18) a

história da história tem permitido aos historiadores compreender como o conhecimento histórico se comporta diante das experiências do passado e como as formas de sensibilidade histórica têm sido elaboradas com o passar dos tempos.

Assim, minhas discussões seguem o caminho aberto por todos esses estudiosos, e as publicações do filósofo Michel Foucault inspiram meu trabalho como historiadora, já que seus escritos “seduzem à reflexão permanente, atraem por uma forma de pensar móvel, encantam pelas possibilidades que deixam entrever, fascinam pelos arranjos que promovem” (GONDRA, 2011a, p. 294). Compreendo o seu pensamento como uma perspectiva e não pretendo enquadrá-lo ou tentar fazer qualquer exercício de classificação. Isso poderia enrijecer o seu pensamento e acredito que “os domínios em que se movimenta a obra de Foucault”, como o *saber* e o *poder* (VEIGA-NETO, 2011, p. 42), que tem contribuído com os estudos na História da Educação, ajudam a problematizar o meu objeto de pesquisa, já que são muitas as possibilidades que o seu pensamento abre para a Educação. As trilhas abertas pelos estudiosos da História da Educação que articularam em seus estudos a medicina e a educação/instrução, são marcas importantes para as discussões que faço ao longo deste texto, visto que, “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento do seu retorno”. (FOUCAULT, 1996, p. 26)

TEORIZAÇÕES FOUCAULTIANAS E METODOLOGIA DO ESTUDO

Segundo Veiga-Neto (2011) não existe um método e uma teoria foucaultiana, se entendermos o método ou a teoria com os sentidos que a modernidade¹⁸ lhes atribuiu, visto que, no pensamento de Foucault, não há espaço para metanarrativas, para essências fixas, certezas prontas ou leis universais. Entretanto, isso não significa que ele descarte tudo o que a modernidade construiu, “a crítica foucaultiana à racionalidade moderna não quer jogar fora a própria racionalidade, mas quer, sim, colocar em xeque a ideia iluminista, unificadora e totalitária de Razão” (VEIGA-NETO, 2011, p. 23). Ao ampliar e pulverizar o conceito de razão, ele a distribui em diferentes espaços, compreendendo o seu caráter histórico. Assim, para Veiga-Neto, é mais adequado falar em teorizações foucaultianas e mais prudente entendê-lo como uma perspectiva, já que a liberdade é apresentada como uma possibilidade em seu pensamento que enfatiza a descontinuidade, a diferença, a singularidade, a subjetividade na produ-

18 Sobre a modernidade, Foucault (2013a, p. 358) diz: “Sei que se fala frequentemente da modernidade como uma época ou, em todo caso, como um conjunto de traços característicos de uma época; ela é situada em um calendário, no qual seria precedida de uma pré-modernidade, mais ou menos ingênua ou arcaica, e seguida de uma enigmática e inquietante ‘pós-modernidade’”. E, discutindo uma resposta dada por Kant a pergunta “o que são as Luzes?”, de um periódico alemão publicado no século XVIII, Foucault (2013, p. 358) indagou: “Referindo-me ao texto de Kant, pergunto-me se não podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história. Por atitude, quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa. [...] creio que seria melhor procurar entender como a atitude de modernidade, desde que se formou, pôs-se em luta com as atitudes de ‘contramodernidade’”.

ção do conhecimento. A obra de Foucault é exemplo de uma atividade intelectual interdisciplinar, dialogando com a Filosofia, a Linguística, a História, as Artes, a Medicina e outros diferentes campos do saber, seu pensamento não se vinculou a uma única corrente epistemológica e nos brindou com novos espaços de reflexão, com outros modos de perguntar, apresentando paisagens diferentes, em busca de novas expansões do conhecimento.

Para Latour (1994), no livro *Jamais fomos modernos*, ao discutir o desenvolvimento do pensamento moderno ocidental ou o desenvolvimento da razão ocidental, a principal característica da sociedade moderna seria a separação entre natureza e cultura e, separadas estas esferas, houve a negação de qualquer hibridação entre elas. Partindo de suas pesquisas em antropologia, o autor salienta os diferentes sentidos conferidos a palavra modernidade e que esta encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, designando duas realidades diferentes, a da natureza e a da cultura que, para permanecerem eficazes, devem continuar distintas. Latour (1994, p. 99) enfatiza que,

apenas nós fazemos a distinção absoluta entre a natureza e a cultura, entre a ciência e a sociedade, enquanto que todos os outros, sejam eles chineses ou ameríndios, zandés ou barouyas, não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem.

Concordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 28) que, utilizando-se da metáfora do rio, tomada de empréstimo do conto *A terceira margem do rio*, presente no livro *Primeiras estórias* de Guimarães Rosa, defende pensarmos a História da terceira margem do rio, o que significa pensar que a História “não se passa apenas no lugar da natureza, da coisa em si, do evento, da matéria ou da realidade, nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da ideia ou da narrativa, mas se passa entre elas”. É da mediação entre o acontecimento e a narrativa que a produção do conhecimento nasce, e o instrumento que faz a liga nessa relação é a linguagem. A fabricação histórica é fruto dessa mediação, mas isso não quer dizer que a realidade é uma construção narrativa, que haja aqui uma negativa da materialidade do acontecimento, pelo contrário, todo acontecimento histórico é, “ao mesmo tempo, natureza, sociedade e discurso, pois é materialidade, relação social e de poder e produção de sentido” (2007, p. 27). A linguagem faz a ligação entre os pontos separados pelo pensamento moderno e “talvez possamos sair desta necessidade de nos filiar-mos de um lado ou de outro destes pretensos paradigmas rivais”. (2007, p. 26)

E, mesmo articulando natureza e cultura, coisa e palavra, evento e narrativa, realidade e discurso, não devemos afirmar que esse conhecimento é definitivo, pois não temos a pretensão de verdade. A partir de dados variados, o historiador, comprometido com a produção do conhecimento, pois só podemos historicizar o que deixou marcas de sua produção pelo homem, em um dado momento e espaço, passa a problematizar os aconteci-

mentos a partir de questionamentos do presente, imprimindo-lhes novos significados.

Assim, ancorada em algumas das contribuições, ferramentas e teorizações foucaultianas e entendendo o método, em um sentido mais aberto, como uma certa forma de interrogação e investigação, busco compreender a invenção de um modelo hígado de educação escolar na Parahyba do Norte, entre os anos de 1849 a 1886.

Para compreender a tessitura desse modelo¹⁹ hígado, o *saber-poder* da ordem médica que penetrou no mundo escolar, atuando sobre esse *corpo* e sobre essa *população*, ganhou destaque nas minhas pesquisas e compartilho da ampla concepção de *poder* desenvolvida por Foucault. O poder é visto em suas obras como algo que funciona em rede, que tem um caráter plural, assumindo diferentes formas e perpassando todo o corpo social, não atuando apenas reprimindo, também disciplinando, normatizando, produzindo. Ele não é entendido como uma essência ou um bem, uma entidade unitária e estável, é uma prática social constituída historicamente. Foucault não compreende o poder emanando apenas do Estado, como um monopólio, ele faz um deslocamento na compreensão do poder, não negando a importância do Estado, mas reconhecendo que essas relações ultrapassam essa instância, já que há uma rede de poderes moleculares na sociedade que está relacionada com a “produção de determinados saberes [...], e analisar como esses micro poderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o

19 Uso o termo modelo no sentido de algo que serve de referência.

nível mais geral do poder constituído pelo aparelho do Estado” (MACHADO, 2010, p. XIII) acompanha minhas preocupações. Assim,

o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas. (FOUCAULT, 2011, p. 29)

Seguindo essa ampla concepção, no livro *Em defesa da sociedade* (1999), Foucault utiliza-se das conquistas, invasões e guerras para compreender as relações de poder. Ao identificar, especialmente entre o final do século XVIII e o início do XIX, mecanismos *regulamentadores* agindo sobre a população, percebe um deslocamento no modelo de poder representado pela soberania, que governava os indivíduos por meio de mecanismos *disciplinares*, para um novo tipo de poder, ao qual denominou *biopoder*, ou melhor, um poder que foca a sua atenção para a vida, para a coletividade, que se aplica na população, esse “novo corpo, corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (1999, p. 292) e que tem

como objetivo formatar e controlar a vida das pessoas, prevendo os seus riscos.

Sobre os mecanismos disciplinares, Foucault nos diz que

nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que deveria se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho. (1999, p. 288)

Essa *anatomia política do detalhe*, com o exercício do poder disciplinar, tinha o objetivo de fabricar corpos dóceis, maleáveis, proporcionando ao soberano um olhar vigilante e econômico no controle social. As instituições disciplinares, como escolas, prisões, hospitais, incorporaram uma maquinaria de controle dos comportamentos e a “minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado”. (FOUCAULT, 2011, p. 136)

No curso ministrado em 1976 como professor do Collège de France e publicado em forma de livro com o título *Em defesa da sociedade*, Foucault (1999) discute as relações de poder e seus mecanismos de intervenção, como visto. A última parte do livro é dedicada a constituição, na modernidade, de uma *biopolítica*, que tomou a população como objeto de agenciamento do poder. De acordo com Agra do Ó:

Desde os fins do século XVIII e pela primeira metade do século XIX, estabeleceram-se práticas de poder implicadas no espraiamento dos controles e dos regramentos por sobre os indivíduos, tomados desde ali não mais como seres atomizados, mas, sim, como uma população. (2011, p. 16)

Assim, mapeando o *poder soberano* que disciplinava os indivíduos, buscando compreender como os saberes são produzidos, Foucault (1999) passa a discutir a biopolítica, como um procedimento institucional de administração da coletividade. Com o aumento populacional e o crescimento das cidades, a vida em sociedade trouxe transformações que pediam intervenções para gerenciar a população, que até então não era considerada um problema. A biopolítica vem responder a esses anseios, e dispositivos variados de poder passaram a ser utilizados pelo Estado, que atuou a partir de outras relações de poder previamente existentes que atravessam toda a estrutura social.

No livro *Segurança, território, população*, Foucault (2009) discute a gênese de um procedimento institucional que tinha a população como preocupação, apresentando os mecanismos utilizados para sua regulamentação. Logo, a população passou a

ser enfatizada não apenas como fonte de riqueza e poder, como súdito de um soberano, como era vista anteriormente, mas associada a dependência de *toda uma série de variáveis*.

A população é um dado que depende de toda uma série de variáveis que fazem que ela não possa ser transparente à ação do soberano, ou ainda, que a relação entre a população e o soberano não possa ser simplesmente da ordem da obediência ou da recusa da obediência, da obediência ou da revolta. Na verdade, as variáveis de que depende a população fazem que ela escape consideravelmente da ação voluntarista e direta do soberano na forma da lei. (FOUCAULT, 2009, p. 93)

Assim, a população muda com as doenças que a afetam, com o comércio, com as riquezas, com o clima, com os meios de subsistência, com o desejo próprio, com as leis, com os costumes, com os valores morais, com as questões religiosas, enfim com uma série de variáveis que precisavam ser conhecidas e controladas, o que faz com que “tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder” (FOUCAULT, 2009, p. 95). Nesse sentido, houve a necessidade de implantação de um gerenciamento da vida da população, vida essa que se tornou alvo prioritário de investimentos.

Com essa nova tecnologia de poder, com foco na gestão da vida, entram em cena no final do século XVIII e início do XIX, *mecanismos regulamentadores* que se dirigem a multiplicidade dos homens, “não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida,

que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a *doença*". (FOUCAULT, 1999, p. 289. Grifo meu)

Com a biopolítica, as doenças passaram a ser discutidas. Sua forma, natureza, extensão, duração e intensidade ganharam destaque, como problemas permanentes de "subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que pode custar. Em suma, *a doença como fenômeno de população*". (1999, p. 290-291. Grifos meus)

Assim, a biopolítica representa também uma medicina social e sua preocupação está na gerência da saúde, da higiene, na medida em que esse gerenciamento se tornou um investimento político. Nesse processo, a medicina começou dialogar com a cidade, a rua, a casa, a escola, o bordel, a prisão, a criança, a população, os sujeitos em sociedade. Logo, "o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão da vida do corpo social" (DUARTE, 2008, p. 50). Mediante o mecanismo da regulamentação, o biopoder começou a atuar sobre o corpo múltiplo, não excluindo a disciplina, com seus exames minuciosos do tempo, do espaço, dos movimentos do corpo, das atitudes e gestos dos indivíduos, ele também a utiliza a partir de um elemento que articula esses mecanismos, a partir da *norma*:

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generali-

zada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço - essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. (FOUCAULT, 1999, p. 303)

Esse novo poder busca instaurar a norma. Para Veiga-Neto (2011, p. 75), a norma, ao mesmo tempo que individualiza, aponta para o conjunto dos indivíduos e “nesse processo de individualizar e, ao mesmo tempo, remeter ao conjunto, dão-se as comparações horizontais – entre os elementos individuais – e verticais – entre cada elemento e o conjunto”. Devido a essas comparações, toda diferença é considerada um desvio, uma mudança de direção, um afastamento do ponto considerado correto, seguro, o desvio levaria a algo indesejável, fora da medida, do modelo, do padrão. Como nos diz Foucault (1999), a norma produz objetividade, ela equaliza, fornece a medida e, se ela compara para tornar semelhantes, também classifica e eterniza as diferenças.

A medicina, para Foucault, “é um *saber-poder* que incide ao mesmo tempo sobre o *corpo* e sobre a *população*, sobre o organismo e sobre os processos biológicos” (1999, p. 302. Grifos meus). Logo, a passagem da *anátomo-política* do corpo para a *biopolítica* da população está intimamente ligada ao problema da gestão, do governo da população, o que demandou investimentos em instituições variadas, como a escola. Com a modernidade, o poder soberano sobre os indivíduos esbarrou em limites, era restritivo,

diminuto e, para Foucault, com o crescimento demográfico, esse poder mostrou-se ineficiente e novos mecanismos de governo foram experimentados e postos em prática, revelando um dos pilares dessa política. De acordo com Gondra (2007, p. 159), “na modernidade, as formas de exercício do poder foram redistribuídas, instaurando novas modalidades, criando, para tanto, instituições a elas correlatas ou redefinindo funções de outras já existentes”.

Novas configurações das relações de poder estavam em cena e, ao Estado, cabia gerenciar o nascimento, a doença, a produção, a morte, desse novo elemento que é a população. São esses fenômenos que começaram a ser levados em consideração a partir do final do século XVIII e que trouxeram

a introdução de uma *medicina* que vai ter, agora, a função maior da *higiene pública*, como organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população. (FOUCAULT, 1999, p. 291. Grifos meus)

Assim, saberes como a medicina, a estatística, a demografia, ganharam destaque por atuarem em diferentes áreas do tecido social; e políticas públicas, baseadas nesses saberes, passaram a ser implementadas com o objetivo de controlar essa diversidade. Criar ou regulamentar espaços públicos e também privados passou a ser o foco na ordenação das multiplicidades e a medicina se tornou uma estratégia biopolítica. No século XIX, os problemas das cidades começaram a ser enfocados: as sujidades, os pântanos, as epidemias, a aglomeração de pessoas, a arquitetura

dos espaços públicos e privados, por conseguinte, a biopolítica, com foco nos fenômenos coletivos, buscou estabelecer mecanismos regulamentadores e/ou disciplinares com o objetivo de “fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de previdência em torno desse aleatório”. (FOUCAULT, 1999, p. 293-294)

Como exemplo da articulação dos mecanismos disciplinares do corpo, com os mecanismos regulamentadores da população, Foucault nos aponta “as regras de higiene que garantem a longevidade da população, [...], as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias, os cuidados com as crianças, a escolaridade, etc”. (1999, p. 300)

Foucault finaliza essa passagem chamando a nossa atenção para a medicina e a higiene:

E vocês compreendem então, nessas condições, porque e como um saber técnico como a medicina, ou melhor, o conjunto constituído por medicina e higiene, vai ser no século XIX um elemento, não o mais importante, mas aquele cuja importância será considerável dado o vínculo que estabelece entre as influências científicas sobre os processos biológicos e orgânicos (isto é, sobre a população e sobre o corpo) e, ao mesmo tempo, na medida em que a medicina vai ser uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios. (1999, p. 301-302)

No Oitocentos, a medicina, posicionando-se como detentora de conhecimentos vitais para o indivíduo e a população, circulando entre o disciplinar e o regulamentador, passou a es-

truturar um discurso pautado na norma, buscando dirigir a sociedade por um caminho calculado, administrado, prevendo os acontecimentos aleatórios que ocorrem na coletividade.

De acordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 152),

Foucault nos faz pensar os objetos que o historiador estuda como uma fabricação artesanal. Ele é responsável por sua seleção, seu recorte, sua elaboração. Embora parta de matérias deixadas pelo passado, de escrituras que procuraram reter o sentido de cada instante e de cada experiência que contavam, o historiador fará com eles o seu próprio origami, dobrará de uma forma estas páginas amareladas, dará a elas uma nova respiração, nascida do sopro da imaginação.

Nessa fabricação, busco trabalhar com a categoria *biopolítica*, uma vez que me ajudou a entender a medicina como uma prática social, penetrando, com o seu saber, na coletividade educacional e escolar. Me auxiliou, ainda, a compreender o domínio que a medicina social, exerceu sobre os corpos dos indivíduos na Parahyba do Norte. As prescrições da ordem médica que adentraram, paulatinamente, naquele universo, estiveram envoltas no contexto de criação e posterior consolidação da nação brasileira. Logo, a medicina, se colocando como uma das responsáveis pela edificação do Estado nacional, utilizou-se de mecanismos de intervenção individualizante e generalizante, irradiando a norma no interior das diversas esferas que constituem a sociedade.

Outra contribuição de Foucault para este estudo está na mudança de direção, no deslocamento de olhar do que era considerado como fundamental para se compreender, por exemplo,

a constituição e o funcionamento de instituições educacionais e escolares. Ao olhar para o que era considerado menor, marginal, periférico, ele me propiciou trazer à tona as questões relacionadas com a medicina, com o corpo, a sexualidade, revelando novas reflexões sobre as especificidades parahybanas. Nesse caminho, utilizo a categoria biopolítica para compreender o saber médico como parte constitutiva do processo de escolarização na Parahyba do Norte.

Busquei problematizar a complexidade dos processos históricos, não enfatizando somente as rupturas, mas compreendendo as permanências e as mudanças ocorridas no contexto político, social, cultural, econômico e educacional da Parahyba do Norte, visto que, compartilho da ideia de que a “memória da ação republicana em prol da educação escolar foi edificada *por cima* dos escombros de antigas casas de escola, [...] de debates, leis, reformas, projetos, iniciativas e políticas de institucionalização da escola nos tempos do Império.” (SCHUELER, 2008, p. 3. Grifo meu)

Para a realização dessa discussão, iniciei meu trabalho com a coleta das fontes, pois

é vasculhando as camadas constitutivas de um dado saber, de um dado acontecimento, de um dado fato, que podemos apreender o movimento de seu aparecimento, aproximarmos-nos do momento em que foi ganhando consistência, visibilidade e dizibilidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 151)

De todo o material coletado, aqui destaco: revistas como as do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), que trazem artigos sobre medicina, doenças, médicos, dentre outros; jornais, a exemplo de *A Época* (1856), *A Regeneração* (1861-1862), *O Despertador* (1859-1869), que em épocas de epidemias destinaram um largo espaço para noticiarem o estado de salubridade da Província, remédios caseiros e a atuação dos médicos e políticos; jornais como *O Tempo* (1864-1866) e *A Opinião* (1877-1878) que trazem denúncias contra professores, enfatizando a situação das “casas de escola”. Documentos oficiais como os *Relatórios dos Presidentes de Província*, que trazem, anualmente, na perspectiva dos presidentes e seus auxiliares, como os diretores da Instrução Pública, um balanço da situação na Província; os *Códigos de Postura*, publicados na *Coleção das Leis Provinciais* e nos jornais da época e as *Leis e Regulamentos da Instrução da Parahyba* organizados pelos professores Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury (2004). Também os *Almanaques*, a literatura de viagem, a exemplo do inglês Henry Koster que esteve na Parahyba no século XIX, os manuscritos referentes ao período imperial presentes no *Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte* e o compêndio *O Livro do Povo* (1865) adotado para a instrução primária na Parahyba do Norte.

Como visto, a maior parte do *corpus* documental sobre o século XIX é de origem oficial ou deriva dela, e sobre essa particularidade não podemos nos deter a uma visão limitada que compreende a legislação como consolidação das diretrizes advindas das classes dominantes. Nesse sentido, Faria Filho (1998), discu-

tindo a legislação escolar como fonte para a História da Educação, chama a atenção para as várias dimensões em que podemos enfocar esse tipo de documentação. Atento para a dinamicidade da legislação, o autor propõe entendê-la como um ordenamento jurídico-administrativo, como uma prática ordenadora das relações sociais e, nesse sentido, devemos olhar com atenção, pois as normas não existem isoladamente, há todo um “em torno” que deve ser levado em consideração, são práticas, representações, articulações, apropriações, que mostram, por exemplo, que “a burla e o cumprimento da lei não se distinguem” (FARIA FILHO, 1998, p. 117). O aspecto discursivo da legislação, a lei como linguagem, também é um viés interessante para ser discutido e, assim, ela pode representar tradições, costumes, práticas sociais. Se atentarmos para as leis como prática ordenadora das relações sociais temos que entender o seu momento de produção, os sujeitos que estão envolvidos, o tipo específico de legislação, bem como, o contexto da sua realização. Faria Filho (1999, p. 119), discutindo a relação entre Estado, cultura e escolarização diz que “é clara a conotação pedagógica pressuposta na ação legislativa: a lei moldaria o caráter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação”.

Revel (2009), ao discutir *Os usos da civilidade* na obra *História da vida privada: da renascença ao século das luzes*, da coleção dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, nos aponta para a complexidade que um *corpus* documental pode conter. Ao trabalhar com a literatura das civilidades, Revel mostra que evidência e ambiguidade caminham juntas na leitura das fontes e, “como

toda documentação normativa, esta também se expõe a uma objeção de princípio: descreve condutas prescritivas e não condutas reais” (REVEL, 2009, p. 171). Contudo, para o autor, nesse campo a representação social da norma não é menos real do que a observada nos comportamentos. Revel salienta que há uma finalidade pedagógica na documentação normativa, ela também revela uma vontade de expor e ensinar as condutas consideradas legítimas.

Gostaria também de destacar a importância dos periódicos como fonte para o conhecimento da História da Educação. Esses impressos, que passaram a ser valorizados e trabalhados com as mudanças na própria concepção de documento, contribuição de várias áreas do conhecimento, com suas notícias veiculadas diariamente, semanalmente, mensalmente, que são lidas, ouvidas e debatidas, por diferentes sujeitos sociais, sugerem a absorção dessa realidade por parte de um número de pessoas da comunidade. É preciso atentar para a sua materialidade, conteúdo, publicidade, público, já que o pesquisador “trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso *dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa*” (LUCA, 2011, p. 140. Grifos da autora). Para Sirinelli (1996, p. 249), no texto *Os intelectuais*, da coletânea organizada por Rémond (1996), “uma revista é antes de tudo lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”, além das revistas, também os jornais são empreendimentos coletivos, projetos comungados por indivíduos, que nos orientam a fazer leituras desse passado, a partir das posições tomadas, dos de-

bates suscitados, das cisões advindas, espaços importantes para compreendermos o movimento das ideias.

Em *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana, Derrida (2001) mostra que o arquivo, que é a morada da memória, da história, dos vestígios do passado, é fruto de uma relação muito íntima com o poder, com a história oficial, e assim sendo, também é morada do esquecimento, dos silêncios e encobrimentos. Nesse sentido, a intencionalidade é marca presente nessa morada, e os documentos que lá estão, seja por alguma finalidade ou por mero acaso, foram construídos a partir de interesses do seu tempo. Assim, compreendendo os elementos envolvidos na construção do documento, o pesquisador deve estar atento para o conjunto de elementos que resultam em um acontecimento. Nesse momento,

interpretar os eventos, interpretar os documentos significa figurar para eles uma inteligibilidade, dar a eles uma forma, torna-los matéria para a construção de uma dada realidade do passado, dotá-los de uma coerência, tramá-los de forma que pareçam desenhar a figura de um passado que emerge em seu perfil e em sua materialidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 171)

Em *O nascimento da clínica*, Foucault (2008) diz que o século XIX fala obstinadamente de morte. O intuito era qualificar os saberes e práticas responsáveis por evitá-la e também as políticas públicas de combate às epidemias. Assim, a medicina seria a grande responsável pela melhoria da saúde da população. Seguindo esta pista, na estrutura do livro, busquei no capítulo inti-

tulado *Saberes da medicina: higienismo e educação escolar*, discutir a construção do campo médico no Brasil. Em seguida, observando a articulação entre o poder provincial e a medicina, entender a ordenação do espaço público e privado na Parahyba do Norte. Por fim, compreender a presença do saber na educação escolar, tendo como pano de fundo o processo de construção do Estado brasileiro.

Assim, objetivei compreender no tópico 2.1 intitulado *As artes de curar*, o percurso dos saberes e práticas curativas no Brasil, a atividade dos chamados práticos, isto é, os que não passavam por uma formação acadêmica, visto que havia na Colônia quase uma inexistência de médicos formados, e a medicina era exercida basicamente por pessoas que tradicionalmente aprendiam as chamadas “artes” de curar, a atividade não denotava prestígio social e era exercida especialmente por mestiços, negros forros ou escravizados.

No tópico 2.2 discuto *A institucionalização da medicina no Brasil*. Esse processo aconteceu em um cenário de falta de médicos, disseminação de práticos nas artes de curar, condições higiênicas precárias, epidemias e a necessidade do Estado de criação de instituições, fundamentais para a estruturação da nação. Desde a criação, em 1808, das primeiras escolas cirúrgicas, passando por reorganizações em academias, e a partir da criação, em 1832, das Faculdades de Medicina, ocorreu embates entre médicos e práticos, mas, havia também, o desconhecimento da etiologia de muitas doenças, o que explica as variadas teorias médicas da época e o uso dos conhecimentos dos práticos pelos médicos formados.

Foi nesse período que a medicina passou a buscar a legitimação da sua prática, associando-se ao Estado e avançando no meio social para ter esse respaldo. Elegeu o meio físico e social para atuar e colocou-se como uma das responsáveis pela edificação da nação criada em 1822. Essa aproximação entre a medicina e o Estado foi importante para os dois lados, já que para a constituição do Estado imperial era necessário um Estado racional, centralizador, possuidor de instituições variadas e, nesse momento, a medicina buscava afirmar, atestar e certificar o seu saber e a sua prática.

No tópico 2.3 busquei compreender a ordenação do espaço público e privado na Província da Parahyba do Norte. A partir do diálogo entre o saber médico e os poderes públicos, dispositivos regulamentadores e disciplinares foram criados para ordenar o mundo urbano e sua população. Assim, dialogando com os médicos que atuaram na Província, mapeando as condições da cidade, as doenças, a infraestrutura, a segurança pública, os períodos de estiagem, identifiquei um maior controle sobre as pessoas e sobre os espaços públicos e privados. A população, como entidade quantificada, passou a ser uma preocupação da ordem política na Parahyba do Norte e normatizações começaram a fazer parte do cotidiano cidadão, momento em que, a medicina foi chamada para intervir sobre todos os componentes do mundo urbano.

Na segunda metade do século XIX, especialmente entre 1850 e 1880, um contexto de crises trouxe a tona a necessidade de políticas públicas: epidemias como a do cólera e a da febre

amarela, a fome trazida pelas estiagens, principalmente a seca de 1877-1879 e revoltas populares como o Ronco da Abelha (1851-1852), isto é, a peste, a fome e a guerra criaram um clima de medo e desordem. A situação propiciou a associação entre a população pobre e a periculosidade, entre pobreza e ameaças, tumultos, caos, doenças, o que demandou intervenções. Assim, busquei compreender as políticas de governo implementadas nos espaços e costumes da população a partir do saber médico, já que o medo da aglomeração de pessoas, as preocupações com a destinação dos efluentes líquidos e sólidos, os matadouros, os cemitérios, as ruas sinuosas, passaram a fazer parte do discurso da medicina. Nesse percurso, procurei entender a higiene a serviço da cidade, discutindo a ordenação do espaço público e privado, com as intervenções nas ruas, casas, mercados, costumes. A cidade passou a ser representada pela ordem médica como sinônimo de perigo, como uma ameaça crescente a saúde moral e física da população. O mundo urbano e a sua população passaram a ser o foco das discussões e, nesse processo, espaços e costumes penetraram no crivo médico e foram apontados como perniciosos, cheios de riscos e vícios, necessitando de regulamentações.

No tópico 2.4 discuto higienismo e educação escolar no Brasil. É importante frisar que “a invenção do Brasil e a invenção da escola constituem faces de uma mesma moeda, ou seja, integram o conjunto de ações articuladas no processo de formação do Estado imperial” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 12). A instrução ganhou cada vez mais destaque nessa construção e a Higiene também ditou regras para a estruturação da educação

escolar. Higienismo e educação estavam nos domínios da medicina. O Estado passou a investir na instrução, tendo-a como uma aliada e debates, projetos e dispositivos legais mostram a ampliação dessa iniciativa pública, diferentemente do que era apontado nos manuais de História da Educação que descreviam o Oitocentos como um período de pouco desenvolvimento nessa área.

No terceiro capítulo, intitulado A construção de um modelo hígido de educação escolar na Parahyba do Norte, me ancorei nas Leis e Regulamentos da Instrução da Parahyba (PINHEIRO; CURY, 2004) para compreender as prescrições higiênicas para a Instrução Pública Primária. Desde o pioneiro Regulamento Geral da Instrução de 1849, passaram a ser prescritas normatizações como: revisão de asseio, vacinação, atenção com as doenças contagiosas, preocupação com a circulação de ar, com a estrutura física do espaço da escola, dentre outras. Tais prescrições me ajudaram a entender a infiltração do saber médico nesse incipiente mundo escolar. A higiene das/nas “casas de escola”, local de funcionamento da maioria das cadeiras isoladas, passou a ser sistematicamente referenciada nos Relatórios dos presidentes da Província e dos diretores da instrução, objetivando regulamentar essa instituição e os seus educandos. Nesse contexto, a Parahyba do Norte também dialogou com o que estava sendo produzido na Corte, a exemplo da mesma estrutura encontradas na Reforma Couto Ferraz (1854) e no Regulamento da Instrução da Província da Parahyba de 1860. Contudo, há uma autonomia provincial latente com relação ao que era prescrito para o incipiente

universo escolar, visto que as normatizações médicas começaram a ser prescritas já no Regulamento de 1849 e este serviu de referência para as demais reformas ocorridas na segunda metade do século XIX.

A higiene ganhava espaço no universo escolar e o compêndio *O Livro do Povo* (1865), de autoria do maranhense Antonio Marques Rodrigues, adotado nas escolas primárias da Parahyba do Norte, apostava também nos ensinamentos pautados nessa temática para a instrução dos alunos. O referido livro foi adotado em várias províncias e divulgado em diferentes jornais da época, contando com assuntos variados que eram debatidos e indicados para a educação física, intelectual e moral dos educandos, estando os preceitos da ordem médica presentes em algumas lições.

Em 1884, o Brasil participou da *Exposição Internacional de Higiene e Educação*, realizada em Londres. As exposições eram feiras internacionais, espetáculos de crença no progresso, nas quais as nações apresentavam-se com seus produtos, técnicas, invenções, compactuando com um ideário evolucionista. Logo, o governo imperial solicitou aos presidentes de Província que enviassem “elementos” para compor a presença da nação. Nessa Exposição de Londres, o tema foi Higiene e Educação e a Diretoria da Instrução Pública da Parahyba do Norte, na figura do médico e professor Eugênio Toscano de Brito, traçou um panorama das condições de higiene escolar na Província. Assim, no tópico *A Parahyba e a Exposição de Higiene e Educação em Londres*, trabalhei os motivos da ausência da Província na referida exposição, a situação apontada pelo então diretor da Instrução Pública no

tocante a higiene escolar, bem como, as apresentações do Brasil e de outras nações nesse encontro.

No quatro e último capítulo, discuto as normatizações da ordem médica presentes na construção e funcionamento do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, instituição criada pela Lei nº 06 de 1º de setembro de 1859 (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 118), pelo então presidente Ambrósio Leitão da Cunha. A escolha desse estabelecimento aconteceu por ser uma instituição de confinamento de crianças desvalidas, um espaço criado com o intuito de recolher, educar e instruir os órfãos, os filhos de mulheres desvalidas e os filhos de pais pobres, meninos com idade entre 7 e 14 anos. Nesse regime de internato, as normas instituídas por médicos, diretores da instituição, professores, políticos, dentre outros envolvidos, poderiam ser melhor observadas. O diálogo estabelecido entre a educação escolar e as normatizações de natureza médica afloraram na observação da regulamentação do tempo, da vacinação como condição da matrícula, da revista de asseio, do controle dos atos e desejos, da inspeção médica no Colégio, das preocupações com o espaço escolar, da indicação de uma enfermaria, dentre outras.

A ação dos governantes envolvidos nessa iniciativa agregou um conjunto de finalidades, a formação de artífices tinha uma clara conotação econômica e, esse objetivo foi se juntando a outros intuitos, como a submissão dos desvalidos, numa estratégia de controle social. A noção de pobreza, nesse período, foi associada a um defeito, uma inclinação para o mal, uma conduta nociva ou condenável. Pessoas doentes, desempregadas, que vi-

viam na marginalidade, eram vistas como malfeitores em potencial. Assim, a Província assumiu o dever do controle social, visto que as classes pobres, além do “perigo” do contágio por alguma doença, poderiam ser problemáticas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública.

A partir de 1865, isto é, apenas seis anos depois, o colégio foi inaugurado e as chamadas “classes perigosas” deveriam ser controladas e instituições dessa natureza serviriam para encaminhar esses meninos desvalidos, a partir do aprendizado de um ofício mecânico, das primeiras letras, de uma educação moral e religiosa, no rumo considerado civilizado. Com essa formação, segundo os poderes públicos, no futuro poderiam ser homens de bem, ajudando no desenvolvimento da Província, na manutenção da ordem social e política, poderiam auxiliar como reservas para o Exército, mão de obra para o governo ou na fabricação de materiais como móveis e roupas. O Colégio de Educandos Artífices da Parahyba funcionou por nove anos, de 1865 a 1874, dedicando-se a recolher e cuidar de crianças desvalidas, dando-lhes instrução elementar, um ofício, uma educação moral e religiosa, ajudando os poderes públicos na tarefa de “regenerar malfeitores em potencial” e, os saberes da ordem médica, estiveram presentes durante todo esse período de criação e funcionamento da instituição, com regulamentações que moldariam esses educandos. Assim, prescrições como visita médica de dois em dois dias, revista de asseio, vacinação, alimentação saudável e salubre, fundação de uma enfermaria, cuidado com as condições físicas e de saúde dos educandos, controle da sexualidade, dos

horários, regras de comportamento, disciplina, vigilância, dentre outras, indicam que as regulamentações de natureza médica auxiliaram os poderes públicos na tarefa de regulamentação das crianças desvalidas. Na crença de um caráter facilmente moldável das crianças, a ideia era imprimir noções de amor ao trabalho, instrução, higiene, ordem, civilização, a partir de um controle administrativo da vida.

CAPÍTULO 2

SABERES DA MEDICINA

Higienismo e Educação Escolar

A construção de uma ordem civilizada nos trópicos constituiu-se em um sonho dos homens da ciência médica no Brasil do século XIX. Homens cujos olhos e ouvidos voltados para um mundo considerado civilizado recusavam-se a aceitar a vida e parte das condições do país em que viviam e no qual muitos deles haviam nascido e se formado. [...] Homens que, autorizados pela racionalidade que lhes dava suporte, procuraram transformar a sociedade em um corpo a ser, também, objeto do olhar e da aventura da razão médica. Nesse afã, dispuseram a escola sob o manto da Medicina, melhor dizendo, sob o manto da Higiene. (José Gonçalves Gondra, 2010, p. 543)

AS ARTES DE CURAR: PARTEIRAS, BARBEIROS, BENZE- DEIRAS, BOTICÁRIOS

Os diversos saberes e práticas associados às diferentes artes de cura, mostram a pluralidade da sociedade e as trocas culturais vivenciadas na colônia portuguesa na América no início do Oitocentos. Vários foram os agentes que empregaram, de forma lícita ou não, as artes de curar na população, e o apren-

dizado desse ofício, se deu a partir de experiências vivenciadas com os mestres. Esse aprendizado, também ocorreu pela circulação e apropriação de conhecimentos, “pelo trânsito de saberes, crenças e demais trocas culturais” (ALMEIDA, 2010, p. 157) que culminaram em uma *medicina mestiça*, em que elementos dos povos que aqui se encontraram, se fundiram e propiciaram, nesse contexto cultural, novos saberes e práticas médicas. Essa foi a opção de muitos que enveredaram pelo universo das práticas curativas. Artes como, sangrar, usar ventosas, sanguessugas, escarificar¹, partejar², extrair dentes, sarjar, usar ervas, fazia parte do cotidiano dos que ofereciam e dos que buscavam a cura de uma determinada enfermidade. Para a realização desses ofícios, uma licença deveria ser solicitada, juntamente com a apresentação de um atestado, emitido por algum mestre da região, que comprovasse o aprendizado. Os ofícios reconhecidos e autorizados pelo governo eram variados, como:

Os médicos, que podiam prescrever remédios, os cirurgiões, que tratavam de “moléstias externas”, e os boticários, que manipulavam e vendiam os medicamentos, constituíam o grupo mais prestigiado. Os sangradores, que podiam sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas, as parteiras, que ajudavam as mulheres a dar à luz, e os curandeiros, que podiam cuidar de doenças “leves” e aplicar remédios feitos com plantas medicinais nativas, desempenhavam atividades menos consideradas. Incluíam-se aí os licenciados a tratar somente de alguma moléstia específica, como embriaguez e morfeia. (PIMENTA, 2003a, p. 98)

1 A escarificação é o ato de esfoliar a pele com objeto cortante.

2 Servir de parteira.

Até 1808, a Real Junta do Protomedicato, criada em 1782 por D. Maria I, era responsável por essas licenças, com a extinção desse órgão, foi criada a Fisicatura Mor do Reino, no Rio de Janeiro, com a função de regulamentar e fiscalizar essas atividades, com os cargos de físico-mor, responsável pela parte de prescrição e fabricação de remédios, e cirurgião-mor, que cuidaria do que fosse relacionado às intervenções cirúrgicas. Esses cargos deveriam ser ocupados por médicos, cirurgiões e boticários, ofícios que se destacavam hierarquicamente perante a diversidade de práticos. As licenças deveriam autorizar especificamente a prática em questão, uma tentativa de classificar as terapêuticas em uso, por exemplo, a parteira só poderia fazer partos e os curandeiros cuidar de doenças com o uso de plantas medicinais. Contudo, essa não era a prática, como não havia funcionários suficientes, esse tipo de autorização era uma exceção à regra e, pela falta de médicos, o que havia era a disseminação de práticos nas artes de curar. Apesar da criação de instituições para a fiscalização desses serviços, a maioria dos práticos não tinha autorização para o exercício da atividade e continuava oferecendo seus serviços, já que a “impossibilidade financeira da população, a inexistência de médicos e o receio de experimentar o novo” (FIGUEIREDO, 2002, p. 233), os mantinha em atividade.

Naquela época, as atividades médicas, as chamadas artes de curar, eram desenvolvidas especialmente por cirurgiões, barbeiros, sangradores, benzedeiros, raizeiros, curandeiros, parteiras, e uma série de outras atividades consideradas manuais, mecânicas ou práticas. Era uma época de quase inexistência de

médicos formados, como nos chama a atenção Schwarcz (1993, p. 193): “em 1789, por exemplo, o vice-rei Luiz de Vasconcelos queixava-se à Metrópole da existência de apenas quatro médicos em toda a colônia”, e a medicina era exercida basicamente por pessoas que tradicionalmente aprendiam as artes curativas. A colônia portuguesa na América foi impedida de criar instituições de ensino superior, a falta de médicos formados era gritante e até 1800 a profissão permanecia oficialmente vedada aos brasileiros. Foi somente a partir daquele ano que o “édito real [...] passou a determinar que quatro estudantes designados pelo município do Rio de Janeiro, dariam continuidade a seus estudos em Coimbra”. (SCHWARCZ, 1993, p. 193)

A população tinha o costume de procurar os práticos para todo tipo de doença que por ventura pudesse acometê-la, e existiam até certas especializações, como os cirurgiões barbeiros, que, ao mesmo tempo que ofereciam serviços de barba e cabelo, faziam aplicação de sanguessugas, com o intuito de expulsar do organismo, com o sangramento, o mal causador da enfermidade, restabelecendo a saúde de quem o procurava. A *Teoria dos Humores*, estabelecida desde a Antiguidade, concebia a doença como falta de harmonia na natureza do corpo. Esse microcosmo era composto por quatro elementos: sangue, fleuma, bile amarela e bile negra, e por todas as *umidades* como a saliva, o esperma, o leite, as lágrimas. Assim, um desequilíbrio em algum desses elementos resultava em doença e, para o restabelecimento do equilíbrio humoral, variadas terapias como a sangria, a escarifi-

cação, os purgativos, expeliriam os humores corruptos do corpo. (ABREU, 2011)

Imagem 1 - Loja de Barbeiros



Fonte: Debret (1989).

A placa na loja da gravura de Debret indica algumas das atividades oferecidas como “barbeiro, cabeleireiro, dentista e deitam bichas,” que é a sangria com sanguessuga. A arte da sangria, segundo Santos Filho (1991), era muito utilizada no Brasil e indicada para várias doenças, fossem elas do trato respiratório, urinário, doenças dermatológicas, nervosas, infecciosas, dentre outras. Esse ofício era desenvolvido, especialmente, por negros

forros ou escravos, já que, por seu caráter manual e feição sangrenta, não era uma atividade muito apreciada e como os barbeiros não ocupavam uma posição privilegiada entre os práticos, a maioria dedicava-se a sangria. Os sangradores que abriam lojas como a representada por Debret, provavelmente se submetiam a fiscalização da Fisicatura.

A sangria também poderia ser oferecida na rua, já que alguns práticos percorriam povoados, vilas e cidades, oferecendo seus serviços, também em domicílios ou navios, especialmente os negreiros.

Imagem 2 – O Cirurgião Negro



Fonte: Debret (1989).

Naquele contexto, a doença e o desequilíbrio por ela provocado, era o foco. A atenção dos que trabalhavam com os saberes e as práticas curativas voltava-se totalmente para o restabelecimento da saúde já afetada. Não buscava-se ou praticava-se uma medicina que trabalharia para o não aparecimento de doenças. Restabelecer a saúde, deixar a sua condição aflitiva, recobrar as forças orgânicas, era o objetivo dos raros médicos da Colônia e dos variados práticos.

Essa rápida passagem pelas artes de curar tem o intuito de problematizar a constituição da medicina social no Brasil, o contexto era marcado pela falta de médicos formados e a abundância de práticos nas artes da cura. Inexistia na Colônia um projeto de medicina social, a questão da saúde não era tematizada com o objetivo de alcançar o social, com uma medicina preventiva que atuaria na sociedade de maneira geral. Não havia por parte dos órgãos responsáveis, seja o Protomedicato, seja a Fisicatura, um projeto que pudesse organizar o espaço social, esses órgãos eram encarregados apenas de fiscalizar o exercício da medicina, atuando na regulamentação das chamadas artes de curar, em nada se aproximando da problemática da medicina social. Para Machado et al.:

Antes do século XIX não se encontra, seja nas instituições propriamente médicas, seja no aparelho de Estado, a relação explícita entre saúde e sociedade [...]. Até esta época a totalidade da administração colonial não organiza a sociedade levando em consideração o planejamento de um combate às causas das doenças, procurando instaurar ou conservar um regime de saúde. (1978, p. 154)

Assim, não se trabalhava com a intenção de cultivar a saúde, de evitar as doenças, e sim com uma medicina que atuaria na recuperação dos doentes, e, estando a doença já instalada, buscava-se evitar a morte. Nas Santas Casas da Misericórdia, por exemplo, em que uma assistência aos doentes era dada, a ausência de médicos também era constante e os serviços hospitalares ficavam a cargo das ordens religiosas que comandavam essas instituições na Colônia. A atividade desenvolvida era basicamente assistencial e a população pobre, pessoas abandonadas, soldados feridos, indigentes, eram assistidos de forma precária.

Além das Santas Casas da Misericórdia, do Protomedicato, e da Fisicatura, a questão da saúde também ficava a cargo das Câmaras Municipais, responsáveis pela limpeza das cidades e também pela fiscalização dos práticos, já que os que recebiam autorização para realizar seu ofício, tinham que se inscrever em uma Câmara Municipal. Contudo, segundo Machado et al. (1978, p. 46) não existia, “durante toda essa época, um planejamento global e minucioso da Câmara que integrasse os diversos objetos atingidos por seu raio de ação ao mesmo tempo que os circunscrevesse e analisasse” e, por mais que decretasse posturas, não fazia parte das suas atribuições organizar um Código de Posturas, como foi criado no século XIX.

A partir do Oitocentos é que essa situação vai se modificar com as transformações políticas, administrativas, econômicas, culturais, ocorridas especialmente a partir de 1808. Esse contexto de mudanças atingiu também a medicina, que passou por um processo de institucionalização, penetrando cada vez mais na so-

cidade, no meio urbano, deslocando a sua atenção, antes restrita aos indivíduos doentes, para a produção da saúde da população, como um saber científico indispensável ao exercício de poder do Estado. Nessa estratégia biopolítica, a promoção da saúde passou a ser o fio condutor dessa jornada da Ciência Médica.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA NO BRASIL

Em março de 1808, após passagem por Salvador, a esquadra do príncipe regente D. João adentrou a baía da Guanabara, após pouco mais de três meses de viagem, em decorrência da invasão francesa na Península Ibérica. A chegada da família real marcou o encontro de dois mundos, marcou também “um acontecimento que, em especial, pode ser visto como uma espécie de fio condutor de um processo amplo e complexo” (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 8), que culminou no nascimento de um Brasil independente politicamente.

Na passagem por Salvador, D. João, que regia o reino desde 1792 quando sua mãe D. Maria fora declarada louca, assinou a carta régia autorizando a abertura dos portos às nações aliadas, visto que Portugal estava com seu comércio ultramarino interrompido pela ocupação napoleônica. Esse acontecimento marcou a extinção do chamado “exclusivo comercial” e a possibilidade de aliar a eliminação dos entraves econômicos da dominação colonial com a continuidade do pertencimento, em novas estruturas, à nação portuguesa. Nessa perspectiva, concordo com a historiografia mais recentemente produzida sobre essa temática, que questiona a existência do “exclusivo comercial” português,

apontando que a sociedade e a economia na Colônia apresentavam uma realidade mais complexa. Mas, ao mesmo tempo, não podemos desconsiderar que a abertura dos portos foi um importante acontecimento que contribuiu com o processo que caminhou para a emancipação política do Brasil. (FRAGOSO; FLORENTINO, 1993; FARIA, 1998; ALENCASTRO, 2000)

Na chegada ao Rio de Janeiro, somando-se o contingente populacional que desembarcou em 1808, cerca de 15 mil pessoas, com os variados problemas existentes, em especial os de abastecimento de água e produtos, falta de segurança, salubridade, condições de moradia, o príncipe regente viu-se envolto a um emaranhado de problemas que pediam soluções rápidas e a tarefa era transformar o Rio na nova Corte do Império luso. Para Gouvêa:

O surgimento do Império luso-brasileiro significou o estabelecimento de uma grande empresa governativa, administrada a partir da cidade do Rio de Janeiro. A velha sede do Estado do Brasil foi rapidamente transformada na nova Corte do Império português, processo instaurado a partir do estabelecimento, em seu interior, de uma alta administração. (2005, p. 751)

Organizações administrativas começaram a ser criadas para o funcionamento do Estado português. Dessas, a Intendência Geral de Polícia desenvolveu um papel central, pela vasta gama de atribuições, já que estava sob sua responsabilidade os melhoramentos urbanos, passando pela questão sanitária, iluminação pública, segurança, inspeção de navios, estradas, ampla

atuação que “refletia a lógica da administração das monarquias europeias, cuja racionalidade era muito distinta das que vieram a ter posteriormente os Estados nacionais”. (SLEMIAN; PIMENTA, 2008, p. 68)

Variadas instituições como: Mesas do Desembargo do Paço (1808), o Erário Régio (1808), o Conselho da Fazenda (1808), a Imprensa Régia (1808), Escola Médico-Cirúrgica (1808), Fisicatura Mor do Reino (1808), Provedoria da Saúde da Corte (1809), a Academia Real Militar (1810), a Biblioteca Pública (1810), dentre outras, descortinaram uma nova era e criaram condições para o exercício do poder português. Naquele período, naturalistas e viajantes de várias nacionalidades passaram por aqui, a exemplo do zoólogo Spix e do botânico Martius, do naturalista Saint-Hilaire, só para citar alguns, que nos deixaram trabalhos valiosíssimos sobre o Oitocentos. Em 1815 o status institucional foi alterado para Reino Unido a Portugal e Algarves, afastando-se do estatuto colonial e angariando uma relativa autonomia, já que ocorrera um deslocamento do centro do poder imperial.

Com a emancipação política em 1822 e a vigência da monarquia constitucional, um novo desafio estava posto, a construção de um Estado nacional. Havia a necessidade de informações sobre variados assuntos, era preciso conhecer a população, os problemas de saúde pública, comércio, agricultura, segurança, instrução, informações que estavam na ordem do dia, só que “não havia estatísticas disponíveis sobre os diversos ramos do serviço público e por isso a sociedade para a qual se deveria *governar e legislar* permanecia em grande medida desconhecida”. (CHALHOUB, 2012, p. 37. Grifos meus)

Considerando as dimensões continentais da nova nação, era fundamental manter a unidade política, garantir a ordem social, criar uma identidade. Segundo Bauman,

a ideia de ‘identidade’, e particularmente de ‘identidade nacional’, não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um ‘fato da vida’ auto evidente. Essa ideia foi *forçada* a entrar na *Lebenswelt* [mundo da vida] de homens e mulheres modernos – e chegou como uma *ficção*. Ela se solidificou num ‘fato’, num ‘dado’, precisamente porque tinha sido uma *ficção*, e graças à brecha dolorosamente sentida entre aquilo que essa ideia sugeriria, insinuava ou impelia, e ao *status quo ante* (o estado de coisas que precede a intervenção humana, portanto inocente em relação a esta). A ideia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’ e erguer a realidade ao nível dos padrões estabelecidos pela ideia – recriar a realidade à semelhança da ideia. (2005, p.26. Grifos do autor)

A identidade nacional começou a ser imaginada, forjada, inventada, a partir de práticas que buscavam incutir normas, valores, regras, com o intuito de uniformizar, de criar laços de pertencimento, com o objetivo de dar uma nova feição à heterogeneidade. Para Bauman (2005, p. 26), a identidade nasce como uma ficção e há a necessidade de “muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar numa realidade – e a história do nascimento e da maturação do Estado moderno foi permeada por ambos”. A nação recém-independente buscava criar raízes a partir de *tradições inventadas*,³ e entender como essas raízes foram

³ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmen-

forjadas é fundamental para compreender os arranjos políticos, educacionais, sociais em curso.

Gouvêa, que faz uma releitura do processo de construção e consolidação da nação, enfatizando a importância dos espaços políticos regionais e locais dentro da dinâmica política do Império, salienta a necessária “construção progressiva de um complexo emaranhado de *instituições políticas e administrativas*” (2008, p. 21. Grifos meus) para a constituição da nação brasileira. Foi naquele contexto de invenção do Brasil, de necessária legislação e institucionalização, que a medicina começou a ganhar espaço. Para Slemian (2009, p. 146), “mais do que nunca era hora de fazer valer o papel das instituições imperiais como instrumento de manutenção da estabilidade do regime, difundindo perante o ‘povo rude’ uma imagem de sua força”.

As primeiras escolas médico-cirúrgicas foram criadas a partir 1808 para formar cirurgiões, visto que os físicos, que estavam aptos à clínica médica, eram diplomados em Coimbra. Em fevereiro daquele ano, D. João fundou a Escola de Cirurgia de Salvador, que inicialmente funcionou no Hospital Real Militar, com duas cadeiras, quais sejam: “Cirurgia Especulativa e

te reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...]. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situação anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea.” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 9-10)

Prática” e “Anatomia e Operações Cirúrgicas”, em 1815 essa Escola foi transformada em Academia Médico-Cirúrgica e as instalações foram transferidas para a Santa Casa da Misericórdia, tendo os cursos oferecidos passado por reformulações em seus programas, momento em que foi introduzida a cadeira de Higiene (LUZ, 1982). Em janeiro de 1809, no Rio de Janeiro, o príncipe regente inaugurou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica, que passou a funcionar no Hospital Militar. Esta também foi transformada em 1813 em Academia Médico-Cirúrgica e

a transformação das duas escolas em academias implicou maior institucionalização dos cursos médicos. O programa foi reformulado e ampliado, e novas regras foram implementadas. Dentre elas, a mais relevante diz respeito ao estatuto profissional dos alunos recém-formados: terminados os exames do quinto ano, os aprovados recebiam a carta de ‘cirurgião aprovado’, sendo que os bons estudantes que desejassem repetir as matérias do quarto e quinto anos receberiam a graduação de ‘formados em cirurgia’, que correspondia a uma espécie de bacharelado na área. (SCHWARCZ, 1993, p. 195)

Por Decreto de D. Pedro I, em 1826, essas Academias não estavam mais sob a jurisdição da Fisicatura, o ensino médico agora autônomo, não necessitaria da autorização desse órgão para o exercício das suas atividades e a medicina, nesse contexto, continuou angariando espaço. A Fisicatura era um órgão herdado da Colônia e passava por um período de decadência, era vista como ineficiente perante as novas exigências do Estado nacional que se estruturava, sendo extinta em 1828.

A Constituição de 1824, promulgada por D. Pedro I, previa a existência de Câmaras Municipais em todas as cidades e vilas. Estas passaram por um processo de reestruturação, a partir do Regulamento de 1828, dando-lhes novas atribuições, a exemplo da perda da prerrogativa judicial, poder que passou a ser exercido pelo Juiz de Paz, e da restrição da sua atuação ao campo administrativo, “a esta restrição corresponde, no entanto, uma expansão na área da atuação administrativa, expansão importante por colocar o problema da higiene pública” (MACHADO et al., 1978, p. 181). Segundo Slemian (2009, p. 146),

após a outorga da Constituição em 1824, a aposta era que a implementação de reformas na máquina pública pudesse vir a garantir tanto seu funcionamento como a legitimidade necessária para a consecução de uma nova unidade, até então apenas alinhavada.

Com a extinção da Fisicatura em 1828, um novo espaço foi aberto para a promoção da saúde através das Câmaras Municipais e uma administração urbana nesse sentido começou a ser esboçada. Para Machado et al. (1978), três aspectos recobriam as atribuições das Câmaras: o *urbanístico*, responsável pela limpeza, iluminação, alinhamento das ruas, conservação dos prédios públicos, construção de pontes, chafarizes, poços, calçadas, estradas; o *econômico*, na incumbência de organizar e incentivar a agricultura, o comércio e a indústria, fosse controlando a qualidade das carnes, fiscalizando os gêneros alimentícios expostos nas feiras ou extirpando pragas nas lavouras; e o *populacional*, estando sob sua responsabilidade evitar as desordens urbanas.

Assim, a divagação de pessoas pelas ruas, como os embriagados, deveria ser policiada, a autorização de espetáculos, passaria por seu crivo, atos contra a moral pública eram condenados,

por outro lado, as Câmaras Municipais deveriam promover o bem-estar da população através da proteção de sua *saúde e educação*, seja inspecionando as *escolas primárias* e prestigiando os hospitais e outras obras assistenciais existentes, seja proporcionando condições para a sua criação. (1978, p. 184. Grifos meus)

A higiene pública encontrava-se diluída nas competências administrativas das Câmaras Municipais e as Posturas aprovadas, apontam para os cuidados na manutenção da ordem pública e na promoção da saúde da população.

Em 1829, foi criada no Rio de Janeiro a Sociedade de Medicina, que tinha como um dos seus objetivos estruturar uma reforma no ensino médico em questão. Para Gondra, “antes de terem sido os agentes de um pretenso processo de medicalização da sociedade, as ações da SMRJ foram mais importantes como estratégia de legitimação social da própria medicina e, para tanto, transformou-se em meta a aproximação com o Estado” (2004, p. 59). A agremiação foi convertida em Academia Imperial de Medicina, com reconhecimento e auxílio da Coroa para o seu funcionamento. Gondra salienta que essa transformação foi um mecanismo de sobrevivência e colaboração dos médicos com o Estado, objetivando obter poder e visibilidade. A Academia Imperial de Medicina passou a ser reconhecida como uma entidade especializada em um saber destinado a implementar soluções em

matéria de saúde. Naquele período, o Estado necessitou de uma engrenagem cada vez mais forte para enfrentar os problemas de ordem política e urbana. Com a densidade populacional citadina em ascensão, as revoltas eclodindo em diversas províncias, como a Cabanagem ocorrida no Pará (1835-1840), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Farroupilha no Rio Grande do Sul (1836-1845), com as epidemias ceifando vidas, o momento pediu intervenções, já que estava em jogo a unidade do país.

Com a criação das primeiras Faculdades de Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1832, o Estado imperial reconheceu formalmente a importância do saber médico institucionalizado para a propagação dos seus saberes e práticas. Lembremos que no período regencial (1831-1840), de acordo com Basile (2009), várias mudanças institucionais aconteceram e estas foram fundamentais no processo de construção da nação brasileira. Diferente do que era apresentado por parte da historiografia, o período das regências não se reduz a uma mera transição ou fase anárquica, foi um momento de intensa discussão, de variados projetos e da participação de diferentes camadas sociais e de diversos sujeitos políticos. A medicina apresentou-se, nesse processo, como um caminho no almejado projeto civilizatório, tendo como meta proporcionar à nação a construção de uma civilização sadia.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tinha os cursos de medicina, farmácia e partos, funcionando na Santa Casa da Misericórdia. Segundo Gondra:

A FMRJ adotou inicialmente os estatutos da escola de Paris e os modificou nos anos seguintes à sua criação. Com essa

alteração, o curso foi estruturado em três seções: ciências assessórias, medicina e cirurgia, totalizando catorze cadeiras, cada uma com um regente e dois substitutos, reservando-se aos lentes o direito de jubilação (aposentadoria) aos 25 anos de trabalho. O novo currículo previa também a ampliação e valorização da cadeira de higiene, que no final do século viria a ser uma das principais áreas de pesquisa, sobretudo na FMRJ. (2004, p. 70-71)

Com essas reformulações, o curso de medicina passou a ter duração de seis anos e, no ato da matrícula, o candidato deveria comprovar seu conhecimento em francês, latim, lógica, geometria e aritmética, o que mostra a importância dos exames preparatórios para esse ingresso. Segundo Ferronato:

Os exames de preparatórios, até o ano de 1851, eram realizados apenas nas escolas superiores onde os candidatos desejassem ingressar e valiam apenas por um ano. Entretanto, entre os anos de 1851 a 1873, os exames foram realizados também no Rio de Janeiro, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária e no Colégio Pedro II [...]. No ano de 1873, os exames começaram a ser realizados nas capitais de Províncias onde não havia escolas superiores. (2012, p. 108)

Na Província da Parahyba do Norte, a partir de 1873, com o Decreto 5249, o Lyceu Provincial foi autorizado a oferecer os exames preparatórios. (FERRONATO, 2012)

As provas sobre esses conhecimentos eram anuais e para obter o título de doutor o aluno deveria defender uma tese. Já a Faculdade de Medicina da Bahia, funcionava no mesmo estabelecimento da Escola Médico-Cirúrgica, tinha catorze professores

permanentes e seis substitutos, os manuais adotados eram originários da França e o currículo contava com catorze disciplinas, “entre elas higiene, cursada no sexto e último ano”. (REIS, 1991, p. 250)

Para Schwarcz (1993), as faculdades privilegiaram abordagens diferentes ao focar as necessidades de um país enfermo. No Rio de Janeiro, os estudos sobre doenças tropicais, o combate às epidemias, a higiene pública, marcaram a atuação dessa instituição. Na escola da Bahia, para alguns dos seus intelectuais, homens letrados e médicos o “problema” do Brasil estava no cruzamento racial, assim, a população doente era o foco, a miscigenação apontaria para a loucura e para a criminalidade. Foi, portanto, a partir dessa perspectiva, que a medicina legal passou a se constituir tema de discussão.

Nesse processo de institucionalização da medicina, os periódicos médicos, ou seja, revistas e jornais, foram espaços criados com o objetivo de fazer difundir e circular esses saberes. Inicialmente eles eram utilizados para a divulgação do conhecimento médico europeu e para a difusão das atividades da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e, a partir de 1835, da Academia Imperial de Medicina. Para Ferreira:

Embora a literatura sociológica dê ênfase ao papel social do periódico como instituição fundamental para a regulação do comportamento do cientista, no que concerne tanto à livre comunicação do conhecimento como ao reconhecimento da propriedade intelectual, é possível atribuir-lhe a função social mais ampla de intermediário entre a comunidade científica e a sociedade. Essa intermediação pode

ser constatada se se considerarem os temas e os problemas privilegiados nas matérias publicadas, bem como sua relação com determinados interesses e valores sociais vigentes, o que, por si só, configura o modo pelo qual, os periódicos dão expressão à interdependência entre a ciência e outras esferas da vida social. (1999, p. 3)

Essa estratégia de legitimação social foi fundamental para a atuação desse saber que falava em nome da ciência, em nome da razão, e nesse processo foi que se deu a “invenção de uma agenda sanitária” no Brasil (FERREIRA, 1999) e também na Parahyba do Norte, como veremos no tópico seguinte. As epidemias eram frequentes, especialmente, a partir de 1840, e os problemas com elas advindos passaram a ser questionados, diagnósticos começaram a ser apresentados e, conseqüentemente, algumas respostas deveriam ser dadas. O estado sanitário da nação precisava ser melhor conhecido, as doenças endêmicas e epidêmicas, suas causas e tratamentos, e, principalmente, os meios de prevenção, passaram a ser enfocados e essas respostas médicas indicam algumas das suas teorias.

De acordo com Diniz (1997), o imaginário coletivo associou, desde a Antiguidade, a doença misteriosa, desconhecida, temida, que desfigurava a aparência do doente, à condição de peste. Já os relatos sobre epidemias, elaboraram uma gama de representações, sendo uma das mais clássicas, a que via o adoecer como castigo ou punição contra os pecados dos mortais. Há também explicações que atribuíam as doenças às condições climáticas, relacionando a enfermidade, por exemplo, ao “ar corrompido”, no entanto, diferenciando-se dessas representações

seculares, a medicina ocidental, desde Hipócrates, buscou estruturar um conhecimento para identificar o mal que acometia a população, associando natureza e sociedade. Até o século XIX, duas concepções convergiam para a natureza em suas explicações sobre a doença, a *concepção ontológica*, acreditava na existência de uma entidade que vinha do exterior e penetrava o corpo, como o ar, causando enfermidades. A *concepção dinâmica*, que já estava presente nas teorias hipocráticas, acreditava que as doenças eram resultado de uma falta de harmonia na natureza do corpo. Assim, a doença era resultante, na concepção ontológica, de um desequilíbrio dos elementos e, era resultante, na concepção dinâmica, de um desequilíbrio dos humores.

As doenças estavam por todos os lados, febre amarela, varíola e cólera amedrontaram a população ao longo do século XIX:

Quem dançava no Rio em fevereiro e março era a morte, a Grande Ceifeira. Febres intermitentes ocorrem na metade do século, e a febre amarela torna-se endêmica a partir de 1850. Surtos de cólera e varíola também fustigam o Império nos anos 1850-60. Com o início da navegação regular a vapor, nos anos 1840, o tempo das viagens encurta-se, dificultando a descoberta – e a quarentena nos portos – de indivíduos embarcados e infectados por doenças contagiosas ainda incubadas. O fenômeno também teve efeitos graves na Bahia, cujos habitantes conheceram uma alta mortalidade na década de 1850. No mesmo contexto, o povo do Recife desfilava com a estátua de São Roque, o “advogado da peste”, enquanto penitentes flagelavam-se no meio da rua. Todas as províncias acabaram sendo atingidas por essas pestilências e mortandades. (ALENCASTRO, 1997, p. 67)

Durante boa parte do Oitocentos, muitos médicos acreditavam que determinadas condições ambientais proporcionavam o desenvolvimento de doenças. Miasmas presentes no ar, oriundos de matéria orgânica em decomposição ou água parada provocavam, segundo esta concepção, epidemias como a do cólera. Logo, o meio físico, a natureza e a concentração de pessoas poderiam ser produtores de miasmas. A discussão ganhou espaço com os que validavam a teoria do contágio, que poderia ocorrer de forma direta, a partir do contato com o doente, ou de forma indireta, através do ar, roupas e outros objetos, o que resultou em uma variedade de medidas profiláticas. Para Pimenta (2004, p. 43), “no primeiro caso, seriam priorizadas a melhoria do estado sanitário da cidade e a adoção de regras higiênicas [...]. No segundo, seriam fundamentais as quarentenas [...]”. Concomitantemente, interpretações das doenças como fenômeno social passaram a ser difundidas: “falta de moral”, pobreza e outros fatores de natureza econômica e social explicavam, para os adeptos dessa corrente, determinadas enfermidades.

Variados aspectos da vida social passaram a ser examinados, como a alimentação, a habitação, o saneamento, o comportamento sexual, a prática ilegal da medicina, bem como, fiscalizações em navios, hospedarias, matadouros, deixando o governo em estado de alerta e a medicina autorizada a lidar com essa situação. De acordo com Machado et al.:

Não é mais a ação direta e lacunar sobre a doença como essência isolada e específica que move o projeto médico. O “médico político” deve dificultar ou impedir o apareci-

mento da doença, lutando, ao nível de suas causas, contra tudo o que na sociedade pode interferir no bem estar físico e moral. A inserção do indivíduo no social, a necessidade de conhecer o meio e agir para proteger o indivíduo de um perigo ao mesmo tempo médico e político não significa porém que a medicina sai do seu campo próprio de ação. Se a sociedade, por sua desorganização e mal funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção. (1978, p. 155)

A medicina, dialogando com a geografia, a estatística, a climatologia, a demografia, e colocando-se como indispensável ao exercício do poder estatal, começou a ditar as regras para o meio urbano, normalizando a sociedade em busca da saúde. Para a realização de uma medicina preventiva no Brasil do século XIX, o saber médico foi em busca das causas das doenças e essa procura não foi feita no corpo enfermo, mas em tudo o que o cercava. Nesse sentido, a doença passou a ser apreendida como resultado de um somatório de causas e os perigos urbanos é que ameaçariam a ordem social.

Na Província da Parahyba do Norte, para conduzir as pessoas no caminho considerado civilizado, seria necessária uma ação transformadora, regeneradora, que englobaria a vida como um todo dessa população, “com prescrições alimentares, de vestuário, de costumes, disciplinando o uso dos lugares públicos, educando higienicamente as crianças, os homens, o mundo” (AGRA DO Ó, 2005, p. 42-43). Assim, a regulamentação deve-

ria atingir a moradia das pessoas, a arquitetura dos prédios em seu entorno, e a circunvizinhança possuidora de pântanos, mangues, charcos, onde vegetais se decompunham e eram apontados como perigosos a saúde; também as ruas por onde a população transitava, a disposição do lixo, o escoamento das águas, os alimentos que consumia e comprava nas feiras, nos matadouros, peixarias; os lugares que frequentava, como hospitais, fábricas, escolas; bem como seus costumes, hábitos, práticas, usos; o ar que respirava, a umidade, os ventos, a água que utilizava para beber, cozinhar e se banhar. Até na hora da morte, a regulamentação estaria presente, a partir da condenação dos enterramentos no interior das igrejas e na indicação de cemitérios, afastados da cidade, para um sepultamento sadio, já que os médicos acreditavam que a decomposição dos cadáveres contaminaria o ar, podendo desencadear doenças ou epidemias. Tudo deveria ser encaminhado da melhor forma possível pela medicina, que associando-se aos poderes públicos, se colocou como uma ciência a serviço do progresso, prevenindo doenças, promovendo saúde e, quando a morte chegasse, encaminhando-a de forma higiênica.

A ORDENAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO NA PARAHYBA DO NORTE: A REGENERAÇÃO PELA MEDICINA

Na Província da Parahyba do Norte, ao longo do século XIX, o saber médico ampliou o raio de sua atuação, não se restringindo apenas aos cuidados com o corpo individual, ramifi-

cando a sua intervenção a diferentes estratos do tecido social. Em um contexto caracterizado por problemas sociais, econômicos, de saúde, em um processo de urbanização e crescimento demográfico, a chamada medicalização da sociedade foi se efetivando, a partir de uma intervenção diversificada e autoritária. Nesse caminho, escolas, cemitérios, matadouros, cadeias, edificações privadas, feiras, ruas, costumes, enfim, todo o ambiente urbano e sua população passaram a ser diagnosticados e medicalizados. Assim, baseado também no discurso médico, começou a emergir uma nova concepção de cidade. Nesse processo, o saber médico e os discursos do poder provincial em nome da ordem, da civilização e do progresso, pregavam a higienização das práticas, costumes, usos, numa estratégia para sanear a população e o seu meio.

É difícil precisar o quantitativo populacional da Província ou da sua capital no século XIX. As informações são dispersas e em alguns relatórios dos presidentes de Província, percebe-se a preocupação em obter uma estatística completa da população, contudo, os dados existentes eram imprecisos para tal realização. Em 1852, por exemplo, há dados referentes ao ano anterior, contabilizando 212.465 a população da Parahyba do Norte (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1852). Em fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa, o presidente Antonio da Costa Pinto Silva, diz que os dados que serviram de base para a estatística de 1856 estão *muito longe da verdade*, e a mortalidade ocasionada pelo cólera era *prova* disso, criticando números propagados. Para ele, o número de mortos seria de aproximadamente 30.000

e a população era estimada em 300.000 almas (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856), o que mostra a dispersão das informações.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴ traz informações desde 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil. Na Parahyba do Norte, naquele ano de 1872, a população era de 376.226, em 1890 os números apontavam para 457.232 pessoas e, em 1900, 490.789 era a estimativa demográfica. Segundo o *Almanaque do Estado da Parahyba* de 1899, em 1886 a população foi estimada em 496.000 habitantes, em 1890 houve uma queda para 457.232, e em 1892 os números continuaram caindo, contabilizando 450.000. O decréscimo demográfico ocorrido naquele período foi justificado pelas fortes estiagens vividas na Parahyba do Norte, especialmente as secas de 1877 a 1879 e as de 1888 a 1889, que provocaram mortes e migrações para outras regiões do Império. Já em 1899, o mesmo Almanaque revela que os números voltaram a subir e a estimativa era de uma população em torno de 500.000 habitantes.

Com relação a capital, o adensamento populacional no núcleo urbano se acentuou. A cidade da Parahyba em 1856 possuía cerca de 8.000 habitantes, atingindo em 1869 a cifra de 13.000, subindo para 28.000 em 1911, segundo Medeiros (1911, p. 122). Já no recenseamento feito no Brasil em 1872, a cidade da Parahyba contabilizava uma população de 22.258 habitantes. Enfim, os dados são dispersos, mas apontam para um crescimento demográfico na capital parahybana. E esses números subiram também

⁴ Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br. Acesso em: 22 de março de 2014.

devido as estiagens, visto que parte da população buscava a capital, fugindo das secas. Somando-se ao acréscimo populacional e ao contexto marcado por estiagens, fome, epidemias, um processo de agrupamento de características urbanas estava se constituindo, e a necessidade de dotar o espaço de equipamentos e serviços variados, com uma infraestrutura regular, fez aflorar problemas como o da insalubridade. Características que ajudam a compreender a estruturação da medicina social na Parahyba do Norte e as articulações com os poderes públicos.

De acordo com Foucault (2010), o fenômeno da urbanização, no século XVIII francês, ajuda a entender a constituição da medicina social. Com o intuito de edificar a cidade como uma unidade, economicamente e politicamente falando, foi instaurado um esquadramento de controle do espaço social. Assim, com o desenvolvimento das estruturas urbanas, a medicina foi chamada a intervir, já que a organização sanitária das cidades era fundamental para suprir a necessidade de um corpo urbano homogêneo. Nesse processo, a primeira preocupação da ordem médica foi analisar os lugares de acúmulo de líquidos e sólidos, ou seja, água estagnada, esgotos a céu aberto, lixo, entulhos, enfim, tudo o que pudesse provocar doenças deveria ser evitado. Em seguida, controlar a circulação dos elementos, em especial, água e ar. Acreditava-se que,

o ar tinha uma influência direta sobre o organismo, por veicular miasmas ou porque as qualidades do ar frio, quente, seco ou úmido em demasia se comunicavam ao organismo ou, finalmente, porque se pensava que o ar agia diretamen-

te por ação mecânica, pressão direta sobre o corpo. O ar, então, era considerado um dos grandes fatores patógenos. Ora, como manter as qualidades do ar em uma cidade, fazer com que o ar seja sadio, se ele existe como que bloqueado, impedido de circular, entre os muros, as casas, os recintos. (FOUCAULT, 2010, p. 90)

A medicina urbana deveria, portanto, garantir uma boa circulação de ar e água, elementos considerados essenciais para a saúde da população. Por fim, segundo Foucault (2010), a medicina deveria organizar as *distribuições e frequências*, isto é, posicionar bem e fazer funcionar, por exemplo, fontes e esgotos. Nesse caminho, a medicina social foi se constituindo, deixando de ser privada, individual, para se tornar coletiva, urbana, socializando o seu saber e a sua prática.

Com relação ao exercício da medicina na Parahyba do Norte, Castro (1945) afirma que havia uma quantidade pequena de médicos atuando na Província na primeira metade do século XIX, sendo difícil identificar esse exercício antes da figura de João José Innocencio Poggi,⁵ primeiro médico licenciado.

5 Atuou também na Santa Casa de Misericórdia, foi por muitos anos juiz de paz, ocupou o cargo de 1º vice-presidente da Província e foi presidente em agosto de 1866. (CASTRO, 1945)

Imagem 3 – João José Innocencio Poggi



Fonte: Castro (1945).

Poggi era pernambucano e ocupou, por longos anos, cargo na Inspetoria de Saúde Pública, órgão criado no governo de João Antonio de Vasconcelos (1849). A Inspetoria não possuía sede própria, funcionando nas casas dos inspetores, com uma atuação precária e esporádica, estando presente de forma mais enérgica, em períodos de crise, como no caso de uma epidemia. Ao inspetor, competiria a verificação das habitações insalubres, o exame das condições de higiene nos edifícios públicos, a inspeção das boticas, casas de saúde, a fiscalização da vacinação, as

desinfecções, dentre outras atribuições. A Inspetoria de Saúde Pública deveria funcionar com um inspetor e delegados de higiene, que atuariam nas cidades e vilas. Assim, a vigilância e a inspeção garantiriam a ordem e a norma vigentes.

João José Innocencio Poggi não era formado em medicina, mas tinha licença para atuar como tal. Havia uma legislação provincial que regulamentava esse exercício:

Agostinho da Silva Neves, Presidente da Província da Parahyba do Norte: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa da Província, sob proposta, da Câmara Municipal desta cidade, resolveu o seguinte:

Art. 1º - Toda aquela pessoa nacional ou estrangeira que quiser exercitar a profissão de médico, cirurgião, boticário, ou parteira, será obrigado a apresentar a Câmara Municipal seu diploma, de conformidade com a Lei de 3 de outubro de 1832. (CASTRO, 1945, p. 422)

Quem não possuísse formação acadêmica, deveria apresentar um certificado que comprovasse sua experiência na área, o que lhe habilitaria na prática em questão. Poggi possuía autorização como médico licenciado, isto é, não era doutor em medicina, mas tinha licença para atuar em casos específicos da área médica. A Câmara Municipal deveria fiscalizar o exercício da profissão e os que não apresentassem diploma, ficariam sujeitos a multa de 30\$000 rs, conforme a Lei nº 12 de 5 de julho de 1844. Quanto às licenças para o exercício das profissões, Pimenta (2003a, p. 98) diz, como foi ressaltado anteriormente, que os médicos estavam aptos para prescrever remédios, os cirurgões

tinham autorização para tratar de “moléstias externas”, os boticários poderiam manipular e vender medicamentos e as parteiras eram autorizadas a ajudar as mulheres a dar a luz. Já o médico licenciado, só obtinha permissão para tratar de alguns casos específicos, como a embriaguez e, comumente, não detinha prestígio social. Contrariamente, no caso de Poggi, por circular na política, ocupou cargos representativos em algumas instâncias públicas e foi agraciado com os títulos de Comendador da Ordem de Cristo, uma ordem religiosa e militar, e Comendador da Ordem da Rosa, uma ordem honorífica brasileira criada por D. Pedro I. O Comendador Poggi, ocupou o cargo de inspetor de Saúde Pública durante 21 anos:

Quadro 1

Relação dos Médicos Inspectores de Saúde Pública

MÉDICO	ATUAÇÃO	FORMAÇÃO
João José Innocencio Poggi	1849 - 1870	Não era formado em medicina
Abdon Felinto Milanez	1871 - 1884	Faculdade de Medicina da Bahia
José Evaristo da Cruz Gouveia	1885 - 1891	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
Antonio da Cruz Cordeiro	1892 - 1893	Faculdade de Medicina da Bahia
José Elias de Ávila Lins	1893 - 1896	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

Fonte: Soares Júnior (2011, p. 37).

No período em que esteve à frente da Inspetoria, o Comendador Poggi apresentou vários relatórios sobre salubridade pública, denunciando as precárias condições de higiene da Província e prescrevendo normas para a cidade e sua população. Em julho de 1857, por exemplo, apresentou relatório apontando medidas que deveriam ser adotadas para *o bem da saúde pública*. Nessas indicações, Poggi pede com urgência a limpeza das bicas que abasteciam a cidade da Parahyba, como as de Tambiá, Gravatá e Cacimba do Povo, já que estas encontravam-se *completamente desprezadas* (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1857, p. 2). Antes da emergência da microbiologia, o gosto e o odor serviam de referência para atestar a qualidade da água. Segundo Vieira (2000), o abastecimento de água foi realizado através das fontes da cidade até 1912. Esses espaços eram utilizados não somente para beber água, como também para lavar roupa, tomar banho, abastecer a casa.

Poggi também indicou a limpeza das ruas, para impedir o acúmulo de lixo e a água estagnada, evitando as *emanações miasmáticas*. A canalização do rio Jaguaribe, o asseio do matadouro e a inspeção dos alimentos expostos nos mercados, eram preocupações do inspetor (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1857, p. 2). Assim, um discurso de cunho higiênico começou a ganhar corpo, objetivando o aperfeiçoamento da saúde pública e contribuindo para a estruturação da medicina na Parahyba do Norte.

Durante a segunda metade do século XIX, variados médicos circularam pela Província e os discursos em nome do progresso e da civilização por eles proferidos, os títulos nobiliár-

quicos que receberam, os sobrenomes que carregaram, somados aos cargos que ocuparam, indicam as estreitas relações mantidas com a política local e as redes de sociabilidades construídas nesse processo, conforme podemos observar no quadro a seguir:
Quadro 2

Relação dos Médicos que Atuaram na Província da Parahyba do Norte na Segunda Metade do Século XIX

Nome	Naturalidade	Instituição de formação	Funções que desenvolveu	Observação
João José Innocencio Poggi	Pernambuco	Não possuía formação acadêmica. Era prático.	Presidente da Província em agosto de 1866, 1º vice-presidente, juiz de paz, inspetor de Saúde Pública, cirurgião mor da Província e provedor da Santa Casa de Misericórdia.	Escreveu relatórios sobre salubridade pública. Recebeu as comendas da Ordem de Cristo e da Rosa.
Henri Krause	Dinamarca	Não há dados.	Clinicou na Parahyba do Norte de 1856 a 1864.	Foi atuante na epidemia do cólera de 1862. Ficou famoso por suas preparações medicinais.
John Ligertwood Paterson	Inglaterra	Faculdade de Aberden	Clinicou na Parahyba do Norte em 1861.	Escreveu para o jornal Gazeta Médica da Bahia.

José Severino de Souza (1827-?)	Cidade da Parahyba	Não há dados.	Médico, professor e político.	Escreveu sobre medicina legal.
Antonio da Cruz Cordeiro Sênior (1831-1895)	Vila da Independência, atual Guarabira (PB)	Faculdade de Medicina da Bahia (1856)	Jornalista, médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cirurgião mor da Província, 1º médico da Estrada de Ferro Conde d'Eu, chefe da Enfermaria Militar da Província e 2º cirurgião tenente do Corpo de Saúde do Exército. Foi deputado provincial em 1864-65, 1866-67 e 1868-69. Era sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.	Escreveu: Impresões da epidemia e Instruções sanitárias populares (sobre o cólera); Prólogo de Guerra (sobre a guerra do Paraguai) e Estudo biográfico (sobre o vigário Antonio Marques). Era Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.
Felizardo Toscano Leite Ferreira (1863-1930)	Cidade da Parahyba	Faculdade de Medicina da Bahia	Médico na vila de Piancó (PB) e deputado provincial.	

Abdon Felinto Milanez	Areia (PB)	Faculdade de Medicina da Bahia	Clínico em Areia e na cidade da Parahyba, inspetor de Saúde Pública, jornalista, deputado provincial e senador.	Escreveu para jornais da Província e enquanto inspetor produziu relatórios sobre salubridade pública.
José Lopes da Silva	Salvador (BA)	Não há dados.	Clinicou na Parahyba do Norte, médico militar, jornalista e político.	
Dias Fernandes	Não há dados.	Faculdade de Medicina da Bahia	Clínico em Manguape (PB) de 1865 a 1870 e, posteriormente, na cidade da Parahyba.	
Manoel Carlos de Gouveia	Não há dados.	Não há dados.	Clinicou em Manguape e na cidade da Parahyba, médico da Santa Casa de Misericórdia, cirurgião e político.	
Antonio da Cruz Cordeiro Júnior (1859-1894)	Cidade da Parahyba	Faculdade de Medicina da Bahia	Jornalista, poeta, clínico na cidade da Parahyba e médico do Exército.	Traduziu do francês variados trabalhos, escreveu poesias, colaborou em diversos jornais da capital e publicou em 1881 Bosquejo literário, sobre Castro Alves.

<p>Fausto Nominando Meira de Vasconcelos (1834-1899)</p>	<p>Pilar (PB)</p>	<p>Faculdade de Medicina da Bahia (1857)</p>	<p>Clinicou em diversas localidades do interior da Província. Capitão e cirurgião mor do Comando Superior da Guarda Nacional de Pombal, Souza, Catolé do Rocha, Patos e Piancó (PB), atuou como deputado provincial.</p>	
<p>José Evaristo da Cruz Gouveia (1859-1892)</p>	<p>Areia (PB)</p>	<p>Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro</p>	<p>Clínico e cirurgião em Areia e na cidade da Parahyba, jornalista, inspetor de Saúde Pública, inspetor do Tesouro, diretor da Instrução Pública, presidente da Província por três vezes chamado ao cargo na qualidade de vice e deputado provincial e geral pelo Partido Conservador.</p>	<p>Foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo e Imperial da Ordem da Rosa.</p>

Paulo Cavalcanti de Lacerda	Cidade da Parahyba	Faculdade de medicina da Bahia	Clínico, jornalista e político do partido Conservador.	Fundou o jornal O Monitor
José Elias de Ávila Lins	Areia (PB)	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Cirurgião, parteiro, clínico em Areia e Mangueira, inspetor de Saúde Pública e político.	
Luiz José Correia de Sá Sênior (1832- ?)	Souza (PB)	Não há dados.	Clínico e parteiro na capital e em Souza, médico militar.	
Francisco Vital	Não há dados.	Não há dados.	Clinicou na Parahyba entre 1869 e 1870.	
Jacinto Silvano Santa Rosa	Não há dados.	Não há dados.	Clinicou na cidade da Parahyba.	Vendia em sua farmácia o Elixir cabeça de negro .
Luiz Correia de Sá Júnior (1857-1923)	Não há dados.	Não há dados.	Médico do Exército e clinicou na Parahyba.	Especialista em doenças dos olhos.

<p>Eugênio Toscano de Brito (1850-1903)</p>	<p>Cidade da Parahyba</p>	<p>Concluiu o curso na FMBA, mas recebeu o título na FMRJ por problemas com alguns professores e com parte da turma. (1880)</p>	<p>Professor, escritor, jornalista, sócio correspondente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, inspetor do Porto, vacinador provincial, médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cirurgião mor da Província, médico da Polícia, médico da Estrada de Ferro Conde d'Eu, deputado provincial, diretor da Instrução Pública, diretor do Lyceu e da Escola Normal.</p>	<p>Fundou e dirigiu, com Teixeira de Souza e Miguel Lemos, a revista A Ideia. Fundou o jornal A Gazeta da Parahyba.</p>
---	---------------------------	---	--	---

Antonio Marques da Silva Mariz (1851-1927)	Souza (PB)	Estudou até o 6º ano na FMRJ, mas recebeu o título na Faculdade de Medicina da Bahia, por desavenças com um professor.	Clinicou em Souza, município que chefiou pelo Partido Liberal.	
--	------------	--	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações contidas em Bittencourt (1914) e Castro (1945).

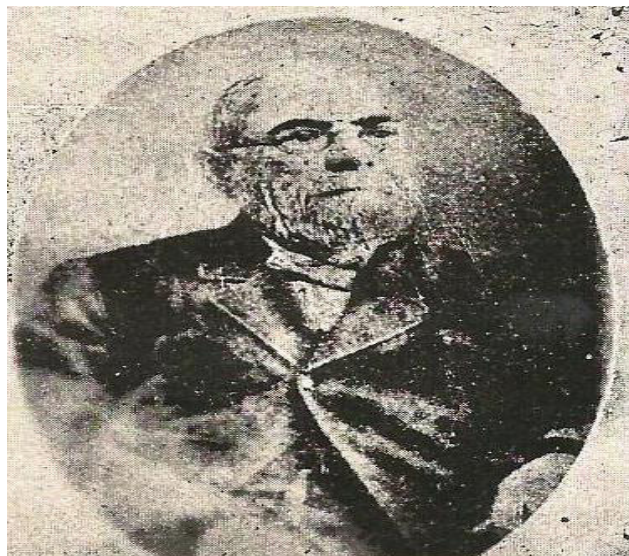
Além do médico licenciado Poggi, que era pernambucano e presidiu a Parahyba do Norte por duas vezes (1866 e 1873), alguns médicos estrangeiros a exemplo do dinamarquês Henry Krause e do inglês John Ligertwood Paterson atuaram na Província na segunda metade do século XIX.

Imagem 4 – Dr. Henry Krause



Fonte: Castro (1945).

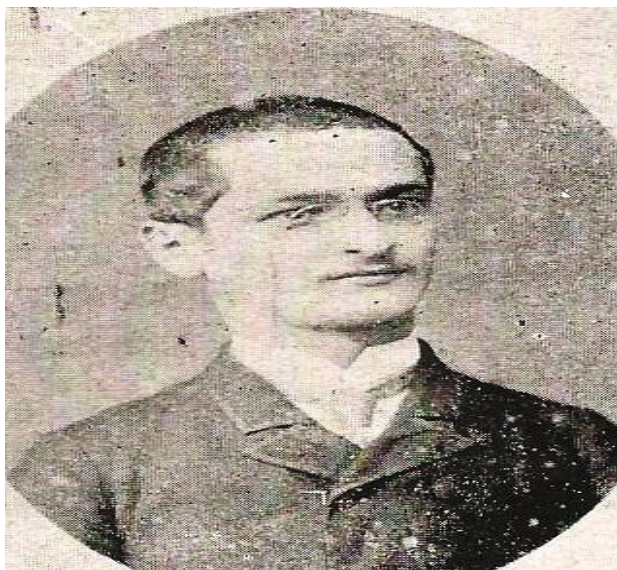
Imagem 5 – Dr. John Ligertwood Paterson



Fonte: Castro (1945).

Já o Dr. Felizardo Toscano Leite Ferreira foi um nome de expressão na medicina no interior da Província, mais precisamente na vila de Piancó. Natural da cidade da Parahyba, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, o Dr. Felizardo, como era chamado, destacou-se como médico e político.

Imagem 6 – Dr. Felizardo Toscano Leite Ferreira



Fonte: Castro (1945).

Natural de Areia, o Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia atuou como clínico e cirurgião, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era político do Partido Conservador e ganhou relevo como deputado provincial em várias legislaturas e como presidente da Província, cargo que assumiu por três vezes (1871, 1872 e 1873).

Imagem 7 – Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia

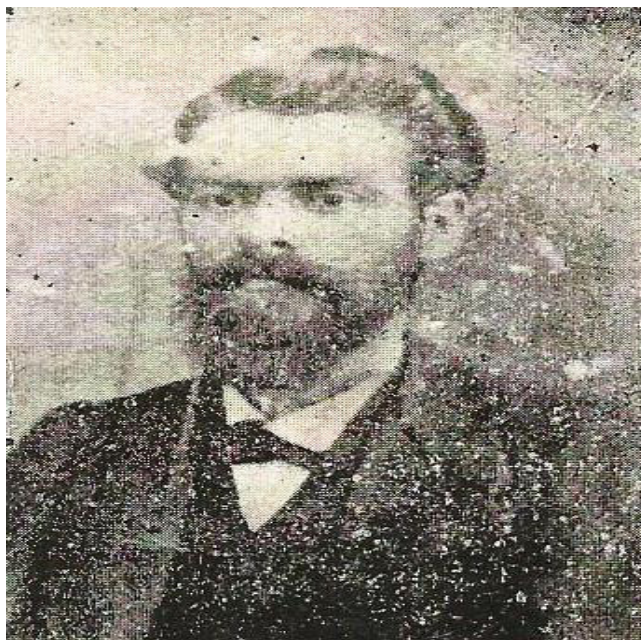


Fonte: Castro (1945).

Oriundo da Faculdade de Medicina da Bahia, o Dr. Abdon Felinto Milanez além de clinicar em Areia (PB) e na cidade da Parahyba, sobressaiu-se como jornalista e político. Atuando em Mamanguape (PB), temos nomes como o do Dr. Dias Fernandes e o Dr. Manoel Carlos Gouveia. Natural de Souza (PB), o Dr. Luiz José Correia de Sá Sênior, foi renomado parteiro e clínico nos trabalhos que desenvolveu na cidade da Parahyba e em Souza, também ocupou o cargo de médico militar. Exercendo a medicina na cidade de Pilar (PB), o Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcelos, ocupou o cargo de capitão e cirurgião mor do

Comando Superior da Guarda Nacional da Parahyba, atuando também como deputado provincial.

Imagem 8 – Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcelos



Fonte: Castro (1945).

Além desses, nomes como Eugênio Toscano de Brito, Luiz Correia de Sá Júnior, Francisco Vital, João Lopes Machado, José Lopes da Silva, Antonio da Cruz Cordeiro Júnior, dentre outros, fizeram história como médicos na Província. (CASTRO, 1945)

Em momentos de crise, como no caso de uma epidemia, podemos observar normas de natureza higiênica circulando de forma mais incisiva na Parahyba do Norte, bem como, a absorção desse discurso pelas elites políticas que atuaram nesse contexto (Ver anexo I). Um desses momentos ocorreu no ano de 1850,

quando a febre amarela⁶ *ceifou preciosas vidas* na Província e o presidente, José Vicente de Amorim Bezerra⁷, começou a tomar algumas medidas para atravessar esse *tempo pestífero*. Além do asseio da cidade e da distribuição de medicamentos para a população, Bezerra deliberou a construção de um lazareto na ilha de Tibiri, em terreno concedido pelo proprietário Joaquim Gomes da Silveira. O hospital de quarentena foi construído em lugar distante da cidade, pois para um ambiente *impregnado de miasmas infectos*, o afastamento urbano era recomendado. Também ordenou que lançassem ao mar mais de cinco mil arrobas de carne seca *completamente podre*, temendo que o produto pudesse transmitir a febre amarela. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 19-21)

A carne veio de Pernambuco e fora comprada por preço baixo e revendida por alguns negociantes do cais do Varadouro. Tal medida teria revoltado uma multidão, que se reuniu para impedir a execução das ordens do presidente. Uma equipe composta por um fiscal, o subdelegado de polícia e o médico licenciado Poggi, indicou o lançamento da carne ao mar e, a partir dessa fiscalização, Bezerra proibiu a venda de qualquer carne que não tivesse procedência local e ordenou a constante fiscalização dos mercados, feiras e armazéns (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 19-21). De acordo com Sournia e Ruffie:

6 A febre amarela é uma doença infecciosa viral, transmitida pela picada de mosquito contaminado.

7 Bezerra era magistrado e governou a Parahyba do Norte de janeiro a setembro de 1850.

As doenças tem apenas a história que lhes é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstrata à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o 'doente', os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa. *Estas operações respondem a desejos permanentes do espírito humano, que busca, ante um universo misterioso, nomear, classificar, simplificar, para organizar.* (1986, p. 359. Grifos meus)

Nesse *universo misterioso* as autoridades públicas buscaram regulamentar a cidade e sua população. A febre amarela não era transmitida de uma pessoa para outra, nem por alimento ou água contaminada, e tinha como sintomas febre alta, diarreia, cansaço e vômitos. Porém, como a causa da doença era desconhecida, uma variedade de medidas era propagada em nome da saúde pública e, como as autoridades acreditavam que o perigo maior estava nos portos, onde navios chegavam a Parahyba, um olhar mais atento para esse espaço foi indicado. A carne veio de Pernambuco justamente para o cais do Varadouro e a população acreditou que eliminá-la era uma medida de desperdício, por isso a revolta.

O cotidiano da população foi alterado, as procissões chegaram a ser canceladas, pois a concentração de pessoas era apontada como um fator de risco. Até mesmo o som dos sinos das igrejas foi silenciado, o então presidente diz que fez “cessar

a multiplicidade de sinos, que, como não ignorais, muito constrange um enfermo no leito da dor” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 22). Chalhoub (1996, p. 69) mostra que no Rio de Janeiro os médicos haviam proibido os *dobres dos sinos* com alegação de que os mesmos assustariam a população, tendo em vista que era costume os sinos tocarem para anunciar o falecimento de alguém.

Ainda em 1850, por causa desse episódio da febre amarela, o presidente solicitou a feitura de uma planta para o primeiro cemitério da Parahyba, estabelecimento útil a *salubridade pública de acordo com a civilização do século*, e exigiu do vigário da capital, que fossem vedadas as sepulturas nas igrejas. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1850, p. 17)

O cerimonial que envolvia a morte começava com a escolha da mortalha, vestimenta obrigatória. Na simbologia católica, seu uso era “uma das formas de se garantir a ‘boa morte’, uma espécie de código que permitisse a passagem para o outro mundo” (RODRIGUES; FRANCO, 2011, p. 171). Em seguida, a comunicação do óbito aos familiares e amigos, que se preparavam para a visita, realizada na casa e/ou igreja, e posterior sepultamento. “As igrejas da Santa Casa de Misericórdia, São Francisco e do Carmo, eram as mais procuradas” da capital para enterramentos. (CASTRO, 1945, p. 343)

Quatro anos depois, o então presidente João Capistrano Bandeira de Mello⁸, nomeou uma comissão composta pelo ci-

⁸ Mello governou a Parahyba do Norte de outubro de 1853 a junho de 1854. Natural do Rio de Janeiro, também presidiu as províncias de Alagoas e de Minas Gerais.

rurgião mor da Província, João José Innocencio Poggi, os doutores Francisco Antonio Victal⁹ e Henri Krause¹⁰, e o engenheiro Antonio Affonso de Almeida Albuquerque, para indicar o lugar mais adequado para a construção desse estabelecimento, já que “a salubridade desta cidade reclama sem dúvida algumas providências, dentre as quais avulta a construção de um cemitério”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1854, p. 22)

Na edificação de um ordenamento para o urbano, a medicina e a engenharia dialogaram constantemente e, como a desorganização e o mau funcionamento eram características apontadas para instituições como cemitérios, escolas, prisões, esses saberes tiveram a função de reorganizar esses espaços públicos. Contudo, em 1855 a vila de Piancó precedeu a capital na construção de um cemitério, obra do missionário capuchinho Serafim de Catania, não tendo os cofres públicos contribuído nessa edificação. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 22)

Tradicionalmente, as igrejas¹¹ eram locais de enterramentos dos católicos e os mortos eram sepultados em diferentes es-

⁹ Atuou na Parahyba do Norte entre 1869 e 1870, mudando-se em seguida para o Rio Grande do Norte. (CASTRO, 1945, p. 144)

¹⁰ Segundo Castro (1945, p. 42), o dinamarquês Henri Krause foi, como João José Innocencio Poggi, um dos primeiros médicos a clinicar na Parahyba. Atuando na Província de 1856 a 1864, destacou-se na epidemia de cólera de 1862.

¹¹ Segundo Eugênio (2010, p. 156), “durante a Antiguidade, as sociedades normalmente ou cremavam os mortos, ou os enterravam em locais afastados das povoações. Entretanto, com a morte do imperador Constantino, responsável pela transformação do cristianismo em religião oficial em Roma, isso começou a mudar no ocidente, pois ele foi sepultado na Basílica dos Santos Apóstolos, abrindo um precedente que foi seguido pelo clero, pelas pessoas de grande distinção social e posteriormente por todas as pessoas que podiam pagar para serem enterradas nas igrejas ou capelas que frequentavam. Assim, com o tempo, o que era um privilégio de poucos foi se tornando habitual em toda a massa dos fieis [...]”.

paços dessas edificações. Em paredes, no chão, debaixo dos altares, os mortos cercavam os fieis que frequentavam as missas e contribuía, segundo os médicos, para o adoecimento da população, pela *corrupção do ar*. Assim, discussões sobre a necessidade de cemitérios ganharam espaço e, além da localização, isto é, fora dos limites das cidades, a organização interna dessa instituição também deveria considerar as indicações médicas: nada de construções que dificultassem a circulação de ar, de preferência o plantio de vegetais de pouco porte, para purificar o ambiente, como também, respeitassem o número de cadáveres, que deveria ser proporcional as dimensões do cemitério.

Depois dos estragos causados pela epidemia do cólera de 1856, é que o cemitério da capital foi entregue a população, episódio que também desencadeou a ordem para tais edificações em toda a Parahyba do Norte:

Os cemitérios não exigem menos do que as matrizes. Por ocasião do cólera ordenei aos vigários, impetrada a licença do Exmo. Sr. Bispo, que imediatamente tratassem de construir cemitérios em todos os povoados de suas freguesias, o que com efeito fizeram, não podendo, porém, pô-los em estado decente por falta de recursos pecuniários. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1856, p. 38)

O número de vítimas foi tão expressivo nessa epidemia, que a ordem advinda era construir cemitérios em *todos os povoados de suas freguesias*. Assim, a medicina buscava demolir a prática de enterros nas igrejas, dessacralizando a morte, lutando, por assim dizer, “pela posse do cadáver a partir do instante mesmo

da morte” (REIS, 1991, p. 262). Na cultura fúnebre brasileira, até o início do século XIX, o corpo morto estava muito associado ao universo do sagrado, e com introdução do saber médico no mundo urbano, o defunto¹² vai cedendo espaço para o cadáver.¹³

Em 1858, Henrique Beaurepaire Rohan¹⁴, contratou dois engenheiros do Pará, Carlos Bless e David Polemiann, para *levantar uma planta* da capital, já que na falta de um gabinete de obras públicas, toda a documentação a esse respeito encontrava-se dispersa. No seu relatório, o então presidente, apresentou um panorama das condições dos cemitérios de toda a Província da Parahyba. Na primeira comarca, por exemplo, o cemitério da capital estava murado, possuía 200 catacumbas, faltando apenas a capela; o de Cabedelo, era de pau-a-pique, o da Penha estava *toscamente cercado* e o de Tambaú, completamente aberto. Em alguns lugares, como Jacoca e Natuba, não havia cemitérios e os enterros continuavam sendo feitos nas igrejas, como de costume; em Souza, mesmo com a estrutura do cemitério montada, os enterros estavam sendo realizados nas capelas. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 24-26)

De acordo com Reis (1991), desde a primeira metade do Oitocentos, momento em que a medicina ganhava corpo, as críticas ao sepultamento no interior das igrejas passaram a ser mais frequentes, e a indicação de cemitérios para os enterramentos era

12 Forma de se referir ao corpo morto pela Igreja Católica e pela população.

13 Concepção medicalizada da morte.

14 Membro do partido Liberal. Presidiu a Parahyba do Norte de dezembro de 1857 a junho de 1859, também foi presidente da Província do Pará. Rohan nasceu em Niterói, era militar de carreira e chegou ao posto de Marechal.

prescrita, o que ocasionou, em 1836, na cidade de Salvador, uma revolta conhecida como Cemiterada. O episódio eclodiu contra a construção de um cemitério para o enterramento dos mortos, uma revolta que mostra a insatisfação de diferentes pessoas a um processo de transformação que vinha ocorrendo com relação ao corpo morto, deixando *a morte de ser uma festa*, para se transformar em um perigo.

Para os médicos, “a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública” (REIS, 1991, p. 247). Os velórios e cortejos fúnebres seriam focos de doença, e só uma sociedade atrasada, na visão médica, continuaria com tais práticas. Assim, para uma melhor organização do urbano, era necessária a construção de cemitérios fora dos limites das cidades, espaços específicos que tornavam a morte higienizada, já que o seu cheiro indicaria a presença de miasmas. Para os médicos, defensores da secularização dos cemitérios, o corpo morto era uma matéria sujeita a putrefação, conseqüentemente, causava doenças para os vivos. “Daí serem as necrópoles da competência da medicina, da higiene, do poder público e civil, e não mais da alçada da Igreja, que deveria ter apenas a jurisdição sobre o cerimonial religioso” (RODRIGUES; FRANCO, 2011, p. 182-183), um movimento que denota a ampliação dos poderes provinciais sobre a ordenação do espaço público.

As marcas dessa epidemia de febre amarela ficaram presas no imaginário da população. Pinto (1977) chama a atenção

para a publicação de um jornal¹⁵ de 1853, que relatava um contexto de *peste, fome e guerra*:

Peste, fome e guerra. A mais de cinco anos que sobre nós pesa a cólera celeste com todo o rigor; e ainda hoje continuamos a sofrer os efeitos desses flagelos, com que o senhor costuma castigar a mísera humanidade. Temos sofrido e ainda sofremos a peste; tivemos a guerra e tivemos a fome. A peste nos persegue desde os primeiros dias do ano de 1849; febres nervosas apareceram naquela época, que acometeram a quase totalidade dos habitantes dessa cidade. Em 1850 veio-nos a febre amarela que perdura até os dias de hoje, tendo ceifado centenas de vidas e algumas bem preciosas. Os entre atos desse drama tem sido preenchidos com a bexiga, tífis, garrotilhos, sarampos, pneumonias e afinal com a terrível câmara de sangue. Todos esses flagelos reunidos tem dado um resultado espantoso na mortalidade dessa cidade. Em uma população de 8.000 almas quando muito, morreram mensalmente 70 pessoas termo médio. É para aterrar. Sempre que um habitante desta cidade faz uma viagem ainda mesmo de poucos dias, acha impreterivelmente na sua volta alguma família amiga coberta de luto; se é que o luto não é em sua própria família. A população vive apavorada; e cinco anos de peste e de calamidades ainda a não familiarizavam com o mal. A mortalidade não tem ficado encerrada nos limites da capital; o centro todo tem sofrido em igual e em alguns pontos ainda em maior proporção. (*apud* PINTO, 1977, p. 220)

Variadas doenças acometeram a população da Província, somando-se a um quadro de miséria e fome, exacerbado pelas secas. Além da *peste* e da *fome*, a *guerra* também se fez presente em um movimento popular conhecido como Ronco da Abelha.

15 O autor não especifica o nome do periódico.

Entre dezembro de 1851 e janeiro de 1852, as Províncias da Parahyba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, revoltaram-se reivindicando a não aplicação dos decretos 797 e 798, que versavam sobre o Censo Geral do Império e o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos, respectivamente.

A população temia uma possível escravização, já que, o Censo Geral do Império dimensionaria o contingente populacional para solucionar a falta de mão de obra, provocada pela extinção do tráfico negreiro em 1850. De acordo com Diniz (2003, p. 375), “antes mesmo da interrupção do tráfico escravo, em 1850, já havia sinais de inquietação nas camadas populares pelo receio de substituição da mão-de-obra nacional pela estrangeira”. Além disso, o elevado valor do escravo no mercado interno e as constantes reclamações dos proprietários rurais pela falta de mão de obra, estimularam a propagação de boatos sobre uma possível escravização da população pelos decretos acima mencionados. A falta de mão de obra, a preocupação do governo em contabilizar a população e a intenção de mudar as regras para a feitura dos registros de nascimento, mostrou-se uma mistura explosiva e o governo provincial buscava cada vez mais manter a ordem pública, diante de um contexto de crise. Os registros de nascimento eram feitos com base na cor da pele, mas até aquele momento, a responsabilidade era dos padres, só que, a partir do citado decreto, competiria ao escrivão dos Juizes de Paz, em quem a população não confiava. (SÁ, 2005)

Na lista de instituições impróprias e insalubres, Henrique Beaurepaire Rohan, em 1858, também apresentou o estado em que se encontravam as cadeias da Província.

Quadro 3

Situação das Cadeias da Província

COMARCA	LOCAL	SITUAÇÃO DAS CADEIAS
1 ^a	Cidade da Parahyba	Os alicerces da cadeia nova foram <i>fracamente</i> construídos.
	Alhandra	Existem paredes e o princípio de uma casa destinada para a cadeia.
	Maman-guape	Acha-se em construção uma casa para a cadeia. O edifício tem dois pavimentos, um térreo, destinado para a cadeia, e outro <i>assobradado</i> , para a Casa da Câmara e do Júri. A cadeia é pequena e tem condições <i>para não ser insalubre</i> .
2 ^a	Pilar	Existe uma pequena <i>casa de taipa</i> de propriedade pública com três cômodos. Este edifício não oferece as condições necessárias para uma prisão. Não é segura <i>nem salubre</i> .
	Ingá	O pavimento térreo será transformado em cadeia.
	Campina Grande	Há uma casa de dois cômodos construída em 1814 e que serve para as sessões do Júri e para a cadeia. Esta prisão tem <i>alguma solidez</i> , mas <i>sem condições de salubridade</i> , sendo, como consta, <i>pouco arejada</i> .

3 ^a	Bananeiras	Esta cadeia é de pequena capacidade, o edifício carece de segurança e é insalubre.
	Cuité	Nesta vila serve de cadeia uma casa particular <i>mal segura, pouco arejada e sem proporções</i> .
	Independência	A cadeia é alugada e não tem condições de acomodar uma prisão, necessita de segurança e de <i>proporções para ser salubre</i> .
4 ^a	Cidade de Areia	A casa que serve de cadeia é mal construída, pouco segura e <i>não é bem arejada</i> .
	Alagoa Nova	Serve de cadeia uma casa particular, pouco segura, <i>sem proporções e mal arejada</i> .
5 ^a	São João	A casa de prisão está <i>quase em ruínas</i> .
	Cabaceiras	Não há cadeia regular.
6 ^a	Pombal	A cadeia é um edifício de um só pavimento, com nove divisões, sendo seis destinadas para prisões e as outras para residência do carcereiro, <i>enfermaria e cozinha. Esta prisão é segura, bem arejada e salubre</i> .
	Catolé do Rocha	Não há cadeia.
	Patos	Nesta vila a casa que serve de cadeia, não tem condições de ser uma prisão.
	Freguesia da Serra de Teixeira	Construiu-se nessa povoação uma casa para a cadeia. O edifício é seguro e <i>pouco arejado</i> na parte térrea.

7 ^a	Cidade de Souza	Serve de cadeia uma casa pequena. O edifício não oferece segurança, é pouco arejado e insalubre.
	Piancó	Não há cadeia.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do Relatório de 1858.

Como visto, em Pilar, “há uma pequena casa de taipa de propriedade pública com três repartimentos. Este edifício não oferece as condições necessárias para uma prisão. Não é seguro, nem salubre”. Várias outras cadeias, como as de Campina Grande, Areia e Souza são descritas pelo presidente e apresentadas como *sem condições de salubridade e pouco arejada*, situação diferente apenas em Pombal, onde a prisão é “segura, bem arejada e salubre”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p. 30-31)

Essa instituição também não foi ignorada pela medicina, que propondo um ambiente maior, arejado, higiênico, com medidas disciplinares que objetivavam a recuperação dos prisioneiros, contribuiu para a ordenação desse espaço. Evitando a proliferação de doenças, ordenando a comunicação entre os presos, assim o saber médico auxiliaria o governo, diagnosticando os perigos e prescrevendo as soluções para essa instituição corretiva, já que a higiene não atingiria apenas aspectos físicos, também os morais. Machado et al. (1978, p. 316), ao discutir a medicalização das instituições, diz que a ordem médica “criticou as condições de detenção e propôs medidas higiênicas e disciplinares como dispositivos de uma estratégia de recuperação”.

Proposições dessa natureza também circulavam na cidade de Recife, como discutido por Miranda (2012). Com a criação, em

1845, do Conselho de Salubridade Pública, buscava-se melhorar as condições sanitárias da cidade e combater as epidemias, a partir da

criação de um cemitério público, evitando com isso os enterros nas igrejas, aterramento de áreas pantanosas e de águas estagnadas, fiscalização dos gêneros alimentícios, de medicamentos nas boticas e de bebidas alcoólicas, melhoria das condições de higiene das prisões, dos hospitais, das escolas, dos matadouros, quartéis, das fábricas, dos açougues, [...]. (MIRANDA, 2012, p. 148)

Embora indicando direções para o melhoramento da cidade do Recife, os poderes públicos apontavam a falta de recursos financeiros como entrave para tais realizações. A partir de 1853, com a criação da Comissão de Higiene Pública, essas questões passaram a ser debatidas e prescritas por essa instituição. As discussões realizadas por Miranda (2012) mostram o ampliado leque de atuação médica em Recife, com preocupações de cunho higiênico voltadas para as escolas, cemitérios, prisões, etc.

Já em fins de 1861 e início de 1862, momento em que a segunda epidemia do cólera abalou a Província da Parahyba do Norte, João José Innocencio Poggi ressaltou a importância da higiene pública e da ciência médica para o futuro da sociedade:

Os domínios da higiene são de tamanha amplitude, abrangendo questões de alcance tão elevado, que não poderão por certo ser convenientemente ventilados neste pequeno relatório confeccionado [...]. É uma luta afanosa, é verdade, mas sempre digna e louvável, para cujo fim devem encaminhar-se as vistas da ciência moderna, e a execução prática e rigorosa do

governo [...]. *Toda a cidade, ou melhor, toda a aglomeração de habitações deve ser solidamente edificada, bem arejada, e de acesso fácil, bem esclarecida, enxuta e asseada, guardando em suas devidas dimensões aberturas correspondentes e regularmente dispostas.* Cada uma destas condições encerra um princípio e um gérmen fecundo as bases e elementos da higiene pública. Se isto está prescrito e provado em todos os livros de higiene pública e particular, quão distantes estamos ainda de atingir esse aperfeiçoamento? (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 3-4. Grifos meus)

O relato do Comendador Poggi é sintomático dessa época, pois o saber e a prática médico-higiênica, cada vez mais, ganharam espaço e tornaram-se imprescindíveis quando o assunto era a saúde da população e a melhoria do urbano. Para Machado et al.: “Se a sociedade, por sua desorganização e mau funcionamento, é causa de doença, a medicina deve refletir e atuar sobre os seus *componentes naturais, urbanísticos e institucionais*, visando a neutralizar todo perigo possível” (1978, p. 155. Grifos meus). Nesse processo, a medicina foi penetrando na sociedade, no meio urbano, nas instituições, e se colocando como suporte científico ao exercício do poder provincial.

Naquele ano de 1862, quando o *suão da morte, que a medicina denomina cólera morbos*, soprou na Parahyba do Norte pela segunda vez, o presidente Francisco de Araújo Lima¹⁶, reuniu na sua residência os médicos da Província, já que essa epidemia trouxe um *cortejo de lágrimas, luto, desolação e miséria*. Dessa reunião, uma série de *medidas aconselhadas pela ciência médica*, passou a ser distribuída para a população, que ainda estava impregnada

¹⁶ Presidiu a Parahyba do Norte de maio de 1861 a fevereiro de 1864.

pelo terror impresso pela primeira epidemia do cólera, ocorrida em 1856 (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 18). Em 1855, com a ameaça da primeira epidemia do cólera, mais de *mil exemplares* foram impressos e distribuídos a população de toda a Província, contendo *conselhos higiênicos*, segundo Flavio Clementino da Silva Freire, vice-presidente da Província. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 10)

Em 1862, o presidente relatou que, como havia a impossibilidade de enviar médicos para todos os lugares acometidos, que pontuavam diferentes espaços do território, como Campina Grande, Bananeiras, Areia, Pombal, Souza, a citada reunião foi importante, pois várias “instruções impressas e confeccionadas pelo inteligente profissional, Dr. Antonio da Cruz Cordeiro, foram mandadas distribuir pela população”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 19)

O médico Antonio da Cruz Cordeiro, segundo Castro (1945), foi uma das figuras de maior projeção na Província, entre os anos de 1860 a 1890. Ocupou cargos como: médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, 2º cirurgião Tenente do Corpo de Saúde do Exército e chefe da Enfermaria Militar da Parahyba. As suas prescrições para essa epidemia do cólera foram impressas com o título *Instruções sanitárias populares*, e continham desde os procedimentos adotados para evitar esse mal, passando pelos sintomas do cólera, até chegar nas indicações terapêuticas para os que fossem diagnosticados com a doença:

As medidas de salubridade, tão úteis nas cidades em tempos ordinários, tornam-se palpitantes e de imperiosa ne-

cessidade quando nos ameaça uma epidemia grave. Então, afim de diminuir o quanto é possível a intensidade do mal, caso mesmo se não o possa prevenir, a Administração e os cidadãos de todas as classes devem reunir seus esforços para obter uma salubridade tão completa quanto as localidades o permitam. Estas medidas profiláticas ou preservativas do cólera epidêmico, que tem sido indicadas nos diferentes países assolados por tal flagelo, são as mesmas que a experiência e o raciocínio indicam, como infelizmente já tivemos ocasião de observar e de praticá-las em 1855 e 1856. (CORDEIRO, 1862 *apud* CASTRO, 1945, p. 48-49)

O Dr. Cordeiro salientava que a causa exata da irrupção do cólera era desconhecida, mas que algumas medidas eram eficazes para a sua prevenção e tratamento. Para ele, havia uma série de circunstâncias que facilitariam o desenvolvimento da doença, e de acordo com sua experiência, e com *os mais apurados trabalhos dos mais conceituados higienistas*, passou a indicar *precauções higiênicas e medidas preventivas* para a população. Antonio da Cruz Cordeiro, indicava a limpeza e pintura das habitações públicas e privadas, a extinção das umidades dos cômodos, a renovação do ar em circulação e pedia o não acúmulo de pessoas em uma mesma dependência. A população também deveria evitar a *tristeza, o medo, as vigílias e o abuso dos prazeres*, o que denota o desconhecimento da etiologia do cólera. As roupas deveriam ser limpas, os banhos, *uma vez por outra*, eram convenientes, e a alimentação, de preferência sadia. A água, ao invés de pura, *convirá juntar-lhe uma pequena quantidade de aguardente, conhaque ou vinho*. Contudo, o abuso do álcool era apontado como prejudicial, e tendo o “povo observância de todos estes conselhos, considerados

pela ciência e pela prática como poderosos preservativos, pouco ou nenhum receio se deve ter da epidemia". (CORDEIRO, 1862 *apud* CASTRO, 1945, p. 53)

Além da distribuição dos impressos pela Província, as *Instruções sanitárias populares* do Dr. Cordeiro foram publicadas no jornal *A Regeneração*¹⁷ em 28 de fevereiro de 1862, ocupando duas das quatro páginas do periódico. Conforme Gondra e Schueler (2008, p. 290), "procuramos compreender a educação como uma prática cultural que adquire facetas e formas diversas, de acordo com a pluralidade de espaços, tempos, projetos, grupos e sujeitos sociais envolvidos com a ação educativa". Nesse contexto, a ordem médica ditou regras, consideradas importantes à época, para a prevenção e tratamento do cólera, não observando apenas a doença de forma isolada, mas, especialmente, preocupando-se em impedir a sua eclosão, já que a prevenção das doenças e a promoção da saúde faziam parte desse discurso.

No ano de 1869, uma comissão foi formada, composta pelos médicos João José Innocencio Poggi, Francisco Jacintho Pereira da Motta, Antonio da Cruz Cordeiro, Abdon Felinto Milanez¹⁸ e Jacintho Silvano Santa Rosa,¹⁹ para apresentar medidas higiênicas importantes para a *saúde pública* e para o *aformoseamento da cidade* da Parahyba. No relatório apresentado, os médicos enu-

17 O jornal *A Regeneração* foi criado em 1861 e circulou até 1862 como um periódico político, literário, noticioso e comercial (ARAÚJO, 1986).

18 Formado em medicina pela Bahia, também se dedicou ao jornalismo e a política. Milanez ocupou o cargo de inspetor de Saúde Pública de 1871 a 1884. (CASTRO, 1945)

19 "Clinicou na capital por alguns anos, contando regular clientela. Possuía uma farmácia, cuja responsabilidade cabia ao farmacêutico Hermes. A Santa Rosa deve-se um preparado de renome popular, o 'Elixir Cabeça de Negro'." (CASTRO, 1945, p. 144)

meraram os principais problemas da capital, iniciando pela localização do cemitério, “num lugar baixo, exposto aos ventos sul e sudoeste, que diariamente arrasta para a cidade os miasmas que de lá se desprendem” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 9), não observando nos enterramentos, *a mais insignificante regra higiênica*. A comissão relatou que até sangue proveniente de catacumbas foi verificado, e que o mau cheiro desse espaço denunciaria os erros cometidos nos sepultamentos.

Outro problema vinha do matadouro, um *verdadeiro foco de infecção*, por deixar expostos, sangue das reses mortas, matérias fecais, águas de lavagens, que ficam “ali depositadas para sofrer mais tarde a fermentação pútrida, que se observa nas proximidades daquele sítio” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 10). A falta de higiene nas ruas também foi apontada como uma das causas do desenvolvimento de doenças, visto que, a população convivia constantemente com animais mortos, excrementos, água estagnada, lixo e outras imundícies. Segundo os médicos, “em qualquer país, onde tem penetrado um raio de civilização, o asseio das ruas e praças é um dos cuidados mais sérios das municipalidades”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 10)

As causas meteorológicas mereceram destaque nesse relatório, já que, naquele período, a falta de inverno e o *ardente calor diurno*, teria favorecido a *fermentação pútrida, ativando a evaporação dos gases* (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 11). Conforme Edler (2011), a geografia médica, especialidade da medicina, se consolidou em meados do Oitocentos ao criar

um sistema de autoridade sobre um conjunto de fatos patológicos, clínicos e terapêuticos, prescrevendo, validando ou rejeitando os conhecimentos médicos provenientes de diferentes disciplinas consolidadas – a geografia, a geologia, a meteorologia, a clínica, a higiene, a climatologia médica, [...], dentre outras. (EDLER, 2011, p. 53)

A patologização do espaço cresceu durante o século XIX, impulsionada pelo neo-hipocratismo, que baseava-se na correspondência entre características do meio natural e social e a eclosão de doenças. (EDLER, 2011)

Para a comissão, os pântanos, considerados pelos higienistas como *toda porção de água estagnada ou levemente agitada*, que poderia prejudicar a saúde da população por sua evaporação, passariam pelo crivo médico. Logo, charcos, brejos, tanques, lagoas, poços, deveriam ser identificados e cuidados, com esgotamento, pavimentação e inclinação de ruas, limpeza de lixo e lodo, proporcionando um ambiente saudável.

Assim, como “o ar, os alimentos, as habitações, quer públicas, quer particulares, foram consideradas como tendo uma influência direta sobre a saúde e desenvolvimento físico e intelectual dos povos” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 14). Consequentemente, os médicos propuseram uma alimentação saudável, a fiscalização dos gêneros alimentícios, a melhoria das condições higiênicas das casas, ruas e estabelecimentos públicos. Competência das municipalidades que deveriam executar os Códigos de Postura, com seus agentes e o auxílio da polícia.

A cidade da Parahyba, pelo seu relevo, foi dividida em cidade baixa e cidade alta. Na parte baixa, as margens do rio

Sanhauá, o comércio circulava especialmente com o cais do Varadouro. O matadouro, o trapiche, a cadeia, a enfermaria militar e a Estação Ferroviária Conde d'Eu, dentre outras edificações, compunham o ambiente; na parte elevada, pela posição de destaque e pela visibilidade, os edifícios religiosos, o centro administrativo da capital, com o Palácio do Governo, o Paço Municipal e o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, além de outras estruturas, ajudam a entender a composição desse espaço.

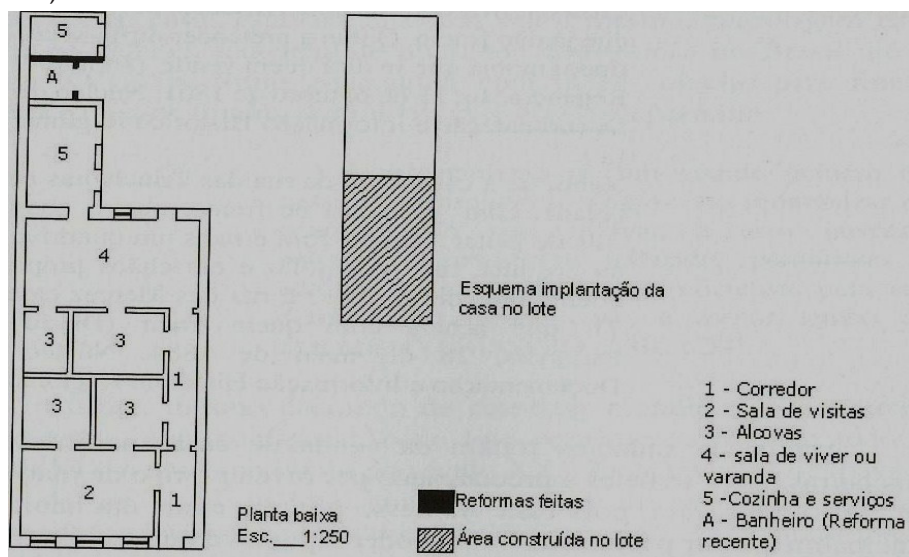
Segundo Sá (1999), para chegar à parte alta da cidade, utilizava-se as ladeiras, empoeiradas no período de seca e enlameadas na época das chuvas. Nessa configuração, na segunda metade do século XIX:

distribuíam-se cinquenta e nove ruas, ou melhor sessenta e duas, contando as três que, sem denominação específica, ocupavam um lugar conhecido na Cidade Baixa por Jardim. Eram trinta e quatro na parte baixa e vinte e oito na Cidade Alta. Entre todas, apenas em onze se podia andar sobre calçamento. Pelas ruas, animais circulavam livremente. Nelas, lixo e águas estagnadas se acumulavam, conferindo ao seu aspecto um estado de abandono. (SÁ, 1999, p. 29)

Inseridas nessa estrutura descrita, estavam as casas habitadas pela população e que, muitas vezes, serviam de espaço para o funcionamento de alguma instituição pública, como escolas primárias e cadeias. Em trabalho de campo realizado, Maia (2010) apresenta a estrutura interna de uma casa do século XIX, contendo corredor, sala de visitas, dormitórios, varanda e cozinha. Em um lote estreito, os cômodos eram encarreirados, a sala

da frente, como de costume, poderia servir como sala de visitas, oficina, loja ou para outra função. O corredor lateral dava acesso aos quartos e, nos fundos, varanda e cozinha. Para a autora, essa configuração se repetia verticalmente, no caso dos sobrados, sendo a parte de baixo destinada geralmente para comércio e a parte superior, para a moradia da família.

Imagem 9 – Casa do Século XIX localizada na Rua das Trincheiras, n. 395



Fonte: Maia (2010, p. 110).

De acordo com Maia (2010), os anúncios de venda e aluguel de casas propagados nos jornais que circulavam na capital, descreviam o imóvel, revelando, por exemplo, o material da construção, a disposição interna dos cômodos e a sua estrutura geral. Em 23 de outubro de 1861, o jornal *A Regeneração* publicou o seguinte anúncio: “Vende-se uma morada de casa de taipa co-

berta de telha no fim da rua das Trincheiras em terras da Santa Casa da Misericórdia com bastante pés de café, que já dão fruto. Quem a pretender, dirija-se a esta tipografia que se dirá quem vende.” O Jornal *Diário da Parahyba*, em 5 de março de 1862, anunciou:

A mesa da venerável Ordem Terceira de N. S. do Carmo desta cidade manda fazer público que tem deliberado alugar a casa em caixão da rua da cadeia nº 50, e duas fronteiras juntas a mesma, a quem quiser se encarregar de fazer os repartimentos e consertos necessários a dita casa, para ir descontando nos alugueis, conforme o contrato que se fizer. Quem a pretender dirija-se ao consistório da dita Ordem às 10 horas da manhã do dia 9 de março próximo futuro a tratar com a mesa. O secretário Antonio Paulino Delphin Henriques.

No primeiro anúncio, a casa da rua das Trincheiras era feita de taipa e coberta de telhas, já no segundo anúncio, a casa não possuía compartimentos dividindo o seu espaço, sendo do tipo *caixão*, necessitando de consertos. Habitações que refletem algumas das configurações existentes na época.

Como dito anteriormente, muitas casas serviam para o funcionamento de alguma instituição pública, como escolas primárias. No ano de 1855, em relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, o vice-presidente Flavio Clementino da Silva Freire²⁰, salientou que,

²⁰ Natural de Mamanguape (PB) e formado em Direito, como membro do Partido Conservador, governou a Parahyba do Norte por cinco vezes. Também foi deputado provincial, vice-presidente, deputado geral e senador. Em 1860 recebeu o título de Barão de Mamanguape.

achando-se em estado de ruína a casa da escola de primeiras letras do bairro alto desta cidade, foi necessário transferir a escola para outro edifício onde se mandou fazer as divisões e acomodações precisas, no que, e com alguns utensílios fornecidos de novo a escola, se gastou a quantia de 470\$380 reis. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 24)

A citada casa não tinha condições de acomodar uma escola, por encontrar-se em *estado de ruína*, logo, o governo tratou de transferir a escola para outro edifício, que não possuía *divisões e acomodações precisas*, sendo necessário realizá-las.

Logo abaixo, em foto de 1894, casas e sobrados são visualizados na antiga rua Barão da Passagem, atual rua da Areia. Imagem 10 – Antiga Rua Barão da Passagem, atual Rua da Areia



Fonte: Rodrigues, s/d apud Maia (2010, p. 118).

Conforme Maia (2010), casas e sobrados eram gemina-dos, sem janelas lateralmente, com telhados em *duas águas*, isto é, lançavam as águas da chuva para o quintal e para a frente, contribuindo com o seu acúmulo, pois a maioria das ruas não

era calçada. A água estagnada poderia transmitir doenças, por isso deveria circular, sua drenagem era condição essencial para a higiene pública oitocentista. Nos quintais, banheiro e cacimba poderiam dividir espaço com criações de galinhas, porcos e pomares, costumes rurais que permaneciam nas cidades. A então rua Barão da Passagem, retratada na imagem, quando da visita do imperador Pedro II à Parahyba do Norte, em 1859, recebeu melhoramentos, já que fazia parte do trajeto do monarca e sua comitiva.

Como visto, casas e sobrados dividiam o espaço nessa rua. Pela imagem, percebe-se que, como eram geminados de ambos os lados, recebiam ventilação e iluminação apenas frontalmente, vinda da rua e, posteriormente, oriunda dos quintais. Os quartos, localizados no interior dessas edificações, não recebiam diretamente luz solar e ventos. Como na cidade da Parahyba, as habitações do Recife também foram criticadas pela ordem médica:

Para os médicos, elas possuíam uma arquitetura fechada, impermeável ao exterior, eram construídas sob os temores dos ‘maus ares’, dos ventos e miasmas. Por isso eram consideradas insalubres e doentias. Ademais, quando da construção das casas, critérios essenciais não eram levados em consideração, tais como a funcionalidade, o conforto e, principalmente, a questão da saúde. (DINIZ, 2011, p. 103)

Logo, a conservação e a pavimentação das ruas, com dimensões e inclinações apropriadas, com revestimento e limpeza, eram fundamentais, na ótica médica, para a prevenção de doenças. As habitações, com paredes, piso e teto, feitos de ma-

terial adequado e com compartimentos contendo sala, quartos, cozinha, banheiro, corredor, janelas e portas, eram indicadas. Na segunda metade do século XIX, “quando significativas transformações vão ocorrer na cidade e as ruas começam a ganhar melhoramentos devido ao relativo crescimento econômico propiciado pelo capital oriundo do algodão”, (MAIA, 2010, p. 118) algumas mudanças nas residências aconteceram.

A vida econômica da Parahyba do Norte oitocentista era marcada pelo comércio interno, pecuária, pela crise agroexportadora açucareira e pelas flutuações da cultura algodoeira, que também era dependente das oscilações dos mercados internacionais.

Quadro 4

Exportações da Província da Parahyba em Arrobas (1862-1871)

ANOS	ALGODÃO	AÇÚCAR	COURO
1862	216.468	683.081	9.600
1863	197.505	574.274	21.377
1864	397.728	432.318	22.259
1865	446.937	269.885	132.258
1866	542.133	400.047	19.938
1867	398.620	320.275	128.667
1868	569.893	300.937	27.814
1869	533.609	448.445	301.226
1870	377.178	268.205	17.202
1871	681.355	230.481	46.497

Fonte: Retumba (1912, p. 208).

Produtos como açúcar e algodão, além dos problemas relacionados a instabilidade de preços e concorrência internacional, sofriam pela falta de melhorias técnicas em seus processos produtivos e pela ausência de “comércio direto com o exterior, o que exigia uma interdição da praça do Recife que traz como consequência o aumento nos gastos com transportes e fretes, afora as próprias dificuldades de comunicação”. (FERNANDES, 1999, p. 33)

Além da instabilidade econômica do período, secas variadas marcaram a história da Província da Parahyba do Norte, um fenômeno que repercutiu nos aspectos sociais, econômicos e políticos. Sobre os efeitos das estiagens, Machado (1977, p. 522) aponta que,

era nessa região desolada que aqueles infelizes, sem recursos próprios ou alheios esperavam a morte entre as agônias da fome. Os que puderam fugir, conseguiram a muito custo chegar as proximidades da capital, onde apareciam em bandos maltrapilhos e desfeitos, a esmolar pelas ruas, o pão da caridade. Mulheres, meninos e velhos, caminhando a passo lento e com olhar desvairado estendiam o braço descarnado e pediam, vergados e abatidos ao morador que vinha a janela ou ao que parava, a esmola para si, para o marido ou a esposa que morriam de fome.

A população migrava também para a capital, situada no litoral, exacerbando os problemas vividos na cidade da Parahyba, como os de insalubridade. O poder público ficava atento as questões relacionadas à manutenção da ordem pública, pelo elevado número de retirantes que chegavam e amontoavam-se

pelas ruas e praças. Vivendo nesses espaços, sem condições de higiene, a proliferação de doenças era eminente. Administrando a Província na seca de 1879, Felipe Benício da Fonseca Galvão²¹, informou que “não há dúvida de que essa aglomeração de indivíduos indigentes, dessa promiscuidade de sexos e a falta absoluta de asseio, [...] determina no organismo uma verdadeira germinação deletéria”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1879, p. 12)

Assim, diante de um contexto de crise, reorganizações urbanísticas e institucionais, com o intuito de neutralizar as doenças, criaram um espaço de afirmação do campo médico, que angariava legitimação e institucionalização, retirando de cena, cada vez mais, a presença de benzedeiros, curandeiros, cirurgões barbeiros, já que, além de uma legislação provincial que regulamentava o exercício da medicina, os relatórios de salubridade pública denunciavam que “o charlatanismo e esse exame de curandeiros homeopatas que pululam por toda a parte, tem concorrido para o grande número de óbitos que diariamente os jornais publicam” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1867, p. 2). Também retirando de cena a religião, que dividiu espaço com a medicina por longos tempos, pois, além da querela envolvendo a defesa da secularização dos cemitérios pela medicina, a doença foi associada, pelo discurso teológico, como castigo em decorrência de pecados.

Instituições como escolas, prisões, hospitais, cemitérios, dentre outras, tornaram-se exigências da época, pelo crescimen-

²¹ Foi deputado provincial por várias legislaturas.

to da vida urbana e esses espaços, embora fundamentais, eram identificados como focos de doenças, devido a falta de organização. Há uma relação muito íntima, no discurso médico, entre a saúde e o progresso da sociedade, assim, a medicina se colocou como um instrumento essencial de intervenção nessa relação e,

a partir do final do Império, o higienismo como fonte de progresso se desenvolveu nos trópicos, apoiado pelo desejo de modernizar as cidades e os costumes. Essa modernização que carregou descompassos significativos em seu bojo, pois o crescimento de diversas capitais não foi acompanhado por uma estrutura de saneamento adequada – esgotos e água encanada. A distância entre o progresso técnico almejado por diversos brasileiros e a realidade das ruas e moradias da maior parte da população parecia não ter fim. (SANT'ANNA, 2011, p. 286-287)

O surgimento de epidemias, como visto, exacerbou o discurso médico-higiênico na Província e medidas passaram a ser implementadas nesse universo, desvendando poderes e saberes. A partir dessas epidemias, as alterações provocadas no cotidiano das pessoas começaram a emergir, trazendo a tona práticas, hábitos, usos, comportamentos, que revelam um pouco das formas de organização do poder público.

As Posturas Municipais aprovadas pelas Câmaras e que circulavam também pela imprensa, puniam aqueles que não seguissem as recomendações, como publicado em *A Regeneração* no dia 14 de março de 1862:

Art. 1º Fica proibida a venda de mangas, e qualquer fruta nociva nesta cidade, e povoações do seu termo, por espaço

de noventa dias. O infrator pagará a multa de cinco mil réis por cada vez, e na falta sofrerá cinco dias de prisão; Art. 2º Ficam designados para depósitos dos lixos da cidade alta o Forte, e a casa da pólvora ao norte; e no Varadouro o Zumbi, e o porto da Gameleira ao sul; Art. 3º Toda a pessoa que deitar lixos na casa do mercado público desta cidade, e estragar o asseio da mesma casa, pagará quatro mil réis de multa por cada vez e na falta sofrerá quatro dias de prisão; Art. 4º Os fiscais terão todo o cuidado de limpeza da cidade, advertindo a todos as obrigações das posturas em vigor; Art. 5º Ninguém poderá atracar farinha, ou qualquer outro gênero alimentício antes das três horas da tarde. O infrator pagará a multa de dez mil réis, sendo cinco pelo vendedor e cinco pelo comprador; Art. 6º Todas as pessoas, que conduzirem gêneros alimentícios para esta cidade serão obrigados a ir à casa do mercado publico. O infrator pagará a multa de cinco mil réis; Art. 7º Os carnicheiros serão obrigados a conservar os cepos, e balanças sempre limpos, e pátios dos açougues varridos diariamente. O infrator pagará a multa de cinco mil reis por cada vez; Art. 8º Os marchantes deverão conservar os açougues interiormente caiados, e espanados. O infrator pagará a multa de dez mil réis por cada vez; Art. 9º Revogam-se as posturas, e deliberações em contrário. Paço da Câmara Municipal da cidade da Parahyba do Norte, em sessão ordinária de 19 de fevereiro de 1862. (A REGENERAÇÃO, 14/03/1862)

Punições como multa e prisão, as mais frequentes à época, eram utilizadas para obrigar a população a se enquadrar nas normatizações propostas. É difícil identificar o alcance da aplicação ou não dessas proposituras, mas as questões de ordem higiênica estavam presentes ditando normas consideradas importantes para a melhoria da saúde pública. Acredito que esse alcance era diminuto, pois reclamações sobre acúmulo de lixo,

construção inadequada de casas e ruas, falta de fiscalização de gêneros alimentícios, condições higiênicas dos enterramentos, dentre outras, eram frequentes.

Discutindo as transformações ocorridas na cidade da Parahyba entre 1854 e 1912, Sá (2009) destaca a influência do ideário higienista como fundamental na reorganização desse espaço. A autora enfatiza, dialogando com os Códigos de Postura, que as determinações expressas nessa legislação “confirmam o ideário e os objetivos do poder municipal de adequar a cidade da Parahyba aos padrões de higiene e salubridade, precisando para isto modificar o espaço físico da cidade e os hábitos da população por força punitiva”. (SÁ, 2009, p. 42)

É importante ressaltar que muitas medidas propagadas pela imprensa oficial e pela legislação como compromisso do governo para com a população, denotam estratégias de segregação e disciplinarização, visto que, diante de uma conjuntura de crise, a população deveria ser policiada e esse controle social era fundamental, dentro das medidas político-administrativas, para o bom funcionamento e segurança da sociedade.

O jornal *A Regeneração*, em 28 de fevereiro de 1862, trazia a seguinte receita: “na Ásia, país do cólera por excelência, para combatê-lo, usam de comer uma papa de pimenta em alta dose; estando verificado que os que não morrerem logo depois que a comem, salvam-se”. Essa recomendação relacionada ao continente asiático remete a origem não europeia da doença e a ligação, muitas vezes feita no Ocidente, entre o cólera e a população pobre, considerada não civilizada (DINIZ, 1997). Por isso, toda

uma política de vigilância social deveria ser implementada junto à população pobre, especialmente no tocante ao ordenamento do espaço (público e privado) e da regularização de seus usos.

Para a população pobre que vivenciou a epidemia, ficava o medo do contágio direto, a busca de explicações religiosas para tamanha fúria, a estigmatização. O poder político e o saber médico, tendo que lidar com os problemas criados pela doença, apontavam sujeitos e espaços predispostos ao cólera, bem como as medidas saneadoras que deveriam ser tomadas. As epidemias que assolaram a Província eram uma realidade, medidas governamentais deveriam ser tomadas, mas havia, de fato, uma intervenção abrupta no cotidiano das pessoas, já que hábitos deveriam ser moralizados, posturas eram condenadas, práticas eram controladas.

A medicina buscou, ao longo do Oitocentos, modificar costumes, em matéria de salubridade, considerados contrários ao progresso, objetivando tornar o ambiente urbano higiênico, organizado e com bons hábitos. Nesse percurso, uma regulamentação começou a ser prescrita para eliminar e controlar o que estivesse na contramão da almejada civilização. Para Elias:

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada”. Daí ser muito difícil

sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização. (2011, p. 23)

Comungando dessa concepção, Schwarcz (1998) enfatiza que civilização é um conceito abrangente, que comporta vários significados, indicando uma determinada situação política e cultural que está associada a noção de progresso. Essas ideias circularam na Parahyba do Norte, onde políticos, médicos, professores, literatos, advogados, dentre outros, apontavam meios para a edificação de uma sociedade ordeira, disciplinada, instruída, higienizada, enfim, uma sociedade “civilizada”.

Essas ideias também circularam na Província a partir dos manuais de civilidade, que poderiam ser adquiridos, na Botica Imperial²², espaço destinado para a venda de remédios e também para o comércio de livros. Obras diversas eram comercializadas, como a *Bíblia*, *Viagem de Gulliver*, *Lusíadas*, dentre essas, o livro *Código do Bom Tom ou Regras da Civilidade e de Bem Viver no Século XIX*, de autoria do português José Inácio Roquette, obra publicada em 1845. Durante o Oitocentos, esse gênero literário dedicado às boas maneiras ganhou força no Brasil. Eram guias compostos por regras de higiene, etiqueta, tratados de cortesia, que buscavam, com uma linguagem didática, difundir normas comportamentais vistas como civilizadas.

Para Sena (2010), desde a chegada da Corte em 1808, o termo civilização se fez presente nos discursos literários, médicos, na elite política, solidificando-se no decorrer do século. A autora enfatiza que,

²² O anúncio foi publicado no dia 21 de novembro de 1861, no jornal *A Regeneração*.

muitos livros de leitura do gênero literário da civilidade – composto por tratados de cortesia, manuais de *savoir-vivre*, regras de etiqueta e de conduta, elementos de moral, guias do bom tom, cujo propósito era a modificação de comportamento das pessoas – circularam nas escolas, ensinando às crianças e, de um modo geral, às pessoas a se portarem na sociedade. A literatura da civilidade ensina aos leitores como se comportar em ambientes públicos, como agradar as pessoas, como jogar, como ser anfitrião, como conversar com as pessoas, como comer e etc. (SENA, 2010, p. 256)

Essa circulação nas escolas também é indicada por Buriti (2011c) ao discutir os escritos da missionária inglesa Sara Kalley, presentes no livro *A alegria da casa*. O livro de Kalley foi publicado em 1866 e, a partir de 1880, foi adotado nas escolas públicas do Rio de Janeiro, contribuindo, também, para a disseminação de preceitos higiênicos:

A Alegria da Casa, como um livro do gênero de civilidade, fez-se presente nas escolas do Rio de Janeiro, ensinando, ao mesmo tempo, as crianças e aos professores a lerem e a escreverem as regras de civilidade e de bom comportamento. Nesse sentido, o discurso médico-higienista se aproximará do âmbito das práticas educativas, elegendo-as enquanto instâncias privilegiadas de sua ação para a circulação de seus diagnósticos, prescrições e receitas. (BURITI, 2011c, p. 91)

De acordo com Miranda (2012), na Província da Parahyba do Norte, a instrução foi utilizada

em prol da formação de homens civilizados, então tornava urgência não somente ensinar os conhecimentos básicos

de ler, contar e escrever, mas também havia a necessidade de moralizar os sujeitos sociais, de apresentar-lhes os elementos cristãos e fazer deles homens saudáveis, pois o ser civilizado era aquele ser que se apresentava decentemente vestido, de banho tomado e despossuído de odores. (MIRANDA, 2012, p. 93-94)

Ao longo do Oitocentos, a sociedade brasileira sofreu transformações, a vida urbana começou a oferecer novas alternativas de convivência social e as cidades, apêndices do mundo rural, buscavam perder essa feição. As cidades deveriam ter ares de urbe moderna. Assim,

a civilização passou a ser a meta do ensino e da formação profissional, implementada nos hábitos e costumes da população como um todo, exposta na aparência das cidades, em seu traçado, nas áreas de lazer e de serviços urbanos básicos. Enfim, precisava estar presente em todos os aspectos da sociedade, moldando os valores, as normas e os padrões não apenas das elites, mas também dos homens e mulheres livres. (ABREU, 2002, p. 142)

Nesse percurso, preceitos médico-higiênicos contribuíram para a nova face da vida social urbana. As normatizações desse espaço mostram as preocupações em ordenar, disciplinar e higienizar, preocupações que desenharam também, o espaço escolar. Assim, “matas, pântanos, rios, alimentos, esgotos, água, ar, cemitérios, quarteis, escolas, prostíbulos, fábricas, matadouros e casas foram alguns dos inúmeros elementos urbanos atraídos para a órbita médica”. (COSTA, 1983, p. 30)

A medicina passou a ser parte constitutiva desse processo de normalização da sociedade, sua instrumentalização começou a ser indispensável ao exercício do poder político. Esquadrihando os espaços físicos, as questões morais, a medicina social se apresentou como detentora de um saber que não tinha fronteiras, visto que era promotora da saúde. Nesse esquadrinhamento dos espaços físicos urbanos, a medicina também ditou regras para a educação escolar e a Higiene conduziu essa modelagem de forma soberana.

HIGIENISMO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

A partir do final da década de 1840, como visto anteriormente, o Brasil foi assolado por uma série de epidemias que desconstruíram a imagem salubre da nação. Para Chalhoub (1996), as condições de salubridade começaram a ser discutidas a partir das altas taxas de mortalidade que passaram a ser registradas naquele período. Nesse contexto, ganhou destaque um dos campos da medicina social, a Higiene, que tem como base o neo-hipocratismo:

Teoricamente, a medicina neo-hipocrática apoiava-se em dois conceitos básicos: o de constituição médica e o de topografia médica. Por constituição médica entendia-se as possíveis relações de causa e efeito entre determinadas características do meio ambiente natural e social e a manifestação coletiva de uma determinada doença. Já o conceito de topografia médica era definido com as implicações entre as diferentes doenças observadas numa mesma área geográfica. (FERREIRA, 2009, p. 17)

Um dos principais divulgadores do ideário higienista no Brasil foi o médico francês José Francisco Xavier Sigaud (1796-1856), que escreveu *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica* deste Império (2009), publicado na França em 1844 e considerado por Ferreira (2011, p. 90) como “um clássico da higiene oitocentista.” O livro, dividido em quatro partes, inicialmente discute a climatologia do Brasil, enfocando a temperatura, a umidade, os ventos; na segunda seção, a geografia médica é apresentada, a alimentação, as doenças dos índios e negros, as doenças endêmicas e epidêmicas e os curandeiros, são trabalhados. A terceira parte intitulada *Patologia intertropical*, é dedicada especialmente as variadas doenças que acometiam a população brasileira, por fim, na quarta parte, há uma estatística médica, a partir da análise da população, mortalidade, legislação sanitária, vacinas, dentre outros dados apresentados. Ancorado no neo-hipocratismo, Sigaud se preocupou em observar e descrever o clima, a geografia, a população, o espaço urbano, com o intuito de contribuir com a produção da saúde, a partir de medidas preconizadas pela higiene. No livro, uma dedicatória ao Imperador:

Senhor, quinze anos do vosso reinado transcorreram e, neste curto espaço de tempo, a organização judiciária, a criação das faculdades de medicina, a fundação de um Colégio Imperial, do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a reforma das Academias Militar e Naval, a edificação do Museu, a instituição da Bolsa e do Banco de Comércio, de dois sanatórios destinados um aos tísicos outro aos alienados, e, enfim, do Asilo de Educação Anjo da Guarda atestam a chegada de uma nova era para o Império do Brasil. Senhor, o amor pelas ciências e o sentimento das artes

que adquiristes pelo estudo fizeram com que aceitásseis a dedicatória de minha obra: marca da vossa proteção esclarecida, de feliz presságio para o futuro das ciências e das letras. [...] deponho com respeito aos pés de Vossa Majestade a homenagem da minha dedicação. (SIGAUD, 2009 [1844], p. 29)

Pela obra, foi agraciado pelo jovem Pedro II, com o título de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, um reconhecimento a fidelidade ao Imperador.

Sigaud foi responsável, segundo Ferreira (2009), pela introdução no Brasil do método de alfabetização desenvolvido pelo francês Louis Braille para cegos, que consiste na leitura com o tato de um alfabeto convencional cujos caracteres se indicam por pontos em alto relevo, bem como foi autorizado em 1854 pelo Imperador a fundar o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, consagrando a sua luta pela causa, motivada pela filha com essa deficiência.

No Rio de Janeiro, ajudou a criar a Sociedade de Medicina, transformada posteriormente em Academia Imperial de Medicina, inspirada no modelo da Academia de Medicina de Paris, e do primeiro periódico médico do Brasil, *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia*, lançado em 1827. Também dirigiu vários periódicos médicos a exemplo do *Diário de Saúde* (DS) que funcionou de 1835 a 1836, e do *Semanário de Saúde Pública* (SSP), que circulou de 1831 a 1833, ambos tinham o higienismo como orientação científica principal, como observado no quadro a seguir:

Quadro 5

Assuntos dos Trabalhos Publicados no SSP e DS

ASSUNTO	DS	SSP	TOTAL
Higiene	30	59	89
Fisiologia/Anatomia	02	03	05
Cirurgia	06	11	17
Clínica	15	13	28
Terapêutica	05	10	15
Farmácia	24	05	29
Física/Química	00	00	00
Botânica/Zoologia	09	06	15
Psicologia	00	00	00
Homeopatia	00	00	00
Profissão/Ensino	24	07	31
TOTAL	115	114	229

Fonte: Ferreira (2011, p. 89).

Conforme o quadro acima, foram 89 as discussões realizadas sobre higiene em um total de 229 trabalhos publicados nos referidos jornais, o que aponta para a importância dada pelos médicos a temática em questão. Ferreira (2011) salienta que dos 115 textos do *Diário de Saúde*, 27% foram de autoria de José Francisco Xavier Sigaud. A higiene pública passou a justificar a

presença da medicina na sociedade e os periódicos se transformaram em importantes espaços de difusão do higienismo.

Para Ferreira (2003), o processo de institucionalização da medicina e o advento do mercado editorial foram responsáveis pelo surgimento dos primeiros periódicos médicos no Brasil. Jornais e revistas foram utilizados para tornar visíveis os estudos e as ações médicas. Concomitantemente,

os primeiros periódicos médicos brasileiros procuravam publicar matérias cujo tema pudesse interessar ao leitor leigo. A disposição de “falar à sociedade” estava de acordo com o ideal assumido pelos editores, posto em prática pela publicação majoritária de trabalhos concernentes à higiene. A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade teve como consequência a implantação de debate a respeito dos problemas sanitários do país. (2003, p. 104)

O entendimento da relação entre ambiente e sociedade, saúde e doença, para os higienistas, era fundamental para a organização de uma sociedade ordeira, instruída, higienizada e civilizada. Nesse sentido, a edificação, a organização e o controle de instituições de uso coletivo como escolas, asilos, hospitais, prisões, também um olhar atento da ordem médica para determinadas camadas da sociedade, tais como: crianças, mulheres, escravos, era indispensável.

Assim, o saber e a prática médico-higienista pediam um olhar atento, devido aos pressupostos ambientalistas, ao clima, a geografia, ao espaço urbano das regiões. Segundo Machado et al. (1978, p. 278), “o esquadramento urbano projetado e

executado pela medicina se completa com a análise de espaços específicos que tem a finalidade de alcançar algum objetivo social". Na multiplicidade de objetos que a medicina social passou a se preocupar e intervir, as instituições educativas, como escolas, internatos, colégios, mesmo que incipientes, passaram a ser importantes instrumentos, na ótica médica, para a "regeneração social".

A disseminação da instrução pública também fez parte do projeto de construção da nação, "a institucionalização da escola pública, gratuita e obrigatória passou a representar um elemento de afirmação do novo governo do Brasil, [...] era um ato político com o objetivo de organizar e dar coesão à nova sociedade nacional" (VEIGA, 2007, p. 131). Para "civilizar" a população miscigenada e diversa, a instrução poderia homogeneizar essa dispersão, "regenerando" a população e ajudando a consolidar a ordem política vigente. Nesse sentido, as leis foram importantes para ordenar a instrução pública e particular no Brasil, buscando disciplinar e regulamentar a sociedade.

A discussão sobre o processo de escolarização elementar foi corrente no Oitocentos, visto que houve uma aposta no papel das instituições para manter a estabilidade e a unidade da nação. Nesse sentido, concordo com Slemian (2009, p. 146), que enfocando a ênfase dada as instituições imperiais, ressalta que "o fato de os primórdios da nossa produção legislativa ter privilegiado essa perspectiva fez que alguns temas fossem pontos de constante debate pelo Oitocentos adentro".

A primeira e única Lei Geral para a Instrução Primária no Brasil Império (FARIA FILHO, 2010), foi a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares populosos e algumas prescrições passaram a dar forma à educação escolar, como a indicação do método mútuo como oficial. A utilização do método mútuo, lancasteriano ou monitorial, consistia no aproveitamento dos educandos mais adiantados para ajudarem o professor no ensino de classes numerosas e fora desenvolvido pelos ingleses Andrew Bell e Joseph Lancaster. A proposição do método esteve associada à necessidade de extensão da educação escolar para toda a população e essa fora uma preocupação da nação recém-criada, que necessitava de instituições como a escola, um aparato necessário para dar coesão à nova sociedade nacional, instruindo, ordenando e civilizando. Até então, o método individual era utilizado e consistia em:

Fazer ler, escrever, calcular, cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que quando um recita a lição, os demais trabalham em silêncio e sozinhos. O professor dedica poucos minutos a cada aluno. O emprego de meios coercitivos garante o silêncio e o trabalho. Não existe um programa a ser adotado e as variações, de escolas para escolas, são imensas. (BASTOS, 2005, p. 34)

Com o método mútuo, o monitor ou instrutor era o principal agente, ele tinha controle sobre a turma e classificava os melhores alunos, ficando o professor responsável por algumas explicações no início das aulas aos monitores e, durante a aula,

permanecendo em sua mesa. É importante frisar que embora a legislação prescrevesse um método como oficial, a documentação aponta para uma variedade de métodos coexistindo no Brasil durante o Império. (BASTOS, 2005)

Também a determinação de um salário para os professores e a indicação de exames públicos para o provimento das cadeiras isoladas, faziam parte das prescrições postas pela Lei de 1827. Porém, alguns empecilhos estavam no seu caminho, não existia material escolar necessário para o desenvolvimento satisfatório do método e a falta de prédios próprios para receber os alunos dificultou a sua implantação e difusão.

Com a descentralização posta pelo Ato Adicional de 1834, a responsabilidade exclusiva do ensino de primeiras letras foi para as províncias, que responderiam também pelo ensino secundário, já que, com a criação das Assembleias Provinciais, estas passaram, juntamente com os presidentes das províncias, a determinar uma normatização para a instrução.

Os governos provinciais eram compostos por duas instâncias, o presidente da Província, nomeado pelo governo central e as Assembleias Legislativas, com seus representantes eleitos. Para Dolhnikoff (2005), os governos provinciais autônomos passaram a gozar de capacidade para gerir sua Província, com atribuições legislativas, tributárias e coercitivas. A autora defende a tese que a construção do Estado e a manutenção da unidade do Império foram possíveis não pela ação de uma elite bem formada e articulada ao governo central, como defendido por Carvalho (2007), que enfatiza a unidade como obra de uma elite cuja tra-

jetória e formação lhe fornecia uma perspectiva ideológica que a diferenciava das elites regionais, sendo a Independência e a construção do Estado nacional uma imposição para as elites das diferentes regiões. Ou como defendido por Mattos (1990), que destaca a unidade como resultado da ação de uma classe senhorial, a elite Saquarema, articulada em torno da coroa e que estruturou uma centralização político-administrativa por meio das reformas conservadoras da década de 1840.

Para Dolhnikoff (2005), a construção do Estado e a manutenção da unidade do Império foram possíveis devido a um *arranjo institucional* que foi resultado de negociações e disputas entre as elites regionais integrantes da nova nação. A autora defende um pacto federalista concretizado nas Reformas Liberais da década de 1830, com a publicação da Lei de Regência, do Código de Processo Criminal, do Ato Adicional de 1834, da Lei de criação da Guarda Nacional. Todas essas regulamentações e leis, todavia, não foram essencialmente alteradas com a Revisão Conservadora da década de 1840, que impôs maior centralização, com a Interpretação do Ato Adicional em 1840 e a Reforma do Código de Processo Criminal de 1841. Nesse sentido, essa centralização não anulou as franquias provinciais conquistadas na década de 1830.

De acordo com a autora, para compreendermos o complexo processo de constituição da nação brasileira, nosso olhar não deve ficar restrito apenas ao discurso formulado por uma elite bem formada ou elite Saquarema articulada ao governo central,

é imprescindível apreender a complexidade das relações entre a Corte e as províncias.

E foi nesse novo contexto institucional, por exemplo, que foi criado o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte. Enfatizando a relação entre o poder central e o provincial, Ferronato (2012) discute, a partir da sua criação em 1836, o processo de modernização do ensino secundário:

Na Província da Parahyba do Norte, a criação do seu Lyceu Provincial, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado Pacto Imperial estabelecido entre as elites provinciais com o poder central, particularmente conduzido pelos liberais. Todavia, em terras paraibanas, ocorreu uma procedência dos ideais do grupo conservador, articuladas aos interesses da elite local, que vislumbrou a criação da referida instituição e, com isso, a oficialização do ensino secundário na Província. (FERRONATO, 2012, p. 2-3)

Ainda sobre a descentralização posta pelo Ato de 1834, Castanha (2008) na sua tese de doutorado intitulada *O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?*, buscando compreender o processo de organização da instrução pública elementar no Brasil Império a partir de 1834 e contestando a ideia de que o Ato Adicional provocou a desorganização completa da instrução elementar, faz um estudo comparativo entre as ações implementadas pela Corte e as províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná. O autor acredita que o Ato foi uma medida que contribuiu para a difusão da ins-

trução e que a lentidão do seu progresso se deu devido a um conjunto de fatores de ordem política, social, cultural e econômica.

Embora a Lei das Escolas de Primeiras Letras não tenha conseguido aplicar uniformemente suas prescrições e, embora tenhamos nesse contexto uma variedade de modalidades para o ensino elementar, as legislações provinciais usaram algumas referências da lei de 1827. Na Parahyba do Norte, a Lei nº 116 de 19 de maio de 1835, sancionada pelo então presidente Manoel Maria Carneiro da Cunha, criou aulas de primeiras letras em várias povoações e vilas, indicou o ordenado dos professores e designou que os mesmos seriam “nomeados na conformidade da Lei de 15 de outubro de 1827”. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 15)

Para Faria Filho,

essa lei é contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução umas das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação. (2010, p. 137)

A instrução propiciaria condições de governabilidade, ao encaminhar a população pelos caminhos definidos como corretos pelo governo, era o momento ideal para dar forma ao Estado nacional que se edificava e dar forma a escola que se pretendia, adequando-a nesse contexto como auxiliar, ajudando a intervir na ordem social almejada.

Com o Decreto nº 1.331-A de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, foi aprovada uma reformulação para o ensino primário e secundário dirigido ao Município da Corte:

O referido regulamento é um minucioso documento composto de cinco títulos. Os títulos primeiro, terceiro, quarto e quinto estão constituídos, cada um por um único capítulo tratando, respectivamente, “da inspeção dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução primária e secundária” (artigos 77 a 98), “do ensino particular primário e secundário” (artigos 99 a 114) e “das faltas dos professores e diretores de estabelecimentos públicos e particulares” (artigos 115 a 135). Diferentemente, o título segundo, que trata “da instrução pública primária”, compõe-se de três capítulos versando sobre as “condições para o magistério público; nomeação, demissão e vantagens dos professores” (capítulo I, artigos 12 a 33), “os professores adjuntos; substituição nas escolas” (capítulo II, artigos 34 a 46) e “as escolas públicas; suas condições e regime” (capítulo III, artigos 47 a 76). (SAVIANI, 2006, p. 19)

A instrução primária, a inspeção escolar, as questões referentes aos professores e diretores, por exemplo, estão postas na Reforma. Conforme Neves (2009), em sua tese de doutorado sobre as reformas da instrução pública em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial, essa legislação foi produzida em um contexto de propagação do ideário de progresso, desenvolvimento, mudança, civilização e

a legislação que regulamentou o ensino em 1854 tinha o sentido de descentralização. Atendia tão somente o Município Neutro da Corte e não atingia a Província do Rio de Janeiro e muito menos ainda as demais províncias do Im-

pério. Portanto, ela não se confrontou com a composição do Ato Adicional de 1834 conforme quer entender alguns pesquisadores. Por isso, em relação à uniformidade do ensino e tentativas de ampliar o alcance das reformas, isto é, centralizar a instrução pública nas mãos do poder geral do Império, é necessário observar outros estratos, outras províncias e municípios. (NEVES, 2009, p. 126)

No caso da Paraíba do Norte, a referida legislação serviu de referência para o Regulamento de 1860, que foi produzido seguindo quase todas as prescrições do que estava posto para a Corte, como discutido no capítulo seguinte. Assim, ao buscar forjar um modelo de escola moderna, a Reforma Couto Ferraz prescreveu para a instrução primária da Corte a obrigatoriedade para as crianças livres de frequentarem a escola; a sua divisão em escola de primeiro grau, com a instrução elementar e, escola de segundo grau, com a instrução primária superior; a seriação, ao agrupar as crianças em turmas, e a utilização do método de ensino simultâneo.

A criação do método de ensino simultâneo é atribuída ao sacerdote francês Jean-Baptiste de La Salle (1651-1719), fundador do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs e que dedicou parte da sua vida a educação de crianças pobres na França. O método consiste no atendimento pelo professor de um grande número de alunos separados por grupos na escola, “onde os alunos de um mesmo nível trabalhavam com o mesmo material, na mesma tarefa e ao mesmo tempo os mesmos conteúdos de leitura, escrita, aritmética, civilidade e religião, segundo as regras fixadas por La Salle” (HILSDORF, 2006, p. 183). A indicação do método

também está associada ao movimento crescente da escolarização em curso, nesse processo de consolidação do Estado nacional, método que regulamentaria, simultaneamente, a atividade de toda uma turma. Contudo, como dito anteriormente, embora haja uma indicação oficial, houve no Brasil uma coexistência de métodos de ensino. Na Parahyba do Norte, por exemplo, Cury (2006) indica a utilização de um método misto, ao analisar o Regulamento Geral da Instrução Primária de 1849, que prescrevia o método simultâneo.

O programa elementar proposto pela Reforma Couto Ferraz compreendia a leitura e a escrita, a instrução moral e religiosa, noções de gramática e o sistema de pesos e medidas; para as escolas primárias de segundo grau, elementos de história, geografia, ciência física, história natural, aritmética, geometria, noções de desenho, música, canto, sistema de pesos e medidas e ginástica. No Regulamento de 1860 da Parahyba do Norte, embora tenha utilizado a maioria dos elementos que compunham a Reforma Couto Ferraz, a ginástica não foi indicada, aparecendo apenas no último regulamento provincial.

O último dispositivo legal lançado pelo governo imperial no tocante à instrução foi o Decreto nº 7.247 de 1879, em que uma nova reforma para o ensino primário, secundário e superior para o Município da Corte foi estruturada. Conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, o Decreto manteve a obrigatoriedade do ensino primário dos 7 aos 14 anos, a organização da escola primária em dois graus, com duração de quatro anos e a inspeção escolar. Inova, entre outras coisas, ao propor a criação de jardins

de infância, bibliotecas e museus escolares. Com relação a essa legislação, a Província da Parahyba do Norte não a utilizou como referência.

A Reforma, segundo Saviani (2006, p. 27), “sinaliza na direção do método de ensino intuitivo” com programas para a escola primária e para a escola normal. O princípio fundamental do método intuitivo era a aprendizagem a partir dos sentidos, por isso os objetos didáticos, a exemplo de sinos, água, esponja, lã, vidro, eram tão importantes para a aprendizagem. Para Calkins, autor do clássico *Primeiras lições de coisas*, é fundamental que “as primeiras lições da criança na escola sejam dadas em conversa e com a maior simplicidade, para despertar o espírito, desenvolver os hábitos de observação, e adestrar os alunos no emprego da linguagem” (1886, p. 33). O método não era uma novidade, mas o clima de renovação pedagógica lhe conferiu esse entendimento ao associá-lo a um poderoso instrumento, capaz de solucionar problemas de ensino. Para Schelbauer (2005), intelectuais brasileiros como juristas, professores, diretores, homens públicos, foram os responsáveis pela divulgação do método intuitivo, devido as suas participações em exposições e congressos, em que o debate sobre métodos de ensino era frequente.

Embora tenha ressaltado um aparato legal que objetivava dar forma a instrução a partir das medidas estruturadas pelo governo, no século XIX há uma variedade de experiências institucionalizadas e não institucionalizadas, bem como uma diversidade de iniciativas que culminaram em uma heterogeneidade de práticas educativas, já que

a educação não esgota seu significado na escola. A educação, como prática social e histórica, é plural e adquire formas e sentidos diversos, conforme os espaços, os tempos, os sujeitos e os grupos que a experimentam e vivenciam. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 11)

De acordo com Gondra (2004), a Higiene foi a área da medicina que mais ajudou na organização de um saber sobre a educação escolar. As teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que trabalharam com o tema educação apresentaram um programa de regras para o funcionamento escolar. O autor identifica, a partir de um levantamento dessas teses, 16 trabalhos específicos sobre educação:

Quadro 6

Lista Nominal das Teses Médicas sobre Educação

Título/Ano	Autor
Algumas considerações sobre a educação física (1845)	Manoel P. S. Ubatuba
Generalidades a cerca da educação física dos meninos (1846)	Joaquim Pedro de Mello
Influência da educação física no homem (1852)	Antonio Francisco Gomes
Influência da educação física do homem (1853)	Antonio N. G. Portugal

Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras tendentes à conservação e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem regular os nossos colégios (1854)	Balbino Candido da Cunha
Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos... (1855)	José Bonifacio Caldeira de Andrada Junior
Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos...	Joaquim José de Oliveira Mafra
Esboço de uma higiene dos colégios... (1857)	Joaquim Francisco de Paula Souza
Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos...	Candido Teixeira de Azeredo Coutinho
Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos...	José de Souza Pereira da Cruz Junior
Dissertação sobre a higiene dos colégios... (1858)	Antenor A. R. Guimarães
Dissertação sobre a utilidade dos exercícios ginásticos nos países tropicais... (1863)	Wihelm Naegeli
Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde (1874)	Amaro Ferreira das Neves Armonde
Da educação física, intelectual e moral da mocidade no Rio de Janeiro da sua influência sobre a saúde (1875)	João da Matta Machado

Higiene escolar (1888)	Carlos R. de Vasconcellos
Educação física (1892)	Severino de Sá Brito

Fonte: Gondra (2004, p. 134).

Tendo como referência um modelo médico-higiênico francês,²³ alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro passaram a prescrever regras para o adequado funcionamento da educação escolar. Logo, com a denominação 1- *Circumfusa*, 2- *Applicata*, 3- *Ingesta*, 4- *Gesta*, 5- *Excrecta* e 6- *Percepta*, a Higiene, essa “ciência integral”, passou a fornecer um resumo das regras que deveriam ser aplicadas para remodelar a educação, na busca da construção de sujeitos civilizados. Tais regras compreendiam:

A localização e arquitetura dos edifícios escolares, a organização da rotina, das práticas e hábitos que deveriam ser desenvolvidos junto aos alunos, alimentação, exercícios corporais, cuidados com as excreções dos organismos e com a educação dos sentidos, de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos. (GONDRA, 2004, p. 165)

Formar as novas gerações passou a ser tarefa fundamental no amplo projeto de construção e consolidação da nova nação. A medicina, cotidianamente, a partir de práticas variadas, se colocou como uma das responsáveis pela orientação do processo de construção da nação, em nome da ciência e da razão a ordem médica foi identificando, diagnosticando, prescrevendo e controlando o meio social, almejando progresso social e científico. Intervenções foram sendo estruturadas, num amplo projeto de

²³ Segundo Gondra (2004), o modelo utilizado foi baseado na classificação atribuída aos higienistas M. Levy e A. Becquerel.

higienização social e, a educação escolar, foi colocada como um dos alicerces desse projeto de cunho regenerador. Essa nova configuração que se edificava, objetivava a regeneração física, intelectual e moral das novas gerações por meio dessa racionalidade. (GONDRA, 2004)

No primeiro item, *Circumfusa*, as discussões giravam em torno da localização e construção de estabelecimentos escolares. A Corte foi descrita como um lugar inadequado à vida saudável, o clima e a geografia da região eram vistos como perniciosos. Para a edificação de um estabelecimento escolar sadio, o lugar escolhido deveria contar com uma boa exposição aos raios solares e aos ventos, com terreno elevado e enxuto, de preferência, bem arborizado, já que “nos climas tropicais as planícies ao nível do mar, excessivamente quentes, banhadas quase sempre por extensos pantanais são muito insalubres”. (MACHADO, 1875 *apud* GONDRA, 2004, p. 168)

Para Gondra, buscava-se um isolamento do mundo urbano, protegendo-se das doenças e dos perigos das ruas e, além da escolha de um lugar adequado, a arquitetura escolar também entrou na discussão. O tamanho do estabelecimento deveria respeitar um número determinado de alunos e os materiais utilizados, como por exemplo, a pintura a óleo, deveria ser excluída pela aderência de matérias orgânicas. O teto era para ser de madeira e a sua superfície lisa, a madeira também serviria para as escadas, as janelas seriam numerosas e todas mantidas abertas, para garantir a circulação de um ar saudável e a entrada de raios solares. Os tipos de cômodos que fariam parte do edifício escolar

também estavam contidos nas preocupações advindas do saber médico, assim, salas de aula, de estudo, dormitórios, refeitório, enfermaria e latrinas deveriam compor essa estrutura, uma espécie de modelo de internato. Quanto à iluminação interna, os médicos reprovavam a “iluminação artificial baseada no uso do gás, das velas de sebo, dos óleos não-purificados e da estearina” (2004, p. 177), que poderia provocar doenças pela inalação.

O segundo item do modelo, denominado *Applicata*, tinha como preocupação o vestuário e a higiene pessoal dos alunos. O tipo de tecido indicado dependeria da estação do ano, sendo o uso da lã proposto para o inverno e o uso do algodão para o restante do ano, não devendo o aluno se render a moda, visto que esta “não deve entrar nas casas de educação; [...] largura e feitio se regularão pelos preceitos higiênicos e não pelos caprichos da moda” (COUTINHO, 1857 *apud* GONDRA, 2004, p. 185). Na higiene pessoal, uma regularidade e duração eram determinadas para os banhos, de quinze a vinte minutos, atentando para a temperatura da água. O uso de cosméticos era condenado pela ação destes sobre a pele, os cabelos e outras partes do corpo.

No terceiro item, *Ingesta*, nutrir e hidratar o corpo eram fundamentais. Uma rotina alimentar deveria ser seguida, com três refeições:

A primeira constaria de café, leite e pão, durando o tempo preciso; a segunda constaria de sopa, um prato qualquer de legumes, carne assada e arroz.[...] a terceira refeição constaria de uma sopa de arroz, marmelos, chá e pão. As laranjas e outras frutas deveriam aparecer na segunda re-

feição, cuja preferência deveria recair sobre os frutos maduros e não os resinosos. (GONDRA, 2004, p. 192-193)

Depois das refeições um leve exercício facilitaria a digestão. A moderação no tocante a quantidade de alimentos ingeridos era importante e seria determinada pela faixa etária do aluno e pelo sexo. A qualidade dos alimentos e sua variedade garantiriam uma refeição satisfatória, tudo manipulado em um ambiente limpo, mas separado dos outros cômodos.

Os exercícios corporais também fizeram parte da reflexão dos médicos. No quarto item, com a denominação *Gesta*, Gondra chama a atenção para a percepção dos médicos sobre o corpo, já que estes não o viam de forma isolada, separada das dimensões moral e intelectual, “sobre o corpo incidem preocupações e saberes que, articulados, buscam a melhor forma de nele intervir” (2004, p. 286). Das dezesseis teses médicas sobre educação, o autor destaca a necessidade de educar e formar o corpo, intervindo de forma integrada, associando as dimensões moral e intelectual, a partir de uma educação integral. Assim, as atividades físicas se baseariam na

integração, equilíbrio e moderação. Com base nessas prescrições, contra a vida livre ou sedentária, se produziria um novo gênero de vida para as pessoas: a vida higiênica. Nesse novo gênero, o corpo deveria ser objeto da intervenção médica de modo a instruir uma rotina que não incorresse na falta nem nos excessos de atividades físicas. (GONDRA, 2004, p. 288-289)

A educação física seria uma arma preventiva e curativa, agiria contra o aparecimento de “defeitos” e a favor da modelação dos corpos, atuaria para a melhoria da população doente, fortalecendo o corpo, moldando os temperamentos, disciplinando e regenerando, tendo que respeitar a idade e o sexo dos alunos, nessa trajetória de formação da criança e do jovem para a vida social. Para alcançar tais características, os médicos indicaram um conjunto de exercícios, como observa-se no quadro a seguir:

Quadro 7

Os Exercícios Higiênicos

Ano	Autor	Exercícios recomendados
1845	Manoel Pereira da Silva Ubatuba	Canto, amor ²⁴ , conversa, dança, esgrima, jogos infantis e ginástica.
1846	Joaquim Pedro de Mello	Passeio (a pé, a cavalo, de carruagem), dança, jogos infantis, natação, ginástica, marcha, salto, carreira, esgrima, malha, bola, equitação e luta.
1852	Antonio Francisco Gomes	Passeios, corridas, saltos, brincadeiras infantis, natação, esgrima, dança, jogo de malha e de péla, ginástica, canto e música.
1853	Antonio N. de Gouvêa Portugal	Luta, natação, equitação, pulos, jogos de malha, péla, bilhar, espada e outras armas.
1854	Balbino Candido da Cunha	Lançamento e levantamento de pesos, passeios, carreira, salto, lutas, dança, esgrima, natação e equitação.
1855	José Bonifacio C. de Andrade Junior.	Ginástica, passeio a pé ou de carro, dança, canto, piano, salto, carreira, luta, esgrima, natação, equitação, conversação e leitura em voz alta.

²⁴ O exercício de amor, provavelmente, se referia a prática de bons sentimentos a outrem, desempenhando laços familiares, de amizade, de afeição, simpatia e respeito.

	Joaquim José de Oliveira Mafra	Passeios, corrida, salto, luta, dança, esgrima, natação e equitação.
1857	Joaquim F. de Paula Souza	Passeio, carreira, salto e natação.
	Candido Teixeira de A. Coutinho	Ginástica, esgrima, natação, passeio, salto, carreira, dança, exercícios da voz (conversaço, leitura, canto e declamaço) e jogos infantis.
	José de Souza P. da Cruz Jr.	Esgrima, dança e ginástica.
1858	Antenor Augusto R. Guimarães	Ginástica, canto, pesca, caça, agricultura, artes, vida ao ar livre.
1863	Wilhelm Naegeli	Ginástica.
1874	Amaro Ferreira das N. Armonde	Barra, carneiro, salto, carreira, ginástica, dança (quadrilhas, contradanças, schotsh, polka e valsa), marcha, canto, declamaço, natação, esgrima, bola, peteca, malha, equitação, caça e passeio.
1875	João da Matta Machado	Esgrima, ginástica, dança, marcha, salto, carreira, natação, jogos de bola, corda e peteca e exercícios da voz (falar, declamar, ler em voz alta e canto).
1888	Carlos R.de Vasconcellos	Ginástica (posições, flexões, extensões, passos, marchas, carreiras e saltos etc.).
1891	Severino de Sá Brito	Ginástica, esgrima, passeio, críquete, futebol, luta e tênis, viagens, excursões, caminhadas e piquenique.

Fonte: Gondra (2004, p. 345-346).

Ginástica, pesca, esgrima, viagens, caminhadas, carreira, dança, canto, brincadeiras infantis, passeio a pé ou de carro, piano, leitura em voz alta, enfim, uma variedade de atividades eram propostas e, segundo Gondra (2004), não só para os alunos em idade escolar, também para a fase anterior ao ingresso na escola e, para a fase posterior, isto é, até a velhice. A prática dos exercícios deveria ser realizada em local e horário adequado, seguindo

os princípios higiênicos presentes nas recomendações médicas para um aproveitamento preventivo e curativo dessas atividades.

O quinto item tem a preocupação com o bom funcionamento do organismo. Com a denominação *Excrecta*, as variadas formas de excreção, como a cutânea, pulmonar, corneal, urinária, bucal, seminal, defecativa, catamenial, passaram a ser discutidas. Por fim, com a denominação *Percepta*, os médicos buscavam moldar os sentidos, a partir da visão, do olfato, do tato e do paladar, almejando uma educação moral e intelectual. De acordo com Gondra, todo esse modelo organizado pelo saber médico movimentava-se

entre aquilo que é considerado *normal ou patológico*. Tal modelo pode ser evidenciado nas representações construídas pela ordem médica referentes ao edifício, à vestimenta, à higiene pessoal, aos princípios para uma boa alimentação, ao corpo, à fisiologia ou ao desenvolvimento do aparelho sensorial do ser humano. (2004, p. 221. Grifos meus)

As prescrições médicas definiram o que era considerado higiênico, saudável, correto, *normal*, para a educação escolar e o que estava fora do modelo, conseqüentemente, era visto como pernicioso, insalubre, perigoso, patológico. A *norma* garantiria a *disciplina* do corpo e a *regulamentação* dessa população escolar, a partir de uma agenda que asseguraria a formação de um homem novo e, a escola, nesse contexto, foi criada como “agência de governo das multidões.” (GONDRA, 2007, p. 160)

No Oitocentos, na Parahyba do Norte, um modelo hígido de educação escolar começou a ser pensado, debatido, prescrito e, a partir do pioneiro Regulamento Geral da Instrução de 1849, as normatizações oriundas do saber médico ajudaram a dar forma ao universo instrucional na Província. Esse regulamento, o mais rico em prescrições médicas de todo o período, também serviu de referência para outras normatizações ao longo da segunda metade do século XIX, embora tenhamos no Regulamento de 1860 uma apropriação da Reforma Couto Ferraz de 1854, produzida para a Corte. Além da presença do saber médico nas reformas da instrução, a Parahyba do Norte, ao longo do recorte deste estudo, conviveu constantemente com discussões dessa natureza, os relatórios dos presidentes da Província e diretores da instrução, por exemplo, revelam a presença de conhecimentos da medicina nos discursos sobre a educação escolar. A partir de 1865, com a indicação do compêndio *O Livro do Povo*, as escolas da Província tiveram acesso a uma obra com ensinamentos médicos para crianças e jovens e estes conhecimentos perpassaram todo o restante do século XIX de forma assídua, como discutido no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO HÍGIDO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PARAHYBA DO NORTE

O ser hígido estava sendo perseguido no Oitocentos parahybano. (Itacyara Viana Miranda, 2012, p. 93)

AS PRESCRIÇÕES HIGIÊNICAS DO/NO ESPAÇO ESCOLAR: AS “CASAS DE ESCOLA”

Em 27 de fevereiro de 1876 o Dr. João Pizarro Gabizo abriu uma Conferência Popular com essas palavras:

Quando se discute o problema da instrução popular, escolhendo os meios mais prontos e eficazes de distribuir o ensino pelo povo e conjurar os efeitos da ignorância, o mais terrível inimigo do bem-estar e do progresso individual e social, a *higiene* deve intervir com justo título. (GABIZO, 1876, p. 17. Grifo meu)

Essas conferências eram realizadas desde 1873, em um salão na freguesia da Glória, no Rio de Janeiro e, a partir de 1876, passaram a ser publicadas mensalmente, em forma de revista,

com o título Conferências Populares. Na Conferência acima mencionada, o tema era *Higiene Escolar* e o Dr. Gabizo iniciou a sua fala elevando a posição da Higiene quando o assunto era instrução popular, devendo esta marcar presença na estruturação desse universo. Para ele, a pedagogia deveria *tomar conselhos* com a Higiene, considerada *filha da medicina* e do *bom senso*, “que legislando para todas as idades, sexos, profissões e climas, dispensa simpatia e piedade a nossa contingência, e nos ensina a remover e evitar as causas, da destruição e da morte”. (GABIZO, 1876, p. 17)

A escola, segundo João Pizarro Gabizo, teria como missão a educação do homem e deveria oferecer-lhe *instrução, moralidade e saúde*. Um conjunto de proposições que era de interesse da medicina, especialmente da Higiene, que propunha uma educação integral (GONDRA, 2004). Naquela conferência, o médico chamou a atenção para o espaço físico de funcionamento das escolas públicas, prédios *acanhados, escuros, úmidos, mal asseados*, localizados em ruas estreitas, onde as crianças passariam longos períodos como em uma *prisão, sem ar e sem luz*. Assim, em sua fala, reclamou por prédios com acomodações recomendadas pelos preceitos higiênicos, levando-se em consideração a influência do meio, a escolha do terreno, de preferência em um local elevado e seco, para evitar futuras infiltrações, umidades e *ar viciado*. Uma escola *banhada da luz e do ar* e afastada de ruas pequenas, cemitérios, pântanos, fábricas ou ruas com movimento e barulho. O Dr. Gabizo relatou que a última exposição de Viena apresentou modelos variados de escola, da Europa e dos Estados Unidos, que

deveriam servir de exemplo para o restante das nações. A Exposição de Viena tratada pelo autor aconteceu em 1873, e dedicou um grande espaço para a educação, com propostas de jogos, ginástica, métodos e materiais de ensino, apresentando também, “modelos de escolas”. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 33)

O espaço interno da edificação escolar era apontado como de fundamental importância, com salas de aula, escadas, portas, corredores e demais dependências, tudo elaborado de acordo com as exigências higiênicas, não esquecendo de um espaço coberto, para os dias de chuva, e outro ao ar livre, para os dias de sol, destinado para os *exercícios ginásticos*, necessários para o desenvolvimento das crianças. Para o médico, os *gabinetes privados* eram espaços importantes do ambiente escolar e, caso não fossem tratados de forma higiênica, poderiam se transformar em verdadeiros focos de infecção. Já o *cheiro infecto* resultante da *mistura dos sólidos e líquidos*, poderia provocar a *corrupção do ar*. Além dos pontos tratados, o médico chamou a atenção para a abundância de água que deveria estar a disposição nessas edificações, servindo para a higiene do edifício e a sede dos alunos, enfim, escolas com condições de acolher, segundo suas palavras, *muitas vidas*. (GABIZO, 1876)

A conferência proferida em 1876 é sintomática de uma situação que foi muito discutida durante o século XIX, a higiene das “casas de escola”, local de funcionamento da maioria das cadeiras isoladas, frequentemente apontado nos relatórios dos presidentes de Província e dos diretores da Instrução Pública como ambiente insalubre e inadequado. A articulação entre o saber

médico e o poder provincial se fez presente nesse contexto e indica os interesses e as práticas políticas partilhadas por esse grupo. Com o intuito de regulamentar e disciplinar essa população, normatizações de natureza médico-higiênica foram utilizadas pelos poderes públicos, um instrumento para fundar uma sociedade ordeira, instruída, hígida, civilizada. Assim, na primeira metade do Oitocentos, uma legislação passou a prescrever normas, oriundas da ordem médica, para o incipiente mundo escolar.

Na *era das cadeiras isoladas*¹, na Parahyba do Norte, identificamos² algumas dessas prescrições, como constam no pioneiro Regulamento Geral da Instrução³ em 20 de janeiro de 1849, no item intitulado *Local e Mobília das Aulas*:

Art. 1º- Todo professor deverá procurar para a sua aula *casa sadia, com sala grande, bem clara, e arejada*, e em tudo apropriada ao estabelecimento de uma escola; o que será verificado pelo inspetor respectivo.

Art. 6º- A escola será *varrida* todos os dias, as janelas se conservarão *abertas* no intervalo das lições. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 22. Grifos meus)

1 Pinheiro (2002) usa a nomenclatura *era*, tomada de empréstimo do historiador Eric Hobsbawm, para discutir dois tipos de configuração escolar na Paraíba, as cadeiras isoladas, no século XIX e início do XX, e os grupos escolares, a partir de 1916.

2 Preceitos da ordem médica nessa legislação também são discutidos por: Miranda (2012a), Cury (2006), Barreto (2010) e Pinheiro; Cury; Ananias (2010).

3 Segundo Miranda, os Regulamentos Gerais da Instrução da Paraíba são: "Regulamento de 1849; Regulamento de 1852; Regulamento de 1860; Regulamento de 1879; Regulamento de 1881; Regulamento de 1884; Regulamento de 1886. É preciso ressaltar que os Regulamentos de 1852, 1879 e 1881 ainda não foram encontrados na íntegra, o que nos chega acerca desses textos são apenas indícios de sua real existência e ou efetivação dos seus dispositivos." (2012b, p. 2060)

A primeira preocupação era com a escolha de um ambiente sadio e espaçoso, para que as aulas se desenvolvessem, já que funcionavam, muitas vezes, nas casas dos próprios professores, que recebiam uma ajuda para o pagamento do aluguel, destinando um espaço da casa, geralmente a sala, para a realização das aulas e, o restante do imóvel, para sua moradia com a família. Para Pinheiro, “as casas escolares apresentavam tantos problemas, que os gestores da instrução pública frequentemente reiteravam a necessidade de mudanças na precária situação das escolas públicas”. (2002, p. 74)

A partir do ordenamento do Regulamento de 1849, há uma ação mais forte por parte do poder provincial para estruturar e fiscalizar a instrução na Parahyba do Norte, normatizando diferentes aspectos desse universo que começou a ser forjado.

Trabalhando com a organização da instrução pública primária na Província, Ananias (2012, p. 41) salienta que

a documentação disponível demonstra uma intensa atividade legal para a instituição dessa instrução pública anunciada e defendida. Evidencia a importância desse mecanismo oficial na construção do que, paulatinamente, viria a ser a escola pública contemporânea. São inúmeras as leis criando, removendo, fechando e reabrindo escolas; determinando as matérias e os métodos de ensino; a forma de inspeção das aulas; a instituição do ensino misto; a caixa escolar, os materiais didáticos e os recursos financeiros necessários, bem como a proibição dos escravos frequentarem as escolas.

Nesse regulamento de 1849, começou a ser construído um modelo de educação escolar e, além da criação de um arcabouço para dirigir e fiscalizar a instrução, condições para o magistério público foram postas na legislação. Conhecimentos, moralidade, idade, tudo caminhando para construir um ideal de professor, sujeito importante no universo escolar pretendido. Outros elementos fazem parte das normatizações: a idade escolar seria estratificada a partir da divisão proposta para o ensino público primário, já que os conteúdos seriam ministrados de acordo com três divisões principais, 6 a 8 anos, 8 a 10 anos e, na terceira divisão, 10 anos ou mais, o que indica não haver uma idade limite para sair da instrução primária. O regulamento também proibia o uso de compêndios que não fossem adotados para a instrução e indicava o método de ensino simultâneo. A seleção de saberes a serem ministrados e a indicação de compêndios ajudariam a controlar os conhecimentos que deveriam ser aprendidos pelos alunos. Há a indicação de dias letivos, feriados e férias, como também, o horário de funcionamento das aulas que aconteceria pela manhã de 8 às 11 horas e, na parte da tarde, de 2 às 5 horas, momento em que estava sendo arquitetado um tempo e uma rotina escolar. Castigos e recompensas deveriam auxiliar os professores, mas os alunos nunca poderiam ser batidos. Bons comportamentos seriam premiados e serviriam de exemplo a ser seguido, o castigo corporal vinha sendo abandonado e a ideia era a modificação de hábitos.

O citado regulamento está disposto em duas partes, o de 15 de janeiro, que criou o cargo de Diretor Geral da Instrução

Pública e passou a indicar as suas competências, no tocante a inspeção dos estabelecimentos, nomeação de comissários e regulamentação do ensino (matérias, métodos, compêndios); e o de 20 do mesmo mês, que dispunha sobre mobília, disciplina, castigos, recompensas, férias, normatizando questões ligadas a leitura, escrita, estudos, instrução moral e religiosa, e o local onde as aulas deveriam acontecer (PINHEIRO; CURY, 2004). Os espaços destinados a instrução no Oitocentos

foram se configurando a partir das permanentes relações socioculturais que se apresentaram com as ‘necessidades’ de cada vila, povoação ou cidade. Assim, as formas espaciais destinadas ao funcionamento das aulas bem como para a guarda dos objetos escolares, foram delineando a cultura material escolar. (CURY; MARTINS; SILVA, 2012, p. 113)

A escolha do *local* e das *mobílias para as aulas* passou, sistematicamente, a ser preocupação no sentido de configurar os espaços onde a instrução deveria acontecer. Na sua composição, a escola deveria ter, em frente aos alunos, *uma imagem de Cristo, e o retrato de S. M. Imperial*. Nas paredes, além dos regulamentos que deveriam estar à mostra, contendo deveres e penas para os alunos, haveria, ainda, o desenho do *abecedário, o algarismo, figuras geométricas, e um mapa do Império do Brasil*. A porta de entrada da escola, deveria conter a inscrição: *Instrução primária pelo método simultâneo⁴ dirigido (aqui o nome do professor)*. Tudo observado pelo

⁴ Contudo, segundo Cury (2006, p. 50), “analisando os textos dos regulamentos de 1849, sobre métodos de ensino, pode-se dizer que se tratava, na província da Parahyba, da utilização de um método misto”, ou seja, da utilização dos métodos individual, mútuo e, a partir daquele momento, do

professor que, de sua mesa, fiscalizaria toda a sala. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 22)

Essa inquietação com relação a escolha de um local adequado para o funcionamento das escolas foi frequente durante o século XIX, observada tanto nas prescrições legais, quanto nas reclamações apontadas pelos presidentes de Província e diretores da Instrução Pública, normalmente se fundamentando nos discursos médico-higienistas, conforme discutido no capítulo anterior deste trabalho e também analisado por Gondra:

O afastamento do mundo urbano a partir da busca de um ar saudável, é tido como um critério a cuja obediência deveria ser submetida a decisão de se construir 'casas de educação'. Para tanto, argumentos climáticos, geográficos, geológicos, topográficos e botânicos são articulados de modo a sustentar a defesa de que educar requeria, naquele momento, um certo isolamento da cidade, um certo enclausuramento [...]. (2004, p. 167)

Naquele contexto, o espaço escolar começou a ser produzido e foi ganhando contornos também a partir da introdução da norma médica que se fez presente nessa fabricação. O entrelaçamento entre escola e residência do professor me leva a algumas leituras, autonomia e intimidade são palavras que podem ser utilizadas nessa entrelinha, pois havia uma porosidade entre as esferas pública e particular⁵ que estavam se constituindo, e a necessidade de espaços adequados passou a ser reclamada com mais frequência. As demarcações sobre o público e o privado

simultâneo.

⁵ Discussões sobre a constituição das esferas pública e particular podem ser encontradas em: Castan (2009).

estavam sendo alinhavadas e, segundo Novais (1997), essa conjuntura foi herdada da Colônia, em um contexto de “zona incerta”, onde havia um emaranhado de forças privadas, de relações pessoais, apadrinhamentos, que permaneceram no Oitocentos. A esfera pública foi sendo legitimada a partir das exigências que esse espaço foi conquistando. De acordo com Limeira:

Nesses processos estava articulada uma trama a partir da qual traçava-se, forjava-se, concomitantemente, a fronteira entre os domínios do privado e as competências do público. Seus limites, que são móveis porque históricos, dependiam, de forma bastante significativa, do arranjo das forças, da maneira como se constituiriam a autoridade e o exercício do poder público. (2011, p. 103)

Assim, a construção do Estado nacional foi fundamental para a invenção dos limites entre essas esferas e, ao longo do século XIX, a utilização da privacidade do lar para a prática educativa caminhou de mãos dadas com as queixas por espaços próprios e apropriados para esse fim.

A educação realizada na casa é uma prática existente desde os tempos mais remotos e se manteve durante o século XIX, contudo, “da mesma forma que esse século é palco da ampliação da prática da educação doméstica, também ele vai fragilizando-se diante das pressões do Estado e cedendo lugar à escola formal”. (VASCONCELOS, 2005, p. 223)

No Oitocentos, a instrução ocorrida no âmbito doméstico foi representada por pintores que recriaram um espaço que também se destinava ao aprendizado das primeiras letras e a edu-

cação mais geral dos alunos. Na imagem abaixo, uma representação elaborada pelo alemão Meyer Claus (1856-1919) em 1888. Imagem 11 – Crianças na Escola de Überlingen (1888)



Fonte: www.musee-imaginaire.de. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

Nela podemos observar aspectos que muito possivelmente podem ter ocorrido em escolas isoladas existentes no Brasil imperial. Em uma sala mobiliada, escura e pequena, meninos e meninas de idades variadas estão envoltos por livros, cadeiras, bancos, mesa, na presença de um senhora, provavelmente a professora. A impressão que se tem é de um ambiente educacional dissolvido na privacidade do lar, não há bancos para todos, uns estão atentos aos livros, enquanto outros encontram-se distraí-

dos, nessa casa em que a sala foi destinada a instrução dessas crianças.

No artigo *A ideia de “casa da escola” no século XIX português*, Silva (2005) chama a atenção, usando de empréstimo de Manuel Brullet, para o conceito de *domesticidade* na problematização desse espaço escola/habitação durante a primeira metade do Oitocentos em Portugal. Nesse período, a escola era a própria casa do professor e havia problemas na delimitação entre os serviços público e privado nesse processo de escolarização. Assim, o espaço da escola tenderia a recriar o espaço doméstico, sendo expressiva, para ele, a imagem do holandês Van Adriaen Ostade (1610-1685) de 1662:

Imagem 12- O Mestre-Escola (1662)



Fonte: www.musee-imaginaire.de. Acesso em: 15 de setembro de 2013.

Para Silva, o emaranhado de objetos e a desordem do ambiente nos remete a privacidade do lar e essa prática era corrente na Europa até o século XIX, momento em que foram evidenciadas as discussões sobre a necessidade de um edifício escolar que pudesse acomodar os alunos de forma espaçosa, valorizando o ar livre e o contato com a natureza, um espaço calmo, confor-

tável, iluminado, mobiliado e abastecido de suas necessidades. Assim,

do ponto de vista político, é perceptível um conjunto de medidas em ordem ao aperfeiçoamento do ensino elementar, a única maneira de o estender às camadas mais pobres e desvalidas da sociedade, exatamente as que, aos olhos da elite cultural, constituíam o fim principal da escola pública. (SILVA, 2005, p. 296)

Com a expansão da instrução elementar, a introdução de métodos de ensino considerados econômicos e eficazes, com as proposições da ordem médica, dentre outras questões, o espaço doméstico foi progressivamente perdendo essa função.

Na Província da Parahyba do Norte, a legislação além de indicar um espaço grande que pudesse acolher os alunos de forma satisfatória, prescrevia um ambiente claro e arejado, para que o sol iluminasse e o vento renovasse o ar em circulação, medidas preconizadas na busca de um ambiente sadio para a educação escolar.

Conforme Poggi:

Quando olhamos para as nossas habitações, quer públicas, quer particulares, vemos que são estas construídas com esquecimento das leis higiênicas e prejuízo da salubridade pública; entretanto esse é um objeto sobre o qual a nossa municipalidade, aliás a competente para dele cuidar, não se digna de lançar as suas vistas. A legislação municipal a tal respeito ou é muito estéril e exótica, ou então não é fielmente executada. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 4)

Segundo o comerciante inglês Henry Koster, que viajou nas primeiras décadas do século XIX pela região, na capital da Província da Parahyba, “a parte baixa da cidade é composta de pequenas casas” (2003, p. 95). De acordo com Maia (2010, p. 124), que discute *As habitações da cidade da Parahyba*, durante quase todo o século XIX, a capital apresentou casas com características próprias daquelas que “configuraram o espaço das cidades de colonização portuguesa. O grau de simplicidade ou complexidade de cada uma se dava de acordo com o poder aquisitivo de quem as habitavam”, assim, casas pequenas, cobertas de palhas, muitas conjugadas umas às outras e, conseqüentemente, sem janelas lateralmente, com pouca iluminação e circulação de ar, dividiam espaço com alguns sobrados, local de moradia de famílias abastadas.

Conforme Moura (1938), discutindo a *instrução pública e particular de antanho*, na parte alta da cidade da Parahyba, na segunda metade do século XIX, na rua Direita, hoje Duque de Caxias, estava montada em uma casa a “escola primária masculina do mestre régio Antonio do Rêgo Moura, capitão da Guarda Nacional, chefe político da praia do Bessa” (MOURA, 1938, p. 64). Na mesma rua, funcionavam as aulas da segunda cadeira de instrução primária, ministrada pelo padre Joaquim Victor Pereira. A terceira cadeira do sexo masculino era

regida pelo professor Manuel Alves Branco e funcionava em prédio defronte a gruta de N. S. de Lourdes nas Trincheiras, onde depois funcionou a escola pública do sexo feminino de D. Felismina Etelvina de Vasconcellos (D. Riti-

nha), o padre teve como seu auxiliar o professor José Pereira Dourado, musicista. (MOURA, 1938, p. 65)

Já na parte baixa da cidade, a escola era dirigida pelo capitão Joaquim Ignacio de Lima e Moura, que além de professor da instrução primária e secundária, foi deputado provincial, juiz de paz e homeopata.

O discurso médico apareceu com mais evidência na Província nos períodos de epidemias, nos planejamentos e reformas para o mundo urbano e na legislação. Com relação a esse tipo de normatização, destacam-se os Códigos de Postura, que foram criados para disciplinar a vida da população e para regulamentar o espaço urbano, suas instituições e seus componentes em geral. Segundo D’Incao:

Até o início do século XIX não havia no Brasil leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades. Os espaços para o abate de animais domésticos e para a lavagem de roupas, as fontes centrais, bem como os terrenos para a criação de animais e locais para cortar lenha foram reduzidos ou transferidos do centro das cidades para a periferia. A arquitetura dos sobrados se desenvolveu fazendo da rua “uma serva da casa”; portas e janelas abriam-se diretamente para ela. Autoridades públicas limitaram o “mau uso” da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas “lugares públicos” e que por isso deveriam manter-se limpas. (2010, p. 224)

O espaço urbano, utilizado para os mais variados fins, como festas, lugar de encontro, feira, banhos, enfim, começou a perder algumas dessas funções, em nome da civilização e do

progresso, tendo a ordem médica colaborado para esse fim. Conforme Souza:

No Brasil, entre 1815 e 1880, proliferam, especialmente na capital do Império, trabalhos visando aspectos físicos e sanitários da cidade como um todo. Desde 1835, começa a ser publicada a Revista Médica Fluminense, que se transformou num fórum de debate e divulgação dos temas em questão. A partir de meados do século, o problema das epidemias passa a ser abordado com frequência. *E os trabalhos médicos e relatórios de engenheiros constituem-se elementos importantes que irão influenciar nas decisões das Câmaras Municipais, que passam a elaborar posturas de acordo com as ideias reinantes.* (2002, p. 216. Grifos meus)

Os Códigos de Postura apresentavam-se na forma de lei ou portaria, em caráter permanente ou provisório, respectivamente. Responsável pela aprovação das posturas municipais, a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, instalada em 07 de abril de 1835, também poderia revogar ou modificar as proposituras. Esse mecanismo de controle social tinha em sua estrutura número e data do documento, a autoridade competente (presidente da Província), o nome do município proponente do dispositivo legal, o número de artigos, as infrações e os infratores. Todos os munícipes, livres ou escravos, estariam sujeitos a punições, que poderiam vir em forma de pagamento de multa, privação da liberdade e castigo físico, no caso de escravo.

Pelo que vimos até aqui, a Província vivenciava um processo de urbanização e adensamento populacional e problemas de ordens variadas passaram a ser apontados pela medicina e

pelo poder público. Nesse conjunto, havia um universo favorável à ordem médica que buscou cada vez mais “ordenar o espaço, civilizar os homens e regenerar a cidade.” (GONDRA, 2004, p. 100-101)

Naquele universo favorável, Códigos de Postura começaram a fazer parte da vida da população e os discursos médicos apontados anteriormente, foram absorvidos e passaram a ser parte constitutiva dessa legislação. A Lei nº 6 de 14 de julho de 1860, por exemplo, prescrevia uma propositura da vila de Campina Grande:

Luiz Antonio da Silva Nunes, Presidente da Província da Parahyba do Norte: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial, sob proposta da Câmara Municipal da Vila de Campina Grande, resolveu o seguinte:

Art. 1º Fica proibida, dentro das ruas da Vila de Campina Grande, a edificação e reedificação de casas, cujas frentes não sejam de tijolo ou pedra, e tenham menos de 20 palmos de altura, 12 as portas e 8 as janelas, com calçadas de 10 palmos de largura. O infrator sofrerá a multa de 25\$, e o duplo na reincidência. (PARAHYBA DO NORTE, Lei, 1860, p. 7)

Nessa normatização, a construção ou reconstrução de casas que não fosse de material considerado adequado, como tijolo ou pedra, e com altura suficiente para frente da edificação, contendo janelas, portas e calçada, era proibida. Altura e largura eram medidas importantes para a circulação de ar e para a iluminação solar. Prescrições que indicam atenção ao meio social e na-

tural, vistos como promotores de doenças e epidemias, quando não regulamentados. Com a citada lei, foram também obrigados os proprietários das casas a *consertar suas calçadas e frentes*, mantê-las *caídas e pintadas*, bem como *limpar e aplainar* até o meio da rua, sob pena de 10\$ de multa. As casas, na Província da Parahyba do Norte, eram utilizadas não apenas para moradia, também serviam para a instalação de escolas, comércio, cadeias, dentre outros fins, como discutido anteriormente.

As discussões sobre a necessidade de espaços específicos para essa atividade ganhavam relevância. No Relatório apresentado pelo diretor da Instrução Pública Manrique Victor de Lima, em 3 de abril de 1854, problemas na sua organização foram enfocados, e

a esse desarranjo se acrescentarmos a insuficiência das *choupanas*, em alguns lugares *verdadeiras pocilgas*, desculpe-me V. Exc.^a o termo, em que se acham estabelecidas as escolas, é força convir que nesta província não se há desenvolvido pela instrução e educação da mocidade aquele vivo interesse e solicitude com que as nações civilizadas multiplicam os estabelecimentos de ensino e os entretém liberalmente com o *asseio* e decência convenientes. [...] *insisto para que se separem da residência dos Professores as casas das escolas.* (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1854, p. 43. Grifos meus)

O diretor foi enfático ao associar o espaço escolar a pocilgas, curral de porcos, pela falta de higiene apresentada em alguns ambientes. As casas de escola foram chamadas de choupanas, isto é, casebres, choças, que serviam de espaço para a instrução e,

por isso, o diretor pediu a separação entre a residência dos professores e as casas de escola. É importante ressaltar que a necessidade da construção de espaços próprios vai ganhando força no Oitocentos não apenas por influência do higienismo. Conforme Faria Filho (2010), a necessidade de um espaço próprio para a escola vem com a disputa do governo do Estado contra o governo da casa, das discussões sobre os métodos de ensino que pediam espaços amplos para uma quantidade maior de alunos, com os materiais didáticos que foram surgindo no cotidiano escolar, com o desenvolvimento de saberes científicos, como a medicina, que passou a discutir o tema e a propor uma forma higiênica de educação escolar, como também, pela necessidade de uma maior fiscalização no tocante ao desenvolvimento do ensino.

Além da falta de higiene, o espaço era visto como impróprio por funcionar, muitas vezes, na residência do professor, o que poderia acarretar problemas para os alunos, e um desses episódios foi relatado em 26 de outubro de 1865 no jornal *O Tempo*⁶, a partir de uma queixa contra o marido da professora da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da vila de Bananeiras:

Pede-se ao Ilm.^o Sr. Diretor da instrução pública que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da vila de Bananeiras, onde as respectivas alunas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais desonestas, devido ao estado de embriaguez em que vive o marido da professora. É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante fato a educação das crianças que o presenciam quase todos os dias. (O TEMPO, 26/02/1865)

⁶ Segundo Araújo (1986, p. 37) o jornal *O Tempo* circulou de 1864 a 1866, às segundas e quintas, na capital.

A denúncia foi exemplificada por um acontecimento que teria sido *testemunhado por grande número de pessoas*. Sabendo dos insultos sofridos por várias *famílias honradas* pelo Sr. Jovino, marido da professora, o subdelegado Manoel Nunes teria ordenado sua prisão caso voltasse a perturbar a ordem pública e, apesar de avisado, mais uma vez, apresentou-se no *estado mais deplorável insultando a todos* que encontrava, como de costume. A prisão não teria sido realizada, segundo a denúncia, por ser o marido da professora protegido do Sr. João Nunes e, “ridicularizada assim publicamente a ordem do subdelegado Manoel Nunes, segue Jovino cambaleando para casa, onde, não obstante está funcionando a escola”. Da porta da aula, o Sr. Jovino teria insultado e falado imoralidades, a ponto da professora “para poder contê-lo e acabar com tamanho escândalo, deu por findo os seus trabalhos, despedindo as discípulas às 11 do dia 1.” A queixa que é assinada *Um por todos* pedia providências para que a mocidade da vila de Bananeiras não fosse prejudicada. (O TEMPO, 26/02/1865)

Pinheiro (2002, p. 73) também relata esse fato, e destaca que “o funcionamento das cadeiras isoladas nas residências dos professores acarretava problemas tanto de ordem administrativa quanto de ordem pedagógica”. Assim, a preocupação com o pedagógico serviu também como justificativa para uma nova configuração e delineamento da esfera pública que ia se institucionalizando, assumindo novos papéis e, conseqüentemente, desconstruindo a tenuidade entre o público e o privado, e, ao mesmo tempo, apontando os limites entre essas esferas no Brasil

oitocentista. Esse processo é parte constitutiva da formação do Estado nacional que se encontrava em consolidação.

A prática das casas de escola, durante o século XIX, ia sendo discutida, seus problemas apontados e a edificação de espaços apropriados era constantemente reclamada. No Relatório de 16 de abril de 1855, o mesmo diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, reitera a necessidade de espaços apropriados, pois “colocadas as escolas em edifícios cômodos, arejados, e mantidos com asseio” a ordem seria mantida (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 40). Um edifício construído de acordo com o que era preconizado pelos médicos deveria associar especialmente um bom espaço, circulação de ar e iluminação adequada.

Esse mesmo tom de denúncia é percebido em *A escola: revista brasileira de educação e ensino*⁷ que apontou alguns problemas na instrução pública no Município Neutro, segundo o artigo assinado por Carlos Brazil. A parte mais ilustrada do país, na concepção do autor, teria um número insuficiente de escolas, com prédios impróprios e de *acanhadas dimensões*, o que impediria admissão de novos alunos:

Supondo, nos casos mais favoráveis, que a sala dessas escolas tenha 7 metros de extensão e 6 de largura, é claro que não poderá conter mais de 12 estantes; sendo cada uma das quais para 5 alunos, conclui-se muito naturalmente que, as casas destinadas as aulas de qualquer escola pública primária da Corte, não podem desembaraçadamente conter mais de 60 alunos. (BRAZIL, 1877, p. 78)

⁷ A revista era publicada no Rio de Janeiro e tinha como diretor o Dr. Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira.

O artigo critica o provável excesso de alunos por escola, já que funcionariam à época 72 instituições, representadas por 6.000 alunos, onde caberia apenas 4.320. Esse número, para Carlos Brazil, só é possível pela *boa vontade* dos professores que tem cedido *até seus aposentos particulares* para esse fim, já que os alunos não caberiam na sala. Esse seria um dos motivos dos pais não enviarem seus filhos para as escolas públicas e, do baixo nível do ensino primário. Visão contrária a esse posicionamento é a do maranhense Antônio de Almeida Oliveira (1843-1887), autor de *O ensino público*, que vivendo nesse período, defendia que “a morada do professor, no edifício escolar, é uma vantagem que a sociedade lhe deve” (OLIVEIRA, 2003, p. 265). Para ele, convivendo no mesmo espaço, os professores seriam mais assíduos e cuidariam da conservação e asseio do ambiente. Contudo, salientou que os edifícios deveriam ser espaçosos e divididos em duas partes, uma para cada fim.

Voltando para o Regulamento de 20 de janeiro de 1849, no item sobre *Disciplina*, as normas de natureza médica continuam:

Art. 9º- Nenhum menino será admitido nas escolas sem que prove ter tido *bexigas*, ou sido *vacinado*. [...] - Nenhum professor receberá maior número de alunos, que o proporcionado as *dimensões da sala*.

Art. 16º- Todas as manhãs depois da reza, o professor passa, ou manda passar pelos decuriões a *revista de asseio*, exige que os discípulos *lavem* todos os dias *o rosto*, e *as mãos*, e que tragam *roupa limpa* e decente. Quando alguns entrarem depois dos outros, o professor não se esqueça da revista. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 22-23. Grifos meus)

Na teoria, a vacinação passou a ser um requisito para a admissão dos alunos e estes deveriam também provar não padecerem de moléstias contagiosas, como a varíola. A vacinação era objeto de discussão entre médicos no XIX, seus efeitos colaterais, sua eficácia, formas de aplicação e armazenagem, além do medo da população, explicam os índices baixos alcançados ao longo desse período no Brasil (CHALHOUB, 1996). Na Paraíba do Norte, durante o século XIX, a vacinação contra a varíola⁸ não alcançou níveis desejados, a doença tomou proporções epidêmicas em várias ocasiões e acometeu principalmente a população pobre, como relatou o vice-presidente Dr. Flavio Clementino da Silva Freire em 1855:

Com pesar vos anuncio que o estado de saúde pública da província não é lisonjeiro, a *peste das bexigas* tem lavrado com intensidade em alguns pontos dela, com especialidade nesta capital onde tem ceifado não pequeno número de vítimas, mas *quase todos da classe baixa do povo*. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p.8. Grifos meus)

A varíola é uma doença infectocontagiosa viral e, no Brasil, foi uma das principais responsáveis pela dizimação de indígenas, a partir do contato com os europeus. Para Diamond:

8 Conforme Chalhoub (1996, p. 102), “a história do combate à varíola é a história da inoculação e, posteriormente, da vacina, e suas origens perdem-se na noite dos tempos. A ideia da inoculação do pus variólico originou-se provavelmente da crença, presente em tradições da medicina popular em várias partes do mundo desde a mais remota antiguidade, de que certas doenças poderiam ser evitadas através da aplicação de material similar à moléstia que se queria prevenir – tal aplicação poderia ser natural, ritualística, ou uma combinação de ambas as coisas, como ocorreu com frequência no caso da inoculação do pus variólico ou variolização.”

os principais assassinos da humanidade ao longo de nossa história recente, varíola, gripe, tuberculose, malária, peste bubônica, sarampo e cólera, são doenças infecciosas que se desenvolveram de doenças de animais, embora a maioria dos micróbios responsáveis por nossas próprias epidemias agora esteja, paradoxalmente, quase restrita aos seres humanos. Por terem sido as maiores assassinas das pessoas, as doenças também moldaram de forma decisiva a história. (2005, p. 196-197)

Na Parahyba do Norte, os relatórios dos presidentes da Província trazem dados sobre vacinação. Em 1849, por exemplo, o presidente João Antonio de Vasconcellos apresentou os números do ano anterior, e neste foram vacinadas, na capital, 359 pessoas de ambos os sexos, entre livres e escravos, já no interior, a vacinação não estava acontecendo, pois não teria havido remessa da nomeação dos vacinadores municipais, segundo João José Innocencio Poggi, comissário vacinador provincial. Nas estatísticas, não consta informação se as crianças estavam nesses números disponibilizados (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1849, p. 19). Segundo Chalhoub (1996), na década de 1830, a obrigatoriedade da vacinação de crianças se fazia presente na Corte, e os pais ou responsáveis ficariam sujeitos a multa, caso desobedecessem. A recusa era grande entre crianças e adultos e, segundo o autor, décadas depois, a visita domiciliar passou a ser a principal estratégia dos higienistas para conseguir a propagação da vacinação.

Nos *Anais Brasiliense de Medicina* de 1852, consta que no Município Neutro e nas Províncias da Parahyba do Norte, Bahia,

Pernambuco, Alagoas, Pará, Santa Catarina e Espírito Santo, a vacinação foi mais numerosa do que no ano de 1851. As causas dos baixos índices foram apontadas:

Umam dependem da indolência do povo para socorrer-se ao preservativo da varíola, indolência que regenera em estúpida repugnância, e em brutal horror, a medida que se afasta da capital e se interna pelo centro das províncias; outras dependentes ou da frouxidão dos comissários vacinadores municipais e paroquiais, que ficam impotentes ante a pertinaz resistência do povo, ou da tibieza das próprias autoridades, que nada fazem para auxiliar os comissários vacinadores, procurando empregar os meios precisos para superar-se tal resistência. (1852, p. 217)

Os baixos índices foram atribuídos à população, aos comissários vacinadores e às autoridades. O artigo chega ao ponto de pedir medidas mais enérgicas e, provavelmente, esses *meios* solicitados seriam a partir do uso da obrigatoriedade e da força.

Além do pré-requisito da vacinação, prescrito pelo Regulamento de 1849, a revista de asseio deveria ser feita diariamente. A higiene pessoal e o vestuário faziam parte da revista, os alunos deveriam frequentar as aulas limpos e bem vestidos. Para Vigarrello (1988), o século XIX vem acompanhado de uma *moralização da higiene*, ou seja, a preocupação principal vai deixando de ser com a aparência, e ganha força a associação da higiene com a preservação dos organismos e com a defesa das populações. Nesse sentido, *dispositivos regeneradores* começaram a ser utilizados, seja nas literaturas, na

escola primária que representa um outro local, mais importante ainda, onde se difundem as normas criadas para os indigentes. Os manuais do professor, em 1830, retomam regularmente os princípios essenciais dos tratados de higiene [...]. O *Regulamento da Instrução Primária de Paris* recomenda, em 1836, a sua leitura regular, e mesmo a sua aprendizagem de cor, por parte dos 'alunos das seis primeiras classes'. (VIGARELLO, 1988, p. 154. Grifos do autor)

Como visto no caso francês, discutido por Vigarello, as escolas foram importantes espaços de absorção e difusão de preceitos higiênicos, e estes, absorveram um forte conteúdo moralista ao associar a população pobre, seus arredores e costumes, à imoralidade. Por isso era tão importante cuidar da infância, fase da vida em formação, homogeneizando-a em novos parâmetros e condutas, tendo a ordem médica, contribuído para a elaboração de especificidades para essa etapa da vida, e para a educação escolar.

No caso da Parahyba do Norte, a legislação também fez menção a recompensas para os alunos com bom comportamento, e *lavar o rosto e as mãos* diariamente, bem como frequentar a escola com *roupa limpa e decente*, provavelmente era visto como um bom comportamento. As premiações poderiam ser distribuídas em momentos como a missa dominical. Bilhetes de satisfação, fitas, listas de honra, passeios, eram algumas recompensas e sua distribuição tornava "a premiação em uma espécie de valorização pública de determinadas condutas" (CURY, 2006, p. 47). Castigos como: ajoelhar, privar a recreação, expulsão, rótulos pendu-

rados ao pescoço com referência a natureza do erro (PINHEIRO; CURY, 2004), também faziam parte do cotidiano instrucional e teriam a função de reduzir os “desvios” sendo, portanto, de natureza corretiva.⁹ Segundo Foucault (2011), todo *sistema de disciplina* funciona como um pequeno *mecanismo penal*, com suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento, com seus delitos especificados, qualificando e reprimindo um conjunto de comportamentos. Assim, o atraso, a ausência, a desatenção, a desobediência, a indecência, a tagarelice, o não cumprimento da tarefa, deveriam ser corrigidos por uma sanção *normalizadora*.

Na exposição feita pelo presidente da Província Francisco Xavier Paes Barreto, em 16 de abril de 1855, no relatório apre-

9 O regulamento de 20 de janeiro de 1849 diz, no artigo 36, que os alunos *nunca devem ser batidos*, porém, décadas depois, o jornal *O Liberal Parahybano*, precisamente em 02 de setembro de 1883, publicou o Despacho nº 77: “Diretoria da Instrução Pública da Parahyba em 27 de agosto de 1883 – Ilm.^o e Exmo. Sr. Cumprindo o que determinou-me V. Ex.^a em ofício nº 1062 de 22 do corrente, comunico a V. Ex.^a que no dia 24 às 11 horas do dia, acompanhado do secretário da instrução pública, dirigi-me a 1^a escola do sexo masculino desta capital, regida pelo professor João Antonio da Gama Furtado, afim de sindicar o fato que, sob o título – corrigenda – trata o “Jornal da Parahyba” nº 2304, de 18 também do corrente mês. Indistintamente interroguei os seguintes alunos: Collatino Lopes Rangel – declarou não ter sofrido palmatoadas. José Gomes de Leiros – declarou ser bem tratado pelo professor, e nunca ter visto este maltratar os seus colegas. Galdino Pereira Leite – declarou que o professor aplica-lhe palmatoadas quando erra a lição. Josué Lopes de Medeiros – declarou que uma vez sofrera quatro palmatoadas. Bento José da Silva Pontes – declarou ter uma vez sofrido palmatoadas, e que sofre de epistaxis, o que por vezes tem-lhe sucedido a aula (a isto atribui o professor o dizer o “Jornal da Parahyba” que os meninos vão para casa com as ventas correndo sangue). Genesis Henrique Carneiro de Vasconcellos – declarou ser bem tratado. Thomaz do Monte Silva (de 14 anos de idade) – declarou ser bem tratado pelo professor e nunca ter visto ele maltratar os seus colegas. Deodato Lopes de Albuquerque (de 15 anos de idade) – declarou ter somente visto o professor aplicar palmatoadas uma ou outra vez em seus colegas.” O professor declarou ao então diretor da Instrução Pública, Eugênio Toscano de Brito, que só castiga os alunos que os pais pedem, o que mesmo assim, era proibido pelo artigo 23 do regulamento de 30 de agosto de 1881.

sentado pelo vice-presidente da Província Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855, na fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa pelo presidente Antonio da Costa Pinto Silva, em 5 de agosto de 1856, no relatório do vice-presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857, dentre tantos outros que se sucederam, a organização interna das casas de educação era tema constante. Em 1862, o diretor da Instrução Pública Diogo Velho Cavalcante d'Albuquerque, disse em seu relatório sobre as casas de escola:

Nenhuma cadeira da Província funciona em edificio próprio, casas particulares, alugadas, as da Capital pelo Tesouro Provincial, e as do interior pelos Professores, que recebem para este fim uma insuficiente retribuição, em regra 50\$ rs. anuais, quase todas destituídas das comodidades precisas, e assim impróprias para o fim a que devem prestar, são as das nossas escolas. Ressaltam aos olhos os inconvenientes disto. Um edificio nas condições físicas e higiênicas exigidas pelas necessidades do ensino, constitui um dos primeiros elementos do seu desenvolvimento. O edificio da escola é para o ensino quase o mesmo que o templo para a religião. O recinto onde os obreiros da inteligência preparam o futuro pedestal da sociedade, deve inspirar respeito e veneração muito aproximados dos que experimentamos ao penetrar no santuário, onde os obreiros do coração ensinam a elevar o sentimento até Deus. Infelizmente não temos uma só escola convenientemente montada e acomodada. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 3. Grifos meus)

Naquele mesmo ano, segundo o diretor, não existiam prédios próprios na Província e as casas de educação, continuavam funcionando sem condições físicas e higiênicas. Tais acomoda-

ções eram apresentadas sempre como impróprias. A discussão foi ganhando força ao ponto do diretor fazer uma comparação entre o edifício para a escola e o templo para a religião, tamanha a importância de um espaço físico adequado e sadio para o funcionamento das aulas e, conseqüentemente, para o futuro da sociedade. Diogo Velho Cavalcante d'Albuquerque reclamava da falta de materiais e móveis, ressaltando que *esteiras sobre o chão* foram encontradas em escolas do sexo feminino. Segundo o diretor,

parece incrível semelhante *estado de nudez*. [...] os professores, além de não receberem os móveis e utensílios necessários as respectivas aulas, veem-se na necessidade de, ainda pela gratificação de 50\$ rs que recebem para *casa e água*, suprir papel, penas, tinta, livros, cartas, os meninos desvalidos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 5. Grifos meus)

A gratificação recebida pelos professores para o aluguel da casa onde funcionaria a escola e também serviria de residência, tinha que ser utilizada conjuntamente para aquisição de materiais, e fornecimento de água para a higiene do ambiente e a sede dos alunos. Assim, os poucos salários dos professores, a falta de móveis e materiais, a ausência de uma estrutura física adequada para o funcionamento das aulas, a precariedade das condições higiênicas, são problemas apontados pelos gestores, mas não somente da Parahyba do Norte. Segundo Faria Filho e Vidal:

Na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros,...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construir espaços específicos para a realização da educação primária. (2005, p. 49)

Os autores apresentam uma série de reclamações sobre as casas de escola em São Paulo e as discussões giram nesse mesmo sentido do que vinha sendo debatido por aqui. Uma dessas críticas foi veiculada pelo jornal *A Província de São Paulo* em 13 de janeiro de 1876:

Como o professor é pobre e escasso o ordenado, instala a escola numa saleta qualquer, contando que seja barata e não lhe absorva o ordenado. A título de mobília procura dois ou três bancos de pau, uma cadeira para si, uma mesa onde ao menos possa encostar os cotovelos e tomar notas, um pote e uma caneca, e aí temos armado o alcatifado palacete da instrução. Agrupam-se aí dentro 20, 30 ou 40 crianças, tendo por único horizonte as frestas sombrias de uma rótula e durante quatro ou cinco horas diárias martirizam os ouvidos e as cordas vocais da laringe em insólito berreiro, respirando ar viciado e poeira, arruinando a saúde, cansando a inteligência, matando a vontade de aprender [...]. (*apud* FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 49)

Na Parahyba do Norte, nos anos seguintes, as queixas eram as mesmas. Os pedidos pela construção de edificações específicas, com espaços adequados e condições higiênicas ou, pelo

menos, que houvesse a separação entre a casa de moradia dos professores e a casa onde aconteciam as aulas, foram mais constantes. Oficialmente, a proibição ocorreu dez anos depois, pela Lei nº 455 de 22 de junho de 1872, no seu artigo 3º: “os professores públicos não poderão lecionar nas casas de sua residência, sob pena de perderem a gratificação que recebem para aluguel de casa, além da responsabilidade pela desobediência” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 52). Contudo, essa proibição estava restrita aos professores, visto que a legislação fala que o citado artigo não correspondia às professoras. De acordo com Pinheiro,

é muito provável que considerando as diferenças dos comportamentos sociais e culturais existentes entre homens e mulheres, ou melhor, entre professores e professoras, [...] bem como daqueles relacionados ao trabalho da mulher, que galgou a paços largos o espaço educacional, tenha gerado a elaboração da lei. (2010, p. 232)

Segundo o presidente da Província, Francisco Teixeira de Sá¹⁰, em fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial, em 6 de setembro de 1873, as escolas continuavam funcionando em casas alugadas mas, na capital, “construiu-se há pouco um edifício para a primeira escola do bairro alto, com os cômodos exigidos em estabelecimentos dessa ordem” (PARAHYBA, Fala, 1873, p. 20). A construção desse prédio escolar foi anunciada em *A Instrução Pública*, em 11 de outubro de 1874, revista publicada no Rio de Janeiro e dirigida por J. C. de Alambary Luz. Segundo a matéria, muitas pessoas ajudaram com donativos e o terreno

10 Presidiu também a Província do Ceará.

teria sido ofertado pelo negociante Primo Pacheco Borges e sua mulher. A revista ainda salientou que o presidente da Província nomeou uma comissão para *promover donativos* para a construção de prédios destinados a educação escolar. No recorte estudado, essa foi a primeira e única menção encontrada sobre a construção de um edifício com acomodações específicas para a escola. Na documentação em geral, o que há são reclamações pela falta de uma estrutura física adequada para a educação escolar.

A proibição dos professores lecionarem em suas residências ocorreu em 1872, como visto. Porém, em 15 de junho de 1877, o jornal *A Opinião*¹¹, publicou uma carta vinda de Alagoa Grande, denunciando castigos aplicados pelo professor daquela localidade. Na correspondência, há também um tom de denúncia no tocante ao espaço da escola: “quanto ao professor d’aqui ainda continua dando aula na casa, em que mora com a família, conservando durante o dia as portas fechadas,” o que demonstra que essa prática era mantida.

Assim, foi sendo elaborado um espaço escolar diferente de outros espaços sociais como a igreja e a família, e se afirmando uma instituição específica responsável pela instrução da infância. Nesse processo, a escola foi se produzindo, e a medicina se fez presente nesse contexto.

A necessidade de espaços apropriados para a instrução era uma discussão presente no século XIX e impressões dessa

11 Para Araújo (1986, p. 38), o jornal *A Opinião* circulou de 1877 a 1878, “redigido pelo Partido Liberal e impresso na Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa.” Conforme Souza (2013, p. 94), o periódico era publicado duas vezes na semana.

natureza também foram registradas por Pedro II quando da sua passagem pela Parahyba do Norte. Entre os dias 24 e 30 de dezembro de 1859, a Província, em festa, recebeu a visita do imperador Pedro II. No livro *Presença de Pedro II na Paraíba*, Almeida (1982) relata detalhadamente a visita do monarca a Província. Segundo Maurílio de Almeida, no dia 25 de dezembro, o imperador saiu com destino a Cabedelo, onde visitou, entre outras coisas, uma escola pública, fazendo anotações em seu diário sobre o número de matriculados, que era de 34 alunos. Já no amanhecer do dia seguinte, dirigiu-se ao interior, com destino a Pilar e, em seguida, Mamanguape. A chegada em Mamanguape foi por volta de 11 horas e, depois dos festejos de boas vindas, algumas visitas foram feitas. As condições da Igreja matriz, a higiene da cadeia pública, Casa da Câmara e a inspeção da escola primária com maior número de alunos, foi realizada. Para Almeida (1982, p. 105), “os alunos ficaram surpreendidos com a sua chegada, quando em aula de latim; aula de latim, numa escola primária [...]” e o imperador ouviu a leitura de um texto, juntamente com o presidente da Câmara, que era também padre e professor. De acordo com Oliveira e Cury:

Como parte das atividades que o monarca julgava importantes durante o périplo pelas províncias de seu império sempre se destacava a de examinar escolas de meninos, de meninas e seus mestres, usualmente de forma inesperada e sem muita preparação prévia. A sensação que fica da leitura de seus escritos é a de alguém que quer apurar de forma mais exata a real situação do letramento das crianças no Brasil do oitocentos. A Parahyba não foi exceção e mesmo com pouco tempo disponível, Pedro II reservou espaço

para essas suas visitas inesperadas que, muitas vezes deixavam as crianças apreensivas. (2013, p. 11)

Sobre essa escola primária, em seu diário, Pedro II registrou: “aula de meninos. 55 matr. Freq. 42 – Má e pequena” (*apud* ALMEIDA, 1982, p. 106). Também nas impressões do monarca, o espaço físico dessa casa de escola recebeu críticas, pois além de *pequena* para comportar uma frequência de 42 alunos, a escola é descrita como *má*, podendo o imperador se referir tanto a conservação do espaço físico quanto a sua higiene.

Segundo Oliveira e Cury:

Em sua passagem pela Parahyba D. Pedro II visitou, nas vilas de Pilar e Mamanguape, as escolas de primeiras letras e anotou sobre elas elementos que permitem espreitar questões relativas ao universo instrucional do período e, desse modo, constatar certos detalhes que as pesquisas recentes na área de História da Educação na Paraíba já vem apontando, ou seja, a precariedade da instrução na província. (2013, p. 11)

Um dia antes de sua partida, também visitou outras escolas de primeiras letras. Almeida (1982) relata que o imperador fazia perguntas, verificava os livros de matrícula e inspecionava o ambiente onde as aulas se desenvolviam. Nesse dia, visitando escolas na capital, Pedro II registrou: “casa pequeníssima e arruinada” (*apud* ALMEIDA, 1982, p. 110), em outro trecho, referente a *aula de meninos* do professor Estêvão Coelho de Melo, com 65 alunos matriculados, frequência de 40 a 50, mas contando com a presença de apenas 4, o monarca falou do *telhado arruinado* e da

má casa. Em apenas uma passagem, Pedro II, observando uma *aula de meninos* do professor Joaquim da Silva Guimarães Ferreira, com 20 matriculados e 5 alunos presentes, disse que a sala era *muito vasta*, o que aponta para uma preocupação da medicina da época, que via na arquitetura escolar, uma das primeiras necessidades para se instalar uma escola higienizada.

Para Schwarcz (1998, p. 150), “interessado na educação, o imperador frequentava concursos nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval. Isso sem falar do Colégio Pedro II, a grande predileção do monarca,” que mencionou em seu diário, que se não fosse imperador, queria ser mestre-escola. O imperador também esteve presente em várias defesas de tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, 1860, o presidente da Província Luiz Antonio da Silva Nunes¹², também seguiu um roteiro de viagem, visitando diversos povoados, 13 vilas e 4 cidades. Percorreu a cavalo durante um mês, diferentes lugares e se tornou o primeiro presidente a fazer uma viagem até o sertão da Parahyba. O intuito da viagem, segundo o jornal *O Imparcial*¹³, que fez a cobertura durante o trajeto, era ver de perto as necessidades da Província, observando o que se referia ao serviço público, como: instrução, cadeias, igrejas, polícia, cemitérios, dentre outros.

12 Luiz Antonio da Silva Nunes era natural do Rio Grande do Sul e, além da Parahyba do Norte, também presidiu a Província da Bahia e foi deputado geral pelo Espírito Santo.

13 O jornal *O Imparcial* se definia como um semanário político, literário e noticioso, circulando de 11 de abril de 1860 a 15 de abril de 1861. (SEIXAS, 1985, p. 19)

Em abril de 1860 Silva Nunes desembarcou, juntamente com sua irmã e sua esposa, no Porto do Varadouro. Recebeu o comando da Parahyba das mãos de Manoel Clementino Carneiro da Cunha, representante dos conservadores na Província e, cinco meses depois de ter assumido a presidência, juntamente com sua comitiva, partiu para o interior.

Segundo *O Imparcial*, saindo da capital às 04h30min da manhã do dia 17 de setembro de 1860, Silva Nunes passou pela povoação de Santa Rita, posteriormente descansou em Cruz do Espírito Santo, partindo para a vila do Pilar, onde pernitoiu, após visita aos prédios públicos. No outro dia, seguiu para a vila do Ingá, onde visitou as primeiras escolas elementares. Depois de algumas andanças, em 22 de setembro chegou a vila de Cabaceiras e, ao percorrê-la,

visitou a escola de primeiras letras que é apenas frequentada por quatro meninos. S. Ex.^a dominado pelo louvável zelo de por se ver e examinar as coisas, ordenou ao professor que fizesse um dos alunos ler, o que não pôde ter lugar por declarar o professor que nenhum dos quatro alunos sabia ler e menos escrever, entrando no número destes uma criança de 18 anos. [...] S. Ex.^a mostrou-se desgostoso do *estado de abandono* em que se encontrou a escola da vila de Cabaceiras. Se isto se dá em uma vila, o que não será nesses povoados onde o professor é o doutor da terra? (*apud* SEIXAS, 1985, p. 71-72. Grifos meus)

O *estado de abandono* relatado pelo jornal, se restringe a pequena frequência dos alunos e a falta de domínio da leitura. Durante o trajeto, o presidente visitou escolas em diferentes luga-

res, como as vilas do Ingá, Cabaceiras, São João, Teixeira, Piancó, Catolé do Rocha, Pombal, Patos, Alagoa Nova e Independência; e cidades, como a de Sousa, Areia e Mamanguape, porém, o seu interesse se limitou a observar a frequência, o *grau de adiantamento* dos alunos e a conduta dos professores, muitas vezes apontados como causa dos problemas encontrados. Silva Nunes não fez referência ao espaço físico onde as aulas aconteciam, bem como as condições de higiene, material necessário, método de ensino, vacinação, dentre outras questões de sua responsabilidade.

Nesse período, segundo informações contidas no referido jornal, as condições econômicas da Província eram ruins, os cofres estariam vazios pelos gastos com a visita de Pedro II e a estiagem enfrentada teria contribuído para exacerbar a crise na agricultura e no comércio. Durante o trajeto, Silva Nunes fez curtos discursos oficiais, muitas vezes limitando-se a agradecer a recepção, provavelmente, para não se indispor com as elites locais. Como as elites políticas apostavam na instrução como uma porta de entrada para a civilização, esse setor foi um dos elencados para visitação durante a viagem do presidente, que ao assumir o governo encontrou em vigor um novo regulamento da instrução.

Em 27 de janeiro de 1860, no governo de Ambrósio Leitão da Cunha¹⁴, um novo Regulamento da Instrução Primária e Secundária Pública e Particular da Província da Parahyba¹⁵ foi pu-

14 Nasceu em Belém, onde atuou como advogado e juiz. Foi vice-presidente da Província do Pará (1858) e presidente das províncias de Pernambuco (1860), Maranhão (1863) e Bahia (1866). Foi senador (1870) e ministro do Império (1885).

15 *Coleção de Leis da Província da Parahyba do Norte*, pertencente ao acervo da Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Vale ressaltar que anteriormente encontrava-se em

blicado. O citado Regulamento prescrevia um modelo de instrução e o que fica evidente nessa legislação é que ela foi organizada com base no que estava disposto no Decreto nº 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854, também conhecido como Reforma Couto Ferraz, que regulamentou o ensino primário e secundário na Corte.

O Regulamento de 1860 foi em grande parte elaborado como cópia do que havia sido prescrito para a Corte com a Reforma Couto Ferraz. Questões sobre condições para o magistério público (maioridade legal, moralidade e capacidade profissional), matrícula (não seriam aceitos os alunos com moléstias contagiosas e não vacinados), idade escolar (entre 5 e 15 anos), castigos (repreensão, tarefa de trabalho fora das horas regulares, outros castigos que exercitem o vexame, comunicação aos pais para castigos maiores e expulsão da escola), compêndios (admitidos apenas os livros autorizados) e divisão do ensino público primário (escolas de primeiro e segundo graus), mostram vários elementos que foram seguidos de acordo com o que estava posto para a Corte.

Nesse Regulamento, há outra similaridade com a reforma Couto Ferraz, que é o requisito da vacinação e do não padecimento de moléstias contagiosas para admissão dos alunos. Entretanto, com relação ao espaço escolar, seguiu as indicações do que estava posto no pioneiro Regulamento de 1849. Nesse sentido, permaneceram as seguintes indicações:

vigor um Regulamento de 11 de março de 1852, mas que até o momento, como já mencionei, não foi encontrado. Entretanto, o referido documento é frequentemente referenciado por outras leis, normas e regulamentos. Em 1879 e 1881 novos regulamentos gerais da instrução foram sancionados, esses também, não encontrados até o presente momento.

Art. 15 – § 11 Contratar casas para as escolas [...] tendo atenção a que as casas sejam espaçosas, salubres e decentes.

(...)

Art. 59 – Não serão admitidos a matrícula as escolas: § 1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiveram sido vacinados.

(...)

Art. 62 – As casas, em que forem as escolas estabelecidas terão as proporções indispensáveis.

Tais artigos reiteraram, portanto, as discussões da época. Assim, centralizada pelo poder provincial, a instrução era vista como um caminho para a civilização, um instrumento capaz de fundar uma nova sociedade. Nesse projeto, a medicina continuou a intervir, falando em nome da ciência, ditando regras, racionalizando o espaço escolar para uma melhor ordenação dos alunos. Contudo, esse regulamento foi suspenso sete meses depois, pela Lei nº 12 de 08 de agosto de 1860, vigorando a legislação provincial anterior (PINHEIRO; CURY, 2004). Sobre essa suspensão, Pinheiro (2009b, p. 4) levanta uma hipótese: “Um dos aspectos que estou aqui aventando como de maior relevância e que, possivelmente, tenha levado a suspensão desse regulamento, refere-se às remunerações e gratificações dos professores das cadeiras isoladas para o 1º e 2º graus” e esse acréscimo teria sido determinante para a sua não utilização.

Já em 30 de julho de 1884, outro regulamento¹⁶ entrou em cena e os preceitos médicos continuaram presentes. Quando dispõe sobre a matrícula dos alunos e as penalidades disciplinares, foi mantido o pré-requisito: “Art. 8º [...] estar vacinado; não sofrer moléstia contagiosa.” Com relação aos deveres dos professores, no Art. 38, § 16: “Conservar a casa da escola sempre limpa e asseada.” A fiscalização das casas de escola ficaria a cargo dos comissários literários que deveriam remeter ao diretor geral da Instrução Pública um relatório, de seis em seis meses, sobre as visitas. Durante esses meses, os citados comissários deveriam, segundo o Art. 213, § 6º observar “se as casas escolares são apropriadas e bem colocadas.” Assim, cada vez mais a instituição escolar assumia o papel de conformadora da sociedade que se pretendia e para que esse projeto continuasse caminhando, era indispensável o aperfeiçoamento dessa instituição e a medicina era uma dessas responsáveis, produzindo uma nova consciência da vida em coletividade.

Diferente do Regulamento de 1860, essa normatização de 1884 não seguiu a legislação da Corte, seja a Reforma Couto Ferraz de 1854 ou a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, mas foi utilizada, em quase todos os artigos, no regulamento provincial de 1886.

Em 26 de junho de 1886, no governo de Antônio Herculano de Sousa Bandeira¹⁷, foi publicado o último regulamento provin-

16 Documento manuscrito encontrado no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, vinculado a FUNESC. Caixa 65-B, 1883.

17 Natural de Recife, foi advogado, professor da Faculdade de Direito do Recife e deputado geral. Governou a parayhyba de setembro de 1885 a novembro de 1886.

cial, o Regulamento nº 36 (PINHEIRO; CURY, 2004) que passou a ditar regras para a instrução na Província. Esse regulamento é praticamente o mesmo regulamento de 1884, com pequenas modificações. Difere em algumas questões pontuais e por tratar especificamente da instrução primária, visto que, o Regulamento de 1884 tratava da instrução primária, secundária e da Escola Normal. O Regulamento de 1886 é específico da instrução primária e, segundo Miranda (2012), o Lyceu teria um estatuto próprio feito pela congregação de seus lentes e a Escola Normal, transformada em Externato Normal, teria um regulamento específico a partir desse período.

Com relação às questões pontuais em que os citados regulamentos diferem, algumas pequenas modificações quanto à vitaliciedade dos professores, gratificação adicional, direção e inspeção do ensino, dentre alguns outros detalhes. Outra diferença é no tocante ao ensino primário, as matérias lecionadas seriam: Leitura e escrita, elementos de gramática portuguesa, princípios de aritmética, noções de história e geografia do Brasil, noções de história sagrada, trabalhos de agulha e prendas domésticas nas escolas do sexo feminino. No Art. 1º § Único:

As professoras diplomadas pelo externato normal, bem como as pessoas que lhe habilitarem, na conformidade do artigo 3º e 4º da resolução de 31 de maio último, serão obrigadas a ensinar noções de coisa, música, desenho e *ginástica*. (PINHEIRO; CURY, 2004, P. 62-63. Grifo meu)

Esse regulamento chamou a minha atenção especialmente por ser a primeira vez que a ginástica foi proposta como discipli-

na, pelo menos na documentação encontrada até o presente, já que alguns regulamentos não foram encontrados até o momento. Segundo Gondra (2004, p. 327), “a educação física, associada ao trabalho moral e intelectual, deveria cumprir vários objetivos simultaneamente: fortalecer, disciplinar, ordenar o trabalho nas escolas, moldar os temperamentos, estruturar o tempo escolar e regenerar,” já que os higienistas defendiam uma educação integral, isto é, uma educação física, intelectual e moral, e essas dimensões deveriam caminhar de mãos dadas para a edificação de uma nação civilizada.

Nesse regulamento de 1886, a vacinação continuou sendo uma exigência aos alunos, e a efetivação da matrícula também permanecia atrelada ao não padecimento de moléstia contagiosa. Com relação às incumbências dos professores, no Art. 31, § 16: “Conservar a casa da escola sempre limpa e asseada” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 67), idêntico ao que está prescrito no Regulamento de 1884, tarefa que seria fiscalizada mensalmente pelos inspetores escolares, que atentariam, segundo o Art. 117, para o “estado em que a escola se acha” e se as “casas escolares são bem apropriadas e bem colocadas” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 81). Nesse último regulamento geral da instrução, percebe-se que o investimento da ordem médica na educação escolar se fez presente de forma assídua, durante grande parte do século XIX, na Província da Parahyba do Norte. De acordo com Gondra:

É, portanto, nesse esforço de organizar, fazer funcionar e prolongar a vida de um organismo social moderno que a crença na maleabilidade e educabilidade do homem foi ad-

quirindo uma progressiva legitimidade, terminando por criar condições para a emergência, legitimidade e legalidade da ordem escolar no Ocidente. (2007, p. 159. Grifo do autor)

A crença na formação da infância, a partir da educação escolar, mobilizou diferentes agentes do governo e da sociedade, que passaram a investir cada vez mais nesse setor. Assim, regulamentações variadas, como as que vimos aqui, começaram e continuaram a dar forma ao universo e a população escolar. Em outubro de 1887, por exemplo, a Câmara de Campina Grande, designou uma comissão composta por Idelfonso Augusto de Oliveira Azevedo, João Antônio Francisco de Sá e Cristiano Lauritzen, para verificar o estado da instrução pública na cidade. A comissão deveria emitir um parecer baseado nas suas observações sobre: *higiene do espaço escolar, asseio, vacinação e frequência dos alunos, bem como aptidão e conduta dos professores*. Idelfonso Augusto de Oliveira Azevedo, relator da comissão, diz que:

A escola pública do sexo masculino funciona em um prédio particular a rua da matriz, *preparado com decência por seu proprietário para o dito fim, tendo as comodidades precisas para o seu destino*; notando-se, porém, falta quase absoluta de móveis para acomodação dos alunos, quando o tiver. Regida atualmente pelo professor Justino Erico Machado, é a negação absoluta do fim a que se destina. Esta comissão por seu próprio testemunho observou, na visita que fez, que somente existiam nela quatro alunos, fato que raramente se dá e é geralmente conhecido nesta cidade. Esta comissão não pode assegurar o número de matrículas por não ter encontrado o livro destinado a esse fim. (*apud* ALMEIDA, 1979, p. 314-315. Grifos meus)

Essa *negação absoluta* da qual fala a comissão é em grande parte pela falta de alunos, material necessário e livro de matrícula, o que os impossibilitou de averiguar *frequência, faltas, conduta e aptidão dos matriculados*, como também, o *registro dos vacinados*, o que os levou a crer que *em geral há falta de vacinação dos alunos*. A comissão pediu em seu relatório enviado ao presidente da Província, a substituição do professor Justino Erico Machado e que se oficiasse ao delegado de higiene da cidade a vacinação dos alunos. Já a escola de instrução primária do sexo feminino, situada

a rua Uruguaiana desta cidade, em um prédio particular, *habitado pela professora, funciona em uma casa acanhada para o número de alunas que a frequentam*, e continua a ser regida pela professora pública D. Petronila Maria Efigênia de Oliveira. Esta comissão, na visita que fez a dita escola, notou que havia ordem, regularidade, boa frequência e aproveitamento das alunas. Apesar de não ter a dita professora os livros especiais destinados as escolas, suprimiu-os perfeitamente com cadernos escriturados regularmente, onde esta comissão verificou que sua frequência é de 35 alunas e a matrícula de 53. (*apud* ALMEIDA, 1979, p. 315. Grifos meus)

A escola foi descrita como *acanhada* por ser instalada na sala, da casa habitada pela professora Petronila Maria Efigênia de Oliveira, já que a frequência era de 35 alunas. Segundo Almeida (1979, p. 313), as escolas de primeiras letras de Campina Grande, durante o século XIX e início do XX, funcionaram geralmente “em casas alugadas, impróprias, inconvenientes, sem nenhuma condição de conforto, sem atendimento ao mais rudi-

mentar preceito de higiene,” e o prédio iniciado em 1891, que seria destinado a uma escola pública, teria sido ocupado para outros fins.

Já em 22 de fevereiro de 1889, outra denúncia feita, desta vez vinda da vila de Patos, no jornal *Gazeta do Sertão*¹⁸, por Isidoro Ferreira dos Santos Peba que acusou o professor Ignacio Machado Netto de atacar com uma faca seu colega Salustiano Ferreira Gomes dos Santos. Aqui também há uma denúncia ao espaço de funcionamento das aulas:

Vejo-me obrigado a tomar parte nas lutas políticas desta pobre terra. Sou a isso forçado, desde que me ocorre o dever de vir dizer a verdade em público. Na descrição dos fatos, em que vou entrar, afim de que não sejam esquecidos, a ninguém denunciarei, a ninguém ofenderei. Meu único intuito é pedir justiça em nome da humanidade, não tenho esperanças de ser atendido, mas fica-me a consolação de ser aplaudido pelo público sensato. Nomeado professor interino para a cadeira desta vila Ignacio Machado Netto, *faltou desde logo, a sua primeira obrigação, a de estudar o regulamento*. Assim é que esqueceu ou ignora o que preceitua ele a propósito do encerramento e abertura das aulas em épocas fixas; nem se recorda talvez da data 14 de janeiro. *Também não sabe que a aula deve funcionar em sala espaçosa e não em um quatinho a todos os respetos inconvenientes*. Será falta de prática ou conhecimentos? Não exijo que se mande syndicar desses fatos: eles são de pouca monta. Mas peço a atenção de todas as autoridades para o que se segue. Em dias de novembro do ano findo convidou o professor Ignacio Netto a um seu amigo, Salustiano Ferreira Gomes

18 O jornal *Gazeta do Sertão* começou a circular em Campina Grande em 1888, com publicação semanal, definindo-se como um órgão democrata, tinha como diretores I. Joffily e F. Retumba. De 1888 a 1891 temos em: [memoria.bn.br](#).

dos Santos, para palestrar em sua casa a noite. Na ocasião em que este sentou-se em pleno escuro, pois de propósito ou não, não havia luz na sala, louco e furioso, atirou-se o professor sobre o amigo, de faca em punho. Felizmente o golpe falhou; e, depois de alguns momentos de luta, o Sr. Salustiano pôde retirar-se são e salvo. E se tivesse sucumbido, o que aconteceria ao agressor? Nada provavelmente, com a bela história que contou, tudo lhe seria perdoado. Providências Exmo. Sr. Presidente da província! Se venho a imprensa, é porque se diz que, tendo de ir a concurso a cadeira desta vila, o nosso professor, fiado na proteção que goza, é a ela candidato. Não convém aos interesses desta vila que semelhante escândalo se realize: seria entregar as pobres crianças a fúria de um insensato. Todos sabem que o professor Netto é inteligente, gramático, aritmético, astrônomo, francês, ladino, latino, católico, que ajuda a missa e faz discursos decorados, etc, etc, mas esta vila dispensa os seus serviços. Nada de loucos ou idiotas. Espero providências. (GAZETA DO SERTÃO, 22/02/1889. Grifos meus)

A intenção de Isidoro Ferreira dos Santos Peba ao denunciar o professor Ignacio Netto, além de tornar público o assunto, era pedir providências ao presidente da Província diante do ocorrido e, também, impedir que o referido professor se candidatasse ao concurso para o provimento da cadeira, já que era interino no cargo. É interessante destacar, a preocupação de Isidoro em apontar elementos negativos na conduta do professor que é chamado de *louco, furioso, idiota, insensato* e, um deles, é o provável, segundo o acusador, *desconhecimento do regulamento*. Também reprova a conduta do professor de ministrar as suas aulas em um *quartinho*, não respeitando o que as normas prescreviam para o ambiente escolar. A gravidade da denúncia é tama-

nha que Isidoro Peba diz não ser necessário apurar o desrespeito no tocante a abertura e encerramento das aulas ou o local de seu funcionamento, exigindo que o poder público provincial tomasse as providências pela tentativa de assassinato.

As denúncias contra o uso do espaço doméstico eram frequentes. Em uma correspondência publicada no jornal *O Liberal Parahybano*, em 14 de outubro de 1882, o professor Olintho Odo-rico de Paiva, da vila de Itabaiana, se defende das acusações que teria sofrido:

Fui acusado no jornal Conservador de ser um professor vadio, e que não cumpro com os meus deveres; pois bem desafio ao correspondente, que bem parece ser um indivíduo de cabeça escaldada que se nutre de maldizer a seu próximo, que recorra a secretaria da instrução pública, para saber quantos alunos matriculados existem na aula pública do sexo masculino desta vila, e caso não se dê créditos dos mapas, que tenho remetido aquela secretaria, venha a minha aula para ver com seus olhos, se ela é frequentada por mais do duplo de alunos ao que marca o regulamento em vigor. O professor não está proibido por lei de, nas horas vagas, empregar-se de seus deveres domésticos, e em algum divertimento, com tanto que não falte as suas obrigações. Ninguém me viu ainda com mesa de jogo dentro da aula, chamando para ele os meus alunos. Ninguém me vê andar pelas tavernas (mercê de Deus) saudando o Deus Baco, praticando atos indecentes, a que são arrastados aqueles que são devotos dele. (O LIBERAL PARAHYBANO, 14/10/1882)

Pela resposta dada, provavelmente, o jornal *O Conservador*, o acusou de ter em sua sala de aula, mais do dobro de alunos

matriculados, não respeitando o que prescrevia o artigo 157 do Regulamento 25 de 30 de agosto de 1881. Também o denunciou, por manter mesa de jogo dentro da aula, convidando os alunos para jogar e por frequentar tavernas e se entregar a embriaguez. Práticas moralmente reprovadas para um professor e para um ambiente educacional.

A educação escolar como promotora de uma nova sociedade, esteve presente nos discursos e debates na Parahyba do Norte Oitocentista. Assim, diferentes saberes e práticas estiveram presentes nessas construções discursivas, que objetivavam auxiliar na formação de uma Província civilizada. A medicina, que para Foucault (1999, p. 302) “é uma técnica política de intervenção, com efeitos de poder próprios”, se colocou como um dos pilares responsáveis por essa edificação, em nome da ordem, do progresso e da razão. Regulamentar a sociedade, normatizar o corpo-organismo, governar a população, finalidade e instrumento de uma nova forma de governamentalidade. As instituições, como escolas, permitiram exercer uma forma específica de poder, que tinha como alvo a coletividade, um novo tipo de racionalidade governamental, a biopolítica. Para Foucault:

[...] uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e “deixar” morrer. (1999, p. 287)

Com novas configurações das relações de poder em cena, a doença, que segundo Foucault (1999, p. 291) “é um fenômeno de população”, ganhou destaque nas preocupações administrativas que, apoiando-se em saberes como a medicina, passaram a gerenciá-la, e *fazer viver* era um caminho na ordenação e prevenção dessa coletividade. Monopolizando diferentes instâncias da vida, planejando o urbano, normatizando as instituições, a população, a ordem médica ocupou uma posição de destaque na promoção da saúde e na prevenção das doenças.

Como visto, ao longo do século XIX, as normas de natureza médica estiveram presentes na fabricação de uma concepção de educação escolar. Limpar a casa de escola, varrer a sala todos os dias, manter as janelas abertas, fazer o ar circular, lavar o rosto e as mãos, fazer revistas de asseio nos alunos, ser vacinado e provar não ter moléstia contagiosa, construir edificações amplas, arejadas, ensolaradas, calmas e higiênicas, abastecidas de materiais, utensílios e água, edificações separadas da privacidade do lar dos professores. Essas são algumas das prescrições encontradas na legislação vigente, nas reclamações dos presidentes da Província da Parahyba do Norte e dos diretores da Instrução Pública, e nas discussões e debates dos que defendiam uma educação escolar higiênica e higienizadora.

Nesse percurso, a mensagem da higiene, indicada pela medicina, também esteve presente nos compêndios escolares. O *Livro do Povo*, adotado na Província da Parahyba do Norte em 1865, continha instruções da ordem médica e as escolas primá-

rias eram vistas como importantes espaços de circulação dessa mensagem.

A HIGIENE NO COMPÊNDIO O LIVRO DO POVO (1865)

Na Parahyba do Norte, em 4 de junho de 1864, o jornal *O Publicador*, na seção de anúncios, indicou o compêndio *O Livro do Povo*, de autoria de Antonio Marques Rodrigues¹⁹, “obra ornada com muitas gravuras e contendo as seguintes matérias: *Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, O vigário, O professor primário, O bom homem Ricardo, Moral prática, Quadrúpedes úteis, Receitas necessárias, Da higiene etc*”. (O PUBLICADOR, 04/06/1864)

¹⁹ Segundo informações contidas na obra, Rodrigues era formado em Direito, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, sócio do Instituto Dramático e Literário de Coimbra, sócio correspondente dos Institutos Arqueológico e Geográfico Pernambucano e Histórico da Bahia, inspetor de Instrução Pública do Maranhão, professor e deputado provincial por várias legislaturas.

Imagem 13 – Capa do Compêndio *O Livro do Povo* (1865)



Fonte: Disponível em: lemad.fflch.usp.br. Acesso em: 02 de julho de 2014.

O livro estava a venda na casa de Antonio Vicente de Magalhães e Cia, na rua do Varadouro, na cidade da Parahyba. Segundo o anúncio, pelo *merecimento do assunto* e baixo preço, a aceitação da obra era positiva ao ponto de já ser adotada para o uso nas escolas primárias do “Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco, e recomendada ao povo a sua leitura pelos Exms. Srs. D. Luiz, bispo do Maranhão, e D. Manuel, arcebispo da Bahia”. (O PUBLICADOR, 04/06/1864)

Havia uma exigência, segundo o Artigo 95 do Regulamento da Instrução Pública da Província do Maranhão de 1855, que os livros com conteúdos religiosos fossem “submetidos à aprovação de um bispo diocesano” (COSTA, 2013, p. 67). E, como várias páginas do compêndio eram dedicadas a lições dos evangelhos, *O Livro do Povo* estava autorizado, segundo os órgãos competentes, a circular nas escolas. Essa recomendação feita pelo bispo do Maranhão e pelo arcebispo da Bahia foi utilizada para atestar a qualidade da obra, a autorização permitiria a adoção por parte das escolas e esse atestado estava impresso na capa do compêndio, uma estratégia usada com o intuito de uma aprovação cada vez maior pelas instâncias competentes.

Considerado pelo bispo do Maranhão, D. Luiz, como um livro *apropriado a educação moral da mocidade*, que encontrava-se *deserdada e carecedora de bons princípios e doutrinas sãs*, *O Livro do Povo* deveria ser adotado nas escolas, já que, na visão do bispo:

A matéria que ela contém, é a mais útil e importante, já pela sólida doutrina que encerra, por cuja falta sucedem tantos pecados na Igreja, se trai e aliena a pátria, e se es-

quece o culto; como porque, socorrendo a primeira idade, deve ser muito proveitosa para fortificar a débil razão dos meninos, enfraquecer as paixões nascentes e inspirando o horror ao vício, ensinar-lhes o temor a Deus, que, quando a razão não abandone a idade subsiste, como diz o sábio, muito tempo no coração do homem. (*apud* RODRIGUES, 1865, p. 7-8)

Enfatizando a importância da educação moral, patriótica e religiosa para alicerçar a formação das crianças, o bispo do Maranhão defendeu a utilização do compêndio nas escolas primárias do Brasil.

Em 1865, foi publicada a 4ª edição da obra e consta a informação que o livro passou a ser adotado também nas escolas primárias da Parahyba do Norte e Piauí. Segundo Costa (2013), *O Livro do Povo* circulou em várias províncias do Brasil e também em Portugal e na Inglaterra. A divulgação nos anúncios de jornais mostra essa circulação e, como o Maranhão foi um importante centro editorial em meados do século XIX, destacando-se pela qualidade nas impressões e pelo baixo preço dos livros, a obra do maranhense Antonio Marques Rodrigues, é fruto desse contexto favorável. Além disso, como “o autor dispunha ainda de um capital social amplo, o que possibilitou o seu contato com livreiros de várias províncias” (COSTA, 2013, p. 171), a exemplo de Antonio de Magalhães e Cia da Parahyba, a comercialização da obra foi grande. De 1868 a 1873, por exemplo, circularam cerca de 11.069 exemplares do compêndio, que somados aos 4.433 distribuídos pelas escolas públicas, totalizam 15.502. Com nove edições publicadas, a primeira em 1861 e a última datada de

1881, o livro era indicado não só para a instrução primária, mas para a educação da população em geral. (COSTA, 2013)

Os compêndios publicados na Província do Maranhão em 1866, eram vendidos por valores que variavam entre 600 réis e 2.000 réis e, “nesse mesmo ano, uma assinatura trimestral do *Publicador Maranhense*, de tiragem diária, custava 4\$800, ou seja, com esse mesmo valor era possível comprar 4 livros” (COSTA, 2013, p. 53). Já *O Livro do Povo*, era vendido nessa época pelo preço de 800 rs. Além do preço acessível, há informações que muitos exemplares foram distribuídos gratuitamente no interior do Maranhão, contribuindo com a circulação desse impresso.

Com 253 páginas, divididas em 14 lições, a obra abordava assuntos diversos como: 1- Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo, 2 – O vigário, 3 – Fábulas, - 4 – O bom homem Ricardo, 5 – Quadrúpedes úteis I, 6 – O professor primário, 7 – Moral prática, 8 – Evangelho de Lavradores, 9 – Quadrúpedes úteis II, 10 – Simão de Nantua, 11 - Máximas e sentenças, 12 – Da higiene, 13 – Receitas necessárias e 14 – O Brasil. Pela organização do livro, houve uma preocupação do autor com os programas de ensino da época, visto que, *O Livro do Povo* poderia ser utilizado em disciplinas como *Leitura e escrita, Instrução moral e religiosa*, dentre outras comuns nesse período. Também houve a intenção de difundir conhecimentos considerados importantes para a formação dos educandos. O livro está dividido em duas partes: 1- Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo e 2- Assuntos diversos, em ambas as partes, há o estímulo a regras de civilidade, ao patriotismo, a justiça, a higiene, bem como a difusão de condutas pautadas

em sentimentos como amizade, bondade, perdão, paciência, coragem, etc.

Na Província da Parahyba do Norte, desde o Regulamento de 1849, a *Instrução moral e religiosa* era indicada e, um ano antes do compêndio *O Livro do Povo* ser adotado, disciplinas como *Leitura e escrita*, *Doutrina cristã*, *Noções elementares de história sagrada*, *Noções do evangelho*, passaram a fazer parte da programação escolar a partir da publicação da Lei n. 178, de 30 de novembro de 1864, legislação essa, que dividiu a instrução primária em elementar e superior²⁰. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 42)

A higiene é um dos temas abordados no compêndio, o que mostra que a temática ganhava representatividade também nas escolas. Com o capítulo intitulado *Da higiene*, Rodrigues chama a atenção para os *principais preceitos higiênicos* que deveriam ser *decorados pelos meninos*, já que esse ramo da medicina teria por finalidade *conservar a saúde*. O autor traz, em forma de *rifões rimados*, a compilação feita por F. Felipe Leite, sobre: 1 - *Do ar e dos aposentos*, 2 - *Do vestido e do asseio*, 3 - *Alimentos e bebidas*, 4 - *Do exercício e do repouso*, 5 - *Sensações e paixões* e 6 - *Generalidades*. Os provérbios foram selecionados com o intuito de inculcar nas crianças hábitos considerados saudáveis e civilizados. No tópico 1, por exemplo, há máximas como: “[...] Areja o quarto da cama, que ar impuro a peste chama. [...] Donde sentires mau cheiro,

20 De acordo com Cury (2006, p. 53), “nessa ocasião foram criadas as escolas de ensino superior que corresponderiam ao ensino secundário e a Escola Normal ‘onde se habilitem as candidatas ao magistério.’ A instrução superior, entretanto, já era promovida nessa província pelo Liceu Paraibano, em funcionamento desde 1836.” A autora salienta que a efetivação da Escola Normal só ocorreu em 1884.

foge logo e bem ligeiro” (RODRIGUES, 1865, p. 232). As rimas enfocam discussões da ordem médica muito presentes na segunda metade do Oitocentos na Província da Parahyba do Norte e no restante da nação (Ver anexo 2), e a intenção era promover a saúde dos alunos, da instituição escolar e da sociedade como um todo.

Além da preocupação com a pureza e circulação do ar e com a higiene do espaço habitado e seus arredores, o asseio do corpo é exemplificado com a associação da higiene com a beleza, a saúde, a força e a decência: “Traz a todos a limpeza, saúde, força, lindeza – Deves lavar, cada dia, a cara com água fria [...]. Penteia-te, e limpa os dentes, conserva as unhas decentes. [...] Quem não lava e esfrega os dentes, tem-nos podre e indecente” (RODRIGUES, 1865, p. 233). Somando-se ao asseio corporal, é ressaltada a importância da utilização de roupas e sapatos confortáveis: “Tem calos, e anda aleijado, quem traz sapato apertado – Espartilho muito estreito, causa moléstia de peito”. (RODRIGUES, 1865, p. 233)

A alimentação também entrou no leque dos provérbios selecionados e a mastigação, a indigestão, alimentos saudáveis e bebidas, compõem as preocupações do tópico, já que, “para quem ainda é pequeno, vinho e licor é veneno” (RODRIGUES, 1865, p. 233). Há a indicação de refeições moderadas e com pouco uso do açúcar, pois “morrem de fome raríssimos, de fartadelas, muitíssimos – Com o comer mal mastigado, muitos se têm engasgado. Não faz boa digestão, comer com sofreguidão [...].

São de açúcar muito amigas, as malditas das lombrigas”. (RODRIGUES, 1865, p. 234)

A importância dos exercícios físicos e do repouso é um tema presente e há uma associação entre estes e o estudo: “Faz exercício diário, estuda o que é necessário. Tão preciso é descansar, como brincar e estudar. [...] Menino que muito dorme, fica doente ou disforme. [...] Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer” (RODRIGUES, 1865, p. 234). Nesse tópico, as rimas estimulam a inclusão dos exercícios físicos diariamente, o respeito ao descanso, ao estudo, a adoção de costumes como acordar e dormir cedo, a utilização da cama apenas para dormir e, nesse incentivo a movimentação, brincadeiras ao ar livre como *pêla e peão*. Porém, nesse período, a legislação provincial não faz menção a nenhum tipo de atividade física para os educandos.

No tópico sobre *Sensações e paixões*, o autor enfatiza a necessidade do respeito ao próximo, condena a preguiça, o barulho, a crença em bruxas, sonhos, agouros, etc. Por fim, com o título *Generalidades*, alguns rifões rimados para serem decorados:

Nunca durma com os gatos, nem passos dêsem sapatos.
[...] Reter a urina em rapaz, dor de pedra e areias faz. [...] Se as unhas usar roer, podes os dedos perder. Lerás a luz natural, mas pouco a artificial. Muito cuspir é um vício, que nunca fez benefício. Outro vício é o fumar, que te há de prejudicar. [...] Faz quando manda o doutor, quando não, será pior. [...] Não finjas doente estar, pode-te Deus castigar. (RODRIGUES, 1865, p. 235).

A reprovação de alguns hábitos como roer as unhas e cuspir, denota uma preocupação não apenas com a saúde dos alu-

nos, também com a condenação de costumes considerados não civilizados. A excreção corporal deveria ser respeitada, a exemplo da urinária, que poderia ocasionar doenças caso fosse retida. Conselho que indica a atenção com o bom funcionamento do organismo, especialmente com as excreções fisiológicas. A luz natural é indicada para leitura e o fumo é condenado.

Assim, no compêndio *O Livro do Povo*, vários preceitos da ordem médica estão presentes, como: o cuidado com ambientes fechados e com água estagnada, a indicação da limpeza do corpo, do cabelo e dos dentes, a sugestão de uma alimentação moderada, diversificada e saudável. Os rifões rimados também revelam a importância dos exercícios corporais e do repouso, aconselhando os alunos a cultivarem hábitos considerados higiênicos e chamando a atenção dos mesmos para a obediência as indicações do médico. Segundo Rodrigues (1865, p. 253), “o Brasil ainda é novo para a civilização, mas não é atrasado pelo que respeita aos talentos e meios de adquirir instrução,” denotando a sua fala, crença na instrução proposta nesse período. Assim sendo, os cuidados com alimentação, banho, sono, exercícios, vícios, formação moral, dentre outros, indicam a amplitude do saber e da prática médica, que buscava articular, aspectos físicos, morais e intelectuais na formação de uma educação escolar.

As proposições do tópico *Da higiene* comungam com o modelo médico-higiênico francês adotado por alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como discutido anteriormente a partir da obra do Gondra (2004).

Quadro 8

Propostas Higienistas

Modelo Inspirado em M. Levy e A. Becquerel	Compilação de Rifões Rimados por F. Felipe Leite Utilizada em <i>O Livro do Povo</i>	Propostas do Tópico <i>Da Higiene</i>
<i>Circumfusa</i>	Do ar e dos aposentos	Fazer o ar circular, manter distância de água estagnada e mau cheiro, ter cuidado com ambientes fechados, etc.
<i>Applicata</i>	Do vestido e do asseio	Manter o asseio do corpo, cabelo, unhas, dentes, não usar sapatos e roupas desconfortáveis, etc.
<i>Ingesta</i>	Alimentos e bebidas	Ter uma alimentação saudável e moderada, manter boa mastigação, beber água e evitar bebidas alcoólicas, etc.
<i>Gesta</i>	Do exercício e do repouso	Fazer exercícios diariamente, respeitar os horários de descanso, brincar ao ar livre, etc.
<i>Excrecta</i>	Generalidades	Não dormir com gatos, não tomar banhos quentes, não reter a urina, não cuspir, etc.
<i>Percepta</i>	Sensações e paixões	Evitar a preguiça, não acreditar em sonhos ou agouros, crer em Deus, etc.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das discussões feitas por Gondra (2004) e Rodrigues (1865).

Há um diálogo entre o modelo médico-higiênico adotado por alguns médicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para a organização escolar, e o que foi indicado por Rodrigues no compêndio *O Livro do Povo*, para as escolas primárias. As prescrições giravam no mesmo sentido de conferir uma educação inte-

gral, isto é, física, intelectual e moral, encaminhada pelos higienistas.

O *Livro do Povo*, na lição 10 intitulada *Simão de Nantua*, que foi extraída do livro *História de Simão de Nantua*, de autoria de Mr. Jussieu, também contém ensinamentos da ordem médica: “Entendeis que o asseio seja coisa dispendiosa? Por ventura custa dinheiro o ar que entra na vossa casa, ou a água com que lavais o vosso corpo, e os vossos móveis?” (RODRIGUES, 1865, p. 223). Com essa indagação, o autor passa a explicar a importância da manutenção da higiene da casa, dos móveis, do corpo, do ambiente em geral, elevando a necessidade da circulação de ar e da utilização da água. Para evitar *um princípio de corrupção*, a higiene deveria ser uma *precaução natural e necessária*:

A ferrugem consome, e fura por fim a caçarola que ninguém esfrega; e a falta de asseio é também uma espécie de ferrugem que pode estragar o corpo e alterar a saúde. O sol dá luz a todos, o rio corre pra todos, e para todos circula igualmente o ar. Não há pois miséria que possa impedir-vos de lavar o vosso corpo, a vossa roupa, a vossa louça, e limpar os vossos móveis, e arejar e varrer a vossa casa. Se não o fizerdes, asseguro-vos que as imundícies na vossa pele hão de se converter em úlceras e bicharia; a falta de asseio há de estragar os vossos móveis, e produzir venenos nos vasos em que puseres a comida; a humidade e a falta de ar nas vossas habitações, vos exporá a muitas moléstias. As mulheres pertence particularmente o asseio de uma casa. Os trastes em desordem e empoeirados; a sala, os quartos, e a varanda cheios de ciscos e teias de aranha; e os vidros, as painéis, e os pratos emporcalhados são a condenação eloquente de uma dona de casa preguiçosa e imunda. (RODRIGUES, 1865, p. 224)

Com uma linguagem clara, falando diretamente para a população pobre e condicionando a promoção da saúde apenas aos cuidados que essa população viesse a tomar consigo, atrelando o meio social ao meio natural, os ensinamentos contidos no *Livro do Povo* condenavam a falta de asseio e indicavam meios para uma educação integral. Os ensinamentos veiculados no compêndio buscavam inculcar hábitos, modelar corpos e eliminar atitudes consideradas viciosas, tendo a infância como alvo prioritário, mas não esquecendo a população como um todo.

Todas as prescrições da ordem médica discutidas até aqui indicam a forte presença desse saber na constituição da educação escolar. No final do Império, elas permaneceram como poderosas armas no combate ao que estivesse na contramão da almejada civilização. Podemos observar a presença dos dispositivos de higienização no tópico seguinte, a partir, especialmente, das falas do médico e professor Eugênio Toscano de Brito, que traçou um panorama das condições de higiene escolar na Província, quando ocupou o cargo de diretor da Instrução Pública e foi solicitado que enviasse *elementos* para compor a Exposição Internacional de Higiene e Educação, realizada em Londres, no ano de 1884.

A PARAHYBA E A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE HIGIENE E EDUCAÇÃO EM LONDRES (1884)

Em 1884, o Brasil participou da *Exposição Internacional de Higiene e Educação*, realizada em Londres. Para Kuhlmann Júnior (2001, p. 9), as exposições “reservaram espaços privilegiados à educação e representaram momentos significativos para a sua

história”, estando a temática educação presente desde 1862, figurando como um dos mais importantes símbolos da modernidade. As exposições, surgidas no final do século XVIII, eram feiras nacionais ou internacionais, espetáculos de crença no progresso, onde as nações apresentavam-se com seus produtos, técnicas, invenções, compactuando com um ideário evolucionista. Com o tema educação em foco, o mobiliário escolar, os compêndios, os métodos de ensino, revistas, estatísticas educacionais, plantas arquitetônicas de escolas, dentre outras proposituras, passaram a se destacar nesses eventos.

Havia uma intenção didática e normalizadora nessas exposições públicas, que eram visitadas por centenas de pessoas e apreciadas por representantes de diversas nações. Eram espaços que estimulavam uma classificação da humanidade e o Ocidente era representado como o ápice da civilização. Elas serviam como vitrines da história do progresso, organizadas com o objetivo de exemplificar, instruir e divertir a população. As nações participavam com o intuito de competir, de ostentar as suas invenções, os seus modelos, objetos e produtos. Eram festas gigantescas, que ficavam abertas durante meses e proporcionavam aos visitantes, viagens longínquas sem sair do seu país. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001)

A organização de uma exposição carecia de um trabalho minucioso para que fosse um sucesso. Inicialmente, a nação que sediaria a feira, convidaria as demais para fazerem parte do espetáculo e esperava, com antecedência, a confirmação. Em seguida, a escolha do espaço que serviria de vitrine e os quesitos

que iriam compor a exposição, eram selecionados. Tudo pensado para que o evento fosse grandioso e apreciado por um número cada vez maior de participantes e visitantes. (SCHWARCZ, 1998)

No caso do Brasil,

por mais que tentasse apresentar suas invenções, foi sempre reconhecido 'pela floresta'. Mas pensemos um pouco mais sobre o caráter da presença brasileira nessas exposições. Para o Império, o papel delas era quase estratégico. Lá mostraríamos, além de nossas particularidades nacionais – o indígena, a mata, os produtos agrícolas, nossa face mais civilizada. (SCHWARCZ, 1998, p. 393)

Assim, a ideia era tornar o Império conhecido e apreciado por suas especificidades e, por isso, o imperador passou a investir nas exposições, na escolha dos produtos (café, guaraná, borracha, tabaco, açúcar, madeira, vegetais, produtos indígenas) que representariam a nação, e começou a financiar e organizar as exposições nacionais. Naquele período, segundo Schwarcz (1998), o imperador passou a investir mais nessas *festas do progresso*, buscando imprimir uma imagem civilizada da nação nos trópicos. Todavia, a imagem que ficava do Brasil no exterior, era a do seu exotismo.

Segundo o comissário Cypriano Fenelon G. Alcoforado, a *Exposição Internacional de Higiene e Educação* de Londres, aberta no dia 1º de maio e encerrada em 30 de outubro, foi visitada por cerca de 4.160.000 pessoas e o espaço reservado para o Brasil ficava na galeria central do edifício South Kensington:

Aí a nossa contribuição foi artisticamente colocada em dois estrados adornados com troféus de bandeiras brasileiras e armas do Império. Nesses estrados foram colocados os objetos da instrução primária e secundária da Corte, consistindo em trabalhos de agulha, bordados e flores de penas, livros de ensino e desenhos feitos por alunos das nossas escolas; bem como os desenhos mandados pelo Lyceu de Artes e Ofícios, álbuns, manuais do Instituto dos Meninos Cegos, e a coleção fotográfica dos nossos edifícios de educação. (LONDRES, Exposição, 1885, p. 3)

Nessa exposição, o Brasil foi representado apenas pelo Rio de Janeiro, e limitou a sua apresentação a *elementos de educação*, não enviando dados referentes a higiene. Aos visitantes da seção brasileira, foram distribuídas *notícias* sobre as escolas primárias e sobre os estabelecimentos de educação da Corte. Da premiação conferida aos expositores, coube ao Brasil três *Diplomas de Honra*, dedicados ao Governo Imperial, a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Rio de Janeiro e ao Lyceu de Artes e Ofícios da Corte.

A *Exposição Internacional de Higiene e Educação* foi dividida em seis grupos, cada grupo com um número de classe (apresentação), totalizando 54 classes, das quais 43 com apresentações sobre higiene e 11 com apresentações sobre educação.

Imagem 14 O Brasil na Exposição Internacional de Higiene e Educação em Londres



Fonte: brasilianafotografica.bn.br

Quadro 9

Exposição Internacional de Higiene e Educação de Londres (1884)

Grupo	Tema	Número de Classes
1º	Alimentação	12
2º	Vestuário	06
3º	Habitações e Ambulâncias	16
4º	Escolas	07
5º	Meteorologia em relação à saúde pública	02
6º	Educação	11

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados presentes no Relatório da Exposição.

A partir dos seis temas acima apresentados, que compunham a *Exposição Internacional de Higiene e Educação*, é que as nações foram convidadas a participarem do evento, devendo trazer *elementos* que exemplificassem cada um dos temas propostos.

No primeiro grupo, as exposições e discussões sobre *Alimentação* estavam dispostas em 12 apresentações. Destas, foram expostos animais e vegetais utilizados para consumo em vários países; substâncias animais e vegetais preparadas e conservadas em latas; alimentos produzidos por insetos, como o mel de abelha; bebidas alcoólicas e não alcoólicas como chá, café e cacau; comidas para recém-nascidos e inválidos; restaurantes e culinárias de diferentes regiões; química e fisiologia dos alimentos e bebidas; moléstias advindas de uma refeição imprópria, com desenhos de parasitas; dietas específicas para casas de refúgio, exército, marinha; aparelhos para conservar, conduzir e distribuir alimentos, bem como diversas publicações sobre o tema. (LONDRES, Exposição, 1885, p. 7-8)

Na exposição sobre *Vestuário*, os destaques foram as roupas para a prática de esportes, para salva-vidas e roupas a prova d'água. Exemplos de peles e penas também foram apreciados. Máquinas para fabricar diferentes artigos e coleções ilustradas que contavam um pouco da história do vestuário, compuseram a seção. (LONDRES, Exposição, 1885, p. 10)

No grupo intitulado *Habitações e ambulâncias*, modelos de ambulâncias e habitações foram expostos.

Quadro 10

3º Grupo: Casas de Habitação e Ambulâncias

Classe	Exposto
1	Modelos de casas de habitação, desenhos, espécime de edifícios, adequações e acessórios das moradas, peças completamente preparadas.
2	Encanamentos de água, suprimento, purificação, filtros, depósitos.
3	Esgoto, construção, ventilação, sentinas, alçapões, disposição e aproveitamento dos refugos.
4	Latrinas, mictórios, desinfetantes fluidos e pulverizados, inseticidas.
5	Fogões, grelhas, estufas, caldeiras para uso doméstico, aparelhos para ferver e aquecer água, consumo de fumaça.
6	Ventilação, guarda, passagem e purificação do ar, espaço cúbico dos quartos.
7	Aparelhos de iluminação elétrica nas casas e seu uso doméstico, medidores, baterias secundárias, eletrizadores, acumuladores; Aparelhos de iluminação a gás, medição, canalização, candelabros; Lâmpadas a óleo, óleos minerais, vegetais e animais, velas de cera e outras.
8	Aparelhos preventivos de fogo, engenhos portáteis, escapes domésticos.
9	Materiais de construção de casas sãs, tetos, paredes, preventivos de humidades, assoalhos, papéis e coberturas de paredes a prova de humidades, cimento.
10	Materiais sãos de decoração de casas, pinturas e papéis não venenosos, cobertas para assoalhos, decorações laváveis.
11	Objetos de decoração interna, uso das habitações, preparo e mobília.
12	Banhos e seus requisitos, lavanderias públicas e particulares, aplicações para própria limpeza.

13	Publicações e literatura, modelos e diagramas relativos a este grupo.
14	Máquinas e aplicações relativas ao mesmo.
15	Ambulâncias, socorro a doentes e feridos na guerra, transporte; Socorros a doentes e molestados em paz.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados presentes no Relatório da Exposição.

As maquetes das casas apresentadas tinham estilos diferentes, umas respeitaram “o estilo arquitetônico, a elegância, solidez e leveza das construções, outras o conforto e comodidade em ordem a higiene, conservação da saúde e prevenção de infecções e epidemias” (LONDRES, Exposição, 1885, p. 14). Outro destaque, os *arranjos sanitários*, foram bem visitados pelos *benefícios à saúde pública*. Segundo o relatório, o interesse no assunto foi despertado pela irrupção do cólera na França e Itália, nesse ano de 1884. Logo, a importância da água encanada, dos esgotos, latrinas, materiais de construção de casas, mobílias, tudo foi apresentado de acordo com os preceitos higiênicos. O grupo intitulado *Meteorologia em relação à saúde pública* não foi relatado pela comissão, segundo Cypriano Fenelon G. Alcoforado, por falta de conhecimentos no entendimento da área proposta.

Um dos grupos mais visitados na exposição foi o das *Escolas*. Nele, tanto os especialistas no assunto, como pais, famílias e a população em geral, estiveram atentos ao que foi exposto e discutido.

Quadro 11

4º Grupo: Escolas

Classe	Exposto
1	Desenhos e modelos de edifícios modernos de escolas elementares: escolas infantis e creches.
2	Aparelhos para aquecimento, ventilação e iluminação das escolas, latrinas, etc.
3	Arranjos especiais nas escolas para arrumar e secar roupa.
4	Cozinha e arranjo para a cantinagem das escolas, método de aquecer os alimentos dos meninos.
5	Precauções para impedir nas escolas a infestação de moléstias, enfermarias.
6	Aparelhos especiais para o ensino da física, ginástica, aparelhos para diversos exercícios.
7	Literatura, estatística, diagramas relativos a este grupo.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados presentes no Relatório da Exposição.

Nesse grupo, segundo a comissão brasileira, o maior aprendizado foi que “não basta adquirir a ciência, convém que ao adquiri-la não se prejudique a saúde, a força, o desenvolvimento físico” (LONDRES, Exposição, 1885, p. 16), isto é, a instrução deveria vir acompanhada de outras preocupações, não bastava adquirir conhecimentos, era importante e necessário que uma educação física, moral e intelectual caminhassem juntas. Assim, juntamente com os métodos de ensino, deveria vir a estrutura necessária para que as aulas se desenvolvessem da melhor forma possível, com mobiliário, materiais, aparelhos para exercícios físicos, cantinas, enfermarias, higiene e escolas com uma arquitetura adequada.

A instrução infantil era uma preocupação para os higienistas que, cada vez mais, debatiam e propunham projetos envolvendo educação e higiene. A construção de escolas, a inspeção médico-escolar, a importância dos exercícios físicos, a prevenção de doenças, a preocupação com a alimentação, água, circulação de ar, iluminação, banhos, vestuário, enfim, um leque cada vez maior de atuação.

O último grupo, intitulado *Educação*, contou com a participação de quase todas as nações presentes no evento, inclusive o Brasil. Com 11 apresentações, foram expostos trabalhos sobre escolas infantis e creches, escolas primárias, educação doméstica, ensino de ofícios e escolas técnicas. A apresentação do Brasil contou, além da exposição de bordados, trabalhos de agulha, compêndios, fotografias e desenhos elaborados por alunos das escolas do Rio de Janeiro, com a leitura de uma

excelente memória sobre o nosso sistema de educação, as leis que a regem, a intervenção que nela tem o governo, dando notícia circunstanciada das escolas públicas, seus edifícios, sua frequência, resultados obtidos, particularizando a educação elementar do Rio de Janeiro, o Lyceu de Artes e Ofícios, os Institutos dos Surdos-Mudos e Cegos. (LONDRES, Exposição, 1885, p. 23)

E, como “saúde e educação são as duas grandes forças do progresso dos povos” (LONDRES, Exposição, 1885, p. 15), a *Exposição Internacional de Higiene e Educação* foi um sucesso, tendo o seu objetivo maior sido alcançado, que era “o exame e estudo dos meios mais adequados ao completo desenvolvimento das fa-

culdades físicas e intelectuais da humanidade” (LONDRES, Exposição, 1885, p. 5). Conforme Kuhlmann Júnior:

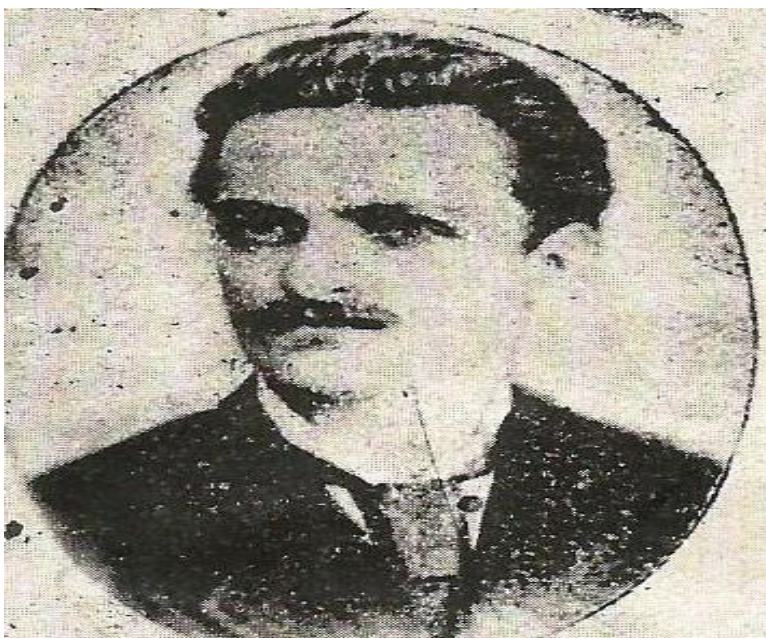
No período em estudo, marca-se a entrada triunfal da influência médico-higienista nas questões educacionais [...]. Na educação, essa influência foi um elemento constitutivo fundamental, presente em inúmeros aspectos. São vários os médicos que de algum modo redirecionaram suas atividades profissionais ou políticas à educação, como donos de escolas, membros de órgãos governamentais, pesquisadores, membros de associações dedicadas à educação popular, etc. (2001, p. 109-110)

Logo que recebeu o convite para participar desse grandioso evento internacional, o governo imperial solicitou aos presidentes de Província, que enviassem *elementos* para compor a presença da nação brasileira. Para Schwarcz (1998, p. 388), “nada combinava melhor com esse monarca que se auto representava como ‘moderno, cosmopolita e cidadão’ do que o espetáculo das exposições universais”. Nessa Exposição de Londres, como visto, o tema era Higiene e Educação e a Diretoria da Instrução Pública da Parahyba, na figura do médico e professor Eugênio Toscano de Brito, traçou um panorama das condições de higiene escolar na Província.

Eugênio Toscano de Brito (1850-1903) nasceu na cidade da Parahyba, onde fez seus estudos primários e os preparatórios. No Rio de Janeiro, estudou na Faculdade de Medicina, obtendo título em 1879. De volta à terra natal, dedicou-se ao magistério, a medicina e ao jornalismo, sua paixão. Exerceu os cargos de diretor da Instrução Pública, diretor da Escola Normal e do

Lyceu Paraibano, foi professor de diversas disciplinas, inspetor de Saúde Pública, vacinador provincial, cirurgião-mor da Província, dentre outras funções. Escreveu para a revista *A Ideia* e para o jornal *O Publicador*, fundou *A Gazeta da Paraíba* e *O Paraibano* (BARBOSA, 2009, p. 36). Como visto, Eugênio Toscano de Brito circulou entre os campos da medicina e da educação na Parahyba do Norte.

Imagem 14 – Dr. Eugênio Toscano de Brito



Fonte: Castro (1945).

O jornal *O Liberal Parahybano*²¹, em 31 de março de 1884, anunciou que a exposição tinha como objetivo conhecer, “não só os alimentos, o vestuário, a habitação, a escola e a oficina em to-

²¹ O referido jornal era um órgão do Partido Liberal, de tiragem semanal, que circulou na Província de 1879 a 1889, dirigido pelo Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello (BEZERRA, 1985).

dos os países, sob o ponto de vista higiênico, mas também os melhoramentos modernos nas escolas elementares [...]”. Também dedicou um largo espaço para elencar os *elementos de educação e higiene* que a Província poderia enviar, tais como: desenhos e modelos de escolas, aparelhos para aquecer, ventilar e iluminar, rouparia, cozinhas escolares, precauções para evitar o desenvolvimento de moléstias contagiosas nas escolas, enfermarias, aparelhos de ginástica, mobílias, livros de leitura, espécimes de trabalhos feitos nas escolas, pedagogia intuitiva, dentre outros exemplos. O jornal salientou que era, entretanto, “proibida a remessa de materiais inflamáveis e de toda e qualquer substância nociva,” e que nenhum *elemento* seria recebido em Londres depois do dia 15 de abril de 1884. (O LIBERAL PARAHYBANO, 31/03/1884)

Como diretor da Instrução Pública, Eugênio Toscano de Brito justificou a ausência da Província da Parahyba na *Exposição Internacional de Higiene e Educação*:

As nossas escolas públicas ainda ressentem-se dos primeiros dias dos tempos coloniais, com todos os seus defeitos e antigualhas; e os edifícios em que elas funcionam em quase toda a Província são *velhos pardieiros sem ventilação apropriada, sem meios higiênicos*, e impossíveis para o mestre escola funcionar nos tempos invernosos. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 61. Grifos meus)

Edifícios velhos, em ruínas, pardieiros, esse é o início da situação relatada pelo diretor para justificar o não envio de *elementos sobre higiene e educação* para a referida *Exposição Interna-*

cional. Para ele, “infelizmente nesta Província nada, absolutamente nada há que possa servir para dita exposição, a não ser para mostrar o nosso atraso em matéria de ensino e educação” (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 61). O documento enfatiza a falta de asseio, de utensílios, de cômodos, “princiando por esta Capital, as aulas públicas funcionam em casas más, em pequenas salas onde se aglomeram 50, 80 e mais alunos”. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 60)

Eugênio Toscano de Brito ainda chamou a atenção para os perigos enfrentados pelos alunos que tem que passar *horas sentados* em um ambiente *pequeno*, respirando um *ar viciado*, suportando *altas temperaturas*. Segundo o diretor, a situação somente tendia a piorar, pois os proprietários não faziam melhorias nas habitações e canos de esgotos danificados inundavam as salas e concorriam com as goteiras. Preocupações da ordem médica vão, dessa forma, penetrando o cotidiano escolar e a higiene é apresentada sempre como condição indispensável para a sua organização.

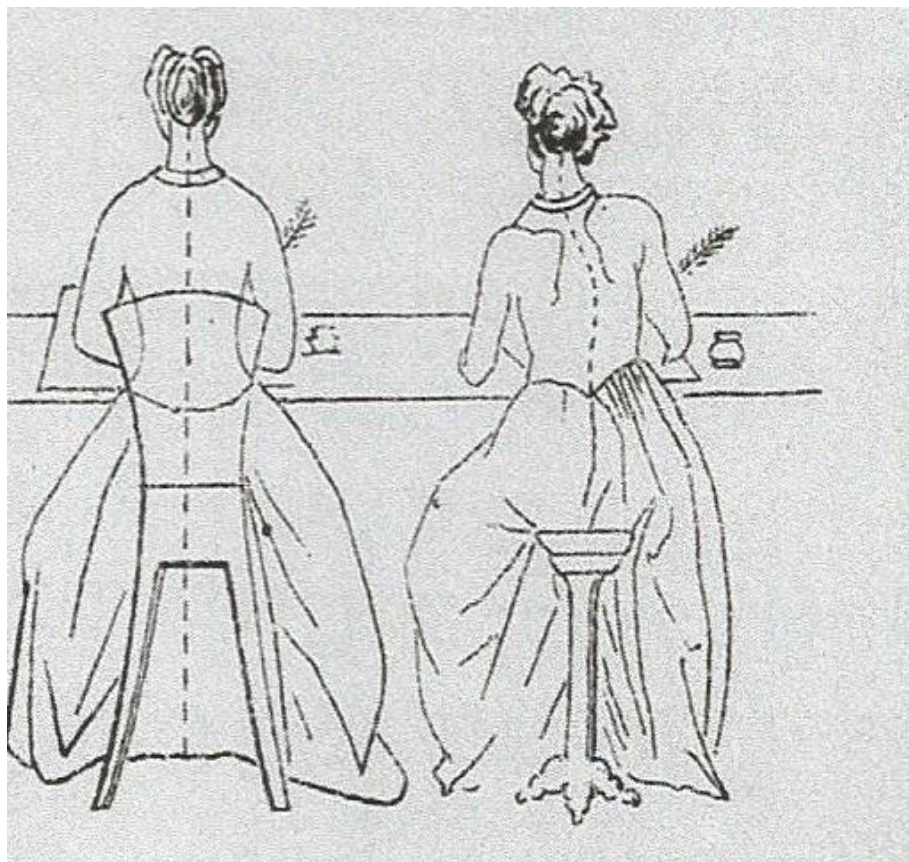
Como podemos perceber, variados elementos vão compondo o seu argumento, além da higiene do ambiente e de espaços amplos para acomodar os alunos, o diretor, que se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, fez menção a temperatura da sala, a umidade das paredes no inverno, a preocupação com a coluna vertebral dos alunos que passariam de cinco a seis horas sentados sem intervalo. Também questionou a mobília, a arquitetura, a topografia, que eram apontados por ele como re-

quisitos que deveriam ser pensados para o bom desenvolvimento da instrução na Província. O médico ressaltou que:

A mobília das escolas não passa de velhos e pesados bancos de madeira sem comodidade alguma para os meninos, que passam assim, 5 e 6 horas por dia em posição assaz incômoda e fazendo equilíbrio sobre a coluna vertebral. E o que direi sobre o método de ensino? ! ... (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 61) Em *A Mãe de Família*²², a mobília escolar foi tema de um artigo do Dr. Léon Fournol, em maio de 1882, sobre os meios de evitar os desvios da coluna vertebral.

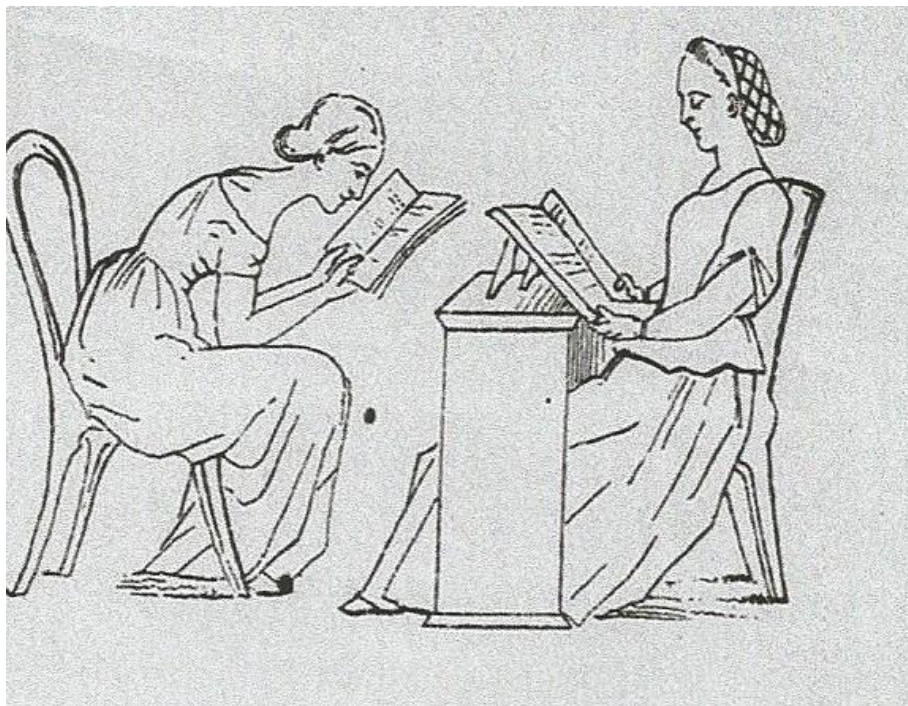
²² O periódico publicado quinzenalmente no Rio de Janeiro, tinha como redator principal o médico Carlos Costa, especialista em moléstias das crianças, e se apresentava como “científico, literário e ilustrado”, tendo como preocupações a “educação da infância e higiene das famílias”.

Imagem 15 - A Escrita

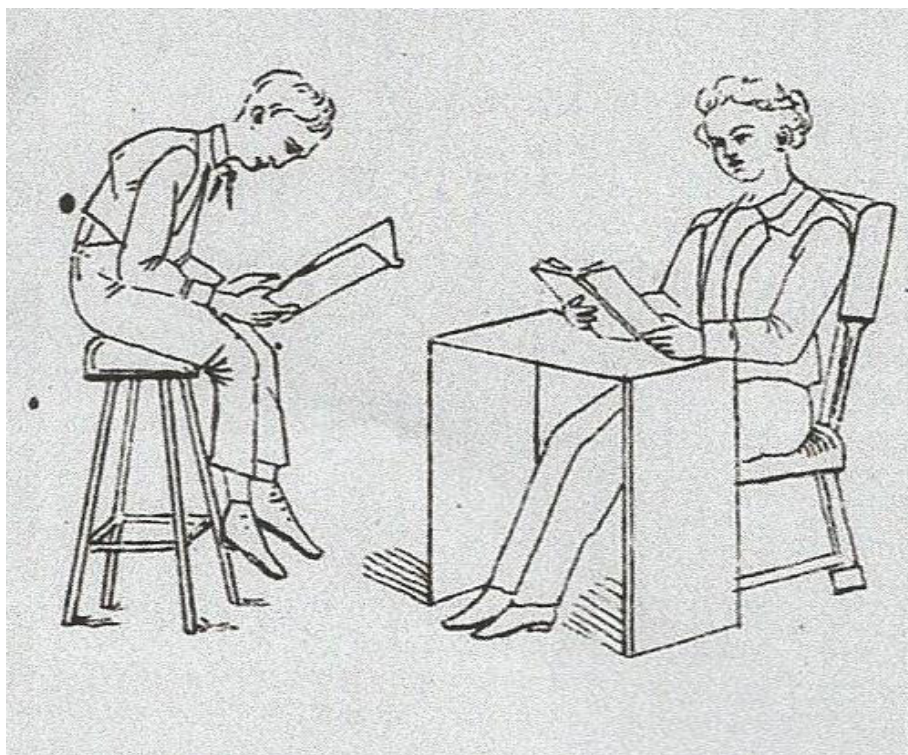


Fonte: Fournol (1882, p. 61).

Imagem 16 - A Leitura



Fonte: Fournol (1882, p. 61).



Fonte: Fournol (1882, p. 61).

Na discussão, o médico afirmou que a mobília das escolas era *essencialmente defeituosa*, podendo acarretar problemas de saúde. Com a coluna vertebral envergada, como consta na imagem 15 e 16, o aluno dificultaria a circulação nos membros inferiores e as funções digestivas. Para ele, os professores, ao tomarem a leitura ou solicitarem a escrita, não se preocupavam com a correta posição ocupada pelos alunos nos bancos e cadeiras disponíveis nas escolas, multiplicando uma *prática detestável*.

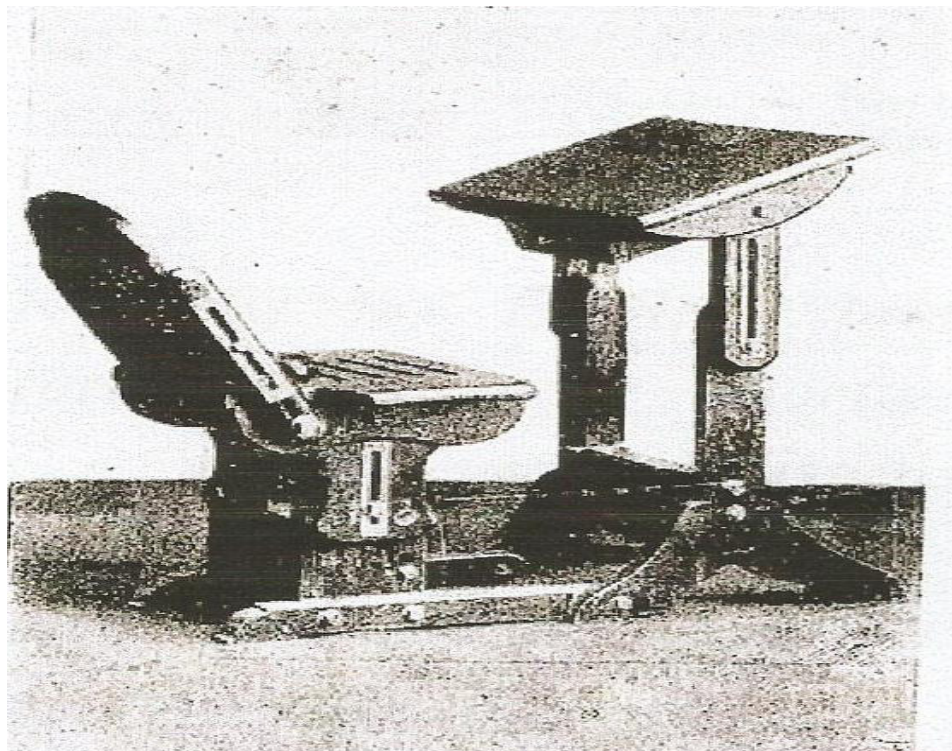
Segundo o Dr. Fournol,

é muito fácil remediar este nocivo estado de coisas; dar as crianças uma mesa carteira ligeiramente inclinada sobre a qual os dois braços possam apoiar-se de maneira a manter o corpo em equilíbrio; uma cadeira com costa larga na qual a parte lombar da coluna fique bem acomodada; recomendar uma ligeira obliquidade do papel e não fazer durar muito as lições de escrita: tais são os principais meios de obter bons resultados. (1882, p.61)

Logo, se as escolas adquirissem uma mesa carteira, isto é, um utensílio que servisse para sentar, acomodando as costas e apoiando os braços para escrever, facilmente esses problemas seriam resolvidos. Assim, a parte inferior do tronco seria sustentada satisfatoriamente, as pernas dobrariam em ângulo correto, os pés tocariam o chão, a coluna ficaria apoiada e as dores e fadigas provocadas por uma postura errônea, seriam evitados.

Essa preocupação com a coluna vertebral dos estudantes que permaneciam sentados por horas na sala de aula, foi tema de uma matéria no *Anuário do Ensino* de 1895, que trouxe a publicação de um modelo denominado *banco carteira*, de autoria do professor Amando Vidal. Com a reprodução da imagem, vem uma matéria assinada pelo Dr. Menezes Vieira, que é organizador do referido *Anuário*, sobre a importância de um *aparelho banco escrivantina* para os alunos que passam *horas na sala de aula sentados*.

Imagem 17 - Banco Carteira do Professor Amando Vidal



Fonte: Anuário do Ensino (1895).

O banco é indicado por ser considerado higiênico, prático, econômico e, favorável à disciplina escolar:

1 - É higiênico, porque pode ser fácil e comodamente adaptado a qualquer aluno de 7 a 13 anos de idade; 2 - É favorável a disciplina escolar, porque pertence ao sistema individual e suas peças, uma vez fixadas pelo professor, não podem ser deslocadas pelo educando; 3 - É sólido, elegante, de fácil conserto e transportável em pequeno volume; 4 - É asseado, porque a disposição do tinteiro permite retirar apenas o líquido indispensável e facilita a frequente e completa limpeza do vaso; 5 - Finalmente, deve ser econômico,

porque todas as peças podem ser feitas em qualquer serra-
ria de primeira ordem.

O banco foi apresentado como útil por acomodar o aluno de forma adaptada a sua idade escolar, ao seu tamanho, uma preocupação que passou a ser pensada e discutida. Também era indicado por ser um utensílio limpo e de fácil higienização, prevenindo, assim, possíveis contaminações ou contatos indesejados.

Comungando desse ideário, o médico e professor Eugênio Toscano de Brito, denunciou que, além de passar de *5 a 6 horas por dia sentados*, na mesma posição, os alunos têm que suportar a *pressão de um calor muitas vezes insuportável*. Salas pequenas, com a quantidade de alunos que vai de *50 a 80*, segundo o diretor, “*não é exagero o que digo, estes fatos deram-se na 2ª e 3ª aulas públicas desta cidade*” (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 60), o ambiente tornava-se pesado e o ar corrompido, pelo elevado número de estudantes e pelas altas temperaturas enfrentadas, contribuindo para a insalubridade do espaço, um ambiente educacional hostil à saúde, pela presença de agentes patológicos. Para Brito, não era somente isso:

Depois de celebrado o contrato com a província, o proprietário julga-se eximido de fazer o menor conserto [...]. No fim de pouco tempo o ladrilho, já velho e estragado, desaparece; os canos para esgoto das águas pluviais estragam-se e inundam as salas; as goteiras vem por sua vez fazer a eles concorrência nesse *debreio*, e as paredes umedecidas de cima a baixo atestam até a volta do verão a inundaçã

que passou. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1884, p. 60.
Grifo do autor)

Na época do inverno, as casas de escola, sem estrutura decente, ficariam úmidas, com goteiras e, com a invasão das águas da chuva, os professores eram obrigados a dispensar os alunos. Já no verão, com salas lotadas, as altas temperaturas deixariam o ambiente insuportável. Para ele, como os proprietários não faziam os devidos consertos, quando solicitados respondiam que *a Província que é rica que faça*, ficava a educação escolar prejudicada.

Por isso que uma organização da instrução que levasse em consideração as normas médicas foram apresentadas como de fundamental importância. Assim, o diretor ressaltou que confiava no regulamento da instrução pública que estava para ser publicado, se referindo, portanto, ao regulamento de 1884, discutido anteriormente.

Ao justificar a ausência da Província da Parahyba do Norte no envio de elementos para a *Exposição Internacional de Higiene e Educação*, Eugênio Toscano de Brito apontou as carências enfrentadas pela instrução, especialmente no tocante a higiene, visto que, na sua impressão como médico, a educação escolar estava doente. No seu relato, reclamou por prédios com acomodações saudias, ou melhor, com ar em abundância, claridade, dimensões adequadas, com assoalho e telhado regulares, janelas, cômodos suficientes, sem umidade, goteiras ou altas temperaturas. Escolas com utensílios adequados e móveis cômodos, respeitando a idade dos alunos.

Denunciando as condições a que estavam sujeitos os educandos, o médico indicava como imprescindível, as regulamentações de natureza médica. Logo, o edifício escolar, a aula, a mobília, a higiene do/no espaço de ensino, as doenças escolares, enfim, uma abrangência de condições legitimava a intervenção médica no campo pedagógico.

Em 1889, a revista de tiragem mensal da Associação do Professorado Catarinense, denominada *Professor*, em seu primeiro número, dedicou duas páginas ao tema *Higiene na escola*, tendo na comissão redatora o Dr. Luiz Augusto Crespo, Dr. Paula Guimarães e Fausto Augusto Werner. Segundo o periódico, a higiene das escolas é assunto que merece toda a atenção, mas tem sido descuidado, já que desde a escolha da casa onde as aulas se desenvolvem, passando pela mobília, material, programa, método, *tudo está em desacordo com o que determina a higiene*. As escolas são descritas como *verdadeiros atentados contra os preceitos da ciência*, por ignorarem a higiene, *essa ciência admirável e utilíssima*. Assim,

não há espetáculo mais desanimador do que o de uma escola entre nós. Em uma sala, quase sempre acanhada, escura, mal ventilada, acumulam-se as crianças voltadas para o *martírio da imobilidade*, *sentadas em bancos trôpegos*, *escrevendo mal em carteiras uniformes*, *que tanto servem aos de maior como aos de menor idade*, *obrigando-se a posições viciosas e conseqüentes deformações crônicas*. (CRESPO; GUIMARÃES; WERNER, 1889, p. 2. Grifos meus)

Além das preocupações com o tamanho do espaço, com a circulação de ar, com a higiene do ambiente, outras questões eram debatidas, como a importância de uma mobília adequada a

idade escolar, o cuidado com a coluna vertebral, ou a indicação da atividade física:

Nunca recebeu mais alta confirmação do que hoje que a higiene exuberantemente provou os graves inconvenientes do sistema de educação que procura desenvolver a inteligência a custa do corpo, obrigando-se o cérebro a excessivo trabalho e deixando-se de parte os *exercícios físicos indispensáveis a uma idade em que a fisiologia exige o movimento para o pronto e fácil desenvolvimento das funções físicas*. Daí o favor com que são apregoados os exercícios ginásticos nos colégios e o clamor dos médicos e dos pedagogistas contra o excesso de trabalho intelectual, cujo resultado, definhamento do corpo e embotamento da inteligência. (CRESPO; GUIMARÃES; WERNER, 1889, p. 3. Grifos meus)

As proposições médicas para a educação escolar revelam a abrangência do seu raio de ação. Nesse universo, a medicina passou a infundir normas que iam do ato de lavar as mãos aos cuidados ortopédicos. Diagnosticando doenças contagiosas, orientando a materialidade do prédio da escola, indicando os cuidados com o corpo e as roupas, divulgando a importância da vacinação, produzindo saberes e poderes, a ordem médica foi consolidando um discurso higiênico sobre a educação escolar.

No Império, a doença começou a ser vista como um problema social, para tanto, eram necessárias autoridades legítimas, para lidar com a prevenção das enfermidades e a promoção da saúde. O mundo urbano, com suas instituições, seus estabelecimentos, sua população, foi diagnosticado como passível de re-

gulamentações e a medicina, passou a impor, através de lutas políticas, seus saberes e práticas.

Nesse percurso, assumiu um papel pedagógico, já que havia a necessidade de difusão dos seus conhecimentos. A medicina social tinha os olhos abertos para o homem, ele era considerado figura fundamental, ele habitava o urbano, dele os problemas decorriam, por isso representava perigo e deveria ser moldado pela norma médica. O bem-estar físico, moral, intelectual e social dependeria dessa ciência, que deveria auxiliar no diálogo entre os fatores de ordem social e natural, vistos como produtores de doenças (MACHADO et al., 1978). Assim,

incidindo na esfera pública e privada, a higiene buscava, com essa expansão e grau de detalhamento, justificar seu apelo em se fixar e ser reconhecida como o ‘mais belo florão’ da medicina, apresentando-se como racionalidade que ao recortar o homem em si, nas várias relações com os demais e com o mundo do trabalho, tornava claro que pouco ou nada deveria ser deixado fora de seu alcance. (GONDRA, 2003, p. 29)

Ao longo do capítulo, apresentei normatizações da ordem médica que foram debatidas e prescritas para a educação escolar e deveriam auxiliar na fabricação de uma sociedade produtiva, ordeira, hígida e civilizada. As crianças aprenderiam novas condutas e a escola não deveria ser apenas um lugar para aprender a ler, escrever e contar, essa instituição poderia dar frutos maiores, “regenerando” uma parcela da população que seria o futuro da nação. Nesse percurso, a escola poderia ser um espaço onde um

verdadeiro ritual de higiene moldaria a infância e um modelo hígido de educação escolar foi sendo forjado nesse contexto.

Durante a segunda metade do século XIX, dialoguei com regulamentos, leis, jornais, relatórios, compêndio, que indicam a forte presença das normatizações médicas no processo de escolarização da Província, em sintonia com o ideário de progresso e civilização em curso. Nesse contexto, o caminho a ser trilhado deveria respeitar regras que auxiliariam na transformação dos costumes e a instrução foi propagada na Parahyba do Norte como um instrumento veiculador da almejada civilização. Contudo, trabalhando com o Oitocentos, alguns limites impedem ou dificultam que consigamos avaliar especificamente uma escola, discutir recusas às regras de higiene, possíveis burlas por parte dos professores, alunos ou funcionários, e até mesmo o alcance do que estava sendo prescrito na legislação. Também em face disso, optei por trabalhar com uma instituição educativa em regime de internato, o Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Nesse estabelecimento, preceitos oriundos da medicina ajudaram na montagem de dispositivos de regulamentação e disciplinarização para a infância desvalida, a noção de trabalho foi ganhando uma valoração positiva, uma nova mentalidade foi sendo impressa e o controle administrativo da vida foi se alicerçando nessa instituição que funcionou como uma medida preventiva e corretiva para os educandos artífices.

CAPÍTULO 4

O Gerenciamento da Vida pela Medicina: O COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES

Nas Casas de Educandos Artífices estabelecia-se uma relação entre educação e medicina como forma de saneamento e educação da sociedade. (César Augusto Castro, 2011, p. 50)

POBREZA, TRABALHO E ORDEM

Durante o século XIX, em várias províncias da nação, a partir da iniciativa privada ou pública, surgiram instituições de cunho profissionalizante como internatos, escolas, destinadas às crianças desvalidas. A ação dos governantes envolvidos nessas iniciativas agregou um conjunto de finalidades, “objetivos técnico-econômicos da formação de artífices foram se mesclando a objetivos ideológicos, transformando o ensino de ofícios em uma obra de caridade e controle social, destinada a amparar e controlar os desvalidos” (RIZZINI, 2004, p. 2). De 1840 a 1874, foram criados colégios de educandos artífices no Pará, Maranhão,

Piauí, Alagoas, Ceará, Amazonas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Parahyba do Norte, Goiás e São Paulo, conforme podemos observar mais detalhadamente no quadro abaixo:

Quadro 12

Criação de Colégios de Educandos Artífices no Brasil

LOCAL	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE INAUGURAÇÃO	DISPOSITIVO LEGAL
Pará	1840	1840	Lei nº 79, de 21 de outubro de 1840.
Maranhão	1841	1841	Lei nº 105, de 23 de agosto de 1841.
Piauí	1847	1849	Resolução nº 220, de 24 de setembro de 1847.
Alagoas	1854	1854	Lei nº 234, de 7 de abril de 1854.
Ceará	1856	1857	Lei nº 754, de 5 de agosto de 1856.
Amaz- nas	1856	1857	Lei nº 60, de 21 de agosto de 1856.
Sergipe	1856	-	-
Rio Gran- de do Norte	1858	1859	Lei nº 376, de 9 de agosto de 1858.
Parahyba	1859	1865	Lei nº 6, de 1 de setembro de 1859.
Goiás	1861	-	-
São Paulo	1874	1874	-

Fonte: Lima (2008, p. 42).

Segundo Castro (2007), esses estabelecimentos originaram-se da necessidade de manutenção da ordem social, econômica e política ou como forma de criar um corpo de reserva

para os quadros do Exército. Alguns tiveram vida longa, como o do Maranhão, que foi inaugurado em 1840 e somente foi extinto com a proclamação da República, outros possuíram vida efêmera, como o de Alagoas, que foi criado em 1854 e teve suas portas fechadas cinco anos depois, o que indica certa fragilidade econômica, administrativa, educacional, no curto período de sua existência. Como visualizado no quadro, houve uma centralidade geográfica na então região Norte do Império, mas isso não quer dizer que outras províncias não tenham criado instituições asilares com as mesmas características e finalidades, como foram os casos daquelas mantidas pelas Santas Casas de Misericórdia¹ e pelo Padre Ibiapina,² mais conhecidas como Casas de Caridade.

A introdução do amor ao trabalho, a promoção da civilidade dos costumes, a formação religiosa e moral, a instrução elementar, a aprendizagem de um ofício, dentre outras questões, compunham as propostas dos regulamentos desses estabelecimentos.

Na segunda metade do Oitocentos, a Parahyba do Norte caminhava para transformações nas suas formas de produção,

1 Sobre essa instituição destaco os estudos realizados por Negrão (2004), acerca do Asilo de Órfãs da Santa Casa de Misericórdia de Campinas - SP, criada em 1870 e o estudo de Rizzini e Souza (2009) que trata do Asilo de Meninos Desvalidos, criado em 1875, no Rio de Janeiro.

2 Sobre as Casas de Caridade aqui indico a leitura dos trabalhos realizados por Madeira (2008) que discute a constituição delas em várias cidades da Província do Ceará e de Nascimento (2009) que analisa as localizadas na Província da Parahyba do Norte. Há, também, um clássico estudo realizado por Mariz (1980 [1942]) que discute a obra realizada pelo Padre Ibiapina. Segundo alguns estudiosos uma característica desses tipos de instituições educacionais e/ou escolares (casas, asilos, internatos, etc.) era a de que promoviam uma espécie de educação integral. Para Rizzini e Souza (2009, p. 58), “no século XIX, o tema da educação integral ocupou a agenda de algumas categorias profissionais, como os médicos higienistas e autoridades do governo imperial”.

foi um período de reativação da produção açucareira e da montagem de uma inicial indústria têxtil, embora convivendo com flutuações econômicas e períodos de estagnação. O contexto estava marcado inicialmente pela extinção do tráfico de escravos, em 1850, que associado ao tráfico interprovincial, diminuiu o número de escravos na Província e reforçou a necessidade da mão-de-obra do homem livre pobre. Contexto também marcado por um período de longas estiagens, como as de 1851, 1853, 1860, 1866, 1869, 1870 e a seca mais catastrófica, ocorrida entre os anos de 1877 a 1879, acompanhadas por escassez de alimentos, por revoltas populares como o Ronco da Abelha e o Quebra-Quilos e pelo aumento da criminalidade. Surtos de epidemias também foram frequentes e, de acordo com Agra do Ó (2005, p. 12), “a província sofreu, durante todo o século XIX, não apenas com um rol infinito de doenças, tornadas banais na sua paisagem, como também com vários surtos epidêmicos”. Todo esse contexto acentuou a necessidade de controle da população e a elite política provincial necessitava de uma série de medidas para a reorganização social.

Como discutido anteriormente, a medicina social, utilizando-se da higiene pública, colocou sob sua responsabilidade a promoção e a manutenção da saúde da população. Para tal empreitada, uma ação transformadora deveria ser realizada. A sociedade e a cidade se tornaram alvo de normalização e o natural e o social eram as categorias da análise médica, para obter o equilíbrio no estado de saúde físico, moral e social. Para que esse equilíbrio fosse conseguido, os diferentes componentes do urbano como objetos, pessoas, instituições, passaram a ser o foco

da medicina social. No mundo urbano, segundo os médicos, encontramos as causas das doenças, pois é no urbano que as causas naturais, como água e ar, e as causas sociais, como escolas, asilos e colégios estão presentes, e é no urbano que estas causas se relacionam. (MACHADO et al., 1978)

Um ordenamento dos aspectos do meio natural e social, pelo saber e prática médica, eliminaria os elementos negativos oriundos dessa relação e adequaria o urbano em um plano que promoveria a saúde da população. Todavia, não se pode desconsiderar que tais epidemias também afligiram os vilarejos e as pequenas localidades, daí a importância que tiveram algumas instituições de caridade naqueles espaços no transcorrer do século XIX.

Um contingente cada vez maior de homens livres pobres circulava pela Província e o intuito era transformá-los em trabalhadores disciplinados. Nesse processo, o almejado controle social

passava por dois movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: 1) a construção de uma nova ideologia do trabalho; 2) a criação de todo um aparato jurídico-repressivo para obrigar o homem livre pobre a ingressar na sociedade do trabalho. (DINIZ, 2004, p. 92)

Com a valorização do trabalho, que começava a ganhar uma roupagem dignificadora e civilizadora, dispositivos de vigilância e repressão exercidos pelas autoridades policiais, jurídicas, médicas passaram a enquadrar o homem livre pobre na sociedade do trabalho pretendida. No governo do liberal Hen-

rique Beaurepaire Rohan, foram criadas colônias agrícolas para disciplinar o trabalho livre na Parahyba do Norte e, associada a essa iniciativa, o então presidente buscou organizar uma educação moralizadora, tentando implantar o ensino profissional. O objetivo era garantir o ingresso, na sociedade do trabalho, das crianças desvalidas da Província.

Compreendendo a infância como uma produção sociocultural, Veiga (2004, p. 34) entende que

a possibilidade do aparecimento de um tratamento distinto da criança em relação ao mundo adulto esteve associado à produção de lugares específicos a ela destinados, à produção de novas relações de autoridade e à elaboração de novas formas de comportamento.

Portanto, foi um período em que a discussão sobre a necessidade de criação de espaços destinados a infância desvalida ganhou destaque e, as crianças pobres, passaram a ser assistidas pelos poderes públicos. “A criança, antes manipulada pela religião e pela propriedade familiar, ver-se-á, no século XIX, novamente utilizada como instrumento do poder, [...] em favor do Estado”. (COSTA, 1983, p. 175)

De acordo com Revel (2009), a partir do século XVI há um intenso esforço de codificação e controle dos comportamentos, projetando o indivíduo para fora de si mesmo. Nesse processo, as transformações nos comportamentos foram lentas, difusas e muitas vezes contraditórias.

Durante a era moderna, ela envolve na verdade uma evolução dupla e contraditória. Por um lado, os procedimentos de controle social tornam-se mais severos; através das formas educativas, da gestão das almas e dos corpos, encerram o indivíduo numa rede de vigilância cada vez mais compacta. Por outro, constituem-se à margem da vida coletiva espaços protegidos que são objeto de uma revalorização, sendo o primeiro deles o foro familiar. (REVEL, 2009, p. 170)

Enfatizando os mecanismos de implantação e reprodução das normas sociais, o autor chama a atenção para uma pedagogia voltada para crianças e jovens na aprendizagem da civilidade. Contudo, a socialização de determinadas normas não pode ser lida apenas como imposição, já que tal projeto só atinge seus efeitos quando absorvido pelas pessoas, “em matéria de civilidade é preciso converter o adquirido em inato, a lição em dom” (REVEL, 2009, p. 201). Nesse percurso, o Oitocentos foi palco da mais ampla divulgação social da civilidade, tornando-se uma das bases da formação escolar. (REVEL, 2009)

Discutindo as relações entre instrução, disciplina e civilização na Parahyba do Norte na segunda metade do século XIX, Miranda (2012) mostra como os meios disciplinares foram usados como elementos normativos para estruturar preceitos civilizadores. Nessa perspectiva,

se instruir é civilizar, os alicerces dessa civilização estavam diretamente ligados aos processos punitivos, ao controle do tempo, do estudo dos textos sagrados, dos *hábitos de higiene* e de organização hierárquica de poder que, no nosso ponto de vista, faziam parte do argumento da disciplinari-

zação dos corpos e das mentes, que, uma vez condicionados, eram considerados aptos a participarem da estrutura civilizadora almejada na Província parahybana. (MIRANDA, 2012, p. 103-104. Grifos meus)

Assim, a partir das ideias que circulavam na Parahyba do Norte através das leis, dos periódicos, a autora indica as normatizações médico-higiênicas como prerrogativas do ideal de civilização e progresso idealizados na Província. Nesse sentido, a instrução e as normas de ordem médica eram vistas e utilizadas como meios para alcançar a civilização, consequentemente, sujeitos hígidos, obedientes, instruídos e úteis, iam sendo fabricados.

Na Província da Parahyba do Norte, foi criado pela Lei nº 06 de 1º de setembro de 1859 (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 118) o Colégio de Educandos Artífices, pelo então presidente Ambrósio Leitão da Cunha, com o objetivo de *recolher, educar e instruir* os órfãos, os filhos de mulheres desvalidas e os filhos de pais pobres, meninos com idade entre 7 e 14 anos. Assim, crianças desvalidas, pobres, sem famílias, abandonadas, poderiam ser admitidas na instituição. Segundo Lima (2008, p. 40), no decorrer do Oitocentos, “a criança paraibana pobre encontrava-se em um estado bastante crítico.” Em 1858, o presidente da Província Henrique Beaurepaire Rohan, reconhecia que

é no mais lamentável desleixo que crescem os meninos pertencentes às classes pobres. Destituídos, durante os seus primeiros anos, da força física necessária para auxiliarem seus pais nos trabalhos rudes do campo, sem meio algum de empregarem produtivamente, tornam-se destarte peiados às suas famílias. Quando chegam a idade em que

tem de pedir ao trabalho meios de vida, manifestam estão os vícios e maus hábitos que contraíram. (ROHAN, 1858 *apud* MELLO, 1996, p.47)

A noção de pobreza, nesse período, foi associada a um defeito, uma inclinação para o mal, uma conduta nociva ou condenável. Pessoas pobres, doentes, desempregadas, que viviam na marginalidade, eram vistas como malfeitores em potencial (CHALHOUB, 1996). Naquele contexto, as províncias assumiram o dever do controle social, visto que a população pobre, além do “perigo” do contágio por alguma doença, poderia ser problemática para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública.

Lembremos que entre os meses de dezembro de 1851 e janeiro de 1852 as Províncias da Parahyba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe foram ameaçadas pela população, no movimento conhecido como Ronco da Abelha, que reivindicava a não aplicação dos decretos 797 e 798, que versavam sobre o “Censo Geral do Império” e o “Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos”, respectivamente. O medo da população era de uma possível escravização, pois os registros eram feitos com base na cor da pele e, a partir daquele momento, pelo escrivão dos Juízes de Paz, não mais pelos padres. Já o censo, dimensionaria o contingente populacional para solucionar a falta de mão de obra provocada pela extinção do tráfico negreiro em 1850. (SÁ, 2005)

Já em fins de 1874, no governo do conservador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, 35 localidades da Parahyba do Norte se sublevaram contra a imposição do sistema métrico decimal,

contra os novos impostos cobrados e o aumento dos já existentes, e contra a nova lei de recrutamento. Na revolta conhecida como Quebra-Quilos, além da Parahyba do Norte, as províncias de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte foram atingidas. Assim, a população lutou contra a imposição dos impostos, lutou também pela não substituição dos padrões de pesos e medidas com os quais estavam habituados, como cuias, palmos, arrobas, por litros, metros e quilos. E a insatisfação dos insurgentes aumentou com a nova lei de recrutamento militar (Lei nº 2.556 de 26 de setembro de 1874), já que, a partir dessa legislação, o sorteio passou a ser utilizado e uma série de isenções favorecia parte da população, visto que, os que pagassem uma contribuição ou possuísem curso superior, por exemplo, estariam fora dos quadros recrutados. (SÁ, 2005)

Aliado a esse contexto, o contingente de homens livres pobres era grande na Parahyba do Norte, o que levou o poder provincial a buscar estratégias com o intuito de disciplinar e moralizar essa população que era vista como predisposta a vadiagem, aos vícios e a uma vida errante. Nesse processo, o uso da repressão, da punição, da coerção, seria “acompanhado de uma educação capaz de inculcar, no homem pobre, o hábito do trabalho” (DINIZ, 2004, p. 103). A educação estimularia e incentivaria comportamentos e sentimentos que antes inexistiam, consequentemente, produziria novas condutas sociais.

Nesse processo, a inserção dos saberes da ordem médica no governo da população indica a congregação de interesses dessa corporação com os objetivos da política provincial em curso.

Assim, “o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas”. (COSTA, 1983, p. 28-29)

“REGENERANDO” CRIANÇAS DESVALIDAS

Houve um intervalo entre a criação e a abertura do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba. A instituição foi criada em 1859 e apenas em 1865, isto é, seis anos depois é que começou a ser organizada, essa demora aconteceu pela ausência de recursos do governo provincial no tocante a reforma e estruturação da propriedade adquirida no sítio Cruz do Peixe, que necessitava de uma organização para atender às exigências do Colégio.

Com o intuito de “recolher, educar e instruir”, o Regulamento nº 07 de 06 de dezembro de 1865 em seu artigo 4º, propunha:

O Colégio alimenta, veste e trata em suas enfermidades todos os educandos; e além da educação moral e religiosa, ensina-lhes a ler, escrever e contar, noções de gramática nacional, música vocal e instrumental, e um ofício mecânico. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 117)

Assim nasceu a instituição, que deveria contar com um diretor, de preferência um sacerdote e, como primeira autoridade, moraria nas dependências do Colégio para garantir uma eficiente direção e fiscalização. E como era sacerdote, ficaria também encarregado de instruir os educandos na doutrina cristã e celebrar a missa aos domingos, dias santos e encaminhar as orações matinais que ocorreriam na semana. Além do diretor, a

instituição contaria com um Conselho Administrativo, composto pelo diretor do Colégio, pelo diretor da Instrução Pública e pelo procurador fiscal da Fazenda Provincial. Completando o quadro de funcionários da instituição, um secretário, um porteiro, um cozinheiro, serventes, professor de instrução primária, mestre de música, mestres de ofícios e um médico.

Da estruturação do espaço adquirido, um sobrado que situava-se próximo a um ribeiro *excelente de água potável* e necessitava de reformas na estrutura física, ao funcionamento cotidiano do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba, percebo a introdução de preceitos médico-higiênicos. A arquitetura do edifício onde funcionava o Colégio foi motivo de reclamações ao longo de sua existência. O jornal *O Publicador* trouxe a exposição feita pelo então presidente Sinval Odorico de Moura³sobre o estabelecimento:

Ninguém contesta a conveniência de uma casa de Educandos Artífices nesta capital. Abonada pelo exemplo de outras províncias, em que se acha admitida, essa instituição utilíssima será o complemento da Santa Casa de Misericórdia pelo lado da caridade, ao mesmo tempo que preenche uma lacuna do ensino público da província, dotando-o com uma escola, em que se desenvolvam e sejam aproveitadas as vocações industriais. No empenho de realizar esse melhoramento, [...] está feita a aquisição da propriedade Cruz do Peixe na qual deve ser fundado o estabelecimento colocado em bela situação, e correndo-lhe próximo um regato de excelente água potável, [...] é sem contradição preferível a qualquer outra desta cidade e presta-se vantajosamente ao fim a que é destinada. Cumpre-se todavia

³ Presidiu também as províncias do Amazonas, Piauí e Ceará.

empreender no edifício as obras que são indispensáveis. (O PUBLICADOR, 16/08/1865)

A procura de um espaço adequado foi uma tarefa difícil, já que os lugares encontrados necessitavam de reformas, e com o sobrado da propriedade Cruz do Peixe não foi diferente, os cômodos eram insuficientes para acolher diretoria, secretaria, sala de aula, refeitório, dormitório, cozinha, oficinas, enfermaria e, mesmo depois da reforma, as instalações eram inadequadas. O espaço deveria ser funcional, pois serviria para vários usos como aulas de primeiras letras, de música, o aprendizado de um ofício, também funcional para facilitar o controle desses alunos e evitar comunicações ou contatos vistos como perigosos.

Desde a inauguração do referido Colégio, as críticas foram recorrentes em relação ao tamanho do prédio, que não comportava a quantidade de alunos matriculados e impedia o ingresso de novos educandos. As salas existentes não tinham as proporções consideradas saudáveis para receber os educandos, problema também enfrentado no dormitório, que necessitava de uma melhor circulação de elementos, já que aeração e iluminação eram requisitos fundamentais na visão médica. Esse espaço pequeno poderia comprometer a pureza do ar, entendida como indispensável para a saúde dos artífices, lugares pequenos e pouco ventilados poderiam ser focos de miasmas, por isso a necessidade de organizar instituições fundamentais para a vida nas cidades, não permitindo que estas se transformassem em um perigo para a sociedade.

Segundo o Comendador João José Innocencio Poggi, inspetor de Saúde Pública da Província, “o bom ar é o que não é viciado por emanações deletérias de materiais orgânicos corrompidos” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. 4). A teoria miasmática apontava como causa das doenças as condições desfavoráveis do meio ambiente:

Os surtos epidêmicos de doenças infecciosas seriam causados pelo estado da atmosfera. Sustentava-se essa teoria, em geral, numa versão segundo a qual condições sanitárias criavam um estado atmosférico, que vinha a causar doenças. (ROSEN, 1994, p. 211)

O “ar viciado” poderia propagar miasmas e a Província da Parahyba do Norte não usufruía de condições satisfatórias de salubridade, como visto anteriormente, problemas nas edificações das residências eram frequentes, os materiais de construção não eram considerados adequados, a altura das casas não facilitava a circulação de ar e a introdução da luz solar, sem contar com os seus arredores, ruas pequenas, sinuosas, onde lixo e água estagnada não combinavam com o que a medicina da época propagava como saudável.

Em 1868, o presidente da Província Theodoro Machado Freire Pereira da Silva⁴, fez um alerta sobre as condições da instituição, pois “como está, falta-lhe muita coisa”, a cozinha foi descrita como pequena, o fornecimento de alimentos era irregular, a roupa de cama e vestuário dos educandos insuficiente. Para

⁴ Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, presidiu o Rio de Janeiro e a Bahia.

ele, “a mais urgente de suas necessidades é a fundação de uma enfermaria”, já que os doentes eram levados para o hospital da Santa Casa de Misericórdia e ficavam expostos a outras moléstias contagiosas, pelo contato com enfermos graves. O presidente também alertou para o fato de muitos casos graves serem tratados nos próprios dormitórios do Colégio, colocando em risco os outros alunos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1868, p. 16)

No ano seguinte, no governo do conservador Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o presidente relatou que o futuro do Colégio estava comprometido pela *pequenez do edifício*, um “prédio que não foi edificado para semelhante fim e sim para um particular de reduzida família, [...] o que obriga a serem tratados os educandos enfermos nos dormitórios comuns” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 13). Segundo Carneiro da Cunha, problemas como esses impossibilitavam a instituição de alcançar o seu objetivo maior, que era o proveito moral e industrial dos educandos. O tamanho do prédio, como dito, impossibilitava a matrícula de muitos alunos.

Informo da petição de Umbelina Maria do Sacramento, conforme o despacho de Vossa Excelência nº 227 de 27 do expirante mês, cumpre-me dizer a Vossa Excelência que este com o número de 34 educandos que hora tem, encontra já bastante dificuldade em sua marcha ordinária, não só pelas acanhadas proporções do edifício, que poucos cômodos oferecem para conter um grande número de alunos, como também pela verba do orçamento vigente, que pelas constantes e cotidianas necessidades do estabelecimento, carestia dos gêneros alimentícios, tudo se tem tornado bas-

tante limitado para a sustentação de muitos colegiais. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1868 *apud* LIMA, 2008, p. 58)

A petição de Umbelina Maria do Sacramento foi negada também pela falta de espaço na instituição, já que possuía, nesse ano de 1868, 34 educandos. Provavelmente, muitos outros pedidos devem ter sido negados, visto que o número de matriculados nunca foi grande. Segundo os relatórios dos presidentes da Província e diretores do estabelecimento, no início de 1866 foram matriculados 9 alunos, em 1868 há a indicação de 34 educandos, no ano seguinte esse número subiu para 36, em 1870 foram contabilizados 37, no ano seguinte o número caiu para 28, pois 1 aluno faleceu, 10 foram eliminados e não consta o motivo, e 2 novatos adentraram no Colégio. No ano de 1872, 32 alunos estavam na instituição, subindo para 33 no ano seguinte. Em 1874, ano de fechamento do estabelecimento, 34 alunos faziam parte do quadro.

A necessidade de construção de uma enfermaria e uma cozinha foi tema em voga durante toda a existência da instituição e, em 17 de fevereiro de 1870, o presidente Venancio José d'Oliveira Lisboa solicitou a feitura de um orçamento, tendo o seu pedido reforçado pelo então diretor do Colégio, Antonio de Souza Gouvêa (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1870). Contudo, a construção da enfermaria e da cozinha nunca saiu do papel.

E para conseguir alcançar o objetivo de *recolher, educar e instruir* os educandos artífices, uma minuciosa disciplina foi arquitetada, com horários e atividades que deveriam regulamentar a vida na instituição.

DISCIPLINANDO OS EDUCANDOS ARTÍFICES

O cotidiano do estabelecimento deveria seguir uma rigorosa disciplina que começaria às 5h 30min da manhã, com os educandos reunidos para a revista do diretor, que observaria a falta de algum aluno, a presença de algum doente, a higiene das roupas e corpos, o asseio era o foco dessa revista matinal e as crianças deveriam estar limpas e bem vestidas. As roupas dos educandos seriam disponibilizadas pelo poder público, segundo o artigo 36º do referido regulamento:

Cada aluno terá três calças e três jaquetas de brim pardo, seis camisas de algodãozinho, dois pares de sapatos e seis pares de meia durante um ano para o uso ordinário dentro do Colégio, e uma calça branca, uma fardeta de pano azul claro com botões dourados, um boné do mesmo pano da fardeta e uma camisa fina para passeio. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 126)

Toda a roupa deveria ser marcada com o número do educando e ficaria aos cuidados do porteiro, que a lavaria, guardaria e forneceria uma muda por dia a partir da autorização do diretor.

Em seguida, haveria um momento para as orações e os alunos permaneceriam por alguns minutos no oratório. Após a revista de asseio do diretor e do momento da oração, o horário seguido era destinado às aulas de primeiras letras, que deveriam acontecer até às 8:00 horas da manhã. Segundo o artigo 5º, do Regulamento de 6 de dezembro de 1865, essa aula deveria ser “organizada e mantida como as demais aulas da instrução pri-

mária da província” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 120). Também foi indicado o ensino de história, geografia e geometria, mas não há informações sobre a efetivação dessas aulas.

Com o término da instrução primária, 25 minutos eram destinados para o almoço, que não deveria ultrapassar o horário de 08h25min, reservado para o início dos trabalhos nas oficinas. Nessa estrutura montada, percebe-se que o foco estava voltado para o aprendizado de algum ofício, já que ficariam, no período da manhã, por quase 4 horas nessa atividade. No regulamento, estão indicadas as seguintes oficinas: alfaiate, sapateiro, ferreiro, marceneiro, serralheiro e torneiro, mas nem todas funcionaram durante a existência da instituição, os relatórios dos diretores mencionam apenas a alfaiataria e a sapataria.

O horário de 12:00 às 14:00 horas era reservado para o jantar e posterior descanso, já que, das 14:00 às 18:00 horas as atividades na oficina continuariam, contabilizando, ao final, quase 8 horas destinadas aos ofícios. Segundo o citado regulamento, as oficinas tinham por finalidade não só o ensino e aperfeiçoamento de ofícios, mas o aumento dos recursos do estabelecimento com a venda dos produtos.

A instituição recebia crianças maiores de 7 e menores de 14 anos, contudo, segundo o artigo 7º,

os educandos, que pelos respectivos mestres forem considerados prontos no ofício a que se tiverem aplicado, ficarão ainda no colégio, por tempo de três anos, contados do dia em que tiverem sido considerados tais, e durante esse tempo trabalharão nas oficinas recebendo um terço do pro-

duto legítimo de seu trabalho, que só será entregue na ocasião de sua despedida. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 120)

A partir dos sete anos de idade as crianças eram iniciadas no mundo do trabalho e, ao sair da instituição, com idade entre 14 e 17 anos, eram consideradas aptas para assumir atividades variadas, podendo manifestar aptidão para um determinado ofício, já que teriam passado alguns anos na execução de determinadas tarefas.

Cada oficina deveria ter um mestre que trabalharia para, segundo o artigo 56º, “abrir da perícia dos seus discípulos as habilidades de ordem e de amor ao trabalho” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 129). Os mestres seriam responsáveis, além do ensino prático de ofícios, pela ordem e disciplina nas oficinas, e deveriam inculcar nos alunos a importância do trabalho para a formação do homem.

Das 18:00 às 19:00 horas, os educandos teriam folga, “cada um divertir-se-á como quiser, mas sempre debaixo das vistas do Diretor, que não consentirá *divertimentos perigosos, prejudiciais, ou menos decentes*” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 126. Grifos meus), de acordo com o que estava prescrito no artigo 34º do regulamento. Nos momentos de folga e no dormitório, os alunos deveriam ser vigiados com máxima atenção, para evitar o contato físico entre eles, a masturbação, algum assunto visto como perigoso, mas o controle deveria ser de fato diário e em todas as atividades, gestos, desejos, nos conteúdos ministrados, nas oficinas, no momento da oração, tudo com o intuito de moldar essas crianças consideradas desvalidas moralmente, fisicamente e intelectualmente.

Das 19:00 às 21:00 horas aconteceriam alternadamente as aulas de música, bem como as da doutrina Cristã. A música era considerada, desde a ação pedagógica dos jesuítas no período colonial, um eficaz instrumento de educação e, no contexto das instituições imperiais de formação profissional, o modelo utilizado também foi o das instituições militares, com a formação de bandas de músicas, que faziam apresentações e constituíam mais uma fonte de renda e aprendizado. De 21:00 às 22:00 horas, um momento para a ceia e para estudar as lições do dia seguinte. Com o término das atividades, todos deveriam se recolher ao dormitório, espaço de repouso e de vigilância constante para evitar possíveis *divertimentos menos decentes*.

Há nas prescrições uma preocupação com o controle da sexualidade dos internos. A masturbação era vista como um perigo para a saúde de jovens, era apresentada pela medicina como causa de males variados e a organização interna dessas instituições deveria prevenir e combater esse “crime higiênico” (COSTA, 1983, p. 190). Por isso não era recomendado deixar os alunos isolados, deveria existir um controle sobre leituras e conversas, nos dormitórios a vigilância seria máxima e leitos e roupas deveriam ser examinados. Assim,

se a masturbação foi capaz de mobilizar tamanho esforço dos médicos e um tal aparato disciplinar é porque devia ter uma importância decisiva na organização social. Se só a partir do século XIX a criança masturbadora começou a ser considerada “criminosa”, e portanto vítima da perseguição que lhe foi movida pelos educadores higiênicos, é

porque seu valor político-econômico alterou-se. (COSTA, 1983, p. 192)

A desobediência e o mau comportamento seriam punidos com castigos e a vigilância deveria ser total, dia e noite, para evitar algum “vício”, uma leitura não indicada, um hábito reprovado. A masturbação, por exemplo, deveria ser condenada e a atenção redobrada, já que é “coisa notável e terrível, o onanismo é contagioso, uma só ovelha leprosa basta para contaminar um rebanho inteiro”, dizia o médico Antenor Augusto Ribeiro Guimarães em sua tese defendida em 1858. (GUIMARÃES, 1858 *apud* MACHADO et al., 1978, p. 304)

Essas crianças deveriam ser enquadradas frequentemente, já que eram necessárias a engrenagem social almejada. Logo, pequenos hábitos iam se formando com o trabalho nas oficinas, com a educação moral e religiosa, com a instrução elementar, dentre outras atividades cotidianas que regulamentariam esses educandos pelos caminhos desejados pela ordem vigente. Nesse trajeto, a masturbação, vista como doença, poderia desencaminhar esses meninos. De acordo com Castro (2011, p. 56), na Casa dos Educandos Artífices do Maranhão, “o educando Avelino Antunes Ribeiro [...] tinha o vício de masturbar-se várias vezes ao dia pelos cantos da casa, apesar da forte vigilância exercidas pelos agentes e pelos chefes de seção”, o que fez com que o diretor solicitasse a exclusão imediata do aluno para não *contaminar o estabelecimento*.

Daí a necessidade de observar e seguir o estado de constituição dos alunos e suas disposições morais; examinar todos os dias, especialmente se houver suspeita, leitos e vestes; visitar os dormitórios várias vezes durante a noite, observando-se o modo como os meninos se deitam e o que fazem antes de dormir; não admitir alunos de costumes e hábitos suspeitos; proibir a conservação e leitura de livros eróticos; proibir as palestras levianas entre alunos; cuidar para que não haja no colégio, gravuras eróticas; repartir os dormitórios de modo que haja separação de idades; impedir aglomeração de jovens sem a presença de um “censor moralizado” que deve presidir suas conversações, estudos e recreações; [...] advertir asperamente o culpado, segundo a gravidade medicá-lo e em último caso, expulsá-lo do colégio. (MACHADO et al., 1978, p. 305)

De acordo com o artigo 37º do regulamento da instituição, o dormitório deveria ter *luz suficiente* durante toda a noite e os leitos estariam dispostos em linha reta para facilitar a locomoção do diretor nos momentos de inspeção, já que ele deveria “observar todos os movimentos dos educandos sem os incomodar, e se for possível sem ser pressentido” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 126), podendo assim, flagrar atos considerados perniciosos. Logo, a preocupação não era apenas com o onanismo, mas também com a inibição de possível ato sexual entre os alunos.

O controle do tempo, dos atos, dos gestos, era fundamental para não deixar margem a ociosidade, que poderia induzir os alunos a vadiagem, aos “vícios”, ou qualquer outro problema que pudesse prejudicar o desenvolvimento físico e moral. No horário proposto, não há espaço específico para a prática de

qualquer atividade física, vista como importante pela medicina e especialmente indicada para prevenir a masturbação.

Aos domingos, os educandos assistiriam a missa que começaria às 07:00 horas da manhã e terminaria às 08:00, momento em que deveriam se encaminhar para o refeitório. Após o almoço, uma breve folga. Das 10:00 às 12:00, o horário era reservado para aula de música, seguida pelo jantar e posterior folga pelo resto do dia. Nesse processo, uma dimensão utilitária do tempo estava sendo forjada, com horários para trabalho, estudo, descanso, alimentação.

Quadro 13

Os Horários e as Atividades no Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
5:30 às 8:00	Revisita matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revisita matinal, oração e aulas de primeiras letras	

8:00 às 8:25	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	8:00 hs Refeitório (almoço) e folga
8:25 às 12:00	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	10:00 hs aula de música até a hora do jantar
12:00 às 14:00	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Folga e jantar	12:00 hs Jantar e folga o resto do dia
14:00 às 18:00	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	
18:00 às 19:00	Folga	Folga	Folga	Folga	Folga	Folga	
19:00 às 21:00	Lição de música	Doutrina cristã	Lição de música	Doutrina cristã	Lição de música	Doutrina cristã	

21:00 às 22:00	Ceia e estudo a lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	
22:00	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados do Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865. (PINHEIRO; CURY, 2004)

A disciplina, “que é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2011, p. 134), ditava as regras nesse estabelecimento, e a partir de um exame minucioso do tempo, do espaço, do movimento, da aprendizagem, os educandos deveriam seguir uma rigorosa rotina. Para Foucault, “nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente de treinamento” (2011, p. 135). Partindo de um exame minucioso, o disciplinamento se efetivaria pelo olhar que esmiuçava, pelo controle do corpo e dos movimentos, pela vigilância e inspeção que aconteceria dia e noite, numa tentativa de garantia da ordem. Foucault salienta que Jean-Baptiste de La Salle, em 1783, utilizou a disciplina do detalhe, em seu *Tratado sobre as obrigações dos irmãos das escolas cristãs*, ao apontar a importância do detalhe e a minúcia dos regulamentos, na edificação de um homem disciplinado, por isso é

importante observar “como é perigoso negligenciar as pequenas coisas, [...] porque as pequenas coisas nos dispõem às grandes [...], grandes sentimentos, grande fervor, grande ardor, e em consequência grandes méritos, grandes tesouros, grandes recompensas”. (LA SALLE, 1783 *apud* FOUCAULT, 2011, p. 135)

Todas as atividades deveriam ser realizadas com prontidão e respeito. Punições e premiações seriam utilizadas como instrumentos auxiliares no desenvolvimento dos educandos, sendo inclusive permitido o uso da palmatória em qualquer espaço do Colégio, seja na sala de instrução primária, nas oficinas ou outros lugares. Segundo o artigo 38º, “os mestres não podem aplicar mais de seis palmatoadas por dia a um educando, mas o Diretor pode aplicar até doze conforme a culpa”. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 127)

O modelo de internato indicado deveria preparar os alunos para o mundo do trabalho, imprimindo-lhes a noção dignificadora da atividade, ensinando-lhes preceitos religiosos e morais, proporcionando a instrução elementar, já que os educandos artífices estariam longe de contatos e comunicações com o mundo externo, o que favoreceria, nessa faixa etária, a absorção do que era proposto. E os preceitos da ordem médica, além de constituírem essa rigorosa disciplina, estavam indicados como requisito para admissão dos alunos, bem como poderiam ser determinantes para a eliminação destes.

A MATRÍCULA, A APRENDIZAGEM E A ELIMINAÇÃO DOS ALUNOS

As orientações da ordem médica se apresentavam já no ato da matrícula, segundo o artigo 30º do Regulamento nº 7 de 1865 (PINHEIRO; CURY, 2004), não seriam admitidos educandos maiores de 14 e menores de 7 anos, e os que não fossem vacinados ou que padecessem de alguma moléstia. Com relação à idade, essa exigência se manteve, pelo menos, entre os anos de 1866 e 1867, conforme se pode atestar, por exemplo, ao se consultar o *Mapa dos alunos que frequentaram a aula de instrução primária do Colégio de Educandos Artífices*, presente no Quadro 14 apresentado mais adiante.

Além desses requisitos, as crianças deveriam ser órfãs, filhas naturais de mulheres desvalidas ou as que possuíssem pai, mas impossibilitado por sua pobreza de dar-lhe educação e instrução, poderiam ser aceitas na instituição. O jornal de vertente liberal *O Publicador*, em 12 de janeiro de 1867, trouxe a seguinte solicitação:

nº 53 – Jeronymo Cabral Rodrigues Chaves, na qualidade de curador de órfãos da cidade de Areia, pedindo para remeter para o Colégio de Educandos Artífices desta cidade alguns órfãos desvalidos daquele termo – Informe o Sr. Diretor do Colégio de Educandos Artífices. (O PUBLICADOR, 12/01/1867)

Três dias depois, o mesmo jornal publicou o despacho:

Idem ao Dr. Curador Geral dos Órfãos do termo de Areia – Em resposta ofício que me dirigiu em data de 26 de dezembro próximo findo no empenho de fazer admitir no Colégio de educandos Artífices desta cidade, alguns órfãos desvalidos, tenho a dizer-lhe que nos pode remeter com semelhante destino, não excedendo os dois. (O PUBLICADOR, 15/01/1867)

Nesse período, o jornal publicou requerimentos por parte de curadores de órfãos, chefes de polícia e mães ou pais de crianças, com o intuito de conseguir uma vaga na instituição. Além da idade, um dos requisitos para a matrícula, segundo o artigo 30º, era a comprovação da vacinação e do não padecimento de moléstias, especialmente as contagiosas. Nesse sentido, *O Publicador*, no dia 8 de fevereiro de 1867, trouxe o seguinte despacho: “Não contendo as declarações do artigo 30º do regulamento nº 7 expedido para o Colégio de Educandos Artífices, a requisição que me fez para ser admitido no mesmo colégio o menor de nome Balduino inclusa, lhe devolvo para semelhante fim”. O que indica que poderiam ser respeitadas as regras de idade, vacinação e não padecimento de doença para a admissão dos educandos, visto que o responsável pelo menor Balduino deveria apresentar tal declaração.

Dois anos depois, em 1869, o referido jornal noticiou: “sendo atendíveis as circunstâncias expostas pelo suplicante permitiu a despedida do educando Balduino do respectivo colégio, de conformidade com o art. 33 do regulamento de 6 de dezembro

de 1865” (O PUBLICADOR, 24/08/1869). Segundo a publicação, o aluno fez parte do quadro da instituição e dois anos depois o artigo referido indicava que, além dos casos especificados, o presidente da Província poderia permitir a despedida em *circunstâncias especiais e não previstas* e o educando deixou a instituição.

Além das circunstâncias especiais e não previstas, seriam *despedidos* os que se achassem acometidos por doenças contagiosas ou enfermidades que os impossibilitassem de desenvolver algum ofício, segundo o artigo 32º do Regulamento nº 7 de 06 de dezembro de 1865 (PINHEIRO; CURY, 2004). O padre Joaquim Victor Pereira, primeiro diretor do Colégio, relatou em 10 de agosto de 1868 ao vice-presidente da Província, padre Francisco Pinto Pessoa⁵, que

um dos educandos que fora admitido ao colégio, afetado de moléstia grave crônica, depois de reiteradas tentativas para a extirpação do mal, e nada podendo aproveitar pelo seu lado de moléstia, foi eliminado da matrícula. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1868, p. 4)

Os enfermos deveriam ser examinados por um médico contratado, que tinha como função, visitar o Colégio de dois em dois dias e sempre que fosse solicitado pelo diretor da instituição, devendo atentar para as condições de higiene do estabelecimento e de saúde dos alunos. Nesse caso, como o educando continuou doente, foi eliminado da instituição, o que indica que certas normatizações oriundas da medicina eram seguidas.

⁵ Governou a Parahyba de julho a agosto de 1868. Foi deputado provincial por várias legislaturas.

A atenção dos poderes públicos voltava-se cada vez mais para o problema da insalubridade e, possíveis ameaças às condições higiênicas, mostravam a constante necessidade de médicos, autoridades que ganhavam notoriedade na promoção da saúde.

Cólera, febre amarela, varíola, catapora, bexigas, tosse, câmaras de sangue, essas foram algumas das enfermidades enfrentadas pelos educandos que muitas vezes eram enviados para realizar o tratamento em casa, junto aos familiares, só retornando ao estabelecimento quando recuperados:

Tendo sido admitido neste Colégio como educando, o menor Odilon Climerio d'Aquino que já sofria grave enfermidade, e nada tendo aproveitado no decurso do ano passado por tê-lo quase todo levado em tratamento, ora neste mesmo Colégio, ora na própria casa de sua mãe, mediante os socorros que este estabelecimento lhe tem podido ministrar, visto ser ela viúva e pobre; mas não convindo que assim continue por mais tempo com manifesto detrimento do Colégio e parecendo achar-se ele na hipótese do art. 32º do Regulamento respectivo, vou rogar a Vossa Excelência autorização para eliminá-lo da matrícula deste Colégio, dando com isso lugar a que outro que por ventura o substitua, melhor colha os benefícios oferecidos nesta instituição. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1868 *apud* LIMA, 2008, p. 53)

Casos como o do aluno Odilon Climerio d'Aquino, demonstram a necessidade de uma melhor estrutura do Colégio para atender os doentes. O aluno sofria de uma enfermidade e foi eliminado da instituição, já que não tinha demonstrado melhoras no seu estado de saúde. Odilon necessitava de atenção

especial por sofrer de *grave enfermidade*, mas como o Colégio não dispunha de enfermaria, a solução encontrada foi excluir a criança dos seus quadros e, assim, ceder lugar a um novo aluno. Em 27 de outubro de 1866, Odilon foi matriculado na instituição (Ver quadro 14), não há dados sobre a idade de ingresso, ele foi admitido sabendo *sílabas* e deixou o Colégio tendo adquirido conhecimentos de *catecismo, definições de pesos e medidas, soma e escreve bastardo*. Sua saída também indica que não era de interesse da instituição manter no seu interior um educando que não estivesse apto para desenvolver as atividades, em especial, os trabalhos nas oficinas. De acordo com Castro (2011, p. 50), nas casas de educandos artífices os alunos “deveriam ser fisicamente capazes de exercer as manobras de trabalho nas oficinas [...], legitimados pelos discursos, avaliações e intervenções médicas”.

A indicação de um médico no quadro de funcionários da instituição mostra a crescente importância desse saber e dessa prática nas políticas públicas de organização social e normas instituídas pela medicina foram sendo cotidianamente debatidas e prescritas para o gerenciamento da população, já que os médicos definiram os encargos políticos que lhes cabia, pondo a disposição do governo o seu saber e sua prática, assegurando a saúde, aumentando a produtividade, auxiliando no ordenamento e controle social.

Além desses aspectos acima discutidos, considero relevante apresentar, mesmo que parcialmente, o perfil de escolaridade adquirida pelos alunos que frequentaram o Colégio nos anos de 1866/1867. Conforme o quadro abaixo, os alunos que

participaram da instituição nesse período tinham idade entre 7 e 13 anos. Destes, a maioria foi admitida sem saber ler e escrever, já outros adentraram a instituição sabendo ler *cartilhas*, *livros* e com conhecimento em *algarismos*. Todos os educandos conseguiram, segundo o mapa, dialogar com os saberes ministrados na instituição, visto que, os que se matricularam como *analfabetos* passaram a aprender *sílabas*, *nomes*, *cartilhas*, *algarismos* e *tabuada*. Já os que entraram com conhecimentos como *sílabas*, *cartilha*, *livro*, *algarismos*, conseguiram aprender *gramática*, *catecismo*, *aritmética*, *definições de pesos e medidas*, dentre outros saberes.

Quadro 14

Mapa dos Alunos que Frequentaram a Aula de Instrução Primária do Colégio de Educandos Artífices da Província da Parahyba do Norte nos Anos de 1866 e 1867

Nº	Nome	Idade	Matrícula			Estado em admissões	Estado do adiantamento atual
			Dia	Meses	Ano		
1	Antonio Apolinário da Silva	13	18	Outubro	1866	Cartilha, algarismos arábicos e romanos.	Livro, aritmética, divide e escreve notas.
2	Braz Francisco de Andrade	8	22	„	„	ABC	Cartilha, algarismo, soma e escreve com rascunho.

3	Jovino Alves Pereira	12		„	„	Cartilha, algarismo bastardino e soma	Livro, aritmética, multiplica e escreve com pausa.
4	Manoel do Nascimento	7		„	„	Analfabeto	Nomes, tabuada e soma.
5	Francisco Dias Ferreira	11	24	„	„	Livro, algarismo, multiplicava e escrevia com pausa.	Gramática nacional, soma quebrados e escreve notas e já deu aritmética.
6	Antonio Felix de Borges	10	25	„	„	Sílabas	Catecismo, conta romana, soma e escreve bastardo.
7	Francisco Antonio dos Santos	12		„	„	Livro, algarismo, multiplicava e escrevia com pausa.	Gramática nacional, soma quebrados, e escreve notas e já deu aritmética.
8	Leandro José Lourenço de Brito	10	26	„	„	Analfabeto	Cartilha, algarismo, soma e escreve bastardo.

9	Manoel Antonio do Sacramento	8		„	„	Idem	Sílabas, tabuada e soma.
10	Odilon Climerio de Aquino		27	„	„	Sílabas	Catecismo, definições de pesos e medidas, soma e escreve bastardo.
11				„	„		Obs. Deixou de ser admitido depois do despacho.
12	Eduardo José de Souza	7	14	No- vem- bro	„	Sílabas	Cartilha, algarismos, domina e escreve com rascunho.
13	Júlio José Barbosa	12		„	„	Analfabeto	Nomes, algarismos, soma e escreve com rascunho.
14	Manoel José Pereira Avelino	10		„	„	Idem	Idem, idem, idem, idem.

15	João Antônio da Costa Alves	13	5	„	„	ABC	Cartilha, definições de pesos e medidas, soma e escreve bastardo.
16	Antônio Luiz de França	10	20	„	„	Analfabeto	Nome e tabuada.
17	Ignácio Ferreira das Neves	8	17	„	„	Idem	Idem, idem.
18	João Cláudio de S. José	7	27	„	„	Idem	Cartilha, algarismo, soma e escreve com rascunho.
19	Sandro Gomes de Lima	10	18	Dezembro	„	ABC	Idem, idem, idem e escreve bastardo.
20	Rufino Apolinário Santos Chaves	13	21	Janeiro	1867		Nomes, idem, idem e escreve com rascunho.
21	Batósimo-Venute do Espírito Santo	10	6	Fevereiro	„	ABC	Cartilha, definição de pesos e medidas, soma e escreve bastardo.

22	Francisco José Justiano		10	„	„	Analfabeto	Sílabas.
23	Manoel João Nepo	7	13	„	„	Idem	Idem.
24	Jovino Marcos de Mello	8	20	Março	„	Idem	Idem.
25	João Monteiro da Franca	9	21	„	„	Idem	Idem.
26	Vital Thiberio da França G. Chaves	7	7	Maio	„	Idem	Idem.
27	José Ferreira d'Anunciação	13	8	Junho	„	Idem	ABC
28	Seandino Bergartino da Silva	10		Novembro	1866	ABC	Cartilha, algarismos, soma e escreve bastardo.
29	João da Silva Brandão	9		„	„	Analfabeto	Nomes, tabuada e soma. Idem. Obs. Externo.
30	Joaquim José de Santa Anna	8		„	„	Idem	Cartilha, algarismos, soma e escreve com rascunho, idem, idem.

31	Porfírio Antônio dos Santos	7		Maio	1867	Idem	Nomes e tabuada
32	Avelino Barros dos Santos	12	11	Abril	„	Idem	Idem, idem.
33	Benedito Inácio da Silva	9		„	„	Idem	Idem.

Fonte: Lima (2008, p. 78 - 80)

A instrução elementar garantiria o aprendizado de conhecimentos básicos, necessários para as tarefas que esses aprendizes artífices desenvolveriam na instituição e ao longo de suas vidas. Pelo mapa apresentado, percebe-se que o ensino ministrado na instituição compreendia a leitura e a escrita, a gramática nacional, a doutrina cristã, a aritmética, noções de pesos e medidas, assuntos que estavam presentes nos regulamentos da instrução primária da Província. Esse tipo de documento, segundo o regulamento do Colégio, deveria ser confeccionado pelo professor e ser entregue mensalmente ao diretor da instituição, para um melhor acompanhamento do desenvolvimento dos educandos.

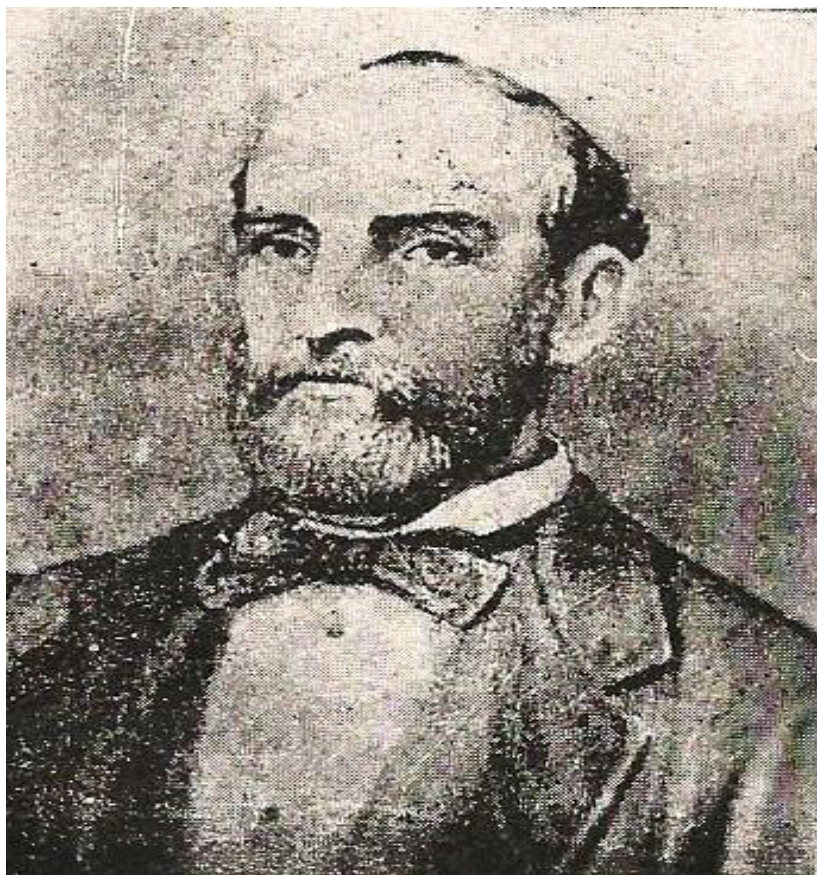
Como visto, alguns elementos como idade, vacinação e não adoecimento por moléstias contagiosas foram utilizados como requisitos para a entrada e para a saída de alunos. Nessa regulamentação, os cuidados médicos deveriam também estar presentes nos espaços ocupados pelos educandos, nas doenças que os acometiam, na alimentação, enfim na manutenção de uma instituição hígida.

O ESTADO SANITÁRIO DO COLÉGIO DE EDUCANDOS ARTÍFICES E OS CUIDADOS MÉDICOS

O Dr. Antônio da Cruz Cordeiro Sênior ocupou a função de médico do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte. Formado em medicina pela Faculdade da Bahia e natural de Guarabira (PB), o Dr. Cordeiro Sênior desempenhou atividades como jornalista, médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, cirurgião mor da Província, 1º médico da Estrada de Ferro Conde d'Eu, chefe da Enfermaria Militar da Província e 2º cirurgião tenente do Corpo de Saúde do Exército.

Como político, foi deputado provincial por algumas legislaturas e como era apaixonado pela escrita, publicou: *Impressões da epidemia* e *Instruções sanitárias populares* (sobre o cólera); *Prólogo de Guerra* (sobre a guerra do Paraguai) e *Estudo biográfico* (sobre o vigário Antonio Marques). Contudo, não há relatos seus sobre o Colégio de Educandos Artífices. Era sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e foi agraciado com a comenda de Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. (CASTRO, 1945)

Imagem 18 – Dr. Antônio da Cruz Cordeiro Sênior



Fonte: Castro (1945).

O Dr. Abdon Felinto Milanez também foi médico da instituição. Natural de Areia (PB), formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia e atuou como clínico em sua cidade natal e na cidade da Parahyba. Foi inspetor de Saúde Pública, jornalista, deputado provincial e senador. Escreveu para jornais da Provín-

cia e, enquanto inspetor, produziu relatórios sobre salubridade pública. (CASTRO, 1945)

Na documentação pesquisada, há indícios que o cargo de médico do Colégio de Educandos Artífices nunca ficou vago e encontrei menção aos médicos acima referidos. Na instituição, o médico teria como função fazer visitas de dois em dois dias e indicar o necessário para a manutenção de um espaço hígido e para a saúde dos educandos, segundo o artigo 24º “[...] propondo ao Diretor as providências que lhe parecerem necessárias para que as condições higiênicas se tornem satisfatórias” (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 124). Caso algum aluno estivesse enfermo e necessitasse da presença médica, esta seria realizada independente do horário estabelecido.

Em 1868, o diretor da instituição relatou que o estado sanitário do espaço ocupado pelos alunos não era satisfatório e isso poderia ter desencadeado o aumento no número de doentes. Alguns educandos estavam sendo tratados nos dormitórios do Colégio e outros, com problemas mais graves, em casas particulares e na Santa Casa de Misericórdia, para evitar possíveis contaminações. Todos estariam em tratamento e as visitas do médico contratado seriam frequentes. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1868, p. 3). Esse relato foi apresentado pelo diretor com o intuito de reclamar por maiores e melhores acomodações, por uma enfermaria e pela presença constante de um enfermeiro para ajudar no tratamento das crianças enfermas.

É impossível prescrever regime aos doentes, estando com os sãos; e a separação daqueles para o hospital da caridade

me tem ensinado a experiência que é, além de incômoda, inconveniente. No mês de agosto mandei recolher ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia sete educandos que, por caírem quase simultaneamente de sessões e outros incômodos, não podiam ser todos aqui tratados com aquele regime que exige o seu estado. No fim de poucos dias voltaram como bons [...] mas não tardou que chegando todos recaíssem dos mesmos males. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1868, p. 3)

Como não existia enfermaria, os doentes eram tratados no próprio Colégio, em casa ou na Santa Casa de Misericórdia, um espaço que não era visto com bons olhos pelo diretor, pois os educandos poderiam ter contato com outros doentes e com possíveis *inconveniências*, já que a população pobre era atendida nesse hospital.

Na Parahyba do Norte, segundo Seixas (1987, p. 75), antes da construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia no século XVII, o atendimento aos enfermos e desvalidos era feito em casas particulares. “O Hospital da Santa Casa, reconstruído em 1755, anexo à Igreja da Misericórdia foi consideravelmente aumentado em 1862, graças ao auxílio deixado pelo Imperador Pedro II, por ocasião de sua visita a esta Província,” no ano de 1859. Em 1877, o então presidente Esmerino Gomes Parente reclamava que o hospital, situado no centro da capital, ignorava todas as condições de higiene, recebendo enfermos de moléstias variadas, como febre amarela e varíola, e solicitava a sua remoção desse espaço. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1877)

Além de relatos de alunos doentes, há também notas de falecimento na instituição:

Com mágoa levo ao conhecimento de Vossa Excelência, como é o meu dever, que falecendo ontem de angina o colegial de nome Ignácio Ferreira das Neves, foi hoje, com decência, seu corpo dado a sepultura no cemitério público. Posso assegurar a Vossa Excelência que não lhe faltaram os recursos da medicina, nem desvelos, sendo que foi tratado por sua própria mãe desde que foi acometido, o que se deu há oito dias. (PARAHYBA DO NORTE, Ofício, 1870 *apud* LIMA, 2008, p. 60-61)

As reclamações feitas por melhores acomodações para os alunos, com espaço adequado, com uma enfermaria, um enfermeiro, denotam a preocupação da direção do estabelecimento com o crescente número de doentes e, nesse contexto, não seria proveitoso em nenhum sentido noticiar, além de educandos enfermos, o falecimento de algum interno.

Outra reclamação constante era com relação aos alimentos consumidos na instituição. No dia 9 de novembro de 1868, o jornal *O Publicador* anunciou que

contrata-se a quem por menos fizer o fornecimento dos gêneros alimentícios abaixo declarados, para o consumo do mesmo estabelecimento, com as condições que serão presentes na ocasião do contrato. 585 pães, 3 arrobas de bolachas, 14 libras de manteiga francesa, 1 dita de dita inglesa, 1 e meio arroba de açúcar branco, 1 e meio dito do dito mascavo, 8 libras do dito refinado, 32 ditas de café em caroço, 1 e meio dita de chá, 136 ditas de carne verde, 1 e meio arroba de dita seca, 30 libras de bacalhau, 48 cuias de farinha, 2 ditas de feijão, 2 libras de toucinho, 12 ditas de arroz, 2 garrafas de vinagre, 1 e meia dita de azeite doce, 6 cargas de lenha, 1 canada de azeite de mamona, meia dita

de gás, 2 ditas de velas de carnaúba. (O PUBLICADOR, 09/11/1868)

Nesse mesmo ano, o Padre Joaquim Victor Pereira relatou ao presidente da Província que estava sendo obrigado a receber gêneros alimentícios da *pior qualidade*. Com uma alimentação ruim e pouco salubre, os alunos estariam expostos a enfermidades e poderiam ficar fracos, pois o envio de alimentos era irregular. Além do compromisso de alimentar, com uma refeição *eficiente e salubre* e do vestuário, o estabelecimento tinha como orientação os cuidados com a saúde e a higiene do aluno, e do espaço por ele ocupado. Segundo Lima (2008), havia problemas com o fornecimento de materiais de limpeza e gêneros alimentícios, pois tais aquisições deveriam ser realizadas pelo Conselho Administrativo e não diretamente pelo diretor.

Além de ficarem atentos com as doenças que acometiam as crianças, sua alimentação, sua higiene e saúde, visto que sua presença deveria ser ampla, ocupando os diferentes lugares da escola, os médicos provavelmente tiveram problemas com o espaço físico da instituição, que servia para moradia e aprendizagem dos educandos artífices. Assim, outro assunto constante nos relatórios dos diretores era o estado sanitário do estabelecimento por eles administrado:

Continuou a ser satisfatório o estado sanitário do recinto do colégio. No decurso do ano nenhuma moléstia grave de natureza infecciosa se deu no estabelecimento. [...] não seja atribuído este fato só a salubridade do lugar, seja também explicado pelo *cuidadoso regime higiênico* a que os alunos

estão sujeitos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1873, p.4. Grifos meus)

O *cuidadoso regime higiênico* estaria garantindo o satisfatório estado sanitário da instituição, a partir de um rigoroso controle implementado pelos diretores e médicos que passaram pelo estabelecimento. Antônio de Souza Gouvêa também falou da importância e utilidade do Colégio e ressaltou que o objetivo maior a ser alcançado era humanitário, econômico e social, dotando a infância desvalida de recursos para se tornarem úteis a si e a nação. A disciplinarização dos educandos, o amor ao trabalho, a civilidade dos costumes, caracterizava as instituições destinadas à formação profissional.

Os cuidados com a criança e a instituição escolar, a partir do controle médico, ficam latentes em várias normatizações prescritas. A atenção dada à criança era justificada pela importância desta para o futuro da sociedade e, para José Bonifacio Caldeira de Andrade Junior, por exemplo, que apresentou sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1855, “nesta idade de cera em que todas as sensações, boas ou más, ficam tão profundamente marcadas” (ANDRADE JUNIOR, 1855 *apud* MACHADO et al., 1978, p. 297), se as orientações médicas não fossem introduzidas nas instituições escolares, o próprio progresso da sociedade estaria comprometido. A criança era vista, descrita e analisada como a primeira fase da vida e, como tal, necessitava de cuidados especiais para que as outras fases dessa existência fossem garantidas.

Nesse percurso, percebe-se que a presença desse saber recobriu os variados aspectos do universo escolar que foi esquadrihado, examinado minuciosamente, tanto fora como dentro, tanto nos seus arredores como no seu interior. Uma triagem foi feita na educação escolar para definir, indicar, classificar, prescrever regras para o seu funcionamento e estando esse programa estabelecido, como visto anteriormente, os horários deveriam ser seguidos.

Em julho de 1874, ano de fechamento da instituição, o diretor Antônio de Souza Gouvêa enfatizou as péssimas condições do prédio, ressaltando a necessidade de um telhado para o *salão que serve de dormitório*, já que constantemente grandes fragmentos de telha se desprendem do teto e ameaçam “não direi simplesmente a saúde, porém também a própria vida das pessoas que aí tiverem de permanecer” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1874, p. 2). Várias dificuldades foram enfrentadas por alunos, professores, diretores e funcionários que conviveram nesse universo e algumas delas foram apontadas como decisivas para o seu fechamento.

O FECHAMENTO DA INSTITUIÇÃO

Em 1868, o então presidente da Província Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, dizia que *não achou acertada a instituição do Colégio*, visto que não funcionava em condições regulares. O presidente afirmou que existia um Colégio, mas o mesmo não tinha a menor perspectiva de futuro e não estando bem constituído, seria melhor, para ele, que nunca tivesse existido

(PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1868, p. 15-16). Seis anos depois, a instituição foi encerrada.

Durante todo o período de existência do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte, os problemas de ordem econômica foram apontados como principais barreiras que dificultaram o seu funcionamento e em 1874 o Barão de Abiahy, então presidente, enfatizou que a instituição “constituía um ônus muito pesado para a província e assinou o ato que fechou o Colégio”. (LIMA, 2008, p. 87)

Quadro 15

Resumo do Balanço Provisório do Tesouro Provincial da Parahyba do Norte de Janeiro a Dezembro do Exercício de 1869

1- Diretoria	3:414,542
2- Lyceu	12:308,998
3- Aulas de Latim	2:199,188
4- Das idem para o sexo masculino	45:137,646
5- Das idem para o sexo feminino	14:628,393
6- Aluguel de casas para as aulas da capital	1:086,230
7-Água e asseio das mesmas aulas	143,673
8-Gratificação para aluguel de casas aos professores e professoras do centro da Província	3:482,752
9- Expediente e utensílios	2:983,920
10- Colégio de Educandos Artífices	10:440,000
	95:825,342

Fonte: Lima (2008, p. 84).

A partir desse balanço de 1869, percebe-se que os gastos com a manutenção do Colégio de Educandos Artífices eram significativos, especialmente se considerarmos o pequeno número

de alunos atendidos. Quando a instituição foi criada, acreditava-se que com as verbas oriundas dos produtos fabricados nas oficinas, ela poderia se manter com seus próprios recursos, mas durante a sua existência o Tesouro Provincial foi o principal responsável por sua manutenção.

Com o fechamento, uma parte dos educandos foi dispensada e entregue a pais ou tutores com a justificativa de ter alcançado a idade de saída e a outra parte foi para a Companhia de Aprendizes Marinheiros. O envio desses educandos para a Corte já era feito anteriormente, como consta na publicação de 1867:

Ao diretor do colégio. Em adiantamento ao ofício que lhe dirigi em 22 do corrente sob nº 885 lhe determino que faça entregar a capitania do porto, logo que ela requisite os dois menores de nomes Benedito e Avelino, que de minha ordem foram recolhidos nesse estabelecimento, e que são destinados a companhia de aprendizes marinheiros na Corte. (O PUBLICADOR, 01/03/1867)

A data de admissão dos educandos Avelino e Benedito, abril de 1867 (Ver quadro 14), não condiz com a data de autorização de envio destes para a Corte, mas o publicado no jornal indica que as crianças já faziam parte da instituição e seriam enviadas para a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Fazendo uma busca em periódicos da época como: *O Despertador*, *A Esperança*, *A Ideia*, *O Liberal Parahybano*, não encontrei notícias sobre o fechamento do Colégio de Educandos Artífices. Contudo, em 1885, isto é, 11 anos após o fechamento da instituição, o jornal *Diário da Parahyba*⁶, passou a anunciar a “necessária

⁶ Se intitulava como um órgão de todas as classes.

retomada da discussão sobre a recriação do Colégio de Educandos” (SOUZA, 2013, p. 69). Enfatizando a importância da educação das crianças parahybanas, o jornal reclamava por cuidados mais específicos para essa fase da vida que merecia a atenção de todos, já que é como *um navio, perdido o leme, em mar tenebroso*. Assim,

sabemos que é pesado o encargo de governar; quando lançamos mão da pena para pedir a V. Exa. o Colégio de Educandos, sentimos a par do sentimento generoso que nos impele a isto fazer, também um estremecimento de que V. Exa. atarefado com tantas responsabilidades, não se sinta irresoluto e não deixe de praticar ato de tanta justiça e de tão grande alcance. (DIÁRIO DA PARAHYBA, 24/02/1885 *apud* SOUZA, 2013, p. 72)

Segundo Souza (2013), em sua dissertação sobre *Imprensa e instrução na Parahyba do Norte*, os jornais da década de 1880 recorrentemente anunciaram o aumento da criminalidade nesse período e o autor associou os pedidos pela volta do Colégio a esse contexto marcado pela insegurança. Contudo, o Colégio de Educandos Artífices nunca foi reaberto no período imperial.⁷

Como visto, a instituição absorveu vários preceitos da ordem médica que eram discutidos e indicados para o bom fun-

⁷ Em 1909, foram criadas 19 escolas de aprendizes artífices, incluindo a da Paraíba, pelo Decreto nº 7.566 de 23 de setembro, pelo então Presidente Nilo Peçanha (CUNHA, 2000). Na Paraíba, funcionou com esse nome até 1937 quando recebeu a denominação de Liceu Industrial e em 1942 foi transformada em Escola Industrial. Para maior aprofundamento sobre a história dessa instituição paraibana, consultar a tese de doutoramento de Candeia (2013). Vale ressaltar que a referida instituição republicana não tem qualquer relação ou continuidade com a que estou trabalhando neste estudo.

cionamento de um estabelecimento dessa natureza. O asseio, a vacinação, os cuidados com a sexualidade, as boas condições físicas e de saúde, eram algumas regras prescritas pela medicina e que, provavelmente, fizeram parte do cotidiano dessa instituição. As recomendações da ordem médica eram propagadas pelos diretores da instituição e a necessidade de uma enfermaria evitaria o contato dos alunos com outros doentes e com possíveis “contaminações físicas e morais”, já que, a Santa Casa de Misericórdia atendia especialmente desvalidos, indigentes, também vistos como “classes perigosas”. A partir de uma disciplina rígida, os educandos artífices deveriam seguir o tempo das orações, do trabalho, da alimentação, da aprendizagem, do repouso, tudo orquestrado minuciosamente para um bom gerenciamento dessas vidas.

As chamadas “classes perigosas” deveriam ser controladas e instituições dessa natureza serviriam para encaminhar esses meninos desvalidos, a partir do aprendizado de um ofício mecânico, das primeiras letras, de uma educação moral e religiosa, no rumo considerado certo e, no futuro, poderiam ser homens de bem, ajudando no desenvolvimento da Província, na manutenção da ordem social e política, como reservas para o Exército, mão de obra para o governo ou na fabricação de materiais como móveis, roupas e sapatos. O Colégio de Educandos Artífices da Parahyba, nos seus nove anos de funcionamento, dedicou-se a recolher e cuidar de crianças desvalidas, dando-lhes instrução elementar, um ofício, uma educação moral e religiosa, ajudando os poderes públicos na tarefa de “regenerar malfeitores em

potencial” e, os saberes da ordem médica, estiveram presentes nesse processo.

Para Machado et al. (1978, p. 194), o projeto médico defendia uma sociedade cada vez mais sob sua ordem, “lutando por uma posição em que o direito, a educação, a política, a moral, seriam condicionadas ao seu saber”. Angariando espaço, a medicina alargou as suas fronteiras, atuando cada vez mais no social, ampliando o seu leque de ação, não olhando apenas para a doença, mas preocupando-se principalmente com a saúde. Para isso, houve a necessidade de médicos formados, autoridades constituídas, que pudessem delimitar o raio da ação preventiva. O natural e o social eram as categorias que deveriam ser analisadas para a obtenção de um bem-estar físico, moral e social, conduzindo a sociedade no caminho do progresso.

Segundo Foucault, “a medicina do século XIX acreditou estabelecer o que se poderia chamar as normas do patológico: acreditou reconhecer o que por toda parte e a todo momento deveria ser considerado como doença” (2013b, p. 284). Assim, a medicina se colocou como uma via no processo de construção da nação brasileira, e a aproximação com o Estado foi fundamental para a consolidação do seu saber e da sua prática.

As instituições educativas, apesar de importantes e necessárias, eram descritas, não raras vezes, no século XIX como insalubres e inapropriadas, representando um perigo para crianças e jovens, possuindo características muito próximas as das cidades, logo, o objetivo seria transformar esses estabelecimentos para que se adequassem internamente e externamente a norma pro-

posta, contribuindo para a formação intelectual, física e moral desses educandos.

Nesse sentido, as instituições, como as escolas, que possuem uma finalidade social, também foram alvos da medicina, que as diagnosticou como as cidades. As escolas eram vistas como importantes, mas deveriam passar pelo crivo médico, caso contrário, representariam um perigo para a população e, conseqüentemente, para o futuro da nação. Nesse processo, uma regulamentação externa e interna, por fora e por dentro, transformaria essa instituição em uma poderosa arma do desenvolvimento da sociedade.

Assim, monopolizando diferentes instâncias da vida privada e pública, os médicos passaram cada vez mais a ocupar uma posição indispensável quando o assunto era saúde, ganhando autoridade na vida política. O planejamento urbano, o cuidado com o ar, a água, as crianças, instituições, estabelecimentos públicos e privados, tudo deveria passar pelo crivo médico para a constituição de uma sociedade higienizada. O saber e a prática médica eram apresentados como um dos caminhos para o progresso da nação, prevenindo doenças, neutralizando endemias, cuidando das pessoas e do ambiente ao seu redor, num contexto onde grassavam epidemias.

O estatuto da urbanidade se instituiu em torno da ideia de progresso e civilização e, na segunda metade do século XIX, a Província da Parahyba do Norte propagou esses discursos em torno da cidade, das instituições e o mundo urbano foi se resignificando. O saneamento do espaço urbano e de sua população era pré-requisito de uma nação civilizada e, nesse contexto, o discurs-

so médico foi sendo apropriado já que houve uma ressonância nas políticas públicas adotadas.

A criação do Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte vinha ao encontro de várias ações implementadas pelo governo provincial para atender preocupações de ordem política, econômica, social, em virtude do adensamento de uma parcela da população que ocupava áreas marginais da sociedade. Defendendo a saúde física, intelectual e moral dos educandos a medicina estava em comunhão com o que era defendido para a instrução, passando cada vez mais a investir sobre a totalidade da vida desses educandos, instituição onde cada minuto era objeto de intervenção, controle, vigilância e conhecimento.

Trazer à tona essa instituição, contar um pouco a história dessas crianças desvalidas, revelar seus nomes, ajuda a romper com certo anonimato e nos aproxima das experiências vivenciadas por cada um desses aprendizes artífices. Odilon, Balduino, Avelino, Benedito, Ignácio e tantos outros meninos passaram pelo Colégio de Educandos Artífices, estabelecimento criado no contexto das transformações ocorridas na segunda metade do século XIX, que buscava promover o progresso da Província a partir de uma instituição que objetivava dar respostas à necessidade de adequação das estratégias de ordenamento e controle social. A instrução era representada como uma referência civilizatória, produtora de novos princípios, logo, as crianças deveriam ser moldadas a partir de normas que as tornariam habituadas ao trabalho, a ordem, a obediência, ao respeito, ao asseio e, educando-as nessa racionalidade, o desafio de torná-las civilizadas estava sendo percorrido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Parahyba do Norte oitocentista, a ideia de civilização foi pulverizada como uma espécie de propulsor capaz de conduzir a população para uma forma superior de organização social. Nessa trajetória, o avanço da sociedade estava atrelado a uma série de regulamentações que transformariam o espaço urbano e sua população. Logo, o que estivesse na contramão da almejada civilização deveria ser purgado e a relação entre higiene e progresso passou a ser evocada constantemente.

Na segunda metade do século XIX, o problema da insalubridade foi um dos focos da atenção dos poderes públicos. Com o intuito de dar um caráter salutar a Província e, especialmente, a cidade da Parahyba, possuidora de uma topografia acidentada, frente à precariedade da higiene urbana, marcada pelos odores fétidos que rondavam o ambiente, lixo espalhado pelas sinuosas ruas, animais mortos, água estagnada, pelos enterramentos feitos nas dependências das igrejas, pela precariedade das edificações quer públicas, quer privadas, enfim, uma variedade de propostas passou a ser discutida, levando-se em conta a associação entre o meio social e o meio natural, para inibir elementos potencialmente perturbadores à salubridade urbana.

Assim, estabelecimentos como escolas, cadeias, mercados, estariam marcados pela desorganização e foram apontados pelo saber médico como veículos propagadores de doenças e, ao longo desse período, como resposta ao diagnóstico feito, começa-

ram a ser debatidos meios para a melhoria da saúde pública, com propostas de modificações urbanísticas e institucionais, com o intuito de neutralizar as doenças que assolavam a Província, auxiliando os poderes públicos na tarefa de “regeneração” social, já que o estatuto da urbanidade estava se constituindo em torno da propaganda civilidade e a medicina se apresentou nesse impulso de ressignificação do urbano.

Nesse processo, os discursos médicos, legitimados pelo estatuto de cientificidade, embasaram políticas de reordenamento e começaram a ser construídos cemitérios, cadeias foram sendo reformadas, a atenção dos poderes públicos também voltou-se para as feiras e mercados, para o porto do Varadouro, dentre outros elementos. Os Códigos de Postura, por sua vez, começaram a ditar regras para a construção de casas, para o comércio de gêneros alimentícios, para os enterramentos nos cemitérios, isto é, para a aquisição de costumes considerados civilizados, visto que a associação entre pobreza e doença foi recorrente. É difícil precisar o alcance dessas normatizações, mas elas indicam que os saberes oriundos da medicina estavam presentes nesses discursos, já que a Província dispunha de uma quantidade considerável de médicos atuando não só na cidade da Parahyba, mas em diferentes localidades. Médicos esses, inseridos nesse contexto em que variadas epidemias alastravam-se progressivamente, que frequentemente eram chamados para diagnosticar problemas e prescrever soluções.

Nesse sentido, é importante salientar que o período de constituição da instrução elementar oitocentista na Parahyba do

Norte, foi um período rico, palco de intensos debates e prescrições para a edificação de uma escola considerada moderna. Para tal empreitada, elementos diversos foram sendo forjados para o alicerce desse processo de escolarização, como um tempo e uma idade escolar, um espaço específico e adequado para a escola, regras para a matrícula, material escolar, um arcabouço administrativo, condições para o magistério, dentre outros elementos. Inseridas nesse contexto de inovações que iam sendo discutidas e absorvidas, estavam as normatizações médico-higiênicas que ajudaram a compor as reordenações no tempo escolar, diferenciando-o de outros tempos sociais, com horários para aula, descanso, férias; na indicação de mais autonomia dos espaços físicos em relação a residência dos professores, espaços construídos especialmente para abrigar a escola, com dimensões adequadas e regras hígidas para sua construção e manutenção; na ampliação dos programas de ensino, com a ginástica sendo prescrita; na aquisição de compêndios, com matérias contendo saberes da ordem médica; na prescrição de móveis adequados a idade dos alunos; tudo isso inserido numa movimentação ocorrida no interior da cidade, da sociedade, nesse processo de produção da escola. Nesse contexto, um modelo hígido de educação escolar foi sendo fabricado e as discussões travadas por médicos, políticos, professores, juristas, mostram como o período foi rico nos debates por uma educação física, sexual, moral, intelectual, isto é, por uma população moldada também pela pedagogia da higiene.

Nesse movimento, a escola entrou no leque de intervenções médicas e as prescrições postas nas diversas reformas para

a instrução primária mostram a penetração desse saber na educação escolar. A Província da Parahyba do Norte possuiu sete Regulamentos Gerais da Instrução: 1849, 1852, 1860, 1879, 1881, 1884 e 1886, porém, os regulamentos de 1852, 1879 e 1881, como dito anteriormente, não foram encontrados até o momento.

O Regulamento de 1849 foi pioneiro no intuito de forjar um modelo de escola moderna para a Província. Lançado no governo de João Antonio de Vasconcelos, a legislação inicialmente criou o cargo de diretor geral, responsável pela inspeção e direção dos estabelecimentos de ensino e, nessa estrutura administrativa, também foi criado o cargo de comissário da instrução. Nesse contexto, há uma ação mais forte e incisiva por parte do poder provincial para estruturar, fiscalizar e controlar a instrução na Parahyba do Norte, normatizando diferentes aspectos desse universo, como: inspecionando os estabelecimentos, designando as matérias e o método de ensino, organizando regulamentos escolares, nomeando comissários e atestando a residência dos professores. Conseqüentemente, ampliando e fortalecendo o controle da população por meio de um aparato formal, que garantiria a organização social pretendida. Alunos, professores, estabelecimentos de ensino, deveriam ser gerenciados, inspecionados, controlados, proporcionando uma pretensa uniformidade.

Esse regulamento também foi precursor nas prescrições de natureza médica, abrindo caminhos para a invenção de uma educação escolar higiênica e higienizadora. Nele, o saber de natureza médica se apresentou em vários elementos constitutivos dessa escolarização, indo além do que era prescrito, por exem-

plo, para a Corte. Com a reforma Couto Ferraz, normatizações oriundas da ordem médica estiveram presentes, mas de forma mais vaga. Aqui, o professor deveria procurar para sua aula *casa sadia, com sala grande, bem clara e arejada*, não recebendo *maior número de alunos, que o proporcionado às dimensões da sala* e, estando a escola montada, deveria ser *varrida todos os dias* e as *janelas conservadas abertas* no intervalo das lições e, todas as manhãs, após o momento da oração, o professor deveria fazer a *revista de asseio*, exigindo que os alunos *lavem todos os dias o rosto e as mãos* e que usem *roupa limpa e decente*, também não seriam admitidos alunos que não provassem a *vacinação* e não ter bexigas. Pelo exposto, percebe-se que normatizações dessa natureza eram consideradas importantes e necessárias para a formação desses educandos.

A Província teve o seu pioneirismo, mas também dialogou com o que estava sendo produzido na Corte, a exemplo do Regulamento de 1860 que contém basicamente os mesmos elementos do que está posto na Reforma Couto Ferraz de 1854. Com relação aos preceitos médico-higiênicos, há uma preponderância no tocante ao pré-requisito da *vacinação e do não padecimento de moléstia contagiosa*, como também, com relação as *precisas acomodações* para as casas de escola. Porém, na Parahyba do Norte há a indicação que as referidas casas deveriam ser escolhidas de acordo com os critérios: *salubridade, espaço e decência*, acompanhando o que estava posto no primeiro Regulamento Geral da Instrução.

Os regulamentos de 1884 e 1886 mantiveram as regulamentações da *vacinação, do não padecimento de moléstias contagiosas*, da escolha e manutenção de um ambiente *limpo e asseado*,

com casas *apropriadas e bem colocadas*. Assim, cada vez mais a instituição escolar assumia o papel de conformadora da sociedade que se pretendia, a educação escolar serviria ao propósito de regeneração, não somente moral, mas, sobretudo, civilizatória e, portanto, higienizadora. Para que esse projeto continuasse caminhando, era indispensável o aperfeiçoamento dessa instituição e a medicina foi uma dessas responsáveis, produzindo uma nova consciência da vida em coletividade. Diferente do Regulamento de 1860, essas normatizações não seguiram a legislação da Corte, seja a Reforma Couto Ferraz de 1854 ou a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879.

O Regulamento de 1886 apresentou uma inovação, pelo menos na legislação encontrada até o presente, ao prescrever os saberes para o ensino primário, as matérias lecionadas seriam as mesmas do regulamento anterior, mas há a indicação do ensino da ginástica pelas professoras diplomadas pelo Externato Normal. Nesse último regulamento geral da instrução, percebe-se que o investimento da ordem médica na educação escolar se fez presente de forma assídua, durante grande parte do século XIX, na Província da Parahyba do Norte.

Nesse processo, todas as reformas objetivavam garantir o gerenciamento da população, dentro de um projeto que buscava produzir sujeitos docilizados, úteis, instruídos, hígidos. As reformas tinham o intuito de construir um programa civilizador, já que a instrução era vista como um instrumento propagador de transformações e progresso. Assim, nesses modelos propostos pelos regulamentos da Parahyba do Norte, as prescrições médi-

co-higiênicas para as escolas estiveram presentes de forma contínua em vários momentos e em diferentes elementos indicados, em sintonia com um ideário de progresso, desenvolvimento, renovação, civilização, ideário esse, propagado pelas elites provinciais que objetivavam assegurar o gerenciamento da população.

E essas discussões não estavam apenas presentes nos regulamentos, o compêndio *O Livro do Povo*, adotado nas escolas públicas primárias da Província em 1865, indica que o tema ganhou representatividade no universo escolar. Nele, vários preceitos oriundos da ordem médica estão presentes, como: a indicação da limpeza do corpo, do cabelo e dos dentes, a sugestão de uma alimentação moderada, diversificada e saudável. Os ensinamentos também revelam a importância dos exercícios corporais e do repouso, aconselhando os alunos a cultivarem hábitos considerados higiênicos e condenando costumes vistos como não civilizados, como cuspir e roer as unhas. As prescrições giravam no mesmo sentido de conferir uma educação integral, isto é, física, intelectual e moral.

Todas as prescrições da ordem médica discutidas até aqui indicam a forte presença desse saber na constituição da educação escolar. No final do Império, elas permaneceram como poderosas armas no combate ao que estivesse na contramão da almejada civilização e os discursos proferidos pelo médico e professor Eugênio Toscano de Brito, justificando a ausência da Parahyba do Norte na *Exposição Internacional de Higiene e Educação*, realizada em Londres em 1884, revelam a importância da medicina na constituição de uma escola moderna.

Passando pelo Colégio de Educandos Artífices, pude identificar algumas práticas que provavelmente fizeram parte do cotidiano da instituição. Comprovante de vacinação e não sofrer de doença contagiosa era requisito de ingresso no estabelecimento, com petição sendo rejeitada pela não apresentação da comprovação, como discutido no último capítulo. A doença também poderia ser motivo para a exclusão de alunos dos quadros do Colégio, como prescrito na legislação e efetivado pelo diretor com a autorização do presidente da Província. A atenção com a sexualidade dos educandos artífices perpassou a proposta do regulamento da instituição e o medo da masturbação se fez presente com os cuidados que o diretor e demais funcionários deveriam ter com *divertimentos menos decentes*. As prescrições originárias do saber médico presentes no regulamento do Colégio de Educandos Artífices, que teve vida efêmera, acolhendo crianças desvalidas de 1865 a 1874, estão de acordo com o que estava presente no primeiro Regulamento Geral da Instrução da Parahyba do Norte, de 1849, que indicando um ambiente espaçoso, arejado e limpo, com alunos asseados e bem vestidos, prescrição essa assegurada pela revista de asseio matinal, alunos que não representariam perigo, já que seriam vacinados e comprovariam o não padecimento de enfermidade contagiosa.

Durante o percurso deste trabalho, procurei compreender a invenção de um modelo hígido de educação escolar, em um contexto em que a higiene cada vez mais era erguida como um indicativo definidor do grau de civilização de uma população e passou a nortear medidas da administração pública, que precisa-

va lidar com os problemas criados pelas doenças. Nesse percurso, dialoguei com um conjunto de discursos e normatizações que me ajudaram a entender essa fabricação, revelando um pouco dessa história da educação na Paraíba do Norte, história essa, construída no entrelaçamento de muitas outras histórias. Esta pesquisa revela, ademais, a premente necessidade de se continuar estudando a rica e complexa relação entre instrução/educação e medicina na Paraíba.

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES:

Relatórios, Falas, Ofícios

LONDRES. Exposição Internacional de Higiene e Educação, 1884. *Trabalhos da Comissão Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o bacharel João Antônio de Vasconcellos, em 1 de agosto de 1849*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1849. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o coronel José Vicente do Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de agosto de 1850*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o Dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1852. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Relatório da Instrução Pública – Diretoria da Instrução Pública em 03 de abril de 1854 (Manrique Victor de Lima). In: *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária em 5 de maio de 1854*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1854. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 04/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo vice-presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de outubro de 1855*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1855. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 05/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Fala recitada na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo presidente da província, o Dr. Antônio da Costa Pinto Silva em 5 de agosto de 1856*. Paraíba, Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1856. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 05/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo excelentíssimo presidente da província, Antônio da Costa Pinto Silva, na abertura da sessão ordinária em 5 de maio de 1856*. Paraíba: Tipografia de José

Rodrigues da Costa, 1856. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 05/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Saúde Pública - Inspetoria de Saúde Pública em 10 de julho de 1857. (João José Innocencio Poggi). In: *Relatório recitado na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte, pelo vice-presidente da província, o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857*. Paraíba: Tipografia de J. R. da Costa, 1857. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 06/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente, Henrique Beurepaire Rohan*. Paraíba: Tipografia de José Rodrigues da Costa, 1858. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 06/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente Dr. Francisco d'Araujo Lima*. Paraíba: Tipografia de J. R. da Costa, 1862. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 06/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Anexo H, Saúde Pública - Inspetoria de Saúde Pública em 14 de janeiro de 1862. (João José Innocencio Poggi). In: *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, no dia 31 de maio de 1862, pelo presidente, Dr. Francisco de Araújo Lima*. Paraíba: Tipografia de J. R. da Costa, 1862. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 06/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Anexo 5, Saúde Pública - Inspetoria de Saúde Pública em 1 de julho de 1867. (João José

Innocencio Poggi). In: *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo 2º vice-presidente, Exm. Sr. Barão de Marauá, em 5 de agosto de 1867*. Paraíba: Tipografia Liberal Parahybana, 1867. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 07/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Paraíba: Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, 1868. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 07/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Anexo nº 7, Instrução Pública, - Diretoria da Instrução Pública em 10 de agosto de 1868. (Joaquim Victor Pereira). In: *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva*. Parahyba: Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, 1868. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 07/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Anexo H, Saúde Pública, - Inspetoria de Saúde Pública em 11 de junho de 1869. (João José Innocencio Poggi). In: *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1º vice-presidente passou a administração da província da Paraíba do Norte, ao Exm. Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 11 de junho de 1869*. Paraíba: Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, 1869. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 07/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente Venâncio José d'Oliveira Lisboa, em 17 de fevereiro de 1870*. Paraí-

ba: Tipografia Conservadora, 1870. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Fala dirigida a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente da província, Dr. Francisco Teixeira de Sá, em 06 de setembro de 1873*. Paraíba: Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, 1873. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente da província, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 07 de agosto de 1874*. Paraíba: Tipografia do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo presidente Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877*. Paraíba: Tipografia Liberal Parahybana, 1877. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Relatório com que o Exm. Sr. 2º vice-presidente Padre Felipe Benicio da Fonseca passou a administração desta província ao Exm. Dr. José Rodrigues Pereira Junior, em 12 de junho de 1879*. Paraíba: Tipografia Liberal Paraibana, 1879. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

PARAÍBA DO NORTE. Província da. *Ofício apresentado pelo presidente da Província da Paraíba do Norte, Ayres do Nascimento, em 31 de agosto de 1884*. Paraíba: Tipografia dos herdeiros de J. R. da Costa, 1884. Disponível em www.crl.edu/content/brazil/pari.htm. Acesso em 08/06/2011.

JORNAIS

A Opinião, Paraíba do Norte, 15 de junho de 1877. Disponível em: www.cchla.ufpb.br. Acesso em: 22 de janeiro de 2013.

A Regeneração, ano 1, n. 45, Paraíba do Norte, 23 de outubro de 1861. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 13 de janeiro de 2014.

A Regeneração, ano 1, n. 53, Paraíba do Norte, 21 de novembro de 1861. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 14 de janeiro de 2014.

A Regeneração, ano 2, n. 72, Paraíba do Norte, 18 de janeiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 14 de janeiro de 2014.

A Regeneração, ano 2, n. 78, Paraíba do Norte, 28 de fevereiro de 1862. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 14 de janeiro de 2014.

A Regeneração, ano 2, n. 79, Paraíba do Norte, 07 de março de 1862. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 14 de janeiro de 2014.

A Regeneração, ano 2, n. 81, Paraíba do Norte, 14 de março de 1862. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 14 de janeiro de 2014.

Diário da Parahyba, ano 2, n. 58, Paraíba do Norte, 05 de março de 1862. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

Gazeta do Sertão, ano 2, n. 3, Campina Grande, 18 de janeiro de 1889. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 24 de março de 2013.

Gazeta do Sertão, ano 2, n. 8, Campina Grande, 22 de fevereiro de 1889. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 24 de março de 2013.

O Acadêmico, v. 1, n. 3, Rio de Janeiro, setembro de 1855. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 11 de abril de 2012.

O Liberal Parahybano, ano 4, n. 138, Paraíba do Norte 14 de outubro de 1882. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 12 de janeiro de 2014.

O Liberal Parahybano, ano 5, n. 176, Paraíba do Norte, 02 de setembro de 1883. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 12 de janeiro de 2014.

O Liberal Parahybano, ano 6, n. 204, Paraíba do Norte, 31 de março de 1884. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 12 de janeiro de 2014.

O Publicador, ano 3, n. 446, Paraíba do Norte, 26 de fevereiro de 1864. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 07 de junho de 2012.

O Publicador, ano 3, n. 468, Paraíba do Norte, 23 de março de 1864. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 07 de junho de 2012.

O Publicador, ano 3, n. 526, Paraíba do Norte, 04 de junho de 1864. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 07 de junho de 2012.

O *Publicador*, ano 4, n. 883, Paraíba do Norte, 16 de agosto de 1865. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 6, n. 1299, Paraíba do Norte, 12 de janeiro de 1867. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 6, n. 1301, Paraíba do Norte, 15 de janeiro de 1867. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 6, n. 1321, Paraíba do Norte, 08 de fevereiro de 1867. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 6, n. 1339, Paraíba do Norte, 01 de março de 1867. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 7, n. 1776, Paraíba do Norte, 20 de agosto de 1868. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 7, n. 1844, Paraíba do Norte, 09 de novembro de 1868. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O *Publicador*, ano 8, n. 2071, Paraíba do Norte, 24 de agosto de 1869. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 10 de dezembro de 2014.

O Tempo, ano 2, n. 97, Paraíba do Norte, 26 de outubro de 1865. Disponível em: www.cchla.ufpb.br. Acesso em: 22 de janeiro de 2013.

REVISTAS, ALMANAQUES, ANUÁRIOS, ANAIS

A INSTRUÇÃO PÚBLICA, ano 3, n. 41, outubro de 1874. Rio de Janeiro. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 03 de agosto de 2013.

ALMANAQUE do Estado da Paraíba de 1899. Paraíba do Norte, ano 2, Imprensa Oficial. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em: 15 de março de 2014.

ANAIS BRASILIENSE DE MEDICINA. Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, Empresa Tipográfica Dois Irmãos, dezembro de 1852. Disponível em: memoria.bn.br . Acesso em 09 de dezembro de 2012.

ANDRADE, M. Os aforismos de Kellner. *A Escola. Revista brasileira de educação e ensino*. Rio de Janeiro, n. 12, ano 2, p. 186, março de 1878. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 01 de dezembro de 2012.

BRAZIL, Carlos. Instrução Pública. *A Escola. Revista brasileira de educação e ensino*. Rio de Janeiro, v. 2, p. 77 - 79, 1877. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 22 de janeiro de 2013.

CRESPO, Luiz Augusto; GUIMARÃES, Paula; WERNER, Fausto Augusto. Higiene na escola. *Professor, Revista mensal da Associação do Professorado Catarinense*. Santa Catarina, nº 1, ano 1, p. 1 - 3, agosto de 1889. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

FOURNOL, Léon. Meios de evitar os desvios da coluna vertebral e especialmente as incurvações laterais. *A Mãe de Família*, n. 08, ano 4, p. 60 - 62, maio de 1882. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 19 de outubro de 2012.

GABIZO, João Pizarro. Higiene escolar. *Conferências populares*. Rio de Janeiro, n. 04, p. 14 - 23, abril de 1876. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 01 de dezembro de 2012.

GALLARD. Higiene para uso dos mestre-escolas. *A Instrução pública, folha hebdomadaria*. Rio de Janeiro, n. 29, ano 2, p. 233-235, julho de 1873. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 01 de dezembro de 2012.

MAROJA, Flávio. A nossa higiene. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Paraíba do Norte, v. 3, p. 432-437, 1911.

MIRANDA, P. A. de. Educação intelectual da infância. *A Escola. Revista brasileira de educação e ensino*. Rio de Janeiro, v. 5, ano 2, p. 73-75, fevereiro de 1878. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 10 de janeiro de 2013.

MEDEIROS, Coriolano de. Subsídios para a história da higiene pública na Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Paraíba do Norte, v. 3, ano 3, p. 117-123, 1911.

RETUMBA, Francisco S. da Silva. Melhoramentos sobre a Paraíba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Paraíba do Norte, n. 4, p. 163-228, 1912.

VIEIRA, Menezes (org.). *Anuário do ensino de 1895*. Rio de Janeiro, s/n. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 20 de janeiro de 2013.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto n. 1.331 A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário no Município da Corte. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 03 de dezembro de 2014.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Coleção das Leis Provinciais do ano de 1860. Paraíba, Tipografia de J. R. da Costa, 1860.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. Coleção das Leis Provinciais do ano de 1861. Paraíba, Tipografia de J. R. da Costa, 1861.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília: INEP, 2004.

MANUSCRITO

Ordem dirigida ao Ilustríssimo Senhor João Antônio de Vasconcellos, presidente da Província da Paraíba do Norte, em 24 de novembro de 1848. Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte – Funesc, caixa 025.

COMPÊNDIO

RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. Maranhão: Tipografia do Frias, 1865. Disponível em: lemad.fflch.usp.br. Acesso em: 02 de julho de 2014.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 141-143.

AGRA, Giscar F. *A urbs doente medicada: a parahyba tossindo sangue, 1862-1919*. V *Encontro Nordestino de História*. Recife, ANPUH, 2004.

AGRA, Giscar F. *A urbs doente medicada: a higiene na construção de Campina G(g)rande, 1877-1935*. Campina Grande: Gráfica Marcone, 2006.

AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: AGRA DO Ó, Alarcon et al. *A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2ª. ed. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 11-45.

AGRA DO Ó, Alarcon. Biopolíticas e velhice. *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, ano X, n. 117, fev. 2011. p. 14-22.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: Edusc, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Carla B. S. de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. Cronologia paraibana. In: MELLO, José Octávio de Arruda (org.). *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1987, p. 43-50.

ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus problemas*. João Pessoa, A União, 1980.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: O Globo, 1997.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. *Presença de Pedro II na Paraíba*. João Pessoa: s/e, 1982.

ANANIAS, Mauricéia. A instrução pública primária nos regulamentos provinciais da Parahyba do Norte na década de 1840: a constituição do Estado Nacional. *Educação Unisinos*, v. 14, n. 1, Rio Grande do Sul, jan-abr, 2010. p. 35-43.

ANANIAS, Mauricéia. Província da Parahyba do Norte: a constituição do estado nacional e a organização da instrução pública primária (1834-1849). In: CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. (orgs). *Histórias da educação da Paraíba: lembrar e comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 37-49.

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. João Pessoa: Ilustrada, 1986.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. Da renascença ao século das luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Tradução: Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. Eugênio Toscano de Brito. In: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (org.). *Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand*. João Pessoa, 2009. p. 36-37. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins. Acesso em: 27 de outubro de 2013.

BARRETO, Aparecida de L. P. Higienismo e educação na Paraíba. In: CARDOSO, C. A. de A.; KULESZA, W. A. *A escola e a igreja nas ruas da cidade*. João Pessoa: Universitária/UEPB, 2010. p. 59-81.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 54-119.

BASTOS, Maria Helena Camara. O ensino monitorial/mútuo no Brasil (1827-1854). In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 34-51.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. A arte de curar dos profissionais de saúde popular em tempo do cólera. Grão-Pará do Século XIX. *História, ciência, saúde*. Manguinhos. Rio de Janeiro, v.6, set. 2000. p. 833-866.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-Françoise; RIOUX, Jean-Pierre (orgs.). *Para uma história cultural*. Tradução: Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BEZERRA, Alcides. A imprensa, do Império a República. In: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José (orgs.). *Uma cidade de quatro séculos*. Evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985. p. 80-84.

BITTENCOURT, Liberato. *Homens do Brasil, em todos os ramos da atividade e do saber, de 1500 aos nossos dias*. Vol. 2, Paraíba. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1914.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade*. Tradução: Otávio Guilherme C. A. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BURITI, Iranilson. Fora da higiene não há salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil republicano. *Mneme revista de humanidades*, v. 4, n. 7, Caicó, 2003. p. 14-29.

BURITI, Iranilson. *Leituras do sensível: escritos femininos e sensibilidades médicas no segundo Império*. Campina Grande: EDU-FCG, 2011a.

BURITI, Iranilson. Leituras do sensível: instrução moral e prática médico educativa no segundo Império. In: CURY, Cláudia Engler; Rocha, Solange P. (orgs.). *Culturas e sociabilidades no Oitocentos*: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: EDUEPB, 2011b. p. 27-45.

BURITI, Iranilson. Limpos e educados: instrução moral e prática médico educativa no segundo Império. In: APOLINÁRIO, Juciene Ricarte (org.). *Paisagens híbridas*: fontes e escrituras da História. Campina Grande: EDUEPB, 2011c. p. 65-98.

BURITI, Iranilson; FREIRE, L. Q. B; SOUSA, D. S; LOURENÇO, J. M. A Ordem antes do progresso: o discurso médico higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX. *Fênix* (UFU online), v. 9, p. 1-15, 2012.

CALKINS, N. A. *Primeiras lições de coisas*. Manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução: Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CANDEIA, Luciano. *“Mente amore pro pátria docere”*: A Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba e a formação de cidadãos úteis à nação (1909- 1942). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*: a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Marta M. C. de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREI-

TAS, M. C. de (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 291-309.

CARVALHO, Marta M. C. de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. *História da vida privada*. Da renascença ao século das luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 402-438.

CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?*. Tese (Doutorado em Educação), São Carlos: UFSCar, 2008.

CASTRO, César Augusto. *Infância e trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889)*. São Luís: EDFUNC, 2007.

CASTRO, César Augusto. Ordem, trabalho e pobreza: as representações das casas dos educandos artífices no Brasil Império. In: CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da (orgs). *Culturas e sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011. p. 47-64.

CASTRO, Oscar Oliveira. *Medicina na Paraíba: flagrantes de sua evolução*. João Pessoa: A União, 1945.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: CARVALHO, José Murilo de. (Coord.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 37-81.

COELHO, Edmundo C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CORDEIRO JÚNIOR, Raimundo Barroso. História da história ou da historiografia como história social. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja (orgs.). *Histórias da Paraíba: autores e análises sobre o século XIX*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2003. p. 16-36.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ANANIAS, Mauricéia. Nação, modernidade, civilidade e progresso: a instrução pública primária na Parahyba do Norte, 1880-1889. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe5/pdf/908.pdf> Acesso em 27 de nov. de 2013.

COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Odaléia Alves da. O Livro do Povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881). Doutorado (Tese em Educação) USP, São Paulo, 2013.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Editora Unesp: Brasília, DF: Flacso, 2000.

CURY, Cláudia Engler. Métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública na Parahyba do Norte (1835-1864). In: SCOCUGLIA, A. C; MACHADO, C. J. dos S (orgs.). *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 41-61.

CURY, Cláudia Engler. As Escolas de Primeiras Letras e o Lyceu Paraibano: cultura material escolar (1822-1864). In: PINHEIRO,

Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. p. 85-98.

CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da. (orgs.). *Culturas e sociabilidades no Oitocentos: possibilidades de pesquisa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. (orgs). *Histórias da educação da Paraíba: lembrar e comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

CURY, Cláudia Engler; MARTINS, Maday de Souza; SILVA, Michelle Lima da. A instrução na Parahyba do Norte oitocentista: perspectivas acerca da cultura material escolar (1822-1850). In: CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. (orgs). *Histórias da educação da Paraíba: lembrar e comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 109-119.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 223-240.

DEBRET, Jean Batiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução: Sérgio Millet. São Paulo: Martins, 1989.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. Tradução. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma interpretação freudiana*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço*. Os destinos das sociedades humanas. Tradução: Silvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Cólera: representações de uma angústia coletiva (A doença e o imaginário social no século XIX no Brasil)*. Tese (Doutorado em História) UNICAMP, Campinas, 1997.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera: Recife, 1856. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. São Paulo: UNICAMP, 2003.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *A maldição do trabalho*. João Pessoa: Manufatura, 2004.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. *Medicinas e curandeirismo no Brasil*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 45-55.

EDLER, Flavio Coelho. *A medicina no Brasil imperial: climas, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESPÍNDOLA, Maíra Lewtchuk. *Primeira República, intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1886-1915)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

EUGÊNIO, Alisson. Saber médico, cultura e saúde pública no Brasil do século XIX. *Saeculum Revista de História*, n. 22, João Pessoa, jan/jun, 2010, p. 147-162.

FARIA FILHO, Luciano M. de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de (orgs.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 117-135.

FARIA FILHO, Luciano M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. de.; VIDAL, Diana Gonçalves. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; LOPES, Eliane

M. T.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 135-150.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. A economia paraibana na fase do isolamento relativo (1585-1930). In: FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva; AMORIM, Laura Helena Baracuchy. *Atividades produtivas na Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999. p. 21-48.

FERREIRA, Luiz Otávio. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827- 1843). *História, ciências, saúde – Manguinhos*, v. 06, n. 2, Rio de Janeiro, jul-out, 1999. p. 331-351.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2003. p. 101-122.

FERREIRA, Luiz Otávio. Introdução. In: SIGAUD, José Francisco Xavier. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 17-26.

FERREIRA, Luiz Otávio. O viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844). In: BASTOS, Cristina; BARRETO, Renilda (orgs.). *A circulação do conhecimento: medicina, redes e impérios*. Lisboa: ICS on-line, 2011. p. 81-100.

FERRONATO, Cristiano. Instrução e política na Parahyba do Norte durante o processo de construção da nação brasileira (1823-1840). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus. (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. p. 39-63.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. *Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

FIGUEIREDO, Betânia G. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2013a. Vol II, Coleção Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. *Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina*. Tradução: Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense, 2013b. Vol VII, Coleção Ditos e Escritos.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2013c.

FRAGOSO, João L. R.; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

GONDRA, José G. Conformando o discurso pedagógico: a contribuição da medicina. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 35-71.

GONDRA, José G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos Cedes*, v. 23, n. 59, p. 25-38, abril 2003.

GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José G; TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A instrução reformada: ações de Coutto Ferraz nas províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854). *III Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE*. Curitiba, 2004b.

GONDRA, José G. Escolarização e governo das multidões. In: SILVA, Gilvan Ventura da; SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). *História e educação: territórios em convergência*. Vitória: GM, 2007. p. 159-174.

GONDRA, José G; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 519-550.

GONDRA, José G. Paul-Michel Foucault – uma caixa de ferramentas para a História da Educação? In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011a. p. 293-317.

GONDRA, José G.; SCHNEIDER, Omar (org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte imperial*. [Brasil, 1822-1889]. Vitória: EDUFES, 2011b.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 19-37.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 707-754.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HERZLICH, Claudine. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. *Physis*. vol. 15, supl. 10. Rio de Janeiro, 2005. p. 57-70.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JOHNSON, Steven. *O mapa fantasma*. Como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Tradução: Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagem e permanências no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo)*. Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Vol. 1. Rio de Janeiro: ABC, 2003.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

LAPLATINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques (org.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1997.

LEITÃO, Deusdedit de Vasconcellos. *O ensino público na Paraíba*. Síntese histórica da Secretaria de Educação. João Pessoa: A União, 1987.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O Collégio de Educandos Artífices 1865-1874: a infância desvalida na Parahyba do Norte*. Dissertação (Mestrado em História) - João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2008.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. *Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideários da modernidade (1916-1935)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LIMEIRA, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3 (27), p. 99-129, set./dez. 2011.

LOBO, Francisco Bruno. *O ensino da medicina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1969.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-153.

LUZ, Terezinha Madel. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

LUZ, Terezinha Madel. *Natural, racional, social: razão médica e racionalidade científica moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 91-103.

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da província da Paraíba*. Vol. 2. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. Introdução. Por uma genealogia do poder. In: *Microfísica do poder*. Organização e tradução: Roberto Machado. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010. p. 7-23.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *A pedagogia feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAIA, Doralice Sátyro. As habitações da cidade da Parahyba. In: CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (orgs.). *A escola e a igreja nas ruas da cidade*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2010. p. 105-125.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MARIZ, Celso. *Apanhados históricos da Paraíba*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1980.

MARIZ, Celso. *Ibiapina, um apóstolo do Nordeste*. 2ª ed. (reprodução facsimiliada da edição de 1942). João Pessoa: Universitária/UFPB, 1980.

MATTOS, Ilmar. *O tempo Ssquarema. A formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MELLO, José Baptista. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa: Conselho Estadual de Educação, 1996.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. O urbanismo higienista e a implantação da Companhia do Beberibe e da Drainage Company Limited na cidade do Recife. *Revista Gestão Pública: práticas e desafios*. Recife, v. 3, n. 5, out. 2012. p. 144-169.

MIRANDA, Itacyara Viana. *Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)*. Mestrado (Dissertação em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012a. Disponível em: www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno. Acesso em 03 de junho de 2013.

MIRANDA, Itacyara Viana. Regulamento Geral da Instrução de 1849: apontamentos disciplinares na Parahyba do Norte. In: IX seminário Nacional de estudos e pesquisas "História, sociedade e educação no Brasil". João Pessoa, UFPB, 2012b, Anais Eletrônicos. p. 2060-2074.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. *Reminiscências*. Figuras e fatos da Paraíba. João Pessoa: s/e, 1938.

NASCIMENTO, Maira Célia Marinho do. *Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. Mestrado (Dissertação em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. *Infância, educação e direitos sociais: asilo de órfãs (1870-1960)*. Campinas: Unicamp/CMU, 2004.

NEVES, Dimas Santana Souza. *Razões de Estado: as Reformas da instrução em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte imperial (1851-1859)*. Doutorado (Tese em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: www.proped.pro.br. Acesso em: 18 de dezembro de 2014.

NOVAIS, Fernando. Condições de privacidade na colônia. In: NOVAIS, Fernando; SOUZA, Laura de Melo e (orgs.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 13-41.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Carla Mary S; CURY, Cláudia Engler. A província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859. *Artelogie – Recherches sur les Arts, le Patrimoine et la Littérature de l'Amérique Latine*, Paris, França, École des Hautes Études em Sciences Sociales/ Centre Nationale des Recherches Scientifiques, v. 4, 2013, p. 1-15. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article167>. Acesso em: 26 de novembro de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTA, Tânia S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, p. 91-102, abril 2003a.

PIMENTA, Tânia S. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. São Paulo: Unicamp, 2003b. p. 307-330.

PIMENTA, Tânia S. Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855. In: NASCIMENTO, Dilene R. do; CARVALHO, Diana M. de (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 31-51.

PINHEIRO, Antonio C. F. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados, 2002.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; FERRONATO, Cristiano de Jesus. (orgs). *Temas sobre a instrução no Brasil imperial (1822-1889)*. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no Oitocentos. In: CURY, C. E. ; MARIANO, S. *Múltiplas visões: cultura histórica no Oitocentos*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2009a. p. 101-122.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Permanências e mudanças nas prescrições destinadas à instrução pública da Parahyba do Norte (1852 a 1864). In: *Anais eletrônicos do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana: educação, autonomia e identidades na América Latina*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009b. (CD-ROM)

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A 'moral' como princípio organizador da escola na Parahyba dos tempos imperiais (1864-1872). In: II Encontro de História do Império Brasileiro. João Pessoa, *Anais Eletrônicos*, 2010. p. 221-235. CD-ROM.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia. As primeiras letras e a instrução secundária na província da Parahyba do Norte: ordenamentos e a construção da nação. 1836-1884. *Revista HISTEDBR On-line*, n. Campinas, n. 37, p. 238-252, mar. 2010.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. V. 2. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

PRIORE, Mary Del. Apresentação. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 7-17.

RIZZINI, Irma; SOUZA, Maria Zélia Maia de. O "ensino integral" no Asilo de Meninos Desvalidos (1875- 1894). In: CHAVES, Miriam Waidenfeld; LOPES, Sonia de Castro (orgs). *Instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X; FAPERJ, 2009. p. 57 – 82.

RIZZINI, Irma. *Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no Norte do Brasil imperial*. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/tema6/0654.pdf> Acesso em: 22/01/2013.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 441-454.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 13-36.

REVEL, Jacques. Os usos das civilidades. In: ARIÈS, P.; CHARTIER, R. (org.). *História da vida privada*. Tradução: Hildegard Feist. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 169-210.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Historia: novos objetos*. 4ª ed. Tradução de Teresinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.

ROCHA, Heloísa P. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003a.

ROCHA, Heloísa P. A escola como laboratório. In: BENCOSTTA, Marcos Levy (org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 237-261.

ROCHA, Heloísa P. Educação escolar e higienização da infância. *Cadernos Cedes*, v. 23, n. 59, Campinas, 2003b. p. 39-56.

RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 157-183.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. Tradução: Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: UNESP, 1994.

SÁ, Ariane N. de M. *Escravos, livres e insurgentes*. Parahyba (1850-1888). João Pessoa: UFPB, 2005.

SÁ, Lenilde D. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios*. O Serviço de Hygiene Pública, 1885 a 1918. Tese (Doutorado em Enfermagem) USP, 1999.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. *A cidade no despertar da era higiênica: a cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 283-312.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 7-32.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 132-149.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. “Escolas de Verdade” para a *República do Brasil*: os grupos escolares na capital federal. *XIII Encontro de História*, Rio de Janeiro: ANPUH, 2008. Disponível em: <encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais.> Acesso em 02 de jul de 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia M. *As barbas do imperador*. D Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Viagem através da província da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1985.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. *Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 anos*. João Pessoa: Santa Marta, 1987.

SENA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e Código de Bom Tom nas escolas brasileiras. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 37, mar., Campinas, p. 253-265, 2010.

SENA, Fabiana. As cartas sobre instrução pública nos jornais paraibanos do Império. In: CURY, Cláudia Engler; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. (orgs). *Histórias da educação da Paraíba: rememorar e comemorar*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012. p. 121-131.

SIGAUD, José Francisco Xavier. *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

SILVA, Carlos Manique da. A ideia de “casa de escola” no século XIX português. *Revista da Faculdade de Letras*, v. 6, série III, Porto, p. 291-312, 2005.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 231-270.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hicitec/Fapesp, 2009.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos S. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Parahyba (1912-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) - João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora/AIDS e suas metáforas*. Tradução: Rubens Figueiredo/Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem*. Tradução: Joel Goes. Lisboa: Edições 70, 1986.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. *Posturas do Recife imperial*. Tese (Doutorado em História) – Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

SOUZA, Percília de Fátima. *Artes de curar e saber sobre a natureza na Paraíba colonial*. Monografia (Graduação em História) – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XIX*. São Paulo: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

SOUZA, Thiago Oliveira de. Imprensa e instrução na Parahyba do Norte: cultura educacional e culturas políticas nos anos de 1880. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

STEPAN, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Tradução: Beginnings of Brazilian Science. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In:

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 142-164.

STEPHANOU, Maria. Saúde pela educação. Escolarização e didatização de saberes médicos na primeira metade do século XX. Disponível em: <[HTTP://www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf](http://www.Sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/114_maria_ste.pdf)> Acesso em: 12 dez. 2010.

TAVARES, João de Lyra. *Traços biográficos do Capitão Graciliano Fontino Lordão*. Paraíba do Norte: Tipografia Colombo, 1907.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. *A casa e os seus mestres: a educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Griphus, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

VIEIRA, Risomar da S. *Estado grave: condições de vida e saúde na Parahyba imperial*. Dissertação (Mestrado em História). Recife: UFPE, 2000.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Tradução: Isabel Aubyn. Lisboa: Fragmentos, 1988.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *A infância e sua educação: matérias, práticas e representações/Portugal e Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 34-82.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007a.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura escrita e educação: representação de criança e imaginário de infância – Brasil, século XIX. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs.). *Para a compreensão histórica da infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007b. p. 39-66.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1

Relação dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província da Parahyba do Norte (1848-1889)

Nome	Período de Governo	Função	Observação
João de Albuquerque Maranhão	Março a maio de 1848	Vice	Magistrado
João Antonio de Vasconcelos	Maio de 1848 a janeiro de 1850	Presidente	De Valença no Rio de Janeiro, formado em Direito pela Faculdade de Olinda (1832).
José Vicente de Amorim Bezerra	Janeiro a setembro de 1850	Presidente	Magistrado
Agostinho da Silva Nunes	Setembro de 1850 a abril de 1851	Presidente	Presidente da Parahyba por três vezes ¹ , vindo a falecer no cargo em 03 de abril de 1851. Também presidiu Alagoas de outubro a novembro de 1838.

¹ Governou como presidente pela primeira vez de abril a setembro de 1840 e na segunda vez, de dezembro de 1843 a julho de 1844.

Frederico de Almeida e Albuquerque	Abril a maio de 1851	Vice	Nasceu na Parahyba, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi um dos fundadores do Partido Conservador, deputado provincial, geral e senador. Foi Presidente do Piauí, Pernambuco e Maranhão.
Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque	Maio a julho de 1851	Vice	Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda. Foi delegado de Polícia, Presidente da Assembleia Legislativa e deputado provincial.
Antônio Coelho de Sá e Albuquerque	Julho de 1851 a abril de 1853	Presidente	Foi presidente também de Alagoas, deputado geral, ministro e senador.

Flávio Clementino da Silva Freire (Barão de Mamanguape)	Abril a outubro de 1853	Vice	Nasceu em Mamanguape (PB), formado em Direito pela Faculdade de Olinda em 1840. Como membro do Partido Conservador, foi deputado provincial, vice-presidente, deputado geral e senador. Foi Diretor Geral dos Índios na Província. Em 1860 recebeu o título de Barão de Mamanguape.
Frederico de Almeida e Albuquerque	7 a 23 de outubro de 1853	Vice	Idem aos dados do período de abril a maio de 1851, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1853, assumiu pela 2ª vez.
João Capistrano Bandeira de Mello	Outubro de 1853 a junho de 1854	Presidente	Nasceu no Rio de Janeiro, exerceu as atividades de advogado e jornalista, atuou também como presidente das províncias de Alagoas e Minas Gerais.

Flávio Clementino da Silva Freire	Junho a setembro de 1854	Vice	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1853, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1854, assumiu pela 2ª vez.
Frederico de Almeida e Albuquerque	Setembro a outubro de 1854	Vice	Idem aos dados do período de abril a maio de 1851, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1854, assumiu pela 3ª vez.
Francisco Xavier Paes Barreto	Outubro de 1854 a abril de 1855	Presidente	Nasceu em Pesqueira (PE), foi juiz, deputado geral, senador, ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros.
Flávio Clementino da Silva Freire	Abril a novembro de 1855	Vice	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1853, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1855, assumiu pela 3ª vez.

Antonio da Costa Pinto e Silva	Novembro de 1855 a abril de 1857	Presidente	Nasceu no Rio de Janeiro e formou-se em Direito em São Paulo. Presidiu, também, as províncias do Rio Grande do Sul (1868), São Paulo (1870) e Rio de Janeiro (1875).
Manoel Clementino Carneiro da Cunha	Abril a novembro de 1857	Vice	Nasceu na Parahyba, formado em Direito, membro do Partido Conservador. Presidiu a Província do Amazonas e foi deputado geral pela Parahyba.
Henrique Pedro Carlos Beaupaire Rohan	Dezembro de 1857 a junho de 1859	Presidente	Nasceu em Niterói, militar de carreira, chegando ao posto de Marechal. Filiado ao Partido Liberal, também foi presidente da Província do Pará.

Ambrósio Leitão da Cunha (Barão de Mamoré)	Junho de 1859 a abril de 1860	Presidente	Nasceu em Belém (PA), onde atuou como advogado e juiz. Foi vice-presidente da província do Pará (1858) e presidente das províncias de Pernambuco (1860), Maranhão (1863) e Bahia (1866). Foi senador (1870) e ministro do Império (1885).
Manoel Clementino Carneiro da Cunha	14 a 17 de abril de 1860	Vice	Idem aos dados do período de abril a novembro de 1857, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1860, assumiu pela 2ª vez.
Luís Antônio da Silva Nunes	Abril de 1860 a março de 1861	Presidente	Nasceu no Rio Grande do Sul, presidiu a Província da Bahia e foi deputado geral pelo Espírito Santo.
Flávio Clementino da Silva Freire	Março a maio de 1861	Vice	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1853, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1861, assumiu pela 4ª vez.

Francisco de Araújo Lima	Maio de 1861 a fevereiro de 1864	Presidente	Foi exonerado por decreto de 23 de janeiro de 1864, mas apenas em fevereiro deixou o cargo.
Felizardo Toscano de Brito	Fevereiro a maio de 1864	Vice	Formado em Direito pela Faculdade de Olinda, foi professor do Lyceu e, como membro do Partido Liberal, foi vereador da Câmara Municipal da Cidade da Parahyba e deputado geral.
Sinval Odorico de Moura	Maio de 1864 a junho de 1865	Presidente	Magistrado. Presidiu também as províncias do Amazonas, Piauí e Ceará.
Felizardo Toscano de Brito	Julho de 1865 a agosto de 1866	Vice	Idem aos dados do período de fevereiro a maio de 1864, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1865 a 1866, assumiu pela 2ª vez.

João José Inocêncio Poggi	Agosto a novembro de 1866	Vice	Atuou como médico licenciado na Parahyba, natural de Pernambuco, foi juiz de paz, inspetor de Saúde Pública, cirurgião mor da Província e provedor da Santa Casa de Misericórdia. Escreveu relatórios sobre salubridade pública. Recebeu as comendas da Ordem de Cristo e da Rosa.
Américo Brasiliense de Almeida Melo	Novembro de 1866 a abril de 1867	Presidente	Nasceu em Sorocaba (SP) e formou-se em Direito. Foi deputado provincial e vereador por São Paulo. Depois presidiu o Rio de Janeiro. Autor de <i>Lições de história pátria</i> .
José Teixeira de Vasconcelos (Barão de Maraú)	Abril a novembro de 1867	Presidente	Nasceu na Parahyba e não possuía formação superior. Foi vice-presidente, comandante superior da Guarda Nacional e, 1860, recebeu o título de Barão de Maraú.

Inocência Seráfico de Assis Carvalho	Novembro de 1867 a julho de 1868	Presidente	Não encontrei dados.
Francisco Pinto Pessoa	Julho a agosto de 1868	Vice	Foi deputado provincial nos períodos de 1850-51, 1852-53, 1854-55, 1856-57, 1858-59, 1862-63.
Teodoro Machado F. Pereira da Silva	Agosto de 1868 a abril de 1869	Presidente	Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife (1852), presidiu o Rio de Janeiro e a Bahia e foi Ministro da Agricultura.
Francisco Pinto Pessoa	9 a 16 de abril de 1869	Vice	Idem aos dados do período de julho a agosto de 1868, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse curto período de 1869, assumiu pela 2ª vez.

<p>Silvino Elvídio Carneiro da Cunha (Barão de Abiaí)</p>	<p>Abril a junho de 1869</p>	<p>Vice</p>	<p>Nasceu na Parahyba, formado em Direito (1853), membro do Partido Conservador. Foi deputado provincial, vice-presidente e presidiu as províncias do Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão. Foi delegado de polícia, procurador fiscal, promotor público e diretor da Instrução Pública.</p>
<p>Venâncio J. de Oliveira Lisboa</p>	<p>Junho de 1869 a outubro de 1870</p>	<p>Presidente</p>	<p>Nasceu no Rio de Janeiro, presidiu as províncias do Paraná, Minas Gerais e Bahia.</p>
<p>Frederico de Almeida e Albuquerque</p>	<p>Outubro de 1870 a abril de 1871</p>	<p>Presidente</p>	<p>Idem aos dados do período de abril a maio de 1851, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1870 a 1871, assumiu pela 4ª vez.</p>

<p>José Evaristo da Cruz Gouveia</p>	<p>Abril a outubro de 1871</p>	<p>Vice</p>	<p>Natural de Areia (PB), médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, clínico e cirurgião em Areia e na cidade da Parahyba. Atuou também como jornalista, inspetor de Saúde Pública, inspetor do Tesouro, diretor da Instrução Pública, presidente da Província por três vezes chamado ao cargo na qualidade de vice e deputado provincial e geral pelo Partido Conservador. Foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo e Imperial da Ordem da Rosa. Foi deputado provincial nas legislaturas (1858-1859, 1860-1861, 1862-1863, 1870-1871).</p>
--------------------------------------	--------------------------------	-------------	--

Frederico de Almeida e Albuquerque	Outubro de 1871 a abril de 1872	Presidente	Idem aos dados do período de abril a maio de 1851, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1871 a 1872, assumiu pela 5ª vez.
José Evaristo da Cruz Gouveia	Abril a junho 1872	Vice	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1871, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1872, assumiu pela 2ª vez.
Heráclito Alencastro Pereira da Graça	Junho a novembro de 1872	Presidente	Nasceu em Icó (CE), membro do Partido Conservador, foi deputado provincial, geral e presidente pelo Ceará. Formado pela Faculdade de Direito do Recife.
Francisco Teixeira de Sá	Novembro de 1872 a setembro de 1873	Presidente	Presidiu também a Província do Ceará.
João José Inocêncio Poggi	17 a 20 de setembro de 1873	Vice	Idem aos dados do período de agosto a novembro de 1866, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1873, assumiu pela 2ª vez.

José Evaristo da Cruz Gouveia	Setembro a outubro 1873	Vice	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1871, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1873, assumiu pela 3ª vez.
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	Outubro de 1873 a abril de 1876	Presidente	Idem aos dados do período de abril a junho de 1869, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1873 a 1876, assumiu pela 2ª vez.
Flávio Clementino da Silva Freire	Abril de 1876 a janeiro de 1877	Presidente	Idem aos dados do período de abril a outubro de 1853, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1876 a 1877, assumiu pela 5ª vez.
João da Mata Correia Lima	Janeiro a março de 1877	Vice	Deputado provincial (1854-1855; 1856-1857)
José Paulino de Figueiredo	Março a abril de 1877	Vice	Foi deputado provincial e chegou à Assembleia Geral como suplente de Frederico de Almeida e Albuquerque.

Esmerino Gomes Parente	Abril de 1877 a março de 1878	Presidente	Nasceu em Sobral (CE), bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1858), atuou como promotor, juiz de direito, chefe de polícia, deputado provincial e vice-presidente do Ceará.
José Paulino de Figueiredo	2 a 11 de março de 1878	Vice	Idem aos dados do período de março a abril de 1877, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1878, assumiu pela 2ª vez.
Ulisses Machado Pereira Viana	Março de 1878 a fevereiro de 1879	Presidente	Não encontrei dados.
Felipe Benício da Fonseca Galvão	Fevereiro a junho de 1879	Vice	Deputado provincial (848-49, 1858-59, 1860-61, 1864-65, 1866-67, 1868-69).
José Rodrigues Pereira Júnior	Junho de 1879 a abril de 1880	Presidente	Não encontrei dados.
Felipe Benício da Fonseca Galvão	Abril a maio de 1880	Vice	Idem aos dados do período de fevereiro a junho de 1879, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1880, assumiu pela 2ª vez.

Antonio Alfredo Gama e Mello	Maio a junho de 1880	Vice	Nasceu na cidade da Parahyba, estudou no Lyceu e formou-se na Faculdade de Direito do Recife (1873). Jornalista, orador, professor e diretor do Lyceu. Deputado provincial de 1878 a 1879. Fundou o jornal <i>A República</i> .
Gregório José de Oliveira	Junho a setembro de 1880	Presidente	Nasceu em Pindamonhangaba (SP), formou-se em Direito, foi juiz e deputado provincial.
Justino Ferreira Carneiro	Outubro de 1880 a março de 1882	Presidente	Nasceu na cidade de Serro (MG), formou-se em Direito, foi deputado provincial. Presidiu também o Pará (1882).
Antonio Alfredo Gama e Melo	Março a maio de 1882	Vice	Idem aos dados do período de maio a junho de 1880, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1882, assumiu pela 2ª vez.
Manoel Ventura Leite Sampaio	Maio a novembro de 1882	Presidente	Não encontrei dados.

Antonio Alfredo Gama e Melo	2 a 9 de novembro de 1882	Vice	Idem aos dados do período de maio a junho de 1880, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1882, assumiu pela 3ª vez.
José Basson de Miranda Osório	Novembro de 1882 a abril de 1883	Presidente	Não encontrei dados.
Antonio Alfredo Gama e Melo	Abril a agosto de 1883	Vice	Idem aos dados do período de maio a junho de 1880, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse ano de 1883, assumiu pela 4ª vez.
José Aires do Nascimento	Agosto de 1883 a agosto de 1884	Presidente	Não encontrei dados.
Antônio Sabino Monte	Agosto de 1884 a julho de 1885	Presidente	Formado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor, advogado e magistrado.
Pedro Cunha Beltrão	Junho a setembro de 1885	Presidente	Presidiu também o Maranhão.
Antônio Herculano de Sousa Bandeira	Setembro de 1885 a novembro de 1886	Presidente	Nasceu no Recife (PE), era advogado e professor da Faculdade de Direito do Recife, foi deputado geral.
Geminiano Brasil de Oliveira Goes	Novembro de 1886 a outubro de 1887	Presidente	Presidiu também a Província de Alagoa.

Francisco de Paula Oliveira Borges	Outubro de 1887 a agosto de 1888	Presidente	Nasceu em Guaringuetá (SP), de uma família de cafeicultores de São Paulo. Foi advogado, magistrado, deputado, desembargador, ministro de estado, presidente de Mato Grosso e Rio Grande do Sul.
Pedro Francisco Correia de Oliveira	Agosto de 1888 a janeiro de 1889	Presidente	Não encontrei dados.
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	Janeiro a fevereiro de 1889	Vice	Idem aos dados do período de abril a junho de 1869, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1889, assumiu pela 3ª vez.
Pedro Francisco Correia de Oliveira	4 a 17 de fevereiro de 1889	Presidente	Presidiu nesse período a Parahyba pela 2ª vez.
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	Fevereiro a junho de 1889	Vice	Idem aos dados do período de abril a junho de 1869, quando assumiu pela 1ª vez. Nesse período de 1889, assumiu pela 4ª vez.

Manoel Dantas Correia Góes	8 a 22 de junho de 1889	Vice	Nasceu na Parahyba, foi deputado provincial e geral como representante do Partido Liberal.
Francisco Luís da Gama Rosa	Junho a novembro de 1889	Presidente	Nasceu em Uruguaiana. Foi presidente de Santa Catarina e atuava também como Jornalista e médico.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações contidas nos Relatórios dos Presidentes de Província e em Bittencourt (1914), Castro (1945), Mariz (1980), Almeida (1987) e Seixas (1987).

ANEXO 2
O Livro do Povo (Da Higiene)

O LIVRO DO POVO

POR

ANTONIO MARQUES RODRIGUES,

Bacharel Formado na Faculdade de Direito do Recife,
Cavalleiro da Imperial Ordem da Roza,
e da Real Ordem Portugueza de Nossa Senhora
da Conceição de Villa Viçosa,
Socio do Instituto Dramatico e Litterario de Coimbra,
na Classe de Litteratura,
Socio Correspondente dos Institutos Archeologico
e Geographico Pernambucano,
e Historico da Bahia,
Membro Honorario da Associação Typographica
Maranhense,
Inspector da Instrucção Publica da
Provincia de Maranhão,
etc. etc, etc.

QUARTA EDIÇÃO.



MARANHÃO—1865.

mem que toma emprestado, servo é do que lhe empresta.

—O prodigo rouba o seu herdeiro: o avarento rouba a si proprio.

—A fome dá ao pobre o direito sagrado de importunar o rico.

—Não deixes para ámanhan o que hoje poderes fazer.

—Evita o orgulho que é peor que a fome, a sede, e o frio.

—Ouve muito, e não fales senão a proposito.

—Se estás aborrecido, conta até dez antes de responderes; se estás offendido, conta até cem.

—Estuda attentamente tudo quanto disser respeito á tua profissão, e virás a sobresahir nella. Sê laborioso e economico, e chegarás a ser rico; sê frugal e parco, e conservarás a tua saude; sê justo, e não temerás a eternidade.



DA HYGIENE.

A hygiene tem por fim conservar a saude, e aquelles que seguem os seus preceitos vivem sãos, robustos, e morrem velhos. Aqui apresentamos os principaes preceitos hygienicos, em forma de rifãos rima-dos, pelo Sr. L. Felipe Leite, que devem ser decorados pelos meninos, assim como as maximas estampadas neste livro.

I Do ar e dos aposentos.—Foge do ar encanado, quando estiveres suado.—Quem a saude não zela, poem-se a dormir na janela.—Faz muito mal a quem sua, sair assim para a rua.—Areja o quarto da cama, que ar impuro a peste chama.—Quem se lava e

não se enxuga, toda a pele se lhe enruga.—Conser-
va no quarto flores, na cabeça terás dôres.—Dormir
com a janela aberta, constipação quasi certa.—Perto
d'aguas encharcadas, não dêes tu muitas passadas.—
É muito máu enchugar roupa, onde te has de deitar.
—D'onde sentires máu cheiro, foge logo e bem li-
geiro.

II. Do vestido e do aceio.—Traz a todos a limpe-
sa saude, forças, lindesa.—Deves lavar, cada dia, a
cara com agua fria.—Fato que a chuva molhou, em
si ninguem o secou.—Sol de inverno, ou sol de estio,
na cabeça é doentio.—Penteia-te, e limpa os dentes,
conserva as unhas decentes.—Lava o corpo em agua
fria, se queres ter energia.—Do que dorme descu-
berto, as doenças andam perto.—Quem não lava, e
esfrega os dentes, tem-nos podres e indecentes.—
Quando mudares de fato, faze-o sempre com reca-
to.—Tem calos, e anda aleijado, quem traz sapato
apertado.—Espartilho muito estreito causa molestia
de peito.—Co' o suor, que se arrefece, tambem o cor-
po adocece.

III. Alimentos e bebidas.—O que espera o gulo-
tão? Morrer d'uma indigestão.—Come só para viver:
não vivas para comer.—Entre comida e comida, evita
qualquer bebida.—Come, e beberás então, que te a-
judas a digestão.—Suando, bebe agua fria, quem quer
tosse ou pulmonia.—Nunca tu te desperdices por bo-
los e gulodices.—Agua e vinho não faz mal; vinho
só... não bebas tal!—Para quem inda é pequeno,
vinho e licor é veneno.—Nunca tomes limonada co'a
digestão começada.—Depois de comer banhar-se, é
mesmo querer matar-se.—Muitos doces e pasteis pro-
duzem males crueis.—Se agua só tens por bebida,

viverás mais larga vida.—Morrem de fome, rarissimos; de fartadelas, muitissimos.—Co'o comer mal mastigado, muitos se tem engasgado.—Não faz boa digestão, comer com soffreguidão.—E' rifão que as grandes ceias tem as sepulturas cheias.—Quando estiveres suado, não tomes nenhum gelado.—Vale mais ficar com fome, que adoecer do que se come.—Quem muito vinagre traga, o seu estomago estraga.—Quem come fructa ainda verde, em breve a saude perde.—São de assucar muito amigas as maldictas das lombrigas.—Fructa comer em jejum faz sezões; e bem nenhum.—Não comas hervas, ou bagas, que não conheces, que o pagas.

IV. Do exercicio e do repouso.—Faz exercicio diario, estuda o que é necessario.—Tão preciso é descansar, como brincar e estudar.—Quantas horas dormirás? Nove sò; em santa paz.—Menino, que muito dorme, fica doente ou disforme.—Dormir sozinho na cama conserva a saude e a fama.—Deitar cedo e cedo erguer, dá saude e faz crescer.—Depois de comer não leias, ser urgente não no creias.—Cabriolas pela escada, dão em cabeça quebrada.—Madruga, e vai passear, saude è que vais ganhar.—Acabada a obrigação, vai buscar pêla e pião.—Faz mal correr contra o vento, sai caro o divertimento.—A hygiene te manda não dormir em cama branda.—O dormir de mais a sesta torna a comida indigesta.—As brincadeiras de mão sempre na cabeça dão.—A cama è para dormir; mal acordes è vestir.

V. Sensações e paixões.—A saude è dom precioso, que Deus tira ao preguiçoso.—Não te cause nunca espanto defunto, bruxa ou encanto.—Ao rapaz que muito grita a garganta se lhe irrita.—O que se

faz mandrião deixará de viver são.—Quem se assusta facilmente, anda sujeito a accidente.—Os sonhos são vans mentiras, d'elles verdades não tiras.—Agoiros improprios são, de crer nelles um christão.—Não te assuste a tempestade, que Deus é Deus de bondade.

VI. **Generalidades.**—Nunca durmas com os gatos, nem passos dês sem sapatos.—De molhar os pés, às vezes, vem molestias para mezes.—Tomar banho muito quente, nunca foi conveniente.—Em banho frio deter-se, não nadando, é de temer-se.—Reter a urina, em rapaz, dor de pedra e areias faz.—Curar a tosse procura, mais tarde não terá cura.—Partir nunca tu intentes materia dura co'os dentes.—Se troveja, é arriscado, subir á torre ou eirado.—A dieta cura mais, que drogas medicinaes.—Se as unhas usas roer, podes os dedos perder.—Lerás á luz natural; mas pouco á artificial.—Muito cuspir é um vicio, que nunca fez beneficio.—Outro vicio é o fumar, que te hade prejudicar.—Quando troveja, meninos, não se devem tocar sinos.—Se te sentires doente, deitar-te é o mais prudente.—Faz quanto manda o doutor, quando não, será peor.—Os remedios amargosos bebe-os como os saborosos.—Recahida é mais que doença; teme da convalescença.—Então debes só comer o que o doutor prescrever.—Não finjas doente estar, pode-te Deus castigar.—Deus proteje a puericia, mas não proteje a malicia.

RECEITAS NECESSARIAS.

Apresentamos aos pais de familia algumas receitas já experimentadas, e cuja utilidade não pode ser contestada. É nossa convicção que o conhecimento e a



EDITORA DO
CCTA
UFPB